

ISSN 1516-8085

**ANPOCS**

**bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais

**53**

**Neste número:**

Publicidade e Cultura

Ciências Sociais e Meio Ambiente

*Path Dependency* e Estudos Históricos

Qualificação do Trabalho e Competência

Pós-Graduação no Brasil

  
**EDUSC**

Editora da Universidade do Sagrado Coração

ISSN 1516-8085

# bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais**



BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

*Editor*

Charles Pessanha (Iuperj, UFRJ)

*Comissão Editorial*

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)

Ricardo Benzaquen (Iuperj)

*Conselho Editorial*

André Singer, USP

Maria Celina D'Araújo, UFF

Clarissa Baeta Neves, UFRGS

Edna Castro, UFPA

Fernanda Arêas Peixoto, Unesp, USP

John Dawsey, USP

Jorge Zaverucha, UFPE

Leonilde Sérvolo de Medeiros, UFRRJ

Marcos Lanna, UFPR

*Edição*

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Novais

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans

Editoração eletrônica: Rodrigo Lemes de Moraes

*Produção gráfica:*

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

Rua Irmã Arminda, 10-50 • CEP 17011-160 - Bauru - SP

Fone (14) 235-7111 - Fax (14) 235-7219

e-mail: edusc@usc.br

---

*Appropriate articles are abstracted/indexed in:*

Hispanic American Periodicals Index

DataÍndice

---

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar

05508-900 São Paulo – SP

Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



**Sumário**

Homenagem a Vilmar Faria <i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	5
Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I) <i>José Carlos Durand</i>	7
Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico <i>Ângela Alonso e Valeriano Costa</i>	35
<i>Path Dependency</i> e os Estudos Históricos Comparados <i>Antônio Sérgio Araújo Fernandes</i>	79
Qualificação <i>Versus</i> Competência: Um Comentário Bibliográfico sobre um debate francês recente <i>Leonardo Mello e Silva</i>	103
Mestres e Doutores em Sociologia <i>Carlos Benedito Martins</i> <i>Gláucia Villas Boas</i> <i>Maria Ligia de Oliveira Barbosa</i> <i>Yvonne Maggie</i>	119
Teses e dissertações	143

#### Colaboraram neste número:

*Gláucio Ary Dillon Soares* é professor do IUPERJ. É autor de *Sociedade e política no Brasil* (Difel, 1973); *Visões do Golpe* (Dumará, 1994), em parceria com Maria Celina Soares D'Araujo e Celso Castro; *Os anos de chumbo* (Dumará, 1994); *A volta aos quartéis* (Dumará, 1995) e *A democracia interrompida* (FGV, 2001).

*José Carlos Durand* é professor titular em Sociologia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, onde também coordena o Centro de Estudos da Cultura e do Consumo. Publicou *Arte, Privilégio e Distinção* (1989) e *Moda, Luxo e Economia* (1988). Dedicou-se também a questões teóricas e práticas de política e gestão cultural, e dirige um projeto de pesquisa coletivo acerca da história social da publicidade e do marketing no Brasil.

*Angela Alonso*, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

*Valeriano Costa*, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

*Antônio Sérgio Araújo Fernandes* é doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Suas áreas de interesse são políticas públicas e instituições, teoria política e, em particular, o tema da república com enfoque no civismo. Sua publicação mais recente é "A Comunidade Cívica em Walzer e Putnam", *Lua Nova*, 51: 71-96, 2000.

*Leonardo G. Mello e Silva* é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH (USP). Publicou *A Generalização Difícil: A Vida Breve da Câmara Setorial do Complexo Químico Seguida do Estudo de seus Impactos em Duas Empresas do Ramo* (São Paulo, Annablume/Fapesp, 1999). Suas linhas de pesquisa são a sociologia do trabalho e do sindicalismo e as relações industriais.

*Carlos Benedito Martins* é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e diretor-científico do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior (Nesub) da mesma instituição. Suas publicações versam sobre as transformações contemporâneas do sistema de ensino superior brasileiro.

*Gláucia Villas Boas* é professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Dedicou-se à pesquisa no campo da Sociologia da cultura, com publicações nas áreas de pensamento social brasileiro, teoria sociológica e história das ciências sociais. Organizou, com Elina Pessanha, o livro *Ciências Sociais: Ensino e Pesquisa na Graduação* (1995).

*Maria Lígia de Oliveira Barbosa*, doutora em Sociologia pela Unicamp, é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicou, entre outros trabalhos, *Um Toque de Clássicos* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1995), com Tania Quintaneiro e Márcia Oliveira, e "School Organization: Centralization/Decentralization for Primary School" (em Laura Randall & Joan Anderson (eds.), *Schooling for Success: Preventing Repetition and Dropout in Latin American Primary Schools*, Nova York, M. E. Sharpe, 1999). Atua nas áreas de sociologia da educação e de sociologia das profissões.

*Yvonne Maggie* é professora titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e coordenadora do Núcleo da Cor do Laboratório de Pesquisa Social, além de participar do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Desigualdade (NIED) na mesma instituição.

## Homenagem a Vilmar Faria

*Gláucio Ary Dillon Soares*

### O Homem da Floresta

Conheci Vilmar no Chile, em meados da década de 60, como aluno da instituição que eu dirigia, a FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais). Tive milhares de alunos em minha vida, muitos verdadeiramente excepcionais. Vilmar foi o melhor. Faleceu recentemente. Afinal, quem foi esse ser humano que mereceu elogios e respeito de pessoas tão diferentes?

Vilmar Faria foi o produto de uma época romântica de intenso ativismo estudantil em prol de uma sociedade mais justa. Participou de um movimento estudantil cheio de idealismo, de momentos heróicos, como os congressos da UNE, e de figuras excentricamente inesquecíveis, como o “filósofo”. Por esse idealismo, Vilmar perdeu o trabalho e foi viver exilado no Chile, com uma bolsa da Unesco para mestrado em sociologia.

Olhando para trás, do conforto e da segurança da democracia de hoje, é possível ver algo de cômico em momentos que, na época, foram atemorizantes. Um dos episódios que Vilmar sempre recordava era o de uma conversa que teve com outros exilados no seu local de encontro predileto, o restaurante Carla. O Chile era, naquela época, uma democracia. Conversavam despreocupadamente, em voz alta, lembrando as peripécias do movimento estudantil. Após muito tempo, um senhor sentado numa mesa próxima se apresentou: “Sou o major fulano de tal, trabalho

no setor de informações do Exército e tenho muito boa memória. Muito obrigado”. Foi uma fria da qual eles nunca se esqueceram.

O casamento de Regina e Vilmar também teve algo de cômico. Foi na Embaixada do Brasil em Santiago. No meio da cerimônia, apareceu um oficial do Exército. Ato contínuo, todos os exilados que estavam lá se aproximaram da janela, prontos para pular. A vida de Vilmar não foi fácil, mas uma das suas habilidades era olhar o positivo.

Vilmar e Regina tiveram uma filha deficiente, Luciana. Em muitos casos, um filho ou uma filha deficiente deslança uma tormenta de acusações e provoca o fim do casamento. Não com eles. Souberam amar Luciana e aprender com ela. Graças a esse amor, Luciana viveu dez anos mais do que os médicos previram. E os pais perceberam que Luciana era incapaz de maldades, de manipulações e de mentir. E aprenderam.

A inteligência e a modéstia de Vilmar, assim como a sua capacidade de mediar, foram notadas por todos. Na FLACSO, onde concluiu o mestrado “cum laudae”, Vilmar conseguia tanto se destacar nos cursos difíceis de metodologia e estatística quanto ler avidamente a literatura marxista em voga na época. Foi aceito para o doutorado em várias universidades de prestígio e hesitou entre Harvard e Cornell. Conversamos, e Vilmar foi, meio desconfiado, para a primeira.

De início, Vilmar enfrentou o ceticismo dos professores de Harvard a respeito de alu-

---

nos latino-americanos. Um professor de técnicas quantitativas avançadas inicialmente tentou convencê-lo de que o curso era muito exigente para um estudante brasileiro. Vilmar olhou o programa e conversou com o professor a respeito de seu conteúdo. Atônito, o professor concluiu que talvez Vilmar não precisasse seguir o curso. Um ano e meio depois, ele receberia um prêmio como o aluno mais destacado em ciência política em vários anos.

Enquanto estudava e mantinha o seu ativismo, Vilmar plantava conhecimento em outros. Todos queríamos que Vilmar produzisse uma sequóia, a obra acadêmica monumental. E só.

Não era seu estilo. Ele seria um ativista a vida toda. Ensinou e entusiasmou o seu auditório no Chile, nos Estados Unidos e no Brasil. Fez conferências em vários países. Plantou sementes de mostarda na cabeça de incontáveis alunos e ouvintes. Dirigiu eficientemente a Fundap e o Cebrap, orientou alunos, fez pesquisas sérias e é conhecido tanto em sociologia como em ciência política. Como salientou Gianotti, seus estudos sobre as áreas urbanas são consulta obrigatória, e seus trabalhos em demografia, inclusive um criativo ensaio sobre a influência da telenovela na regulação da fecundidade, sentaram bases teóricas para várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos e no Brasil.

Seu êxito acadêmico como estudante, professor, pesquisador e autor levou muitos de nós a querer que ele se dedicasse exclusivamente ao mundo da pesquisa, a plantar a sequóia acadêmica. Vilmar estava destinado a fazer muito mais do que isso.

Não obstante, para mim, as maiores contribuições de Vilmar foram no nível pessoal e no nível das políticas sociais. Ele nunca discriminou uma pessoa por causa de discordância política e ideológica. Era fiel às pessoas e aos valores. Conversamos, em abril, sobre a necessidade de um programa de treinamento no nível de pós-graduação em cri-

minologia do qual participassem policiais civis e militares e que ensinasse a pesquisar, a organizar informações práticas para a execução de políticas preventivas na área da segurança pública. Vilmar conhecia todas as minhas críticas ao governo de que ele participava. Poucos meses depois, estive em Brasília e descobri que Vilmar buscava financiamento para que eu realizasse o programa.

Nas políticas sociais, ele se destacou pelo estudo, planejamento e convencimento que permitiram alguns dos melhores resultados sociais do governo de Fernando Henrique, particularmente nas áreas de redução da mortalidade infantil e de educação elementar.

Há gente que sabe ler e escrever e que está viva porque Vilmar existiu. Queríamos que ele plantasse uma sequóia acadêmica. Ele plantou uma floresta, de obras, de idéias e de vidas.

## Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)

José Carlos Durand

### Introdução

O propósito aqui é localizar as questões e vertentes mais relevantes para a análise social da publicidade, a partir da leitura de títulos selecionados entre a bibliografia norte-americana de ciências sociais, economia, história e comunicações.

Os Estados Unidos são o país de onde proveio o principal do *know-how* e da ideologia da publicidade brasileira, sobretudo a partir do momento em que em São Paulo e Rio de Janeiro se instalaram as primeiras filiais de agências de Nova York, nos anos de 1930 e 1940. Eles vieram acompanhar alguns de seus clientes importantes, como Ford ou General Motors, que na época instalavam fábricas no Brasil.

A despeito de já existir em São Paulo o ensino formal de publicidade há várias décadas, assim como cursos de mercadologia, também tributários de um saber originado na América do Norte, a história da publicidade nos Estados Unidos e sua expansão para o estrangeiro ainda são assuntos muito pouco estudados por brasileiros.

O autor aproveitou uma estadia de ano e meio em Nova York (janeiro de 1999 a julho de 2000) como *postdoctoral fellow* da Rockefeller Foundation em sociologia da cultura e administração cultural na New York University para sondar pessoas, acervos e *sites* que permitissem localizar os títulos

mais importantes. A idéia era, e continua sendo, a de suprir essa lacuna bibliográfica, conhecendo melhor as implicações culturais do marketing e da publicidade no país onde essas manifestações de cultura popular, a serviço do lucro econômico, alcançaram os maiores níveis de sofisticação. E assim dar lastro teórico mais consistente para as pesquisas em andamento no Centro de Estudos da Cultura e do Consumo, da EAESP/FGV.

O levantamento feito não abrangeu apenas o tema publicidade; incluiu também a história do marketing e da pesquisa de mercado nos Estados Unidos, além de contribuições mais recentes de sociólogos e antropólogos que pensam o consumo material da perspectiva das ciências sociais.

Entre as fontes consultadas estão bibliotecas universitárias, centros de estudo e departamentos de ensino voltados à publicidade, *sites*, entidades representativas da *trade* da publicidade (mais numerosas e especializadas lá do que aqui), e sociólogos da cultura.

As obras analisadas no texto que segue foram selecionadas como as mais relevantes a partir de dois critérios:

- a) Pertinência a pelo menos uma das seguintes dimensões de interesse: (a.1) história da "sociedade de consumo" nos Estados Unidos e sua expansão internacional durante a primeira metade do século XX; (a.2) impacto da publicidade,

e da mercantilização que ela ajuda a intensificar, sobre o sistema cultural e social; (a.3) economia da publicidade como setor de prestação de serviços; (a.4) sociologia do meio publicitário como campo, ou seja, como espaço específico de concorrência profissional e de negócios; e (a.5) impacto da tecnologia e da concentração econômica, na mídia e na publicidade, dentro da lógica da globalização em curso, ou seja, a partir da década de 1980.

- b) Qualidade, medida pela forma, frequência e ênfase como são citadas em bibliografias especializadas em publicidade. Para esta segunda finalidade foram consultados antologias e ensaios bibliográficos mais recentes, devotados à história do consumo e da publicidade, em suas implicações sociais e culturais. Seus autores são, na maioria, sociólogos.

O conceito de “sociedade de consumo” é usado entre aspas neste texto como forma de reconhecer que o consumo não é o fim principal da atividade econômica. Esquecer isso seria cometer sério equívoco ideológico, como sabe todo aquele com iniciação em teoria sociológica.

O consumo também não é uma característica que possa distinguir o capitalismo de qualquer outro sistema de produção, pelo fato elementar de que sociedade humana alguma sobrevive um dia sequer sem consumo. A questão do “começo” da “sociedade de consumo” pode ser colocada, com mais precisão, assim:

[...] em que momento da vida econômica e da competição empresarial, no curso da industrialização capitalista – em determinado país ou região – o consumo passa a ser objeto de uma atenção mais intensa e contínua. Como um discriminante histórico, este “começo” pode assim ser indagado: a partir de

que momento o consumo (e a distribuição simbólica e física de bens da qual ele depende) começa a canalizar energia coletiva, a justificar o surgimento de novos ramos de negócio, a criar novas identidades profissionais, a fazer florescer novos estilos de vida, a virar foco de preocupação com as crises cíclicas do capitalismo.

O que facilita enormemente o estudo é que as profundas mudanças da sociedade e da economia norte-americanas entre 1880 e 1920 transformam os Estados Unidos no país onde essa passagem é mais clara, profunda, eloquente e condensada no tempo, em relação a qualquer outro país ou região, em qualquer época da história.

É preciso dizer que, embora a bibliografia inclua títulos, por assim dizer, “clássicos”, já com vinte ou trinta anos da primeira edição, *trata-se de uma literatura ainda hoje quase completamente desconhecida no Brasil*, inclusive por um bom número de pesquisadores, professores, coordenadores de cursos, ou mesmo historiadores da publicidade. Nem existia um exemplar disponível, em São Paulo, da maioria das obras aqui comentadas, quando este ensaio foi escrito.

Cabe aqui um parêntese a respeito do ensaio bibliográfico como modalidade de orientação do leitor diante da descomunal multiplicação de títulos no mercado acadêmico dos Estados Unidos. Ele consiste numa organização de títulos de uma determinada área de conhecimento, a partir de um rol pertinente de rubricas, feito por um especialista; serve para orientar o leitor, o qual economiza seu tempo.

No ensaio bibliográfico, o autor esclarece em poucos parágrafos o estado geral do conhecimento do assunto e enuncia, uma a uma, as principais vertentes de análise que, até aquele momento, o tema comportou, e os títulos que melhor caracterizam cada uma. Toda a perícia está em qualificar cada obra da forma mais apropriada para destacá-la devi-

damente. Em termos de extensão, o ensaio bibliográfico está entre uma bibliografia, em senso estrito – pura listagem de títulos –, e um ensaio teórico, este mais demorado e profundo, portanto mais extenso. Em uma seleção ao acaso, contam-se vinte títulos em uma só página de quarenta linhas de um ensaio bibliográfico norte-americano típico.

Os ensaios bibliográficos que até agora foram os mais úteis nesta pesquisa encontram-se na obra de Lawrence Glickman (ed.), *Consumer Society in American History: A Reader* (Glickman, 1999: 399-414). Ou naquela que acompanha a exaustiva reconstituição da publicidade norte-americana entre 1920 e 1940: *Advertising the American Dream*, por Roland Marchand (Marchand, 1985: 419-426). Há uma terceira, ainda por ser explorada com mais cuidado, mas seguramente de alta importância para a continuidade desta pesquisa. Trata-se do livro *Spreading the American Dream. American Economic and Cultural Expansion, 1890-1945* (1999), no qual Emily Rosenberg passa em revista as múltiplas facetas do estudo acadêmico acerca da expansão internacional dos Estados Unidos no século XX.

A ordenação das obras aqui analisadas procurou seguir um critério cronológico de época tratada, começando pelas que focalizam os primórdios da “sociedade de consumo” nos Estados Unidos.

Assim, o primeiro texto, de Susan Strasser, abarca de 1890 a 1920; o segundo, de Jackson Lears, abrange – *grosso modo* – o mesmo período; o terceiro, de Roland Marchand, focaliza precisamente de 1920 a 1940. O de Joseph Bensman (o mais antigo de todos, publicado em 1967) inspira-se em uma fase que pode ser delimitada de 1955 a 1965, década em que o autor foi, ele próprio, publicitário. O texto de Michele Bogart tem amplitude maior, e abrange de 1890 até meados da década de 1960.

Por solicitação do editor, e em razão de falta de espaço, o texto em que são comenta-

das as demais obras incluídas neste ensaio sairá no próximo número do BIB como sua “Parte II”. São eles: Michael Schudson, *Advertising, the Uneasy Persuasion*, e Martin Mayer, *Whatever Happened to Madison Avenue?* Mas ela incluirá também comentários de duas das principais obras classificadas como de história da publicidade, propriamente dita: Daniel Pope, *The Making of Modern Advertising* e Richard Fox, *The Mirror Makers*.

Todavia, colocar as obras na seqüência de época focalizada não significa presumi-las equivalentes. Muito ao contrário, são construídas sobre vértices de análise muito diferentes entre si, o que, por sua vez, também implica estratégias de pesquisa, modos de observação e material empírico muito distintos, entre uma e outra. A seqüência dos tópicos respeita a unidade de cada obra-chave, julgada relevante o suficiente para constar de um primeiro texto. Mas esse respeito não compromete o caráter analítico do texto como um todo, cujas linhas de interesse estão claramente destacadas.

Uma constante que precisa ser assinalada é que quase todas as análises, de um modo ou de outro, *mostram o meio publicitário por dentro*. O melhor comprovante disso talvez seja a freqüência e a intensidade como é usado o mais antigo e conceituado periódico da *trade*: a revista *Printer's Ink*. Esse destaque é para assinalar que quase todos os autores procuraram tratar o meio publicitário como um espaço de interesses específicos, até certo ponto irredutível a quaisquer interesses externos, chamem-se eles mercado, capitalismo monopolista, sociedade de massa, ou o que seja. O autor acredita que esse requisito é uma condição *sine qua non* de uma abordagem propriamente sociológica, ainda que às vezes não se reivindique esse estatuto.

O autor agradece ao Núcleo de Pesquisas e Publicações/NPP, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, o apoio financeiro concedido para o desenvolvimento deste estudo, assim como à

Biblioteca da mesma instituição, pela prontidão como vem adquirindo os livros que lhe são solicitados.

### **Sociedade de Consumo nos Estados Unidos (1880-1920), segundo Susan Strasser**

*Satisfaction Guaranteed: The Making of the American Mass Market* (Strasser, 1989) é um texto que focaliza a mudança da sociedade agrícola para a sociedade urbana e industrial nos Estados Unidos em um período chave, de 1880 a 1920.

Foi uma fase em que a população norte-americana quase dobrou, sobretudo em função das levas de imigrantes trabalhadores, que totalizaram dezoito milhões de pessoas entre 1880 e 1910. Durante a década de 1880, foi desenvolvida a tecnologia de produção contínua (*flow production*) para a fabricação de sabonetes, cigarros, fósforos, cereais para café da manhã,<sup>1</sup> enlatados em geral, entre muitos outros artigos. Ao final desse período, a indústria norte-americana produzia sete vezes mais aço, nove vezes mais papel, catorze vezes mais óleo de caroço de algodão; quase quatro vezes mais a capacidade de carga dos trens para transportar toda espécie de bens. As ferrovias estiveram em forte expansão até por volta de 1915, visto que cerca da metade da quilometragem de trilhos instalada havia sido construída a partir de 1890. Havia um milhão e meio de linhas telefônicas em 1902, as quais passaram a seis, em 1910, e atingiram mais de doze milhões até 1920 (Strasser, 1989: 6, 23 e 25).

A maior parte da população norte-americana até então estava acostumada a consumir predominantemente produtos feitos em casa ou em estabelecimentos artesanais. Os varejistas locais compravam de atacadistas, vendiam quase tudo a granel e tinham influência sobre o consumidor. A questão-chave, do ponto de vista dos negócios, era *como*

*construir um mercado propriamente nacional para bens industrializados*. Isso era mais relevante quando se sabia que, uma vez solucionados os problemas básicos do lado da produção, *introduzia-se como prioritária a questão de como desenvolver a demanda*. Com a experiência prática de quem lança ou reposiciona produtos, os industriais e publicitários começam a partir de então a encarar o mercado como um *espaço maleável*, suscetível de tomar novas formas, a partir de sua ação.

A engenharia necessária a explorar esse tema é de natureza diversa daquela que organiza o chão de fábrica.<sup>2</sup> É antes uma engenharia simbólica, que consiste em orquestrar um conjunto de frentes de atividade em esferas diversas (jurídica, tecnológica, estética, psíquica, econômica e organizacional), a fim de alterar a cultura do consumidor, tornando-o sensível aos bens embalados (*packaged goods*) e nomeados por marca (*brand-named goods*). Mais do que isso ainda, o antigo freguês (*customer*), a partir de agora chamado de consumidor (*consumer*), vê-se diante de um número muito maior de bens, muitos deles novos, cujos processos de produção, modos de instalação (ou de manipulação) e condições de uso ele não conseguia entender direito. Vê-se também diante de bens que ele consumia desde sempre, de procedência local ou regional, mas que agora começavam a vir de longe, embalados para a distribuição em massa.<sup>3</sup>

Embora alguns sinais do deslocamento de importância da produção para o consumo já se verificassem desde a Guerra de Secessão (1861-1865), a paisagem da esfera de distribuição ainda conservava uma divisão do trabalho antiga: fabricantes que vendiam a atacadistas, que os repassavam a varejistas e, destes, chegavam ao consumidor final (Strasser, 1989: 18). Nessa cadeia, o atacadista tinha posição de realce, não raro submetendo fabricantes a seus interesses, e assegurando supremacia diante dos varejistas por sua capacidade de lhes oferecer crédito. Montan-

do, coordenando e remunerando redes de vendedores para percorrer a rede varejista, os atacadistas controlavam a comercialização, no duplo sentido: de fazer a distribuição física dos bens e de responsabilizar-se pela promoção do produto. Aliás, até então, isso ocorria em muito poucos ramos de negócio – como o editorial e o de elixires (*patent medicine*),<sup>4</sup> nos quais os fabricantes se relacionavam diretamente com seus consumidores (Strasser, 1989: 19).

Para que uma nova realidade mercantil se implantasse, mudanças também precisavam ocorrer em outros domínios; no legal, por exemplo.

Entre 1880 e a passagem do século, a Suprema Corte garante às corporações a possibilidade de elas terem os mesmos direitos da pessoa física, ainda que sem as igualar obviamente no que tange à responsabilização (*accountability*) que recai sobre os indivíduos de carne e osso. A empresa poderia ser multada, mas não presa. Protegiam-se assim os direitos individuais dos dirigentes; em decorrência, a nova legislação encorajava a separação entre propriedade e administração, o que favorecia o crescimento e a consolidação de empresas de alcance nacional.

Em contraposição, a União e os Estados estenderam a proteção legal a outras formas de propriedade além das físicas, tais como o poder de gerar receitas (*earning power*), o valor da marca e do ponto comercial (*goodwill*) e a inserção de mercado, ou carteira de clientes fiéis (*access to markets*). Elas começam a ser aceitas como parte intangível, mas vendável, de uma propriedade.<sup>5</sup> Alguns Estados, por sua vez, permitiram às corporações ter propriedade imobiliária em outros Estados, assim como adquirir ações de outras empresas (Strasser, 1989: 25).

Outra mudança jurídica foi a extensão da proteção que, até 1870, só existia para direitos autorais e patentes. Desde então, as marcas comerciais (*trademarks*) são reconhecidas, claramente, como patrimônio de em-

presas, pois essa legislação leva forçosamente à necessidade de registro legal das marcas.

Em 1870, quando da primeira lei, 121 marcas foram registradas; em 1905 o Congresso aprova nova lei que estabelecia o registro de marcas como sendo a primeira evidência de propriedade. Portanto, a partir daí, só quem tivesse suas marcas devidamente registradas seria favorecido perante a justiça. Resultado: nada menos de dez mil novas marcas são então registradas (Strasser, 1989: 45).

As transformações legais acima deram-se em um clima de acentuado *lobbying* dos representantes das grandes corporações junto a um Congresso em que atacadistas e varejistas também faziam valer seus interesses – na questão do preço único, por exemplo. A comercialização em massa de produtos com marca exigia a padronização não só física, como também a de preço. Mas poderia o fabricante impor isso a todos os que dele compravam? Havia o ponto de vista contrário que sustentava que o único preço que o fabricante poderia padronizar seria o de suas vendas aos atacadistas (ou quem quer que fosse seu comprador imediato). Uma vez a mercadoria em posse de terceiros, cessava seu poder de interferir no preço.

A estratégia dos industriais na questão dos preços foi a de sustentar que seus reais clientes eram, de fato, os consumidores. Era a eles que sua comunicação se dirigia; era em função deles que seus artigos eram desenhados, empacotados, “precificados” e vendidos. Nesse aspecto, os industriais viram-se favorecidos por um dos mais fortes movimentos sociais da época, a luta por alimentos mais limpos e saudáveis (Pure Food and Drug Movement). Argumentavam que só a liberdade de se relacionar diretamente com o consumidor é que poderia torná-los – de fato e de direito – responsáveis pela qualidade do que produziam. Ao dar uma marca a seus produtos, o fabricante assumia a responsabilidade por eles, e, em consequência, pelas condições

sanitárias nas quais teriam sido elaborados e empacotados.

Como a dimensão comercial é aqui privilegiada, cabe comentar – entre os progressos da tecnologia industrial – os relativos a uma categoria especialmente importante para a distribuição: a embalagem.

A primeira linha automática de fabricação de latas começou em 1883, à razão de três mil unidades por hora. O mercado para latas continuou crescendo; até então só se usavam latas para guardar alimentos de mineiros e militares em campanha. Em 1903 começa a fabricação de garrafas; as lâminas de alumínio vieram a seguir; o celofane é de 1913, e surgiu na França (Strasser, 1989: 32).

Na medida em que as embalagens protegiam alimentos contra insetos e preservavam todo tipo de produto contra a deterioração, elas deram aos fabricantes de alimentos maior controle sobre a qualidade do produto e – como se viu acima – ofereceram um argumento a mais na venda a consumidores preocupados com condições sanitárias. Afinal, os artigos rotulados mostravam de onde vinham e quem era responsável por sua condição e caráter.<sup>6</sup> Uma nova e sutil definição surgiu então em favor dos industriais: a embalagem devia ser vista não apenas como invólucro protetor, mas como parte integrante do produto. Empresas como Colgate ou Quaker Oats assumiam que seus produtos consistiam em embalagens “e” conteúdos; não se tratava de produtos “dentro de” embalagens. Ao exigir que seus vendedores alardeassem bastante essa diferença, os fabricantes na verdade estavam a vender não só artigos específicos, mas a própria classe dos *packaged goods*.

A tecnologia editorial também se transformava rapidamente. Do ponto de vista comercial, os jornais, desde a Colônia, publicavam mensagens pagas; todavia, um periódico só conseguiu viver de publicidade apenas na transição para o século XX. Foi nessa época que eles se tornaram efetivamente “veículos” publicitários. Os anúncios aumentaram

em tamanho e qualidade de apelo; jornais e revistas começaram a oferecer espaços de página inteira a um só anunciante. A litografia tornou possível a reprodução de imagens coloridas numa escala e em uma quantidade jamais vistas, facilitando a reprodução de pôsteres e cartazes em geral. A difusão urbana da eletricidade, também na mesma época, tornou a noite tão “comercialmente viável” como o dia (Strasser, 1989: 91). O crescimento da frota de automóveis, nos anos de 1920, torna possíveis os anúncios ao longo das rodovias, dando impulso aos *outdoors*.

A estratégia dos fabricantes nacionais encontrará dificuldades no avanço de outras “soluções de comercialização”. Do ponto de vista econômico não há muito mistério: trata-se de manifestações de oligopólio comercial surgido para confrontar o oligopólio industrial, cada qual, por sua vez, subordinando, e, muitas vezes, sufocando os pequenos e médios empreendimentos em seu respectivo setor. Tanto quanto os industriais, os comerciantes também queriam poder de barganha na hora da compra e poder de persuasão no momento da venda. Mas do ponto de vista sociocultural esse embate pode ser visto em suas conseqüências positivas para o processo de modernização em curso. As três principais “soluções de comercialização” que Strasser destaca são as *lojas de departamento*, a *venda por correspondência* e as *cadeias de lojas* (Strasser, 1989: 204).

As *lojas de departamento* acabaram com a costumeira barganha praticada entre varejista e consumidor, insistindo em preços fixos e explícitos. Isso, aliás, coincidia com o interesse das *national brands* e contrariava um anacronismo – a visita cansativa e antieconômica da dona de casa a vários estabelecimentos, à procura de uma economia de centavos. As lojas de departamento introduziram serviços que reforçavam o lado recreativo das compras: lanchonete, restaurante, salão de chá, serviço de babá, posto de correio, de primeiros socorros, e sala de descanso. Adotaram

também o serviço de telefone para receber pedidos de quem ficava em casa, e, em 1912, estabeleceram o auto-serviço.

Muitos dos empregados em lojas de departamento eram mulheres, sendo o comércio a varejo, a propósito, um ramo importante de emprego feminino no conjunto das “novas classes médias”. Mas os empregados do comércio não precisavam mais ter as qualificações de seus predecessores, pois seu desempenho era mais controlado pela gerência do estabelecimento. Aliás, outra mudança relativamente importante ao comércio como profissão estava no perfil do vendedor viajante. Na época do apogeu dos atacadistas, vendedores eram, em geral, homens solteiros, rezando a crônica que seriam chegados a bebida e mulheres, e que funcionavam como leva-e-traz de piadas, fuxicos e novidades da moda. Quando os industriais montam suas redes de venda, começam a recrutar homens casados e “responsáveis”, visto que agora sua função de representação aumentou, na medida em que ele passou a ser a encarnação de algo mais visível, difícil de construir e fácil de arruinar: a imagem de uma grande corporação e suas marcas conhecidas em todo o país.

Em 1915, havia cerca de quatro mil lojas que se classificavam como lojas de departamento; quase todas recorriam à publicidade, enfatizando o preço baixo.

A venda por correspondência também se expandiu enormemente nessa fase. A firma Haynes-Cooper dizia com orgulho ter um exemplar de seu catálogo em cada fazenda ou vilarejo do país. Em 1884, um catálogo desses tinha cerca de 240 páginas e perto de dez mil artigos; no início do século, atingiria 24 mil.

O catálogo da Sears-Roebuck, em 1897, abrangia 786 páginas. Por meio de 24 “catálogos especiais” ela apresentava, descrevendo em detalhe, um número ainda maior de itens, incluindo ferramentas, móveis, alimentação, livros, máquinas de costura etc. Nessa empresa, em 1906, mais de duas mil pessoas abriam

e processavam diariamente mais de novecentos sacos de correspondência. Estradas de ferro, empresas de telégrafos e agências de correio conseguiram implantar-se em todo o país, facilitando a venda à distância. Em 1910, uma lei permitiu ao correio entregar mercadorias acima de quatro libras (1,8 kg). Para se ter uma idéia do grau de penetração, cada uma das grandes empresas desse segmento tinha, em 1915, entre quatro e seis milhões de clientes. Os interesses da Sears-Roebuck extravasavam o comércio, estendendo sua participação a dezesseis empresas industriais (Strasser, 1989: 214).

Os jornais locais costumavam atacar as vendas por correspondência, vistas como prejudiciais aos negócios na comunidade. A firma Sears and Ward retrucou, respondendo que os catálogos mostravam ao freguês exatamente quanto o varejista pagava por cada item que vendia; eram, pois, mais transparentes, funcionando como instrumento de defesa do consumidor.

Havia nos Estados Unidos, nos anos de 1920, mais de sete mil organizações, somadas as de alcance nacional, regional ou local; as quais respondiam por um quinto das vendas a varejo no país (Strasser, 1989: 222).

Elas ofereciam entrega a domicílio, crédito ao consumidor e aceitavam pedidos por telefone. Em 1930 a firma A&P tinha 15.700 lojas pelo país.<sup>7</sup> O giro de estoque entre elas também era alto, conforme dados reunidos pela autora: algumas cadeias rodavam o estoque três ou quatro vezes por ano, havendo uma que dizia rodar doze vezes. Lojas de alimentação e tabacarias chegavam a rodar quinze a vinte vezes por ano, havendo mesmo aquelas que declaravam chegar a 45 ou cinquenta vezes (Strasser, 1989: 225).

Assim como os atacadistas, algumas cadeias de loja também embalavam produtos de terceiros com suas próprias marcas. Gozavam de vantagens fiscais: só pagavam impostos onde elas “eram incorporadas” e não onde apenas mantinham lojas. Além desse

benefício, conseguiam descontos por quantidade comprada. Com retaguarda em Wall Street, baixos custos operacionais e políticas de crédito ao consumidor, conseguiam vender barato as linhas de produtos com marca, publicidade e distribuição em nível nacional. Em 1912, parlamentares começam a implicar com as cadeias de loja, suspeita-se que tivessem ligações com grupos financeiros, o que era proibido pela legislação antitruste.

A fatia de mercado das cadeias de loja cresce rapidamente: de 4% em 1919 a 8% em 1923. Neste último ano, as lojas de departamento detinham 16%, as vendas por correspondência, 4%, e as lojas de fábrica também 4% (Strasser, 1989: 230).

Ao comentar tantas dimensões diferentes, o livro de Strasser ajuda bastante a romper com a visão dominante, de viés economicista, das formas e conseqüências de expansão da grande empresa. Como a época que ela analisou é de fato a mais densa em mudanças em direção a uma sociedade de consumo, muitas menções a ela ainda serão feitas ao longo deste texto.

### **Origens da Moderna Cultura de Consumo, segundo R. Fox e J. Lears**

Jackson Lears escreveu *From Salvation to Self-Realization: Advertising and the Therapeutic Roots of the Consumer Culture, 1880-1930*, que serve de abertura aos ensaios que ele editou junto com Richard Fox, sob o título: *The Culture of Consumption. Critical Essays in American History, 1880-1980* (Fox e Lears, 1983). O título se explica pelo eixo da argumentação que procura mostrar como a publicidade norte-americana, naquele intervalo de meio século, integrou-se e ajudou a reforçar o que se poderia chamar, na falta de outro termo, de uma *transição ideológica profunda* ocorrida nos Estados Unidos.

Já a introdução, também assinada por Lears, situa essa transição no declínio ou ar-

refecimento da “ética do trabalho”, apoiada tradicionalmente no protestantismo, em nome de uma “ética de consumo”. Nessa passagem, o ideal da salvação *post mortem*, e os preceitos de conduta associados a ele (trabalho contumaz, vida frugal, auto-sacrifício, poupança, integração comunitária), se enfraquecem diante de um amálgama de valores em que tem lugar destacado o ideal de uma realização pessoal *em vida*. A concepção de plenitude existencial vem agora muito impregnada de novas definições de saúde física e psíquica. São valores que tomaram impulso nos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX. A atribuição de valor à vida em si era também algo novo na América. Na elaboração e propagação dessa nova ideologia colaboraram novos e diferentes agentes: escritores, publicistas, pregadores, cientistas sociais, médicos e – é claro – publicitários e anunciantes. Para Lears, foram esses os agentes de um “novo evangelho” que deu força e consistência ideológica ao processo de implantação de um mercado nacional de bens de consumo, cuja “infra-estrutura” se respaldava (como já visto) no crescimento econômico, em novos meios de transporte, num forte incremento populacional (imigrantes), acentuada mobilidade campo-cidade, e no surgimento de uma nova camada de dirigentes assalariados em grandes corporações.

Após descartar a visão ingênua, mas difundida, que vê essa mudança como o projeto deliberado de uma trama conspiratória comandada por alguma elite do poder, e salientar que o próprio conceito de “cultura de consumo” não tem uma clara definição, Fox e Lears declaram na introdução que a questão fundamental com a qual vão lidar os colaboradores da antologia é de descobrir *como o consumo se tornou um valor cultural, uma “maneira de ver” hegemônica nos Estados Unidos do século XX* (Fox e Lears, 1983: xi). Nesse novo universo simbólico, um *ethos* de cura (*therapeutic ethos*) impregnado da glorificação da força de vontade e da iniciativa indi-

vidual era propagado por um sem-número de agentes, formas e canais de aconselhamento pessoal, de terapias, e em jornais e revistas. Infiltrava-se mesmo no discurso ficcional, em novelas, romances e filmes. A propósito, esclarecem os autores, “consumidores não são apenas compradores de bens, mas destinatários de conselhos, objeto de estratégias de marketing, de programas de governo, e das imagens de felicidade que os anunciantes constroem para eles” (Fox e Lears, 1983: xii). Esse novo credo surge justamente em uma etapa em que o protestantismo se secularizara, e na qual a moral vitoriana começava a ser colocada em questão.

É difícil reproduzir aqui as muitas e sutis conexões entre protestantismo e ética de consumo que Lears sugere nesse texto e aprofunda em um estudo subsequente – *Fables of Abundance* (Lears, 1994). Mas vale a pena citar o parágrafo em que o autor dá elementos para se compreender a fusão entre valores protestantes e a nova cultura de consumo:

Enquanto os executivos de agências de publicidade abraçaram a ideologia secular do profissionalismo gerencial, ao mesmo tempo preservaram alguns liames com a tradição protestante. A evidência disponível indica que, por volta de 1910, as agências mais influentes, com as maiores contas, eram povoadas por um grupo notavelmente homogêneo de homens de origem anglo-saxã. Eles haviam concluído o “college”, com frequência em escolas de respeito do Nordeste do país. Eram protestantes, sendo muitos deles filhos de ministros presbiterianos ou congregacionistas. Vinham de hábito de pequenas cidades ou subúrbios do Nordeste ou do Meio-Oeste. Eram filhos (só 3%, aliás, eram mulheres) da elite liberal de protestantes do final do século XIX, e se aferravam a uma variante secularizada da visão de mundo de seus pais – uma fé em um progresso inevitável, como que decorrência de um plano divino. Tinham também tendência a atribuir a si

próprios uma posição central em uma missão redentora. A crença no retorno de Cristo após os seres humanos haverem criado o reino de deus na terra – segundo pregava a doutrina secular no pós-milenarismo. Essa associação entre profissionalismo [em publicidade] e protestantismo pós-milenar marcou a mais importante mudança nas condições sociais de produção de imagens comerciais (Lears, 1994: 154).

Uma fase também em que os segmentos médios e altos, nas cidades, olhavam com nostalgia a vida rural e a glorificavam pela sua proximidade com a natureza e pela sua rudeza, supostamente necessária à formação de um caráter firme. Nesse sentido, se na vida social norte-americana, até então, questões de saúde, felicidade e bem-estar pessoal sempre eram encaminhadas num quadro de referência comunitário e religioso, expresso por meio do autocontrole (*inner-direction*), a fragmentação da vida na transição para o século XX, devido à mobilidade social e geográfica, enfraqueceu o senso da identidade pessoal, e deixou as pessoas mais suscetíveis à opinião de terceiros (*other-direction*). Ademais, na visão até então dominante, a saúde e o bem-estar eram considerados um “estoque dado e finito” (ou um recurso *escasso*). Por consequência, a temperança podia fazer esse recurso render mais, prolongando sua duração. Seria uma disposição pessoal – segundo os autores – ideologicamente vista e valorizada do vértice de uma “lógica de *escassez*”.

A visão emergente edifica-se na perspectiva oposta, a de que, através do consumo e do “espírito positivo”, a pessoa poderia acrescentar *mais* saúde e bem-estar à sua existência, numa “lógica de *abundância*”. Pela exortação da possibilidade de alcance de um inesgotável “crescimento pessoal”, os “terapias da abundância” estimulavam o “esquecimento” do passado, apregoando uma postura voltada para o futuro, centrada em aspirações e não em ansiedades. Visto desse

ângulo, o trabalho publicitário veio apenas a reforçar uma tendência mais ampla e profunda – a do “trabalho terapêutico”, propondo-se a missão de enfrentar com suas armas as novas “necessidades” do norte-americano médio. O consumidor nesse contexto deixa de ser encarado como um agente racional<sup>8</sup> e sim como alguém movido por emoções, que pode melhor ser tocado por estratégias de comunicação baseadas na sugestão e na insinuação; em associações, enfim, entre o produto que se oferece e o bem-estar físico, psíquico e social que poderia proporcionar a seu comprador; ou, ao contrário, pelo desconforto do risco de rejeição social com que se ameaçava aqueles que não aderiam à sua compra e uso. De início, a propaganda baseada em associações acenava com a promessa de segurança psicológica e auto-realização,<sup>9</sup> mas preservava a privacidade e a integridade da família. Com o tempo, até a coesão e a harmonia familiares apareciam nos anúncios como decorrência de um “padrão inteligente” de consumo. O caráter “terapêutico” reforçava-se em insistentes apelos à autoridade médica nos anúncios. “O médico e seu uniforme branco tornaram-se uma figura omnipresente dos anúncios dos anos de 1910 e 1920” (Fox e Lears, 1983: 24); sua autoridade era explícita ou implicitamente invocada mesmo quando o bem anunciado pouco ou nada tivesse a ver com saúde; isso sem contar as pseudodoenças, apenas frutos da imaginação de publicitários, como “asthenia” ou “halitosis”. No imaginário de então, até a figura de Jesus Cristo poderia ser interpretada como a de um agente terapêutico, tal como se atribuiu a um publicitário de sucesso na época – Bruce Barton.

O estudo das conexões entre a moral dominante e a ideologia embutida nos anúncios vai muito além do que aqui é possível reproduzir. Todavia, a inclusão desse tópico ajuda a construir uma idéia mais integrativa da função cultural e ideológica da publicidade, na etapa mais crucial de sua implantação.

## Publicidade como “Espelho” da Sociedade, segundo R. Marchand

O título do livro de Roland Marchand, *Advertising the American Dream. Making Way for Modernity, 1920-1940* (Marchand, 1985), exprime bem sua tese central: o principal papel da publicidade nos Estados Unidos foi contribuir para a difusão da modernidade no conjunto da sociedade. O “sonho americano” foi o substrato de vontade coletiva que guiou a conexão de um sistema industrial amadurecido<sup>10</sup> a uma pauta de consumo que se transformava em função da enorme mobilidade social e geográfica ocorrida nas primeiras décadas do século XX. Mudando-se do campo à cidade, e da cidade pequena à grande, e desta à metrópole, homens e mulheres que ascendiam na escala social, e ocupavam o crescente fluxo de novos empregos de classe média, enfrentavam condições de vida novas e estranhas à sua biografia pessoal e familiar.

O repertório perceptivo e de gosto, os valores e estilos de vida do norte-americano comum, formados em ambiente familiar fechado, no campo ou na cidade pequena, tornavam-se cada vez mais obsoletos, e, em conseqüência, desencadeavam insegurança, multiplicando situações de solidão pessoal. Haveria, pois, uma estrutural carência de orientação (*vacuum of advice*) reclamando o surgimento de profissionais especializados. Caberia a eles descobrir novos canais de distribuição e de publicidade, novos argumentos de venda, novas maneiras de apresentar argumentos antigos, novos critérios de sondar e aferir a “satisfação do consumidor”.

Assim, a rápida difusão de novos bens de consumo e o aperfeiçoamento tecnológico dos já existentes teciam um pano de fundo muito propício ao desenvolvimento de uma “máquina de comercialização” capaz de assegurar o escoamento de um fluxo crescente e diversificado de produtos e serviços. A eletricidade doméstica – como se viu – se es-

tendia rapidamente, permitindo o acesso de segmentos cada vez mais amplos a uma série de equipamentos para cozinha e limpeza. Por sua vez, esses equipamentos cumpriam seu papel em uma transformação social mais profunda, a qual apontava para a redução do tamanho e para a mudança do perfil da família, para uma nova divisão doméstica do trabalho e novos modos de execução das tarefas de casa. A tecnologia também oferecia novas alternativas de entretenimento, tudo convergindo para ampliar e diversificar a procura por outros tantos bens e serviços. A introdução do crédito ao consumo ampliava enormemente o potencial de compra do mercado (Calder, 1999).

Uma conseqüência que se previa desse desenvolvimento da “máquina de comercialização” foi sua repercussão no ensino de negócios e no estilo de gerenciar empresas.

O espaço aqui só comporta umas poucas referências: em 1902 cursos de marketing começaram a ser oferecidos nos Estados Unidos. Fundada em 1908, a Harvard Business School só começou com um ensino de marketing realmente distinto dos cursos de economia em fins dos anos de 1920. Na década seguinte foram criados a American Marketing Association e o *Journal of Marketing*, assegurando Russell Belk (Belk, 1995) que esses fatos assinalam a separação formal entre marketing e ciência econômica no meio universitário.

Nesse esforço por elevar a reputação da atividade, também se introduz em 1924 uma primeira premiação para contemplar a qualidade de texto e imagem, sob responsabilidade da Harvard Business School. Na escalada do prestígio, os líderes da publicidade procuram construir uma imagem pública da profissão, aproximando-a das profissões já estabelecidas – medicina, direito e púlpito. É nessa fase que começam a surgir clubes e associações de publicitários, ao menos na cidade de Nova York, onde essa atividade se concentrava.

A publicidade havia avançado bastante desde finais do século XIX, quando a produção de anúncios pelas agências virara prática comum. Antes da Primeira Guerra, os líderes do setor já haviam desencadeado uma estratégia de reforço de credibilidade pública que passava por campanhas de repressão de anúncios mentirosos.<sup>11</sup> A Primeira Guerra funcionara como ocasião para elevar a respeitabilidade da propaganda por meio da colaboração de seus líderes e de seus profissionais no esforço militar.

Conforme Marchand, a maturação técnico-produtiva havia introduzido a racionalidade e a previsibilidade necessárias na fabricação; um ramo após outro ia se ajustando a ela, multiplicando-se as marcas concorrentes e as possibilidades de escolha. Em conseqüência, *o consumidor começou a ser percebido pelos industriais como o fator mais imprevisível, como a maior ameaça de perturbação do sistema econômico.*

O potencial de contribuição dos publicitários à necessária redução dessa imprevisibilidade passava também pelo domínio de novos veículos de comunicação, como o rádio, e de novos recursos técnicos para a construção de anúncios e campanhas, como a fotografia. Exigia-se também uma aproximação maior com o meio empresarial em seu conjunto, de modo a converter um número maior de industriais e comerciantes em anunciantes regulares.

Para melhor afinar-se com sua clientela efetiva e potencial, as agências começam a recrutar seus quadros artísticos, técnicos e administrativos entre diplomados em escolas superiores de prestígio. Em 1926, a agência J. Walter Thompson empregava 105 diplomados em *college*, inclusive cinco PhD. O historiador Daniel Pope constatou que, em 1916, com base em estatísticas disponíveis, a metade dos publicitários havia freqüentado *college* e um quarto conseguira o grau de *bachelor*; em 1931, mais de três quartos freqüentara *college* e quase a metade o tinha

concluído (Pope, 1982:177-80). Antes disso, o início típico de carreira em publicidade era em redações de jornais e em atividade de vendas – procedência por si só indicadora de uma origem social modesta.

Reconhecendo essa seletividade social no meio publicitário da época que estudou, Marchand coloca-se a questão de se esse segmento diminuto, agora com fortes trunfos de origem familiar, educação, cultura e experiência de vida metropolitana, estaria ou não em situação favorável para compreender o repertório de preferências e de escolhas do norte-americano médio. Afinal, era deste – segundo crenças e a retórica da época – que o publicitário seria o “embaixador” junto a industriais e comerciantes. Esta rica e sugestiva hipótese pode também assim ser formulada: *até que ponto o “consumidor médio” que os publicitários representavam em suas imagens e textos não seria uma projeção de seus próprios anseios, gostos e preconceitos?*

Marchand justifica o interesse na composição social dos publicitários a partir da observação exaustiva de milhares de anúncios publicados nas duas décadas. Acontece que com muita frequência esses anúncios mostravam pessoas na prática de esportes socialmente seletivos, sobretudo o golfe, ou em práticas culturais sabidamente elitistas, como a leitura de livros. Quando o anúncio mostrava uma residência, geralmente indicava um padrão de luxo partilhado por parcela muito pequena da população. A renda familiar média do publicitário, na época, era quase quatro vezes maior do que a de um domicílio padrão. Dado esse nível de desigualdade, é fácil entender por que, na época, os publicitários se compraziam em se dizer “apóstolos da modernidade”. Naquele contexto, essa “missão” compreendia o compromisso com a “apuração” do gosto e com a “elevação” dos costumes das classes populares e médias.

Aí está, pois, um *princípio de distorção* da imagem do consumidor que os publicitários

levavam aos anunciantes, enviesada por suas características sociais de origem e também por sua estratégia de identificar-se com sua clientela imediata – os anunciantes – que eram parte da elite empresarial branca e anglo-saxã.<sup>12</sup> Dessa proximidade social e desse projeto ideológico e corporativo resultava uma tendência freqüente a estampar em anúncios a família norte-americana como composta por um marido empresário ou executivo assalariado e uma esposa de “prendas domésticas”. O marido executivo, quando era mostrado em seu ambiente de trabalho, quase sempre estava em uma sala confortável, cortada por uma descomunal janela, o que lhe permitia estender seu controle visual sobre fábricas ou sobre o cenário de arranha-céus de uma metrópole. Para ser mais preciso: acompanhando a transformação dos anúncios ano a ano, Marchand mostra que o “olhar” sobre fábricas e chaminés exprimia mais um empresário de tipo antigo, voltado para a produção e orientado para o chão de fábrica; aos poucos, o que o executivo olha pela janela são arranha-céus, que melhor caracterizam o “novo homem de negócios” voltado para o mercado e para as finanças. Raramente na caracterização do marido típico aparecia alguém de outra ocupação.<sup>13</sup>

O autor assegura que *o estilo dos anúncios costumava variar bastante, mas o mesmo não ocorria com os conteúdos sociais da publicidade*. Essa constatação serve para Marchand analisar separadamente os recursos técnicos e estéticos empregados na construção do anúncio, e seus conteúdos mais constantes, aquilo que permite tratá-los como “clichês sociais”. Estes assumiam a forma de *grandes parábolas*, feitiço no qual os anunciantes se propunham a, por meio de insinuações mais do que de confronto, retirar lições de moral prática de incidentes da vida cotidiana. Assim, as parábolas desviavam a atenção do leitor do interesse comercial subjacente e lhe solicitavam um crédito de confiança na narrativa. Por se tratar de um capí-

tulo importante do livro, seguramente aquele que melhor retrata a transição ideológica em curso, convém aqui enunciar e definir cada uma das quatro principais parábolas que Marchand identificou.

A primeira parábola é a da *Primeira Impressão*. Ela insistia que, na sociedade moderna, a impressão que uma pessoa passa a outra em seu primeiro contato é decisiva na definição de seu futuro. Por exemplo, a aparência do candidato a emprego durante a entrevista; a aparência da casa na primeira visita de um convidado importante; a impressão oferecida pelo corpo e pela roupa, em um contato imprevisto capaz de desencadear uma atração amorosa. Explorando essa lição de moral, ficava mais fácil persuadir o consumidor da importância de bens capazes de “trazer segurança” contra riscos e imprevistos de um primeiro encontro.

A segunda é a parábola da *Democracia dos Bens*. Ela reassegurava o consumidor comum do “direito de acesso” a confortos e requintes até então reservados aos muito ricos. Os progressos tecnológicos na indústria e as formas mais eficientes de comércio garantiriam a concretização desse direito. Ou seja, as mensagens inspiradas nessa parábola faziam acreditar que até o mais humilde dos consumidores teria seu padrão de vida elevado, sem necessidade de nenhum programa de distribuição de renda, apenas sabendo informar-se e comprar com bom senso e sentido de oportunidade. Assegurando que doravante “qualquer mulher pode [...]”, ou “que todo lar tem a seu alcance [...]” (isso ou aquilo), essa parábola ajudava a disseminar novas aspirações, calcadas na ética do consumo.

A terceira é a parábola da *Civilização Redimida*. Era usada para propagandear produtos sob o argumento de que eles “provavam” a possibilidade de a civilização, por meio da indústria, gerar seus próprios elementos de correção a danos que a vida moderna e suas “artificialidades” pudessem propiciar ao ambiente natural ou ao corpo humano. Através

dela, a imagem da “sadia e laboriosa” sociedade do passado era enaltecida e confrontada aos riscos de perversão e à indolência “característicos da modernidade”; exaltava-se pois o homem “reconciliado com a natureza”, dentro de um clima nostálgico segundo o qual o homem “civilizado”, premido por inúmeras ansiedades, aparecia como uma “vítima” de um processo inexorável.

A parábola da *Criança Cativada* enfatizava a contribuição que o produto anunciado podia oferecer às mães no trato físico e emocional dos filhos. Por exemplo, a sopa em lata que já incorporava as vitaminas que a criança até então só comeria se forçada a tanto pelas ameaças admitidas pela pedagogia antiga. A parábola enfatizava portanto um novo padrão de relacionamento familiar menos autoritário e violento. Em um clima como aquele, as próprias decisões de compra deveriam ser tomadas em conjunto pelo casal e pelos filhos. Como pano de fundo, essa parábola florescia em resposta a uma etapa de mudanças nas relações entre adultos e crianças pregadas por psicólogos e outros “terapeutas”. Ao mesmo tempo em que certas tarefas demoravam menos, devido à introdução de eletrodomésticos e produtos de limpeza mais eficientes, aumentava o tempo disponível da mãe para cuidar de seus filhos segundo o figurino de uma nova pedagogia. Entende-se aí que a publicidade nada mais fez do que captar um clima cultural que favorecia apelos à culpa da mãe de família – agora confrontada a uma exigência de desempenho muito mais cansativa do que antes (Cowan, 1997).

O exame das técnicas de criação do anúncio, dos princípios estéticos que a apoiavam, e das conexões entre as soluções visuais e o conteúdo proposto é feito no capítulo dedicado aos “clichês visuais”. Segundo Marchand, argumentos ensejam contra-argumentos, e discussões levam ao ceticismo. Logo, parte daquilo que o anúncio precisava passar nem sempre poderia ser dito em pala-

vras, sob a pena de parecer pretensioso, ofensivo ou absurdo. Entram aí as cenas que exibem produtos em *proporções heróicas*, gigantescas, como se pairassem no espaço, sob uma aura de luz evocativa de confiança e respeito. E naquelas que mostram *multidões em adoração* a um novo produto ou modelo, este é envolto em um fecho de luz inspirado na iconografia religiosa. Em uma variante, a multidão é apresentada como massa, da qual se sobressai uma só pessoa, como alusão às pretensões do produto a individualizar seu usuário, distinguindo-o da massa “dócil e homogênea”.

Quando um halo similar atinge de frente toda a família, postada de costas para o leitor, essa imagem seguramente indica que a família está olhando seu futuro – um futuro revestido da mesma numinosidade que desde um passado muito afastado as imagens dos santos e do Cristo vêm evocando.<sup>14</sup> A família aí está geralmente de frente (quero dizer, “enfrentando”) a grande cidade, que aparece resplandecente com seus arranha-céus. Enfim, a representação do futuro como uma fonte de luz era perfeitamente compatível com a ideologia de uma sociedade confiante no progresso. Compatível com uma modernidade na qual o indivíduo não apenas *planeja* o que fazer, mas *constrói* sua vida em meio a incertezas, daí emergem sentimentos persecutórios, explorados nos inúmeros anúncios em que pessoas comuns apareciam deprimidas diante de *olhos e espelhos incriminatórios* – outro clichê visual apontado por Marchand.

Mas, como a vida metropolitana também tinha sua contrapartida em relações sociais escassas e em solidão pessoal, às vezes o que aparecia iluminado era o pequeno vilarejo, com sua igreja em destaque e o sol a tudo abençoando: um espaço de afetividade, proximidade social e vizinhança. Os raios, quando o anúncio deixava sua fonte oculta, sugeriam um sol guiado por considerações morais, um “favor dos deuses”. Era comum

este “sol” iluminar focalizadamente um produto específico.

Como as duas décadas abarcadas pelo estudo de Roland Marchand são cortadas ao meio pela Grande Depressão, os “clichês visuais” pós-1930 também mudam. Começa-se a ver “cenas de escuridão”, nas quais um foco de luz “ao fim do túnel” apontava para a esperança de dias melhores. Os anúncios nessa etapa perdem o colorido que se havia começado a empregar na década anterior, para sugerir, em branco e (sobretudo) preto, os dias difíceis em que se vivia. Nessa mesma fase começam a abundar os anúncios que tentavam vender produtos acenando para os riscos de fracasso escolar dos filhos. Nada de estranho – observa Marchand –, pois a falta de horizontes que os adultos sentiam para si os fazia transferir aspirações de emprego seguro e ascensão aos filhos. Daí as parábolas das *mãos abaixadas* e da *criança magricela*.

Permanecer a criança com as mãos abaixadas (em sala de aula) significava que ela nada conseguia responder ao professor, simplesmente por não saber;<sup>15</sup> a dificuldade poderia indicar que ela padecia de alguma deficiência alimentar que o consumo do produto anunciado iria seguramente suprir. A magreza infantil também era mostrada como algo a ser evitado, posto que, naquelas circunstâncias difíceis, seria tomada com toda certeza como a melhor prova das privações econômicas da família.

As cenas de *punhos fechados* também se multiplicaram nessa época, posto que narrava condensadamente a esperança de melhores dias e a possibilidade de alcançá-los ou pelo esforço individual ou grupal.<sup>16</sup>

O trabalho por assim dizer pedagógico da publicidade foi mostrado por Marchand a partir de um cruzamento da análise de conteúdo da mensagem publicitária com as condições sociais cambiantes em nível da sociedade e da economia norte-americana em seu todo. Constatou-se somente que esse “reflexo” não estava isento de deformações, as

quais o autor aponta pelo exame das condições também cambiantes, mas socialmente definidas, do recrutamento e do exercício da profissão publicitária, como missão delegada pelos anunciantes e tanto mais respeitada quanto maior o tamanho e a importância de cada conta para a sobrevivência e o crescimento da agência. Ele localiza também deformações que se originavam da distância social e cultural entre o publicitário e o norte-americano médio, cujas preferências e gostos aquele procurava decifrar, e de quem insistia em se dizer próximo na imagem que procurava passar à clientela. E da proximidade social e da identificação de interesses e de estilo de vida com os anunciantes, que procuravam passar ao eleger o “executivo”, como se viu, como a figura masculina por excelência.

Marchand pergunta-se das razões da insistência nas mesmas “grandes parábolas” nos anúncios da época. Para além das sintonizações entre o apelo moral e o estado psicossocial das grandes massas de consumidores, seu texto procurava mostrar *afinidades entre o significado da parábola e as condições particulares de inserção do publicitário no campo empresarial.*

“Por que os anunciantes estavam sempre voltando às mesmas ‘grandes parábolas?’” pergunta-se ele. Sabe-se que as medidas do impacto da mensagem publicitária eram demasiadamente rudimentares e falhas para revelar se e como o público reagia a essas fábulas. Na ausência de validação, os redatores acabavam apelando a um expediente que lhes era útil nas decisões em matéria de “criação”: seu próprio julgamento instintivo, enviesado pelas condições de sua própria trajetória de vida. Por exemplo, em sua própria carreira – mutável e incerta – constantemente dependente de êxitos obtidos em breves apresentações a clientes potenciais, eles estavam condenados a reconhecer a importância das aparências. O sucesso de cada uma de suas propostas – como a imprensa do setor sempre lembrava – era dependente de uma “primeira

impressão” que ela provocava em um afobado, desatento leitor. A parábola da *Primeira Impressão* era antes de tudo uma parábola para o próprio meio publicitário (Marchand, 1985: 233). Da mesma forma, os anunciantes empregavam a parábola da *Criança Cativada* como metáfora. Ela os aproximava da mais atual literatura de psicologia infantil para conceber boas estratégias mercadológicas. Mas seu entusiasmo com isso pode também ser percebido a partir do modo como suas recomendações aos pais ecoavam o conselho que os anunciantes trocavam regularmente entre si sobre como atingir o público consumidor. Os leitores – lembravam eles uns aos outros – não podem ser amedrontados ou forçados a comprar. Eles precisam ser levados à tentação, com sutileza, antecipando-se o gozo dos prazeres e das recompensas que os esperariam. Precisavam, enfim, ser cativados. A parábola que sustentava que o impulso do ser humano ao “aprimoramento” e ao prazer era algo tomado como axioma na prática do publicitário.

É lícito conjecturar que as parábolas da *Democracia dos Bens* e da *Civilização Redimida* também ganharam credibilidade entre os líderes da publicidade porque serviam igualmente como parábolas da própria vida cotidiana de seus membros. A “*Democracia dos Bens*” definia o *status* social em termos do consumo de determinados produtos, mais do que em termos de riqueza, educação, ocupação ou estatura cívica. Ao transferir toda competição e toda realização significativa do âmbito da produção ao do consumo, ela exaltava a publicidade e a distribuição como passos para a “solução de todos os problemas”.

A parábola da *Civilização Redimida*, por sua vez, continha um tal “apelo ao terapêutico” que lembrava de perto a experiência dos publicitários. Suas advertências acerca da tensão nervosa da sociedade moderna e os perigos de uma fraqueza moral “degenerativa” podem ser vistos como uma espécie de diagnóstico sob medida dos “males endêmi-

cos” da profissão publicitária, tais como: insegurança, pressão de prazos, tentações a extravagâncias exageradas nos prazeres de uma vida urbana afluente e sofisticada (Marchand, 1985: 234).

Uma vez apresentados alguns resultados substantivos alcançados pelo autor, vale a pena reproduzir um parágrafo em que ele mostra as muitas armadilhas que o tema apresenta a quem se coloca cobranças de causalidade linear e precisa, no trato da publicidade em suas múltiplas dimensões:

Minha postura de aceitar que a publicidade seria um espelho da sociedade que refletiria “completa e vivamente” a época estudada só me causou novas perplexidades. Não se imagina quão poucos aceitaram o desafio de reconstruir atitudes e valores de uma era através de seus anúncios! Dilemas e outros imponderáveis surgiram de todos os lados. Será que os conteúdos espelham a real condição e comportamento do consumidor? Ou suas fantasias e aspirações? Ou será que a publicidade reflete, ainda mais fielmente, os valores particulares e as preocupações dos anunciantes, das agências e seus redatores? Em que bases empreender a análise sistemática dos elementos explícitos no conteúdo de anúncios, quando as alusões mais sutis freqüentemente permanecem no próprio coração de seus apelos? É pacífico que as sutilezas desafiam a quantificação e a classificação. Ademais, mesmo a explanação plausível do conteúdo de um conjunto de anúncios, tal como concebido por seus criadores, nada provará acerca do impacto deles sobre o consumidor. Se as vendas aumentaram durante uma dada campanha publicitária, outros fatores em termos de promoção de vendas, distribuição, condições econômicas, ou modismos, podem ter afetado os resultados. Mesmo se a publicidade pudesse ser isolada como fator-chave no *merchandising mix*, a colocação do produto, a freqüência de inserções, uma oferta especial, ou o apelo visual de uma dada campanha po-

dem influenciar os consumidores muito mais do que um implícito ou explícito conteúdo social (Marchand, 1985: xvi).

### **O Significado do Trabalho em Publicidade, segundo Joseph Bensman**

“The Advertising Man”, um ensaio de sessenta páginas de Joseph Bensman foi publicado duas vezes. A primeira, em 1964, em uma antologia dirigida por Peter Berger, *The Human Shape of Work* (Berger, 1964), dedicada à questão do significado do trabalho na sociedade moderna. A segunda, em 1967, em um livro só dele, cujo título e subtítulo circunscrevem bem as preocupações do autor: *Dollars and Sense. Ideology, Ethics, and the Meaning of Work in Profit and Nonprofit Organizations* (Bensman, 1967). Nesta última obra, o texto sobre publicitários convive com ensaios similares acerca de professores e pesquisadores acadêmicos, assistentes sociais e consultores de entidades sem fins lucrativos; todos grupos nos quais ele atuou profissionalmente.

Em 1964, Bensman publicou seu ensaio sob o pseudônimo de Ian Lewis, e, em 1967, com seu próprio nome. A razão alegada para essa diferença foi a circunstância em que o autor se encontrava até 1967, ocupando a posição de diretor de pesquisa de mercado em uma agência novaiorquina, na qual permanecera por toda uma década. O recurso ao pseudônimo foi um desdobraimento do cuidado em não identificar pessoas e instituições em um estudo baseado na observação participante.

Ao deixar a agência, Bensman tornou-se professor universitário, e lecionava sociologia na City University of New York. Antes de tudo, Bensman ainda havia trabalhado como consultor em diversas organizações privadas não lucrativas.

Na introdução a *Dollars and Sense*, do qual são retiradas essas informações, consta

também que a decisão de deixar a publicidade pelo magistério superior fora consequência de uma idéia bem pensada que ele amadurecera enquanto preparava o livro e fora levado a comparar exaustivamente a vida em publicidade com a profissão acadêmica. Ele diz encarar sua atividade universitária como “mais dignificante” – posto que mais desinteressada, e considera que a decisão de mudar de campo de trabalho foi certamente a principal consequência de seu estudo comparativo.

Ao nomear alguns sociólogos que foram importantes em sua formação universitária, Bensman declara seu constante interesse nas obras de Weber, Freud, Mannheim, Marx e Veblen. Cita também alguns nomes com quem conviveu, como Hans H. Gerth, e reconhece que seu texto respondia às questões que lhe deixara um punhado de obras de autores norte-americanos, entre as quais *Sociological Imagination*, de Charles Wright Mills (Bensman, 1967: 3-6).

Para quem é sociólogo, o conjunto desses dados informa suficientemente bem acerca das conexões possíveis entre a trajetória intelectual e profissional do autor e um repertório teórico indispensável para encaminhar dilemas cruciais daquela época. Os nomes mencionados, afinal, atacaram de frente oposições como individualismo *versus* altruísmo, ideologia *versus* ciência, consciente *versus* inconsciente, a ação com relação a fins *versus* ação social com relação a valores, clareza de discurso analítico *versus* hermetismo e vacuidade em sociologia.

A partir daí parece lícito reconhecer que a questão do sentido do trabalho esteve tenazmente presente nas formas como ele vivenciou sua experiência naquelas áreas.

O texto final não indica qual era sua agência, nem identifica qualquer entrevistado. Bensman admite que, na seleção do material, deu ênfase sobretudo àquelas inferências que captavam aspectos mais genéricos do meio publicitário, menos propícios a identificar sua agência.

O foco do interesse de Bensman é a publicidade como caso propício à discussão do problema do sentido do trabalho na sociedade contemporânea, burocratizada. Foi por isso que não se propôs a uma abordagem mais exaustiva da vida publicitária, limitando a análise “[...] àqueles aspectos que fazem da publicidade uma profissão única ou que ela particularmente acentua, em relação a outras profissões e ramos de negócio [...] de modo a definir um patamar para uma discussão mais exaustiva da *publicidade como um drama que atualiza alguns dilemas éticos e morais do trabalho em nossa sociedade*” (Bensman, 1967: 13).

*The Advertising Man* começa com o reconhecimento da enorme visibilidade social dos publicitários na América, argumentando-se que ela ultrapassa em muito sua importância como ramo de prestação de serviços. Os 65 mil empregados no setor eram poucos diante dos 230 mil médicos e dos 1,5 milhão de professores de escolas públicas. A receita anual das agências,<sup>17</sup> em torno de um bilhão de dólares, é afinal algo pequeno diante da receita da indústria automobilística (12,7 bilhões) ou da siderurgia (8 bilhões).

O texto prossegue nomeando e descrevendo as posições básicas em uma agência (contato, criação, administração, mídia), e a considerável remuneração de seus profissionais – salários, ações e benefícios indiretos – em relação às secretárias e demais pessoal burocrático.

A partir daí Bensman envereda pela descrição do “clima” de uma agência típica, definindo-o como um cassino, onde a roleta da sorte pode fazer milionários ou fracassados do dia para a noite. Onde uma conta importante, perdida por uma decisão súbita e caprichosa de um cliente, pode significar demissão em massa e necessidade de drásticos remanejamentos na cúpula, para recomposição do controle. Uma notícia como essa corre rápido no meio, e assim a sensação de insegurança espalha-se como pólvora, avivan-

do a consciência dos publicitários de que eles apenas detêm um poder delegado.

No ambiente surrealista das agências as pessoas vivem constantemente sob a pressão de prazos. São obrigadas a um complicado jogo de aparências e rituais para agradar o cliente e persuadi-lo da efetiva importância de seu trabalho para as vendas. Não raro um cliente condiciona a renovação da conta à apresentação, pela agência, de estratégias alternativas de comunicação para seus produtos e à elaboração de extensos estudos. Como muitos desses “exercícios” não são para valer,<sup>18</sup> ocorre que, uma vez terminados em ritmo extenuante de trabalho, o cliente se satisfaz com uma sessão de apresentação ao vivo. Caso a agência seja “aprovada” (quero dizer, tenha “provado” que merece continuar com a conta), o relatório poderá ir para a gaveta do cliente, sem mesmo uma leitura nem mais satisfações.

Como não é possível saber qual a contribuição de uma campanha para o resultado de vendas,<sup>19</sup> uma vez que há centenas de fatores em jogo ao mesmo tempo, e como, em função disso, a confiança do cliente pode desaparecer do dia para a noite, as agências construíram um oneroso e demorado ritual de agrado ao cliente. Dele faz parte o *wining-and-dining complex*, isto é, o hábito instituído de a agência oferecer aos clientes o mais sofisticado em matéria de bares e restaurantes, o que obriga à escolha dos lugares mais luxuosos, onde muitos publicitários só entram se tiverem a despesa paga “pela conta” – em última instância: pelo cliente. Em caso de cancelamento súbito de um almoço desses, o publicitário sentirá bem a insegurança e a artificialidade de sua “dupla vida” enquanto come um sanduíche no *fast-food* mais próximo.

Parte fundamental na análise de Bensman é a descrição das linhas de competição e conflito, individuais e grupais, dentro das agências e nas relações com os clientes. Ele privilegia a duplicidade de inserção e de comando a que usualmente o publicitário está submetido, na medida em que responde si-

multaneamente ao chefe de seu departamento e ao(s) supervisor(es) de conta. A propósito, faz parte das atribuições da direção da agência a mediação desses conflitos, decidindo sobre as reivindicações dos chefes de departamento e dos supervisores de conta acerca das necessidades de alocação de pessoal. São propícias a essa mediação pessoas com *good business judgement*, isto é, com ponderação e descortínio para decidir em função dos interesses superiores da agência.

Sendo a publicidade fragmentada em especialidades ocupacionais, a distribuição do pessoal pelas várias contas só faz aumentar a fragmentação, potencializando um clima de “pressão cruzada” (*cross-pressure*).

Bensman assim apresenta as especificidades da publicidade como espaço de trabalho:

1. Setor de trabalho intensivo e capital extensivo: mais de 70% das despesas de uma agência é com a folha de pagamento. Esta, por sua vez, é muito concentrada, e nela os empregados burocráticos e serviços gerais têm uma participação pequena (40%), e salários variando entre 16 e 18 mil dólares ao ano; os restantes 60% remuneram, em salários e participações, o pessoal de gerência, criação, contato, com ganhos entre 27 e 34 mil dólares.
2. Possibilidade de conseguir rápido avanço, alta remuneração e riqueza; uma parte dessa remuneração é indireta, e inclui os gastos de representação da agência perante clientes e fornecedores.
3. Possibilidade de desemprego súbito, com risco de falência pessoal total diante de altos níveis de renda; esse risco pode derivar de bruscas, e até certo ponto imprevisíveis, perdas de contas importantes por parte da agência.
4. Impossibilidade de alguém ter certeza de qual é o resultado específico e objeti-

vo de sua contribuição ao sucesso de vendas do cliente; correlatamente, dificuldade em se saber qual é exatamente a contribuição específica e objetiva de cada publicitário ao sucesso da agência.

5. De um ponto de vista moral, a falência ideológica (*ideological failure*)<sup>20</sup> resulta em cinismo, ironia, autogozoção, distanciamento pessoal entre colegas, traços que acabam colorindo seu modo de vida por inteiro.
6. Sendo um ramo de negócios dependente de uma clientela poderosa (as empresas anunciantes), desfruta, pois, de um poder delegado. Isso assemelha a relação agência-cliente a uma *relação de corte*, na qual o rei seria os dirigentes máximos das empresas clientes (os CEO) e os publicitários, apenas cortesãos.

Após descrever as posições-chave e as linhas de aliança e conflito que dinamizam o dia-a-dia da agência, Bensman desenha as diferentes qualificações (no sentido de disposições pessoais) que a publicidade exige.

Fibra (*nerve*) é a qualidade central que um publicitário deve possuir para resistir às pressões. Desde que a maior parte do trabalho da agência é executado sob constante pressão de prazos, de críticas possíveis, do omnipresente receio do fracasso total; quem não souber “segurar as pontas” (*stand the grind*) será logo reconhecido [...].

“Fibra” significa algo mais do que resistência a desmoronar sob pressão. Significa a capacidade de exibir, a despeito das pressões recebidas, calma, tato, respeito adequado, bom humor e lealdade às pessoas certas. [...] Esta capacidade é considerada como requisito pessoal para todo gerente de conta ou da agência, ou qualquer especialista técnico ou de criação que queira ascender na carreira. A razão é que essas são as qualidades que agra-

dam ao cliente, e também a seus padrões (Bensman, 1967: 36).

A capacidade de agradar (*likability*), definida como “orientação a terceiros com fim em vista” tem sua centralidade assegurada pelo fato de que a publicidade é um negócio cuja real existência depende de “favores” concedidos pelo cliente. Isso define o campo publicitário como corte, e seus profissionais como cortesãos. Nessa “corte”, o “rei” é o presidente da empresa cliente e a importância de cada cortesão é medida pela distância em relação a ele. Como o executivo de conta precisa agradar ao cliente e não pode, ao mesmo tempo, ceder completamente a suas demandas, ele precisa ter “senso de realidade”, sendo esta a terceira qualidade mais importante.

Baseado nessas observações, Bensman desenha os três principais tipos encontrados em uma agência:

1. O *gênio criativo*: É o publicitário que cria ou tenta criar a impressão de que seu conhecimento técnico ou habilidade criativa é tão fantástica que ele pode ignorar as demais dimensões do negócio. Se tem sucesso (ao ser considerado pelo menos tão bom quanto ele diz ser), pode subir para uma posição de cúpula. É usualmente visto como irresponsável para posições que exigem capacidade de julgar ou habilidade administrativa.
2. O *cara simpático*: Trabalha duro e está sempre correndo. É agradável, amigo, capaz de entreter, e de hábito faz mais do que o cliente ou o supervisor de conta pedem. É absolutamente ansioso e disposto a atender a seus superiores, mesmo nas coisas sem importância, ou a colocar alguém para fazê-lo. Sente-se perdido quando dois ou mais superiores entram em desacordo, ou quando lhe pedem opinião assunto acerca do qual um superior já se manifestou. Falta-lhe

“fibra”. Pessoas assim não vão além de gerente de contas, porque são incapazes de trabalhar sem diretrizes claras e correm o risco de ceder perante si próprios, perante subordinados ou clientes, no afã de agradar. Ele precisa estar sob controle do tipo descrito a seguir.

3. O *realista rigoroso*: Pode não ter habilidades técnicas ou criativas, mas sabe como agradar quando é preciso. Sabe quando é preciso dizer um basta a subordinados, a si próprio (“disciplina”) e ao cliente. É capaz de identificar, em cada situação, quais são os interesses seus, do cliente, da agência, do grupo de contas, ou de um departamento. Faz malabarismos para satisfazer a todos os interesses em qualquer situação social, de modo a sair por cima. Mas ele pode passar anos cultivando amizade com pessoa errada na empresa cliente, e terminar como *persona non grata* quando aquela cai em desgraça. Em tais ocasiões, seu “capital” perante a agência que o emprega fica perdido.

A respeito da adequação de seus tipos ideais à realidade, Bensman acrescenta:

Os três tipos são extremos. A maior parte dos publicitários exhibe, contudo, combinações de todos. O “gênio criativo” pode também ser um “cara simpático” ou um “realista rigoroso” (se consegue conter suas aspirações a um reconhecimento enquanto “gênio”), mas não pode ser ambos. O “cara simpático” é certamente um tipo puro. Todavia, o executivo de contas agradável, após atingir essa posição, pode assumir de repente ares de “realista rigoroso”. Se consegue manter tal postura diante de pressões fortes, pode chegar a isso. O “realista rigoroso” pode ter tido, no início de carreira, habilidade técnica ou criativa, que não pode usar agora por causa das urgências de outras tarefas. Pode ser

agradável quando necessário, mas a qualidade decisiva para seu sucesso será o senso de realidade (Bensman, 1967: 37-39).

A partir desse estudo, o autor avança um pouco na descrição de algumas atitudes pessoais características dos publicitários, e chega a lançar hipóteses acerca da relação que algumas destas teriam com origem social e perfil de carreira.

Se as agências empregam jovens “brilhantes”, diplomados em escolas de prestígio (*Ivy League*), é porque as boas maneiras são indispensáveis na adequada representação social da agência junto ao cliente; muito mais do que qualquer outra competência específica. Acredita-se que eles vão para a publicidade porque “[...] são especialmente valorizados na exata medida em que sua falta de imaginação para tomar contato com as dificuldades inerentes às profissões em que se formaram lhes confere capacidade de agir com calma, confiança e boas maneiras o bastante para seduzir e ganhar a confiança dos clientes. Tal charme, calma, autoconfiança e boas maneiras são tão importantes quanto competência e talento no ganhar e reter clientes” (Bensman, 1967: 17).

Outro aspecto a se considerar é a relação de “seriedade” com o ramo e com o ofício. Bensman acredita que os publicitários de origem social superior tenham maior convicção em relação à seriedade do negócio da propaganda do que seus colegas procedentes de posições mais baixas:

Para o publicitário de sucesso que é filho de um pai bem-sucedido, êxito em publicidade tem significados distintos. Sucesso significa a validação de um direito de nascimento, a prova de que ele se preparou para a posição transmitida por seu pai. Sucesso é, pois, tanto um direito quanto um dever; fracasso é a desgraça. O publicitário de origem superior é menos disposto que seu colega em ascensão a desenvolver tendência para ironia e au-

togozação. É mais provável que ele leve a sério a atmosfera surrealista da publicidade, aceite seus rituais, sem preocupação com o que os outros achem. É mais provável que ele se mostre confiável ao negociar com os clientes porque ele não deixa a máscara cair; ele não tem máscara. Por isso, ele é capaz de uma genuína sinceridade. [...] O publicitário sincero vindo das classes altas dificilmente entende o irônico e sardônico colega ascendente, e sua autodepreciação. Ele sente que seu colega renega sua própria casa, incomoda o cliente e o olha como sendo estúpido (Bensman, 1967: 42).

Esses sentimentos mútuos de falta de admiração, contudo, não são de hábito expressados; escondem-se sob a fachada de deferência e autoridade que a posição hierárquica de cada um impõe. Às vezes, expressam-se diretamente; com mais frequência, vêm à tona entre duas pessoas de classe social e de ocupação similares. Talvez porque indivíduos de diferentes procedências não se entendam entre si (Bensman, 1967: 42).

A seu ver, a tendência à ironia e à autodepreciação tem relação com a dificuldade em assumir por completo o mérito pelas conquistas, uma vez que “esse sucesso parece fundado em tão pouca coisa, em tanta insignificância”. Manter inconsciente essa desconfiança quanto ao mérito da posição atingida é também um recurso psicológico para conviver com o receio e as fantasias que a queda abrupta de uma posição altamente remunerada necessariamente provoca. Assim, diante de outros profissionais o publicitário de origem ascendente desempenha o papel de executivo bem-sucedido; em relação aos colegas a quem ele julga nada ter a “vender”, pode abrir-se e mostrar ansiedade e ironia. A ansiedade aparece nas situações de pressão, e a ironia, na comemoração do sucesso (Bensman, 1967: 41).

O autor ainda considera uma outra fonte de satisfação, ou de sentido “externo” (*ex-*

*ternal meaning*), que a publicidade oferece: os prazeres e o *glamour*.

O gozo das refeições em restaurantes de luxo, provindo mais de seu alto preço do que da qualidade da comida ou da companhia. As longas viagens aéreas para breves reuniões, os hotéis cinco estrelas, tudo é fonte de satisfação quando exibido para gente de fora ou para subordinados. Sem demora o publicitário se torna um especialista em comidas exóticas, restaurantes, hotéis e cidades, e todo esse *glamour* pode operar como compensação à falta de base de sustentação de seu êxito.

A partir daí, o texto envereda ainda mais pelas repercussões psicológicas do clima de pressão, admitindo que ele ajude a florescer uma autovalorização excessivamente baseada na capacidade de vencer obstáculos. Essa vitória passa a valer mais do que os resultados atingidos. O efeito de retroalimentação dessa atitude será a pessoa chamar para si cada vez mais pressão, ou seja, cada vez mais trabalho. E termina com o exame dos limites da conduta ética nas relações entre publicitário e consumidor, agência e cliente, chefe e subordinado, os quais depois ele compara com os outros três espaços profissionais já mencionados.

### **Publicidade: Fronteira entre Arte e Comércio, segundo M. Bogart**

*Artists, Advertising, and the Borders of Art*, de Michele Bogart, é um exaustivo ensaio a respeito do impacto do desenvolvimento comercial e industrial norte-americano sobre o campo das artes visuais, entre 1890 e 1960.

Como historiadora da arte, a autora maneja considerável material historiográfico acerca de artistas (desenhistas, pintores, gravuristas, fotógrafos etc.). Observou também a

atuação de editores de revistas populares e de jornais de alcance nacional, de famílias e empresas patrocinadoras de arte (e dos curadores delas dependentes). Lidou ainda com diretores de arte e patrões da publicidade e com anunciantes. Há em seu livro também muitas referências a campanhas de governo que geraram encomendas a artistas (durante as duas guerras mundiais e a Grande Depressão).

O livro lança luz sobre o “como” e o “quando” se resolveu a disputa entre “arte pura” e “arte comercial”, mostrando como se ampliou e se diversificou o mercado de trabalho para artistas visuais por meio de oportunidades direta ou indiretamente ligadas ao mencionado avanço comercial e industrial.

Indicar, já na introdução, que o livro lida com essa disputa significa reconhecer *que o foco de interesse são as tensões que inevitavelmente opõem os dois campos – empresarial e artístico*. Não se trata de tensões postuladas em teoria, no abstrato, mas verificadas na realidade, entre indivíduos e grupos em circunstâncias históricas determinadas, e em função de transformações de várias ordens. Entre elas o aparecimento de jornais e revistas de alcance nacional, aperfeiçoamentos técnicos na reprodução de imagens em grande escala (meio-tons, cores etc.), o uso do espaço público para pôsteres e *outdoors*. Mas a mencionada disputa também, e sobretudo, significa *luta para decidir quem tem autoridade para dizer o que seja ou não arte*. Essa discussão ganha uma particular relevância por se tratar de uma fase especialmente rica de mudanças, e como a definição cambiante do conceito de arte serviu nas estratégias de legitimação de artistas, publicitários, famílias e corporações, assim como na nova relação entre o artista e seu público mediada pela reprodução em larga escala de imagens usadas como ilustrações em jornais, revistas, folhetos, calendários, cartazes, álbuns etc.

Assim, fica-se sabendo que bem antes do momento em que as agências de publicidade montassem departamentos “de criação” para

a preparação de anúncios (o que se deu no início da década de 1920), muitos artistas visuais já haviam se envolvido em novas demandas em cuja origem estava o referido processo de modernização industrial e comercial. Antes de trabalhar em agências (como assalariado ou *freelancer*) elaborando soluções visuais para um espaço e um texto preexistentes, o artista norte-americano já produzia imagens para uso comercial, atendendo editores, ou mesmo vendendo imagens para agências que delas se serviam para “ilustrar” anúncios. A “nata” dos ilustradores de jornais e revistas é chamada por Bogart de “estrelas da mídia”, com remuneração e visibilidade equivalentes, hoje em dia, a um ator consagrado pela televisão. Caso, por exemplo, de Norman Rockwell ou Maxfield Parrish.

Fica-se sabendo também que houve uma época em que se discutia se o autor de uma imagem inserida em anúncio poderia ou não assiná-la, ou seja, se teria sua autoria publicamente reconhecida, e se poderia esconder o “restante” do anúncio ao exibi-la em museu. Essa circunstância se apresentava naqueles momentos em que as estratégias dos publicitários incitavam-no a submeter a “arte comercial” de seus anúncios a uma seleção por críticos de arte e a uma exibição ao público de museus. E ainda que, dependendo do nível de sofisticação do diretor de arte da agência, e da família proprietária da empresa-cliente, seria possível até mesmo encomendar imagens a artistas estrangeiros ligados à vanguarda modernista, como Marie Laurencin, Pablo Picasso, Salvador Dalí ou Raoul Dufy. Aliás, na fronteira entre arte e negócios também aparecem, já no início do século XX, iniciativas de compra e coleção de obras de arte por parte de corporações necessitadas de melhorar sua imagem pública, em resposta a alguma ameaça surgida da sociedade civil ou do Estado.<sup>21</sup> (Bogart, 1995: 157).

O desfecho final da disputa entre “arte pura” e “arte comercial” só se dará nos anos de 1960, quando, depois de serem destrona-

dos pelos fotógrafos como os autores das imagens dos anúncios, a relação entre arte e publicidade se modifica radicalmente. Acredita Michele Bogart que a obra e a notoriedade de Andy Warhol exprimem bem uma etapa em que a referida disputa se converte em uma “questão estética” absorvida pelo discurso legítimo da crítica especializada.

[...] A arte de Warhol representa a culminação dos dilemas acerca da relação entre arte, mídia e publicidade, os quais os artistas vinham enfrentando desde o início do século. A arte e a carreira de Warhol representam uma inteligente e efetiva articulação pública daqueles dilemas, tal como vinham afetando os artistas por volta de 1960. Ele construiu uma arte e uma imagem fundada no conflito entre o tradicional, mas persistente, ideal romântico, com o igualmente persistente colapso de distinção entre “arte pura” e “arte comercial”. Assumindo as contradições de ser um artista no comércio, a conduta de Warhol foi uma solução pessoal resoluta que escapou a seus predecessores. Sua estratégia, assim como a dos demais artistas pop, ajudou a transformar a tensão entre arte pura e arte comercial em uma questão estética central, a partir dos anos de 1960 (Bogart, 1995: 300).

Essa clivagem deixava assim de ser um móvel de luta por interesses econômicos, orientados ao profissionalismo, e pela manutenção de sua identidade como artistas. Nessa fase, o abismo entre os dois espaços se estabelece definitivamente.

É claro, também, que se modifica a relação dos publicitários com a arte. Eles então já sabem como se dirigir a qualquer segmento de público; não precisam mais sustentar que a arte nos anúncios tem a função de educar o gosto coletivo, como imaginavam os publicitários bem-nascidos, durante os anos de 1920.

Ademais, como ramo econômico a publicidade está consolidada, não sendo ne-

cessário ostentar proximidade com as artes eruditas para ganhar prestígio junto à clientela. A fotografia, desde os anos de 1940 já mostrava ser a técnica mais favorável para anúncios. Além disso, com a participação do rádio e da TV na grande mídia, cai a importância de jornais e revistas, e conseqüentemente, das ilustrações, como ingredientes de anúncios.

David Ogilvy, certamente a voz mais autorizada da publicidade norte-americana naquele momento, sustentava que os empresários deviam apoiar os artistas de forma mais indireta – por exemplo, comprando suas obras – em vez de encomendar ilustrações. Usando com sabedoria a fotografia, dizia ele que os anunciantes ganhariam mais e assim poderiam comprar quadros para museus (Ogilvy, *apud* Bogart, 1995: 292). A propósito, é exatamente nesse momento que o patronato familiar e corporativo às artes, nos Estados Unidos, manifesta sua maturidade com a criação, em Nova York, de uma coordenação (Business Committee for the Arts) para orientar empresários a investir em cultura e tirar vantagens tributárias de suas doações.

### **Autores Previstos para a Segunda Parte deste trabalho, a ser Publicada**

Por razões de extensão, a publicação deste ensaio é feita em duas partes, devendo a última aparecer no próximo número desta revista.

Nela, serão analisados os textos de Michael Schudson, sociólogo da cultura da Universidade da Califórnia. Schudson dedicou um livro todo ao combate aos lugares-comuns que uma boa parte da comunidade universitária norte-americana insiste em afirmar a respeito de publicidade e de seu impacto nos negócios do anunciante e na consciência do consumidor. Em suma, ele ridiculariza a presunção, presente em auto-

res muito reputados, de que a publicidade tenha um enorme poder de persuasão e de indução à compra, tal como aparece nos discursos que insistem no poder de “manipulação” da publicidade, os mais dramáticos dos quais apareceram em publicações de grande impacto, nos anos de 1950.

Mas, além desse livro, construído sobre pesquisa de campo feita pelo próprio autor junto a anunciantes, publicitários, diretores de órgãos da mídia e demais agentes em posição-chave, Schudson dedicou outras publicações à análise das razões pelas quais a categoria de “consumo” é tão maltratada nas ciências sociais, em particular, e no pensamento erudito em geral. E ainda ao trabalho de melhorar o conceito de persuasão, mostrando o modesto lugar que ele tem no conjunto do intercâmbio simbólico realizado no cotidiano de uma sociedade industrial moderna.

Além de Schudson, será analisada a paisagem que o jornalista e ensaísta Martin Mayer construiu da publicidade norte-americana entre 1960 e 1990 e que faz ecoar um forte grau de nostalgia das lideranças mais tradicionais da *trade* – isto é, publicitários

donos de agência propriamente ditos – ao violento processo de fusões e aquisições e às preocupações eminentemente financeiras a que as agências são obrigadas a ajustar-se naquele período. Espera-se também incluir uma resenha de *Adcult USA: The Triumph of Advertising in American Culture*, de James Twitchell. Trata-se de um acadêmico empenhado em localizar e iluminar um rol de efeitos positivos da cultura comercial centrada na publicidade sobre os estilos de vida na América de hoje. Twitchell é alguém que procura situar-se o mais ostensivamente possível na contra-corrente da literatura crítica do consumo de massa e de suas implicações em termos de qualidade de vida cultural.

Serão também sumarizadas as reconstituições históricas da publicidade norte-americana escritas por Daniel Pope e Richard Fox, com as quais então o leitor terá um contato inicial com as transformações de longo prazo do setor, cobrindo mais de um século.

A segunda parte ainda comportará uma bibliografia seleta que deverá indicar outras obras de importância nas dimensões de interesse desta pesquisa.

## Notas

1. Doravante esse gênero de alimentos seria chamado somente de “cereais”.
2. O que não significa negar as profundas mudanças culturais que a pura implantação da indústria em uma sociedade provoca, mesmo quando não acompanhada da publicidade e do marketing. J.-P. Warnier recomenda pois distinguir “indústria como cultura” de “indústria cultural” (Warnier, 1999), e é a primeira dimensão que aqui interessa.
3. Uma lista dos principais produtos “de marca” no mercado norte-americano da época inclui: cereais para café da manhã (*breakfast cereals*), sopa, fermento em pó, derivados de carne, açúcar refinado, cigarro, sapólio, sabonete, câmera fotográfica, lápis, caneta tinteiro, máquina de costura. Será fácil para o leitor brasileiro associar pelo menos uma marca tradicional a cada um desses produtos.
4. Este conceito literalmente abrange toda droga protegida por patentes; todavia, na bibliografia consultada, especialmente aquela que lida com as origens da publicidade, o termo recobre apenas os remédios miraculosos, oferecidos de cidade em cidade, em meio a demonstrações espetaculares. A época gloriosa da *patent medicine* foi entre 1890 e 1906, quando o governo norte-americano regulou a produção e distribuição de remédios, proi-

bindo o uso de alguns componentes (cocaína, álcool, ópio etc.), e a prática corriqueira de o fabricante exagerar deslavadamente sobre a quantidade de cada ingrediente (Lears, 1994: 141).

5. Em 1911, quando a Suprema Corte dissolveu e reorganizou a American Tobacco Company, suas marcas comerciais foram avaliadas em 45 milhões, em um total de haveres de 227 milhões. Em 1912, um escritório de advogados de patentes, em Nova York e Washington, publicou a primeira de uma série de livretos que explicavam aspectos legais das marcas para homens de negócio. O opúsculo dobrou de extensão e, por volta de 1915, ele tinha quarenta novas páginas. Em 1912 houve mesmo um congressista que propôs a ilegalidade da venda de qualquer bem, entre Estados ou dos Estados Unidos a outros países, sem o nome e o endereço do fabricante – impresso, ou em relevo ou em tecido, em cada unidade de mercadoria (Strasser, 1989: 47 e 51).
6. Fazia parte da estratégia de comunicação apresentar fotos de fábricas e de processos produtivos, enaltecendo e dimensionando a capacidade produtiva, de modo a transmitir indiretamente a idéia de estabilidade econômica e financeira. “As companhias de alimentos embalados usavam a imagem de suas fábricas para afastar suspeição não apenas quanto à sua saúde financeira, como também quanto à pureza de seus produtos, fomentando visitas nas quais o público podia ver as condições em que o produto era processado” (Strasser, 1989: 113).
7. Quase o dobro dos McDonalds existentes nos Estados Unidos em 1988, calcula a autora.
8. O suposto dessa racionalidade é o que caracterizava e justificava o caráter explicativo da publicidade no início do século XX, fase conhecida como *reason why*.
9. Jackson Lears acrescenta a esse jogo de fatores a difusão da psicologia nos meios intelectuais norte-americanos, registrando que *Printer's Ink*, a principal revista de/para publicitários, já em 1890 discutia o papel da psicologia em publicidade. E que um livro sobre o assunto, *The Psychology of Advertising*, de Walter Dill Scott, lançado em 1903, estava, em 1920, em sua terceira edição (Lears, 1983: 19).
10. E já sob um preocupante risco de superprodução, a partir de 1920.
11. A primeira manifestação foi o Truth in Advertising Movement, numa conjuntura em que o governo norte-americano enrijecia controles sobre a comercialização de remédios e alimentos – o Pure Food and Drug Act, em 1906 (Bogart, 1995: 48).
12. De acordo com o sociólogo Harrison White, citado por Susan Strasser “[...] mercados são grupos tangíveis de fabricantes observando-se uns aos outros. A pressão do lado da demanda cria um espelho no qual os industriais se vêem a si próprios, e não os consumidores” (Strasser, 1989: 289).
13. Entre centenas de milhares de anúncios dos anos de 1920 e 1930, Marchand alega não ter descoberto “[...] um único no qual um marido ou um jovem ambicioso fosse definido como operário, policial, engenheiro, professor, arquiteto, ou funcionário público. Encontrei um único em que ele é um advogado. Dentistas e médicos apareciam em seus papéis funcionais [i.e., como testemunhos autorizados], mas nunca como maridos típicos”. Havia como que uma “lei implícita” segundo a qual a consumidora seria sempre de classe média, e seu marido, um homem de negócios.
14. Ou melhor, as referências à iconografia sacra geralmente eram feitas com o cuidado de se evitar símbolos identificadores desta ou daquela religião, segundo assinala o autor.

15. Uma variante na imagem que veiculava essa parábola mostrava a criança exibindo em casa, com tristeza, um boletim escolar com notas baixas.
16. Só homens eram mostrados de punhos fechados, lembra Marchand.
17. O dispêndio total dos anunciantes (ano de 1965) foi de 15 bilhões de dólares. A comissão das agências (15%), calculada em valor líquido, alcançava 1,1 bilhão de dólares.
18. O representante do anunciante pode impor “exercícios” como forma disfarçada de exprimir seu ressentimento em relação à remuneração dos publicitários, em geral maior do que a dos executivos de empresa (Bensman, 1967: 25).
19. A possibilidade de correlacionar anúncios e campanhas a vendas reais tornou-se possível mais recentemente, como se pode ver pelos comentários ao texto de Martin Mayer, mais adiante.
20. Ou seja, ausência de um sistema de valores organizando consistentemente o comportamento, como seria o caso da “ideologia de serviço” das profissões liberais.
21. Por exemplo, acusações de monopólio, ou de aliança com potência inimiga, ou de contaminação ambiental.

### Bibliografia

- BELK, Russell W.  
 1995 “Studies in the New Consumer Behaviour”, in MILLER, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption: A Review of New Studies*, Londres, Routledge.
- BENSMAN, Joseph.  
 1967 *Dollars and Sense: Ideology, Ethics, and the Meaning of Work in Profit and Nonprofit Organizations*. Nova York, MacMillan.
- BERGER, Peter L. (ed.)  
 1964 *The Human Shape of Work*. Nova York, Macmillan.
- BOGART, Michele  
 1995 *Artists, Advertising, and the Borders of Art*. Chicago, University of Chicago Press.
- CALDER, Lendol  
 1999 *Financing the American Dream: A Cultural History of Consumer Credit*. Princeton, Princeton University Press.
- COWAN, Ruth Schwartz  
 1997 “The ‘Industrial Revolution’ in the Home: Household Technology and Social Change in the 20th Century”, in REYNOLDS, Terry S. e CUTLIFFE, Stephen H. (eds.), *Technology & the West: A Historical Anthology from Technology & Culture*. Chicago, Chicago University Press.
- FOX, E. R. W. & LEARS, J. (eds.)  
 1983 *The Culture of Consumption: Critical Essay in American History, 1880-1980*. Nova York, Pantheon.

- GLICKMAN, Lawrence B. (ed.)  
 1999 *Consumer Society in American History: A Reader*. Ithaca, Cornell University Press.
- LEARS, Jackson  
 1994 *Fables of Abundance: A Cultural History of Advertising in America*. Nova York, Basic Books.
- MARCHAND, Roland  
 1985 *Advertising the American Dream: Making Way for Modernity. Making Way for Modernity, 1920-1940*. Berkeley, University of California Press.
- MAYER, Martin  
 1991 *Whatever Happened to Madison Avenue? Advertising in the '90s*. Boston, Little, Brown and Co.
- MILLS, C. Wright  
 1969 *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, Zahar (título original: *White Collar: The American Middle Classes*).
- POPE, Daniel  
 1982 *The Making of Modern Advertising*. Nova York, Basic Books.
- ROSENBERG, Emily S.  
 1999 *Spreading the American Dream: American Economic and Cultural Expansion, 1890-1945*. Nova York, Hill e Wang.
- STRASSER, Susan  
 1989 *Satisfaction Guaranteed: The Making of the American Mass Market*. Nova York, Pantheon.
- SCHUDSON, Michael  
 1999 "Delectable Materialism: Second thoughts on Consumer Culture", in GLICKMAN, L. B. (ed.), *Consumer Society in American History: A Reader*. Ithaca, Cornell University Press.
- 1986 *Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society*. Nova York, Basic Books.
- 1989 "How Culture Works: Perspectives from Media Studies on the Efficacy of Symbols". *Theory and Society*, 18: 153-180.
- TWITCHELL, James B.  
 1996 *Adcult USA: The Triumph of Advertising in American Culture*. Nova York, Columbia University Press.
- WARNIER, Jean-Pierre  
 1999 *La mondialisation de la culture*. Paris, La Découverte (col. Repères, 260).

## Resumo

*Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)*

O universo daquilo que é abertamente comercial na sociedade contemporânea costuma ser tratado nos meios acadêmicos tanto de uma forma distante, simplista e ressentida, quanto, ao contrário, com um otimismo ingênuo da bibliografia de celebração. O estudo da história social da publicidade e do *marketing* é estratégico para avançar contra esse maniqueísmo paralisante, pois permite ampliar a visão acerca das relações entre industrialização capitalista e mercado, urbanização e modernização, comunicação de massa, vida familiar e consumo material e simbólico. O texto apóia-se em alguns títulos selecionados entre uma bibliografia especializada recolhida recentemente nos Estados Unidos, escolhidos por sua relevância no sentido de que permitem repensar as questões de sociologia da cultura.

**Palavras-chave:** Publicidade e cultura; Consumo e cultura; Sociedade de consumo.

## Résumé

*Publicité: commerce, culture et profession (Parte initiale)*

L'univers de ce qui est le plus ouvertement commercial dans les sociétés contemporaines est normalement étudié par les universitaires selon une approche à la fois distante, simplificatrice et ressentie. Ou encore, à l'inverse, il se présente selon une approche naïve et dorée de l'historiographie de célébration. L'étude de l'histoire sociale de la publicité et du marketing se montre assez stratégique pour surpasser ce blocage manichéiste, tout en permettant une conception plus approfondie des rapports entre l'industrialisation capitaliste et le marché, l'urbanisation et la modernisation, les médias, la vie familiale et la consommation matérielle et symbolique. Le texte s'appuie sur quelques ouvrages issus d'une bibliographie spécialisée recueillie récemment aux États-Unis et choisis par rapport à un intérêt fondé sur la possibilité de repenser des questions de sociologie de la culture.

**Mots-clés:** Publicité et culture; Consommation et culture; Société de consommation.

## Abstract

*Marketing: commerce, culture, and the profession itself (first part)*

The most overtly commercial dimension of society is often focused in the academia from an arrogant, pessimistic and shallow viewpoint. On the opposite side, it is seen through some optimistic yet naive perspective, typical from a celebratory approach. The sociological study of advertising and marketing is strategic to face such fruitless manichaeism, for it favors the examination of hidden links between capitalist industrialization and market behavior, between urbanization and modernization, among media, family life, and consumption, be it material or symbolic. The article reviews some important bibliographical titles recently issued in the USA from a perspective based on the sociology of culture.

**Keywords:** Advertising and culture; Consumption and culture; Consumption society.

## Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: Um Balanço Bibliográfico\*

Ángela Alonso e Valeriano Costa

O “meio ambiente” explodiu como tema das ciências sociais nas últimas três décadas. A questão emergiu nos anos de 1970, seguida, nos anos de 1980 e 1990, de uma diversificação tanto teórica como geográfica.

O campo já foi objeto de vários mapeamentos (Dunlap e Catton, 1979; Lowe e Rüdig, 1986; Buttel, 1987, 1996 e 1997; Hannigan, 1995; Pulido, 1996; Dunlap, 1997; Redclift e Woodgate, 1997; Szasz e Meuser, 1997; Mol e Spaargaren, 2000; Goldman e Schurman, 2000; Lima e Portilho, 2001). A única tentativa de organizar a produção brasileira sobre a questão ambiental foi realizada por Vieira (1992), uma década atrás, privilegiando seu impacto nas diversas ciências sociais (sociologia, ciência política, antropologia, geografia e economia). Embora tenha o mérito de ter selecionado um enorme número de autores, artigos e livros, esta classificação disciplinar nubla as clivagens teóricas e temáticas da literatura.

Neste novo balanço da literatura brasileira não vamos enveredar pela estratégia oposta, numa abordagem transdisciplinar. Optamos por organizá-la a partir de grandes enfoques e troncos temáticos. Visando a

uma perspectiva comparada, inicialmente sumarizamos as principais clivagens da bibliografia internacional.

### O Problema Ambiental nas Ciências Sociais: Grandes Linhas

Vários autores argumentam que, apesar das especificidades, as teorias sociais têm em comum uma ontologia realista. A teoria clássica teria separado sociedade e natureza para demarcar com maior facilidade seu próprio campo de estudos em relação à biologia (Goldman e Schurman 2000). Assim, teria autonomizado os fenômenos culturais e sociais em relação ao mundo natural, negligenciando questões ambientais (Buttel, 1996).

Nos anos de 1970, aventou-se que o próprio tema estabelecerá um novo diálogo entre os saberes. Dunlap e Catton (1979), propuseram uma refundação: as ciências sociais deveriam abandonar o paradigma clássico, assentado na presunção de que o desenvolvimento da espécie humana não estaria condicionado por limites biofísicos (“human exemptionality paradigm”), em favor de um

---

\* Este texto foi escrito originalmente como parte das atividades do Development Research Center da University of Sussex. Agradecemos os comentários do diretor do centro, John Gaventa, bem como de Andréa Cornwell e Melissa Leach à versão preliminar. A paciência de Charles Pessanha e Mirian Pavanelli nos deram a oportunidade de reestruturá-lo para o formato do BIB. Obrigado especialmente às estagiárias Adriana Santos, Katya Salazar e Karen Weingruber, responsáveis pelo levantamento bibliográfico.

novo paradigma: o NEP (“new ecological paradigm”), levando em conta variáveis ambientais e a influência recíproca entre o ambiente biofísico e as sociedades humanas. Para comprovar a influência objetiva das mudanças ambientais sobre os valores e atitudes dos indivíduos, os proponentes do NEP aplicaram *surveys* de opinião pública nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980.

Todavia, a difusão de um paradigma ecológico não se concretizou (Buttel, 1996; Dunlap, 1997). Pelo menos até o momento, as discussões sobre a questão ambiental têm sido incorporadas no interior dos debates disciplinares sem resultar na emergência de um novo paradigma. Na verdade, em vez de uma “área de estudos ambientais”, a questão gerou subespecialidades, distribuídas pelas diferentes tradições teóricas.

Segundo Buttel (1996) dois grandes debates estruturam o campo, conforme a definição dos fenômenos ambientais. Há análises estruturais das relações entre sociedade e natureza, de um lado, isto é, dos macroprocessos e práticas sociais com dimensões ou implicações ambientais. E há, de outro, análises das atitudes, valores e da intencionalidade dos agentes na constituição de problemas ambientais, bem como das formas de ativismo ambientalista.

#### *Teorias Sociais sobre as Relações entre Sociedade e Natureza*

Segundo Hannigan (1995), a tentativa de colocar a questão ambiental no centro da teoria social é a ambição de vários teóricos. Neomarxistas vêm interpretando a questão ambiental do ângulo da economia política, reivindicando ao processo social de “produção da natureza” um caráter estruturador do capitalismo contemporâneo. Para os marxistas ecológicos, “um único fator, o capitalismo, é responsável por uma ampla gama de problemas sociais desde a superpopulação e

o esgotamento de recursos naturais até a alienação dos indivíduos em relação ao mundo natural” (Hannigan, 1995: 18ss).

Críticas têm sido dirigidas ao marxismo ecológico. Hannigan (1995) o elogia por relacionar problemas ambientais presentes com desigualdades históricas, política e economicamente construídas. Mas, considera insuficiente atribuí-los à lógica do capitalismo, ignorando que o socialismo também o gerou. O modelo simplificaria o papel do estado, apresentado sempre como transgressor ambiental. De outro lado, Buttel (1996) chama a atenção para o caráter mais normativo que analítico do marxismo ecológico.

Esta dimensão normativa está presente noutra linha de estudos sobre as contradições ecológicas do capitalismo. É o caso da teoria da modernização ecológica (Mol e Spaargaren, 2000), que propõe mudanças no modelo econômico via alterações no padrão de consumo. A tese de maior impacto no Brasil é, todavia, o “ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs (1986). Sachs criticou o modelo “insustentável” do capitalismo, que restringiria o desenvolvimento social a crescimento econômico e teria como horizonte o consumo intensivo e desigual dos recursos produzidos. Para Sachs “a tomada de consciência” dos problemas ambientais exigiria uma mudança de padrão socioeconômico: um novo modelo de desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades conciliando crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

A questão ambiental aparece também no coração de novas teorias sociais. É o caso de Ulrich Beck que analisa as relações entre sociedade e natureza, substituindo a idéia de ordem social pela de risco. Beck (1992, 1995) afirma que a principal característica das sociedades na “modernidade pós-industrial” é o risco sistêmico. No novo padrão “reflexivo” de modernização o “paradigma da escassez” (lógica de produção de riquezas da sociedade industrial) estaria sendo substituído pelo “paradigma do risco”. Os resíduos do processo pro-

duto estariam crescendo numa “expropriação ecológica” do estoque planetário de alimento, ar e água, gerando e difundindo novos riscos objetivos (químicos, nucleares, biogênicos). Nesta “sociedade (industrial) de risco”, os problemas ambientais teriam escala global e conseqüências irreversíveis, atingindo os próprios produtores de risco.

A sociologia dos riscos ambientais baseia-se em geral nas teses de Beck. Nesse sentido, Hannigan (1995) avalia que a teoria de Beck teria sido mais bem sucedida que o NEP e o marxismo ecológico: além de situar o ambientalismo em seu contexto social, histórico e cultural, teria incorporado a questão ambiental na própria definição de processo social. Seu conceito de risco ambiental seria impreciso por adentrar a própria teoria sociológica (Giddens, 1995).

Para Beck, a ciência é responsável pela definição de riscos ambientais “potenciais”. Esse processo estaria dividindo a sociedade em *experts* (identificadores de riscos) e *não-experts* (perceptores de risco), produzindo uma politização da natureza. De outra parte, em trabalho já clássico, Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983) argumentam que a visão de uma sociedade sobre o mundo natural reflete seus valores, sua cultura, sendo impossível o conhecimento “objetivo” da natureza.<sup>1</sup>

Os teóricos construtivistas vão além: questionam a própria existência de questões ambientais independentes da percepção dos grupos sociais. Problemas ambientais seriam construções sociais – cognitivas, culturais, políticas – de agentes sociais.

A abordagem construtivista de maior impacto na literatura é a de Hannigan (1995). Hannigan não nega a dimensão objetiva dos problemas ambientais, mas argumenta que não se pode aceitá-la acriticamente. Riscos não são socialmente processados se não forem cognitivamente construídos por agentes sociais. Muitos problemas ambientais são invisíveis e só chegam ao cidadão comum e à opinião pública depois de “produzidos” por “comunidades de especialistas” (cientistas,

ambientalistas, mídia). Por isso, seria preciso explicar o processo social, político e cultural por meio dos quais certas dimensões da vida social são construídas como “questões ambientais”.

Uma versão mais radical sobre a construção de percepções e de riscos é a de Latour (1993), para quem não existe a pura natureza ou a pura sociedade. As barreiras seriam fluidas. Riscos ambientais seriam híbridos de fatores sociais, naturais e técnicos e sua definição seria um produto cultural. Conceitos ambientais seriam construções científicas expressando tanto as crenças dos cientistas como as estruturas de poder em que estão imersos. Nesta abordagem, a questão dos riscos objetivos desaparece para dar lugar à análise dos processos discursivos, sociais e políticos de “construção” de riscos.

Segundo Goldman e Schurman (2000), essa literatura se expandiu, alcançando temáticas tipicamente pós-modernas e enfocando as formas de desigualdade na exposição a riscos e no acesso a recursos ambientais.<sup>2</sup>

O surgimento dessas novas linhas produziu, segundo Buttel (1996), a diversificação dos estudos empíricos e aumentou as polêmicas nos anos de 1990, especialmente entre a perspectiva realista-materialista, que trata os problemas ambientais como objetivos, e os construtivistas sociais, que os vêem como culturalmente produzidos.

A principal crítica às abordagens construtivistas/culturalistas é que elas ficariam prisioneiras da dimensão simbólica da vida social, relegando a segundo plano a política institucional, os conflitos concretos por poder e as motivações para o engajamento em mobilizações ambientais.

#### *Análises sobre Atitudes, Valores e Ativismo Ambientalista*

É precisamente disto que trata uma outra linhagem de estudos, voltada para as ati-

tudes e as formas de ação social suscitadas por questões ambientais.

Um conjunto de estudos atribui a emergência de uma preocupação coletiva com o meio ambiente a uma mudança estrutural no repertório de valores da sociedade ocidental (Lowe e Rüdig, 1986). Há enfoques mais longitudinais, numa história das idéias ambientalistas, como fez Thomas (1988) para o caso inglês. E há muitos estudos sincrônicos de psicologia política.

A tese mais difundida nesse campo é a de Ronald Inglehart (1977, 1981): a consolidação das sociedades pós-industriais relativa a prosperidade e segurança do pós-guerra seria acompanhada por uma mudança na “hierarquia das necessidades”, direção de valores “pós-materiais”, como amor, consideração, *status*, satisfação estética e intelectual e preocupação ambiental. Este fenômeno exprimiria uma mudança geracional: uma nova classe média de jovens profissionais altamente educados e bem pagos daria suporte à mudança de valores.

Vários estudos testaram esta tese por meio de pesquisas de opinião. Primeiro, confirmaram a correlação de Inglehart entre crenças/opiniões ambientais e características sociodemográficas: as bases sociais do ativismo ambientalista seriam numa nova classe média de jovens educados, ocupados em serviços sociais e culturais, com orientação política mais à esquerda e portadores de demandas “pós-materiais”. Segundo, haveria uma relativa estabilidade nas opiniões em prol da proteção ao meio ambiente (Lowe e Rüdig, 1986).

Embora influente, esta corrente tem sido muito criticada. Para Lowe e Rüdig (1986) *surveys* de opinião investigam apenas o comportamento “potencial” dos indivíduos, restringindo a questão ambiental no nível das opiniões e negligenciando a relação entre valores e problemas/conflitos ecológicos reais. Lowe e Rüdig questionam também a correlação entre novos valores e “novas

classes”, não vendo base empírica para a hipótese de que grupos sociais com renda mais elevada e melhor nível educacional se mobilizariam mais em torno de questões ambientais. Hannigan (1995) menciona outro contra-argumento: a preocupação ambiental varia de acordo com a seriedade das condições ecológicas. Assim, seria a deterioração ambiental das sociedades ocidentais entre a Segunda Guerra e os anos de 1960 – e não uma mudança valorativa – a razão da emergência de uma “consciência ambiental” nos anos de 1970.

Na última década, vários autores têm procurado incorporar à análise o modo pelo qual os valores se materializam em práticas. São estudos sobre os gêneros de protesto social e de ativismo político que a questão ambiental tem suscitado na Europa e nos Estados Unidos desde os anos de 1970.

Heijden (2000) classificou as interpretações sobre as mobilizações ambientalistas em três grandes abordagens. Uma delas deriva de Habermas (1990): o movimento ambientalista seria um dos “novos movimentos sociais”, resultantes das tensões estruturais da sociedade ocidental, reações defensivas contra a intrusão do Estado e da economia no mundo da vida. Outros estudos conectaram valores ambientalistas à constituição de novas identidades e movimentos sociais (Melucci, 1989; Offe, 1985; Touraine, 1978 e 1982). Uma segunda vertente aborda o fenômeno do ângulo da teoria de mobilização de recursos, caso de Jordan e Maloney (1997). Aqui a dimensão relevante são antes os recursos materiais e a capacidade de organização do movimento que suas demandas e bandeiras. A terceira corrente é a teoria do processo político, que privilegia a conjuntura histórica e sócio-política na qual mobilizações e conflitos ambientais se constituem (Kriesi *et al.*, 1995). A tendência nessa linha são análises comparadas, tais como o estudo longitudinal comparativo sobre o ativismo ambientalista

em oito países da União Européia, coordenado por Rootes (1999) e análises das mudanças na política ambiental na Europa Meridional pós-União Européia (Kousis e Eder, 2001).

Outra área aborda a institucionalização do movimento ambientalista em partidos verdes. Lowe e Rüdig (1986) e Rootes (1997), por exemplo, relacionam a emergência desses partidos ao contexto político nacional e procuram explicar seu desempenho pela maior ou menor permeabilidade da estrutura de oportunidades políticas – especialmente os sistemas eleitoral e partidário – à representação formal das demandas ambientalistas. Isto explicaria, por exemplo, a inexpressiva presença dos verdes na Grã-Bretanha, seu isolamento na política francesa e seu relativo sucesso na Alemanha (Rootes, 1997).

A institucionalização das questões ambientais é um tema recorrente também nas políticas públicas. Proliferam estudos avaliando a construção de sistemas nacionais de gestão ambiental, bem como averiguando as condições de implementação de políticas de regulação ambiental, incluindo agentes sociais e estatais com interesses conflitantes. Caso, por exemplo, da pesquisa comparada coordenada por Jänicke e Weidner (1997).

Este panorama sumário dos estudos sobre a questão ambiental aponta uma convivência de perspectivas.

A ambição de alguns autores é a edificação de uma teoria geral, unificando o campo. Para Hannigan (1995: 12-13), faltaria um trabalho seminal que inserisse a questão ambiental de uma vez por todas no debates centrais da teoria social contemporânea. A literatura tem caminhado na direção contrária: rumo à diversificação. As abordagens têm níveis de abstração variáveis: desde teorias gerais e teorias de médio alcance até teorias específicas em torno de um único objeto empírico. Há teorias concorrentes, como o construtivismo social e o marxismo ecológico, mas também sínteses, como mos-

tram os estudos dos anos de 1990 sobre o ativismo ambientalista.

O pluralismo é também temático: valores, atitudes, instituições, processos e macroestruturais ocupam o campo. Há, ainda, uma grande variedade de metodologias em uso: estudos de caso, análises de discurso; *surveys* de ativistas e de organizações ambientalistas; estudos longitudinais sobre conflitos ambientais; investigações históricas; análises comparadas. Uma tendência promissora são os estudos que combinam metodologias qualitativas e quantitativas, buscando bases empíricas para teorias de médio alcance (por exemplo, Kriesi *et al.*, 1995).

O volume de trabalhos, a convivência de várias perspectivas teóricas e, mesmo, as tentativas de síntese evidenciam um campo permeável e plástico. Deste ângulo, a ausência de uma teoria geral unificadora, que Hannigan lamenta, pode ser interpretada em sentido inverso, como sinal de vitalidade do campo.

## **A Literatura Brasileira sobre a Questão Ambiental**

### *A Emergência dos Estudos sobre Meio Ambiente no Brasil*

Esse balanço da literatura internacional sobre a questão ambiental não é exaustivo, mas oferece um parâmetro comparativo para avaliarmos a literatura brasileira.

O primeiro ponto a destacar é o relativo atraso na constituição de um campo de estudos ambientais no Brasil. Estudos desse gênero apareceram na Europa e nos Estados Unidos no início dos anos de 1970, em par com o próprio fenômeno. Neste período, o tema do desenvolvimento pontificava no debate brasileiro e predominaram estudos “ecológicos” técnicos, redigidos, sobretudo, por cientistas naturais. A questão ambiental ganhou maior relevo durante o processo de redemocratização, quando muitos militan-

tes de esquerda retornavam do exílio trazendo na bagagem preocupações ecológicas dos novos movimentos sociais europeus. São destes ativistas os primeiros ensaios brasileiros sobre questão ambiental (por exemplo, Vieira, 1989; Minc, 1986; Gabeira, 1987).

Entre meados da década de 1980 a meados dos anos de 1990 predominaram estudos sobre “desenvolvimento sustentável”. Produzida fora das ciências sociais ou nas suas fronteiras, esta ampla “literatura verde” agregou especialistas das ciências naturais e das humanidades – filósofos, geógrafos, demógrafos, biólogos etc. –, mantendo o viés político, engajado. São críticas ao modelo econômico capitalista e ao estilo de vida moderno, sugestões de novos modos de interação entre sociedade e natureza, através de um novo “contrato natural” (Amstalden, 1996) e de um novo modelo decisório para o uso dos recursos naturais (Cavalcanti, 1993; Cavalcanti *et al.*, 1995). São escritos orientados pelo ideal normativo de uma sociedade menos consumista e mais igualitária.

Parte da literatura assume, ainda hoje, a forma de uma filosofia da “crise ecológica”. São livros de reflexão ética, esotérica e até mesmo religiosa sobre os “ataques” da sociedade contra a natureza, associados a uma crise do padrão ocidental de civilização (Aguiar, 1993; Muller e Hösle, 1996; Assmann, 1996; Leis, 1996, 1997 e 1998). A maioria propõe modelos utópicos (Leis e Amato, 1995; Lago, 1982) e uma “ética biocêntrica”, reconciliando humanidade e natureza (Unger, 1992; Leis, 1992, 1998).

Trata-se, pois, de um campo híbrido. A literatura engajada e transdisciplinar segue vigorosa. De outra parte, na segunda metade dos anos de 1990, iniciou-se uma profissionalização, diversificação e especialização dos estudos sobre meio ambiente. Este processo consolidou proto-áreas de estudo no interior das ciências sociais.

### *Abordagens das Ciências Sociais para a Questão Ambiental*

A atenção dos cientistas sociais brasileiros para a questão ambiental nasceu como desdobramento de temas vizinhos, sobretudo na sociologia rural e na sociologia dos movimentos sociais, e apenas ganhou corpo pós-Rio-92.

O interesse crescente se desdobrou numa diversificação temática. Já no plano teórico, uma abordagem dominou o campo: desde meados dos anos de 1980 a tese do multissetorialismo, de Eduardo Viola, orientou a maior parte da produção na área. Nos anos de 1990, novas perspectivas começaram a surgir. Seu caráter embrionário, entretanto, torna difícil isolá-las e evidencia que uma ciência social brasileira sobre a questão ambiental ainda está em formação.

Isto fica claro no primeiro balanço da produção brasileira. A opção de Vieira (1992 e 1995) por dividir o campo em disciplinas o obrigou a replicar temas e categorias no interior de cada uma delas.<sup>3</sup> Não só porque o assunto é interdisciplinar, mas por não estarem ainda constituídas distinções precisas entre enfoques peculiares a cada disciplina. Por isso, abandonamos a organização disciplinar, em favor das três abordagens de maior relevância na última década: estudos de meio ambiente e política; estudos sobre políticas públicas e participação; e estudos culturais.

#### **Estudos de meio ambiente e política**

Análises das implicações políticas da questão ambiental são um tema já consolidado na sociologia e na ciência política brasileira. Os estudos estão voltados para a análise dos discursos e ações ambientalistas sob três pontos de vista: como um movimento social; como parte de um processo político global; e como foco de um novo tipo de conflito social. Neste último tema há uma diver-

sificação de abordagens; nos dois primeiros a teoria multissetorialista é hegemônica.

#### a) Movimento ambientalista

A formação e o impacto político do movimento ambientalista brasileiro têm sido relacionados com o processo de redemocratização. O pioneiro e autor de referência no campo é Eduardo Viola, cuja perspectiva teórica está mais próxima de Touraine e Offe do que de Inglehart. Enquanto Inglehart, na chave da teoria da modernização, aponta a mudança social como causa da mudança de valores, Viola argumenta o contrário: a dimensão das crenças precede e influencia comportamentos e instituições.

Viola e seus co-autores têm interpretado o movimento ambientalista brasileiro em termos de atores e setores. Originalmente, Viola (1987a) associou a emergência do movimento ambientalista com a Abertura.<sup>4</sup> O movimento ecológico teria inspiração marxista, como os demais movimentos sociais da década de 1980. Porém, do ponto de vista de sua composição não teria base exclusivamente numa classe, colhendo ativistas em todos os estratos sociais (Viola, 1987a).

A tese de Viola em estudos mais recentes (1990, 1991; Viola e Vieira, 1992; Viola e Leis 1995, 1995a, 1996, 1996b e 1997) é um pouco distinta. O ambientalismo seria uma "idéia-força" disseminada progressivamente por vários setores da sociedade, do Estado e da economia, pela ação de diferentes tipos de elite. O principal agente, portador do projeto universal e responsável pela "conscientização" dos demais setores, seria o movimento ambientalista.

Este processo de "ambientalização" teria três fases. No momento "bissetorial", durante os anos de 1970, a influência internacional sobre o governo brasileiro teria gerado instituições e leis ambientalistas. Nesta fase, haveria um diálogo entre órgãos ambientais estatais e ativistas ambientalistas da sociedade ci-

vil, com franca preponderância dos primeiros. A segunda fase, pós-1986, isto é, a partir da redemocratização, teria dado curso ao "ambientalismo multissetorial", uma expansão e ramificação da ambientalização para vários atores e setores. Um terceiro momento, desencadeado pela Rio-92, seria de convergência entre os atores em torno do ideal do desenvolvimento sustentável. Viola e Leis (1996) apostaram na transferência do cerne do ambientalismo brasileiro do Estado para a sociedade civil, com a penetração de idéias ambientais no setor empresarial e o fortalecimento das associações ambientalistas.<sup>5</sup>

Embora esta interpretação tenha como enfoque central a atuação do movimento ambientalista, à exceção de seu primeiro estudo, Viola não avançou por uma análise das práticas do movimento. Seu universo empírico ficou limitado às instituições e leis ambientalistas. Todavia não demonstrou o mecanismo pelo qual o conjunto de valores ambientalistas, a "consciência" que os atores criariam e disseminariam em discursos, se materializaria em instituições, nem como tais instituições funcionam e que resultados produzem.

A "tese da multissetorialização" é basicamente teórica. Seu caráter genérico e abrangente deu-lhe hegemonia na área, influenciando a maior parte dos estudos empíricos sobre meio ambiente realizados no Brasil.

Muitos seguidores de Viola dedicaram-se a estudos de caso, num esforço para confirmar e generalizar suas teses. Com um co-autor (Viola e Vieira, 1992), o próprio Viola descreveu os "padrões ideológicos organizacionais" do movimento ambientalista brasileiro, destacando a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável. Outro artigo (Viola e Boeira, 1990) investigou a hipótese de que o ambientalismo fosse um fenômeno específico de classe média.

Há muitos estudos de caso descrevendo a gênese, as ações e as associações do movimento ambientalista em contextos locais

(Urban, 2001) e em questões específicas, como a mobilização contra hidroelétricas (por exemplo, Girotti, 1984).

Até mesmo aqueles que apresentam restrições à tese de Viola seguem seu enquadramento analítico. Caso do trabalho de Antuniassi (1988, 1989) sobre o movimento ambientalista em São Paulo. Concluiu tratar-se de um fenômeno urbano, com ativistas oriundos de classe média divididos em duas linhagens, uma ambientalista, outra conservacionista. Este estudo, como muitos nesta área, não vai além de descrições e algumas poucas generalizações. Todos compartilham uma metodologia: entrevistam atores e fazem levantamento de associações. Baseando-se quase exclusivamente nas percepções e falas dos atores, tendem a reiterar a auto-imagem do movimento ambientalista.

O mapeamento completo do associativismo ambientalista brasileiro ainda está por fazer – embora o fenômeno apareça como dimensão relevante em levantamentos sobre associações civis (Landim, 1993; Scherer-Warren, 1999). Já estudos sobre a origem, constituição e *performance* do Partido Verde brasileiro não existem. Alguns autores, porém, discutem e interpretam o PV em complemento de teses sobre temas correlatos.

Viola e Leis (1996) não incluem o Partido Verde como um dos setores de disseminação do ambientalismo no Brasil. O PV não teria abandonado o discurso bissetorial característico dos anos de 1970, e por isso, não seria atraente para os militantes dos anos de 1990. Para Antuniassi (1989), o PV teria surgido à revelia da estratégia política do movimento ambientalista de “esverdear” os partidos estabelecidos. Já Crespo e Leitão (1993 e 1998) reconstroem o diagnóstico dos líderes do movimento ambientalista, para quem o PV não se consolidaria eleitoralmente por afrontar valores tradicionais. Pádua (1991) argumenta que “fatores exógenos”, como o movimento pacifista do início dos anos de 1980, a tradição de tematização da natureza

na cultura brasileira e o surgimento de uma nova classe média teriam gerado uma atmosfera favorável para a constituição de uma “política verde” no Brasil. Todavia, sua explicação para a criação do PV está embasada em “fatores exógenos”, como a difusão das idéias verdes européias, e na trajetória de seus fundadores. O PV careceria de identidade própria e teria tido pequena influência na formulação da política verde brasileira. Suas estratégias de coligação eleitoral o colocariam sob risco de dissolução.

Duas características marcam os estudos sobre o ativismo ambientalista: de um lado, a hegemonia da teoria multissetorialista de Viola; de outro, a predominância de estudos de caso. A supremacia de uma abordagem voltada para a análise de valores e instituições gerou uma lacuna: ausência de pesquisas empíricas sobre as formas e a dinâmica da mobilização ambientalista.

## b) Ambientalismo global

Viola e Leis são também os principais analistas do processo de globalização da questão ambiental e de suas repercussões no Brasil (Viola e Leis, 1991 e 1998; Leis, 1989, 1990, 1993, 1998 e 2000; Viola, 1992, 1994, 1996 e 1997). A globalização do debate sobre meio ambiente seria consequência da conscientização progressiva da espécie humana com respeito aos riscos naturais. A base sociopolítica desse processo estaria numa “revolução das capacidades dos indivíduos” (Viola, 1996: 25), resultado da expansão educacional, das ideologias democráticas individualistas e das limitações do Estado em reduzir desigualdades.

A formação da consciência ambiental global seguiria a teoria multissetorial. O ponto de partida seria a expansão transnacional de movimentos sociais e organizações não-governamentais engajados na defesa do meio ambiente, formando uma rede global. O processo invadiria paulatinamente agên-

cias de governo, instituições científicas, categorias profissionais, mercado, chegando a agências e tratados internacionais sobre problemas ambientais (Viola, 1996: 28), redundando num “multissetorialismo global”.

Viola vislumbra três clivagens básicas na arena internacional: “nacionalistas *versus* globalistas”, “sustentabilistas *versus* predatórios”, “progressistas *versus* conservadores”, gerando oito grandes forças do sistema mundial.<sup>6</sup> Esse debate estaria conectado, de um lado, ao enfraquecimento da capacidade do Estado Nacional de lidar com problemas globais e, por outro, à emergência de uma sociedade civil transnacional preocupada com a questão ambiental. Haveria, pois, em escala global, um conflito bipolar entre forças “desenvolvimentistas-predatórias” e forças “sustentabilistas”.

A teoria multissetorial dá uma explicação linear para as mobilizações ambientalistas. Vê a “ambientalização” como progressiva e cumulativa. Daí sua dificuldade para explicar refluxos. A análise da Rio-92 é um exemplo. De acordo com a teoria, a conferência deveria intensificar a “ambientalização”. Todavia o que se seguiu, admitem Carvalho (1995) e Viola (1996), foi a estagnação da capacidade de recrutamento e a mobilização dos grupos ambientalistas. Viola (1996) teve de lançar mão de uma explicação *ad hoc* para tal declínio.<sup>7</sup> Mas foi forçado a reconhecer que a eficiência do movimento ambientalista não depende apenas de sua motivação, convicções ou valores, está relacionada também à conjuntura política.

Há interpretações alternativas à perspectiva multissetorialista de Viola. Para Guimarães (1991) o que caracteriza o problema ambiental global é a escassez tanto de recursos naturais como de instituições internacionais qualificadas para lidar com a questão. Isso se expressaria em duas crises: a ecoambiental e a ecopolítica. Os protagonistas desse conflito seriam os países desenvolvidos, controladores da agenda ambiental, e

os países em desenvolvimento, incapazes de criar uma agenda alternativa que hierarquiasse a responsabilidade pelos problemas ambientais globais.

Já Vigevani (1997) lê a questão ambiental a partir da teoria dos regimes internacionais. Nessa perspectiva, o meio ambiente seria um tema consensual, regulado por acordos globais de caráter cooperativo. Isso não significaria ausência de conflitos transnacionais. Em estudo sobre a implementação da Agenda 21, Vigevani mostra que a institucionalização da temática ambiental em nível transnacional produziu um “conflito regulado”.

A afluência de estudos sobre globalização, observada na última década, atingiu em cheio a questão ambiental. Há um interesse crescente nessa temática (por exemplo, Caubet, 2001; Nobre, 1999; Amaral, 1995; Soares, 1995; Silva, 1987), sobretudo de especialistas em política internacional. A tendência é que, no médio prazo, a interpretação multissetorialista de Viola e Leis sofra a concorrência de outras teorias oriundas do campo das relações internacionais.

### c) Conflitos ambientais

De acordo com o argumento multissetorialista de Viola, os conflitos ambientais seriam, sobretudo, de valor. Mesmo assim, transitórios, já que os atores/setores seriam progressivamente convertidos ao consenso sustentabilista. No entanto, diferentes abordagens vêm desafiando esta tese ao apresentarem evidências empíricas em sentido contrário.

A partir de meados dos anos de 1990, começaram a surgir investigações sobre conflitos, ressaltando a complexidade da questão ambiental e a impossibilidade de reduzi-la a movimentos e instituições ambientalistas. Essa literatura traz um enfoque eminentemente sociológico para a questão ambiental, mapeando atores e arenas e os processos de constituição e resolução de conflitos. Mostra ainda que, além de valores, conflitos em tor-

no de questões ambientais podem girar também exclusivamente em torno de interesses. De modo geral, as duas dimensões aparecem empiricamente mescladas.

A primeira pergunta a responder é: em que consiste um conflito ambiental? A definição do termo é em si mesma um problema, com usos polissêmicos na literatura. Alguns autores relacionam tais conflitos ao modelo de desenvolvimento econômico (Frota, 2001). Outros ressaltam que um conflito ambiental emerge toda vez que dada atividade econômica produz um “efeito perverso” sobre o estoque de recursos naturais ou sobre a “qualidade de vida” de dado grupo social (Braga, 2000).

Em estudo sobre disputas em torno da ocupação de áreas urbanas, Jacobi (1995) argumenta que somente atores mobilizados detêm conhecimento suficiente para detectar problemas ambientais e propor soluções próprias, ao invés de as demandar ao Estado. Conseqüentemente, argumenta, conflitos ambientais se formam a partir dos grupos sociais com maior conhecimento sobre a questão ambiental e não de estratos sociais baixos – usualmente preocupados com questões particularistas e locais. Nesse sentido, Jacobi nega a possibilidade de movimentos ambientalistas populares.

Já Herculano (1994) mostra que 68% dos militantes e membros de organizações ambientalistas em algum momento de sua trajetória profissional estiveram a serviço do Estado. Os ambientalistas transportariam o conflito ambiental da sociedade para a esfera estatal, que seria, por isso, a arena principal de confronto entre as diferentes facções políticas. Conseqüentemente, a demanda dos setores populares ao Estado não precisaria ser lida como incapacidade de mobilização, como faz Jacob, mas como compreensão adequada da arena onde a tomada de decisões sobre a questão ambiental ocorre.

Nos últimos anos surgiu também uma abordagem sociodemográfica dos conflitos

ambientais. Hogan e seus colaboradores (2000) tipificaram o conflito ambiental a partir da análise comparada de dois estudos de caso. Num deles, o conflito opôs grupos locais pró-desenvolvimento econômico e ONGS e agências ambientais estatais pró-conservação numa reserva da Mata Atlântica no Vale do Ribeira. Noutra área, já urbanizada e industrializada, o conflito girou em torno da disputa pelo uso econômico ou social de recursos hídricos entre as regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo. Hogan não aprofunda a análise da estrutura do conflito, preferindo recomendar formas de resolução: negociação entre as partes.

Uma perspectiva construtivista do conflito ambiental vem se estabelecendo no Brasil, sob inspiração de Hannigan. Essa vertente privilegia o modo pelo qual os atores “constroem” problemas ambientais e seu desdobramento em conflitos. O estudo de Guivant (1998) prioriza a construção da percepção ambiental, durante episódios conflituosos. Já os trabalhos de Fuks (1997 e 1998), embora estejam também na fronteira entre os dois campos, enfatizam mais o conflito ambiental que a percepção. Fuks recorre ao aparato conceitual do construtivismo social, assumindo a existência de uma cultura e de um repertório públicos que delimitam os termos através dos quais o debate público e a definição dos problemas ambientais se desenrolam.

Em estudo de caso no Rio de Janeiro, Fuks identificou a dinâmica da construção de conflitos ambientais e seus atores centrais. Seus resultados repetem, em parte, os de Jacobi: maior incidência de conflitos em áreas de habitações de classes média e alta (Fuks, 1998: 2, 7). Os valores ambientalistas seriam típicos das classes média e alta, que os disseminariam para outros grupos sociais. Conseqüentemente, o meio ambiente, apresentado no debate público como um valor universal, seria apenas a generalização dos valores e interesses de um grupo social específico. Tal

operação cognitiva seria mediada por “pacotes interpretativos”, isto é, esquemas argumentativos a que os atores recorrem para legitimar suas posições durante o conflito.

Na esteira da abordagem de Fuks, fala-se sobre um novo processo social: a judicialização dos conflitos ambientais (Bezerra e Acselrad, 1999). Num estudo de caso em Florianópolis, Alexandre (1999) argumentou que o judiciário se tornou a principal arena decisória dos conflitos ambientais.<sup>8</sup>

Estudos, como o de Fuks, são instigantes e inovadores. Todavia, são ainda tributários da influência do multissetorialismo de Viola. O efeito é priorizar a análise de discursos enquanto as ações efetivas que estruturam o conflito político, seus desdobramentos e conseqüências práticas, recebem menos atenção.

Costa, Alonso e Tomioka (1999a, 1999b e 2000) também analisaram três casos de conflito ambiental em torno da expansão do sistema viário no interior do Brasil. Tais conflitos emergiram apesar da confluência dos atores envolvidos em torno de um discurso “sustentável”. A “ambientalização” do discurso não teria sido uma estratégia dos atores, mas fruto dos constrangimentos morais, políticos e jurídicos que a existência de instituições e leis de proteção ambiental impuseram aos agentes. De outro lado, embora partilhassem vocabulário e valores, os atores não conseguiram equacionar o conflito por meio do debate público. Aplicando o modelo de conflito democrático de Hirschman, o estudo concluiu que os conflitos redundaram numa negociação entre os atores envolvidos, mediada pelo judiciário, que definiu os resultados e impôs perdas a todos os agentes.

Outra abordagem para os conflitos ambientais é o programa de pesquisa de Pacheco e colaboradores (1992). A equipe critica os “estudos de ecologia humana” e o “reduccionismo econômico” do marxismo, negando tanto a formulação genérica da questão ambiental como “problema social”, como

sua equação em termos de valores. Argumentam, em contrapartida, que as causas da questão ambiental estariam relacionadas à “dinâmica social e econômica das cidades”, afetando potencialmente um amplo leque de atores (Pacheco *et al.*, 1992: 47). E propõem uma análise simultânea dos constrangimentos estruturais e das dimensões política e cultural da questão ambiental. Isso significaria incorporar seus aspectos não-econômicos, como o estilo de vida dos atores, suas trajetórias sociais, comportamentos e conflitos de interesses (Pacheco *et al.*, 1992: 48). A esfera pública seria o espaço da negociação e a arena do conflito ambiental.<sup>9</sup>

Em trabalho anterior (Alonso e Costa, 2002), argumentamos que as abordagens estruturalistas e culturalistas oferecem enfoques parciais da questão ambiental. A teoria do processo político (McAdam, Tarrow, Tilly, 2001), possibilita analisar conjuntamente ambas dimensões. De acordo com essa abordagem, os conflitos ambientais se estruturam simultaneamente em torno de interesses e valores. Agentes, instituições e processos não são “dados”, mas se formam durante o próprio processo contencioso. Essa perspectiva privilegia o processo de mobilização, no qual os agentes adquirem controle sobre os recursos necessários à sua ação. Além disso, a formação e o desfecho dos conflitos ambientais só se torna inteligível no contexto sócio-histórico e político em que surge, isto é, na estrutura de oportunidades políticas que dilata e/ou restringe as opções de ação disponíveis para os agentes (Alonso e Costa, 2002: 126).

Os estudos sobre conflitos ambientais são uma área em formação e um campo proffcuo para a combinação de perspectivas. O construtivismo significa um avanço na explicação da dimensão cognitiva dos conflitos ambientais. A teoria do processo político, de outro lado, pode corrigir o nivelamento de poder e recursos das explicações culturalistas, restritas a análises de discursos. A combinação dessas

duas perspectivas oferece uma via promissora para futuras investigações empíricas.

#### Estudos sobre políticas públicas e participação

Até o início dos anos de 1990, o tema dominante na literatura ambientalista brasileira era a avaliação dos impactos socioambientais do desenvolvimento econômico (Vieira, 1992: 126). Predominavam estudos de caso, voltados para a crítica aos modelos econômicos locais e regionais ecologicamente “predatórios”: análises de experiências de atividades econômicas de “baixo impacto ambiental”, tais como a agricultura orgânica, o extrativismo e o ecoturismo. O recorte empírico privilegiava áreas rurais e “biomas”, como a Amazônia e o cerrado. Temas similares aparecem nas análises em meio urbano: redução de impactos ambientais, técnicas de produção, reciclagem e uso sustentáveis de energia, água e transporte. A principal base teórica desta linhagem é o ecodesenvolvimento de Sachs (1986). Uma literatura engajada e comprometida com a formulação de políticas públicas ambientais e modelos de desenvolvimento sustentável.

A bibliografia sobre políticas públicas e participação em deliberações que envolvem questões ambientais nasceu da confluência entre esses ensaios sobre desenvolvimento sustentável e correntes marxistas das ciências sociais que se “ambientalizaram” depois da redemocratização brasileira e da crise do socialismo real (Viola, 1987). Esta literatura “socioambiental” procura compatibilizar a perspectiva normativa do desenvolvimento sustentável com a análise de processos demográficos, socioeconômicos e político-institucionais. Seu objetivo é articular diagnósticos de situações socioambientais com proposição de modelos de regulação e gestão “sustentáveis” via políticas coercitivas, regulatórias ou participativas de intervenção estatal.

O argumento mais difundido nessa literatura é que os impactos ambientais do capitalismo, associados à urbanização e à desigualdade socioeconômica, seriam sintomas de uma “crise de sustentabilidade socioambiental”. Os efeitos ambientais de tal crise seriam desigualmente distribuídos, afetando intensamente os países em desenvolvimento, como o Brasil e, neles, as camadas de baixa renda das regiões urbanizadas (Almino, 1994; Bruseke, 1993).

Dentro desse amplo campo distinguimos três grandes linhas: estudos demográficos e socioeconômicos; ensaios sobre políticas públicas ambientais; e análises sobre democratização da participação em deliberações que envolvem questões ambientais.

Os estudos demográficos e socioeconômicos privilegiam a relação entre problemas ambientais e pobreza, vendo ambos como subprodutos perversos da expansão do capitalismo e da urbanização. Há duas abordagens predominantes.

De uma parte, a investigação das relações está entre dinâmicas demográficas e meio ambiente (Hogan, 1990, 1992, 1993, 1995a e 1995b, 2000a e 2000b). O debate central neste campo é a relação entre crescimento populacional e sustentabilidade. Hogan (2000a) contesta a tese neomalthusiana de que o crescimento populacional, ao afetar a “capacidade de suporte” do meio ambiente, produziria “crise socioambiental”. Não haveria correlação linear entre os dois processos, argumenta Hogan, já que a escassez de recursos naturais poderia ser contornada em escala global pela racionalização da produção e pela inovação tecnológica. Haveria, na verdade, uma mútua influência entre mudanças ambientais e fenômenos demográficos – como migrações, aumentos nas taxas de mortalidade e na incidência de doenças degenerativas.

A outra abordagem dentro dos estudos demográficos é sociologicamente orientada. Estuda o modo pelo qual a degradação so-

cioambiental produzida por processos ou atividades econômicas afeta grupos sociais. De modo geral, são estudos dos impactos socioambientais sobre grupos sociais urbanos (pobres, negros, mulheres) e comunidades tradicionais (rurais ou indígenas), bem como sobre suas respostas adaptativas (Costa, 2000; Ferreira, 1993; Ferreira, 1992, 1995, 1999, 2000a e 2000b; Lopes Jr., 2000; Sawyer, 1992; Souto-Maior, 1998; Torres, 1992; Wilhelm, 1992). Estes estudos têm três objetivos: a denúncia de condições socioambientais “insustentáveis” (Barbosa, 1995; Mueller, 1997; Taschner, 2000); a proposição de políticas públicas integradas e ambientalmente corretas (Neder, 2002) e a formulação de modelos de desenvolvimento sustentável, especialmente para comunidades tradicionais (Carvalho Brasil, 2000; Lima e Alencar, 2000; Ribeiro e Galizoni, 2000). Predomina na literatura a crença de que alterações ambientais produzem efeitos objetivos sobre os grupos sociais.

O segundo leque de trabalhos engloba a abordagem estrutural do problema ambiental como tema das políticas públicas no Brasil, apoiada em duas teses. A primeira é que a “crise ecológica” geraria conflitos sociais e polarização entre setores – definidos conforme o multissetorialismo de Viola. Como o posicionamento dos agentes decorreria de sua adesão a valores ambientalistas (e não de sua inserção em relações de produção ou de poder político ou social), a eficácia das políticas públicas ambientais ficaria dependente da capacidade de cada setor lograr consenso interno em torno dos valores ambientalistas.

A segunda tese refere-se ao papel ambíguo do Estado. Para alguns autores, o Estado é o agente estratégico. Por sua capacidade de ordenação legal e coordenação administrativa e financeira poderia enfrentar a “crise socioambiental” e, mesmo, mudar os padrões comportamentais da sociedade, através de propaganda e educação ambiental (Bursztyn, 2001; Drummond, 1999). Para

outros, o Estado seria inepto, incapaz de integrar políticas setoriais fragmentárias e, muitas vezes, contraditórias com as próprias diretrizes da legislação ambiental (La Rovere, 1992). Ferreira (1998: 139-142), por exemplo, argumenta que as políticas públicas no Brasil não responderiam adequadamente à “intensa saturação ecossistêmica” produzida pelo “modelo civilizatório contemporâneo”.

Embora mantenha um pressuposto normativo – reverberando tanto Sachs como Habermas – os escritos de Neder (1996, 1997 e 2002) são uma exceção dentro desta bibliografia. São estudos de caso sobre os obstáculos à regulação pública ambiental integrada em setores como saneamento, recursos hídricos, desenvolvimento local e poluição industrial no Estado de São Paulo durante a década de 1990. Nesses estudos, aponta a emergência de espaços públicos como condição para a superação dos problemas de integração e coordenação das políticas setoriais. Tais espaços funcionariam como modalidades concretas de regulação pública ambiental, que escapariam à lógica setorial e vinculariam as políticas ambientais às demais políticas públicas, como as de saneamento e recursos hídricos.

Suas conclusões, no entanto, apontam no sentido oposto ao de sua proposta teórica. Empiricamente, Neder não encontrou tais políticas de “regulação pública ambiental pós-desenvolvimentista” em vigência: nem uma “esfera pública ambiental”, nem políticas públicas integradas.

Uma terceira linha de estudos aborda a democratização das deliberações que envolvem questões ambientais, tanto em termos normativos como empíricos. No primeiro caso está o trabalho de Leis (1997), discutindo as limitações político-institucionais e técnicas dos mecanismos de participação na área ambiental. Leis aponta a incapacidade dos conselhos de meio ambiente, das avaliações de impacto ambiental e das audiências públicas de licenciamento ambiental de in-

corporar em seus procedimentos a pluralidade de interesses legítimos – ético-filosóficos, religiosos, econômicos, sociais envolvidos e de responder à complexidade da questão ambiental.<sup>10</sup> Predomina, argumenta, a perspectiva “técnico-reducionista” dos cientistas, técnicos governamentais e políticos (Leis, 1997: 232-233).

Leis (1997: 223) não investiga empiricamente o funcionamento e as causas sociais e políticas dessa “distorção” nos mecanismos participativos e deliberativos. Seu objetivo é puramente prescritivo: a deliberação deveria ocorrer em espaços comunicativos democráticos, formalmente integrados por organizações não-governamentais, movimentos sociais e culturais, sindicalistas, representantes de associações empresariais, além de técnicos governamentais e políticos. Leis atribui, pois, ao desenho formal dos mecanismos participativos a capacidade de produzir deliberações consensuais, sem considerar o efeito dos valores, recursos e estratégias dos agentes sociais envolvidos e do contexto sociopolítico no qual a deliberação se desenrola.

Há ainda estudos sobre a legislação relativa às deliberações sobre questões ambientais. Parte da literatura é jurídica e discute a formação e a eficácia da legislação ambiental (Freitas, 2000; Baptista, 1994; Barbieri, 1995; Milaré e Benjamim, 1993; Benjamin, 1997). Estudos sobre a regulamentação legal da participação da sociedade civil em processos decisórios relativos ao meio ambiente (Milaré, 1998), como as audiências públicas para licenciamento ambiental (Fink, 1993), ainda são raros. O mesmo vale para estudos empíricos sobre funcionamento de arenas deliberativas na área.

Há, de outra parte, análises da evolução legal e administrativa das políticas públicas de regulação ambiental, enfocando o papel do Estado na constituição da estrutura de regulação do uso dos recursos naturais (Bursztyn, 1993; Drummond, 1999; Guimarães, 1997; Santos, 1994; Viola, 1999).

Outros trabalhos (Amaral, 1995; Ferreira, 1996, 1997 e 1998; Carvalho, 1987; Dias, 1995; Dowbor, 1993; Jacobi, 1994 e 1998; Jacobi e Teixeira, 1998; Loureiro *et.al.*, 1992; Neder, 1996, 1997 e 2002; Sorrentino, 1992; Vieira, 1995) apostam na democratização e descentralização das decisões sobre políticas públicas ambientais através da difusão de uma “consciência ambientalista”. Por isso, muitos procuram fomentar práticas sustentáveis a partir de programas de educação ambiental. De modo geral, esta bibliografia está mais preocupada em promover transformações sociais do que em investigar as causas, valores e práticas relacionadas às questões ambientais (Antuniassi, 1988; Barreto, 1998; Leonardi, 1997; Reigota, 1998; Rizpah, 1998; Sorrentino, 1995).

O balanço dos estudos de políticas públicas ambientais e sobre impactos socioambientais nos evidencia duas características comuns. De uma parte, seu pressuposto é de que o Estado teria autonomia institucional para antecipar, no plano legal, os conflitos ambientais. Todavia, diagnosticam tanto ineficácia estatal na área ambiental como o óbice de interesses econômicos e políticos à implementação das políticas públicas na área (Bursztyn, 1993; Drummond, 1999; Viola, 1999). Assim, esta bibliografia falha em explicar as razões do descompasso entre uma das mais “avançadas” legislações ambientais do mundo e a baixa efetividade das políticas ambientais.

De outro lado, predomina nesta literatura uma perspectiva normativa, orientada para o “desenvolvimento sustentável”. Este engajamento explica a inclinação generalizada dos autores por políticas públicas participativas e programas de educação ambiental. Todavia são genéricas as soluções propostas para a “crise de sustentabilidade”. Os autores falam em regulação dos padrões de consumo e mudanças radicais no estilo de vida da sociedade contemporânea, de modo a torná-los equitativos dentre os diferentes grupos

sociais e desses para com as gerações futuras (Vicira, 1996; Ferreira, 1998; Neder, 2002). Mas não esclarecem os mecanismos para lograr tais resultados.

A orientação normativa põe na sombra dimensões relevantes do fenômeno. Assim, ficam por investigar empiricamente as motivações efetivas dos agentes estatais e sociais para se engajar em disputas em torno de políticas ambientais – usualmente assumidas como decorrência direta da adesão prévia a valores e interesses. No mesmo sentido, falta averiguar o impacto das estratégias dos agentes sobre o desenho e a eficácia das políticas ambientais.

#### Estudos culturais

Desde a segunda metade dos anos de 1990, há um interesse crescente e profícuo em aplicar a abordagem cultural para assuntos ambientais. No Brasil essa inclinação teórica produziu dois modos principais de conceitualização e entendimento do problema: como um tema do imaginário social brasileiro, em termos de uma história das idéias, e análises construtivistas do modo pelo qual práticas sociais e negociações entre agentes produzem a percepção social de alguns problemas como “ambientais”.

##### a) História das idéias ambientais

Uma abordagem relativamente nova na literatura ambientalista brasileira, com livros e artigos publicados a partir da segunda metade dos anos de 1990, investiga as raízes de uma “mentalidade ambientalista” brasileira.

Pádua (1997, 1999, 2000) almeja produzir uma história das idéias ambientais no Brasil. Inspirado em Keith Thomas, reconstrói uma “tradição ecológica original” no pensamento político brasileiro a partir de um “grupo de temas e percepções ambientais” que teriam aparecido no Brasil dos séculos XVIII e XIX (Pádua, 1997: 20).

A tradição ecológica brasileira teria duas características. Seria essencialmente rural, neste sentido diversa da européia, de orientação urbana. E seria nativa ou “original”. A especificidade decorreria da longa duração da exploração colonial, que teria introduzido uma “mentalidade de parasita” em relação aos recursos naturais e, como consequência, promovido enorme destruição ambiental. Por essa razão, Pádua argumenta, a percepção ambiental no Brasil teria tido uma gênese precoce. O núcleo dessa tradição “esquecida” seria uma “ecologia antropocêntrica, racionalista e progressista”, derivada do projeto civilizatório iluminista (Pádua, 1997: 354, 357, 359). Pádua a sintetiza em quatro características: a) visão instrumental da natureza; b) a destruição da natureza como ameaça à sociedade; c) busca de conciliação entre conservação natural e progresso econômico; e d) tecnologia vista como ameaça à natureza.

Outro trabalho na mesma direção é o de Diegues (1998), que pretende edificar uma “uma história sistemática das idéias que comandou ou ainda comanda a relação entre sociedade e natureza” no Brasil (Diegues, 1998: 111). Apoiado em Keith Thomas, Moscovici e Alain Corbin, argumenta que durante o século XIX teria havido uma mudança na “percepção” sobre a natureza. O conservacionismo norte-americano teria reeditado o mito cristão e “biocêntrico” do paraíso perdido, associando-o a um território não povoado. Esta visão dicotômica da relação entre sociedade e natureza inscrita no “imaginário ocidental” teria se materializado na criação de parques de reserva natural (Diegues, 1998: 13, 24, 27). A transposição do conservacionismo para o Brasil teria entrado em atrito com a existência de sociedades indígenas e tradicionais habitando as potenciais reservas naturais (Diegues, 1998).

Embora não se dedique aos estudos ambientais, J. M. Carvalho (1998) escreveu um artigo sobre a longa duração de um tipo par-

ticular de representação da natureza no imaginário social brasileiro. O “edenismo” é definido como a exaltação das qualidades naturais do Brasil: paisagem, clima, fertilidade, ausência de desastres naturais (Carvalho, 1998: 65-66). O “motivo edênico” seria um *leit motif* do pensamento político brasileiro. Teria aparecido nas crônicas e ensaios dos séculos XVI e XVII, se reiterado no processo de formação do Estado-nação e estaria ainda presente no Brasil contemporâneo. Teria, assim, se tornado uma tradição.

Para provar a “sobrevivência” do edenismo no imaginário popular, Carvalho recorre a duas pesquisas de opinião pública, usando a variável “orgulho nacional” como indicador. Conclui que a principal razão de orgulho dos brasileiros em relação ao seu país é a natureza. Instituições políticas não são mencionadas, como acontece em países de tradição democrática, argumenta, apoiado nos trabalhos de Almond e Verba, e Inglehart (Carvalho, 1998: 69). Assim, a longa duração do motivo edênico seria paralela a outro *leit motif*, “satânico”: uma autodefinição negativa do povo brasileiro, que se veria mais como súdito que como cidadão. Faltaria à tradição brasileira o sentimento cívico, base da democracia. Deste modo, Carvalho (1998: 63, 73, 76) conclui, o edenismo seria um “substituto da participação”.

Os trabalhos na linha de uma história das idéias ambientalistas no Brasil têm duas semelhanças. Primeiro, há um pressuposto metodológico comum. A questão ambiental é analisada como um conjunto de idéias e representações que sobrevivem na longa duração e que comporiam um “imaginário” ambiental ou uma “mentalidade” ecológica. Todos associam a sedimentação desse imaginário ao processo de formação da nação. Porque equacionam a questão ambiental como idéias, representações, opiniões, seu material empírico se restringe às expressões verbais dos agentes – discursos, entrevistas, poesias, crônicas, escritos políticos etc. Em

conseqüência, não analisam as práticas sociais nas quais tais discursos se inscrevem. Pádua (1997: 112, 146), por exemplo, examina as reflexões dos intelectuais brasileiros sobre o processo de destruição ambiental, mas não o processo em si.

Em segundo lugar, há teses comuns. A questão ambiental é apresentada como endógena. Não se trata de idéias importadas e copiadas de intelectuais e ativistas estrangeiros, mas de uma problemática antiga, nascida e enraizada no contexto sociopolítico brasileiro do século XIX, como mostram Pádua e Carvalho. Diegues agrega que o processo de colonização e a diversidade do mundo natural brasileiro teriam dado uma configuração peculiar aos problemas ambientais brasileiros. Bem como ao próprio ambientalismo. Carvalho e Guimarães (1988) argumentam que haveria uma afinidade entre o elogio da natureza como mundo selvagem e a baixa participação política: em conseqüência, a “cultura política” brasileira teria gerado uma esfera pública restrita e pouco permeável ao surgimento de preocupações com o meio ambiente urbano.

Os estudos de história das idéias ambientais são ainda pouco numerosos, mas têm logrado um efeito raro na literatura: combinam perspectivas teóricas de referência internacional no campo (como Thomas e Inglehart), levando em conta as especificidades brasileiras e incorporando a tradição de estudos nacionais sobre o assunto, como a tese de Sérgio Buarque de Holanda sobre o edenismo bem indica.

#### b) Percepções sobre o meio ambiente

Muitos estudos, como o de Carvalho, estão nas fronteiras entre a história das idéias e a análise da percepção ambiental. Outros têm focado exclusivamente a percepção social contemporânea da questão ambiental. Nesse segundo caso, o objetivo é descrever processos de atribuição de significados a di-

mensões do mundo natural que resultam em sua classificação como questões “ambientais”.

Esses estudos são empiricamente orientados e transitam entre a sociologia e a ciência política, valendo-se sobretudo de pesquisas de opinião pública. O interesse principal é descobrir se definições, preocupações e valores ambientais variam conforme estratos sociais.

O estudo de Jacobi (1993) sobre percepção de problemas ambientais na cidade de São Paulo vai nessa direção, chegando a duas conclusões. Primeiro, o “grau de consciência” dos problemas ambientais acompanha a estratificação social: os estratos mais baixos estariam preocupados com infra-estrutura e violência enquanto os assuntos de interesse das classes médias seriam barulho e poluição do ar (Jacobi, 1993: 49-50). Segundo, a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais é atribuída ao governo (80% dos entrevistados). Jacobi conclui que haveria um descompasso entre percepções e práticas ambientais: a “consciência” dos problemas ambientais não se desdobraria em práticas ecologicamente corretas (Jacobi, 1993: 52, 55).

Analisando os resultados de uma pesquisa nacional de opinião sobre percepção pública e definição de “meio ambiente”, Leitão (1993) concluiu que: preocupações “ambientais” são tão profundas entre os brasileiros quanto em países do primeiro mundo; a maioria (66%) é “conservacionista”, isto é, crê que a natureza seja sagrada e que não deveria sofrer a interferência da ação humana. Essa imagem da natureza intocada predomina na definição de meio ambiente, bem como de problemas ambientais – desflorestamento e poluição de rios e do ar são os mais mencionados. Os cidadãos comuns não vêem, pois, problemas urbanos como ambientais e, em oposição aos ativistas e analistas, não conectam desenvolvimento econômico e destruição ambiental. A solução indicada para os problemas ambientais repete os achados de Ja-

cobi: a tarefa é atribuída ao governo (Leitão, 1993: 199, 213). A pesquisa foi repetida por Crespo: em 1998 e em 2001, com resultados muito similares.

Junto com esta pesquisa quantitativa, uma radiografia do perfil e das opiniões dos líderes ambientalistas foi realizada por Crespo (1993). A elite ambientalista brasileira é predominantemente de classe média das regiões Sul e Sudeste do país e tem alta escolarização. Tal elite seria responsável pela formação e disseminação na opinião pública de uma “consciência ecológica” (Crespo, 1993: 4, 175).

Nessa pesquisa e na seguinte (1998), Crespo adota a definição de Viola de “comunidade ambientalista”, dividida em seis setores,<sup>11</sup> e repete suas teses centrais. A base “ideológica” da comunidade ambientalista brasileira estaria em formação, alimentada por dois movimentos: dos ecologistas puros para a sociedade e vice-versa. Crespo argumenta que o caráter genérico do discurso ambientalista ajuda a angariar adesões. A circulação dos ecologistas individuais entre diferentes setores estaria produzindo o “transsetorialismo”, a “ambientalização” paulatina das “elites econômicas e culturais brasileiras” (Crespo, 1993: 99-100, 176).

Além das dificuldades inerentes à teoria multissetorial, essa interpretação generaliza as conclusões da análise do discurso dos ativistas ambientalistas para a elite brasileira como um todo. É desse passo que resulta a conclusão otimista de uma progressiva “ambientalização” da sociedade. Todavia, como a pesquisa não colheu opiniões de todos os “setores” da elite brasileira, não há base comparativa para medirmos a magnitude e a força do setor ambientalista.

Outra abordagem das percepções ambientais vem sendo feita a partir do construtivismo social. Baseando-se em Douglas e Wildavsky, Hannigan e Latour, e recorrendo a conceitos como “mundo dos atores” e “arena de disputas”, Guivant (1998) enfoca os processos pelos quais cidadãos comuns assi-

milam a definição científica de riscos ambientais. Guivant analisa o processo de definição das causas dos problemas ambientais por diferentes atores e em várias arenas. Guivant (1998: 101-103) defende que é através de negociações e conflitos que redes e identidades são construídas, recursos são mobilizados e relações de poder são consolidadas, permitindo ou vedando a implementação de um projeto político.

O estudo de Guivant sobre percepção avança em relação aos anteriores ao suplantat a análise dos valores, opiniões e estratégias discursivas dos atores. Ao analisar as práticas em si mesmas, pode enxergar o que outros intérpretes não viram: a lacuna entre discursos e valores dos atores e suas práticas. Apesar dessa conclusão, Guivant compartilha do engajamento dos demais: termina apresentando um modelo de “foros de negociação” para a questão ambiental.

Trabalhos recentes – como o de Fuks, já mencionado – vêm expandindo o âmbito de aplicação do construtivismo social. Nos estudos demográficos, Torres (2000: 54-57) propôs a substituição do conceito de “impacto ambiental” pelo de risco. A primeira noção ambicionaria medir objetivamente o efeito das interferências humanas no meio ambiente. Já a noção de risco ambiental levaria em conta o modo pelo qual cada grupo social constrói sua percepção de risco em função de seus valores e formas de convivência com o meio ambiente.

A área de estudos sobre a percepção social do meio ambiente é um dos campos em ascensão na literatura ambiental brasileira e tem rendido bons estudos de caso. Mas também apresenta lacunas. As poucas pesquisas quantitativas nessa linha não permitem análises longitudinais, como é freqüente na sociologia ambiental norte-americana. Além disso, ainda são caudatárias da interpretação multissetorialista de Viola. Já os estudos inspirados pelo construtivismo social têm sido bem-sucedidos em articular teorias de ponta

com estudos empíricos em profundidade. Mas ainda são raros.

## Comentários

Em seu balanço da literatura de ciências sociais sobre a questão ambiental, Vieira (1992 e 1995) apontou dois problemas principais: de um lado, o excessivo ensaísmo e a baixa consistência metodológica, de outro, o grande número de estudos de caso, pontuais e descritivos. Constatou também a ausência de estudos sobre percepção e comportamento ambientais.

Alguns desses traços persistem. O engajamento político em sentido restrito continua forte, com estudos de militantes verdes defendendo um novo modelo de desenvolvimento e um novo estilo de vida. E há agora também um engajamento moral: ensaios normativos, que caminham rumo a uma espécie de filosofia da natureza e a um esoterismo verde. Nos dois casos, a sobreposição de agentes e analistas produz interpretações voluntaristas, que atribuem ao movimento ou à idéia ambientalista um poder de agenda e uma capacidade de mudar estruturas sociais, econômicas e culturais de longa duração, que estão longe de demonstrar empírica ou teoricamente. Há também uma “ambientalização” artificial de temas tradicionais das ciências sociais e uma baixa rotinização dos estudos, já que a agenda científica acaba acompanhando a pauta política. O resultado é que ainda são poucos os estudos sistemáticos e empiricamente embasados. Um campo científico autônomo de “estudos ambientais” não se institucionalizou,<sup>12</sup> nem tampouco a questão ganhou posição de destaque nas ciências sociais brasileiras.

De outro lado, há avanços. As lacunas vislumbradas por Vieira foram, em parte, preenchidas. Há um interesse crescente em incorporar abordagens teóricas mais sofisticadas e em gerar evidências empíricas mais sólidas. Duas tendências estão em curso: a

diversificação teórica e metodológica, e a progressiva profissionalização, com subespecialidades acadêmicas mais demarcadas. O impacto desses processos é, todavia, desigual em cada uma das três áreas em que dividimos a literatura.

Os estudos sobre mobilização política ambiental, inicialmente inspirados em Touraine, continuam ainda sob a égide da tese multissetorialista. Talvez, por isso, esta seja a área na qual a grande diversidade de perspectivas da literatura internacional menos penetrou. Mesmo a tese sobre a extração social dos ativistas ambientalistas como uma nova classe média, muito referida, nem sempre é explicitamente associada a Inglehart. São praticamente inexistentes estudos empíricos sobre processos de formação e mobilização de grupos ambientalistas; sobre a institucionalização da questão ambiental e sua recepção pela elite empresarial, pelos partidos políticos e pela burocracia estatal. E, em decorrência, faltam estudos comparando o caso brasileiro com o ativismo europeu, norte-americano e, mesmo, sul-americano. Ainda no campo das relações entre meio ambiente e política, a área mais plural é a de conflitos ambientais, com estudos de diferentes orientações teóricas e recortes empíricos.

Os estudos de políticas públicas são, de maneira geral, normativos. Embora trabalhos empíricos comecem a surgir, a influência de Sachs é ainda incontestada. O viés militante que atinge todas as áreas é mais forte aqui, com ensaios propondo intervenção política. Isto é visível na pauta de temas, com predomínio de investigações sobre participação popular nos processos deliberativos e sobre a eficácia de experiências de “desenvolvimento sustentável”. A principal lacuna aqui são investigações sobre a concepção, implementação e eficácia das políticas públicas ambientais. Estudos desse tipo são já comuns na literatura internacional, sobretudo em perspectiva comparada, caso, por exemplo, a pesquisa coordena-

da por Jänicke e Weidner (1997), envolvendo treze países.

A história das idéias ambientais e os estudos sobre percepção ambiental parecem ser o campo que mais de perto acompanha a literatura internacional. Isso fica evidente no impacto dos livros de Keith Thomas, no primeiro caso, e de John Hannigan, no segundo, o que não significa que referências mais antigas, como Moscovici, tenham desaparecido. Não obstante, esta é, dentre as três áreas, a que exibe mais inclinação acadêmica que militante.

A produção acadêmica brasileira sobre a questão ambiental é ampla e diversificada. Todavia, quando comparada com a literatura internacional, mostra-se ainda incipiente. Do ponto de vista de sua institucionalização, a literatura internacional está consolidada em disciplinas: há uma sociologia, uma ciência política, uma antropologia das questões ambientais. No Brasil ainda não. Há muitos sociólogos e cientistas políticos se voltando para o assunto, como vimos, mas poucos antropólogos (exceções são Sigaud, 1994; Vidal, 1989). Predomina um discurso genérico em favor da interdisciplinaridade.

A diversidade teórica e temática da literatura internacional não se repete aqui. Antes o contrário. Há uma clara predominância de certas áreas e assuntos e um forte impacto de linhas teóricas secundárias na literatura internacional. No primeiro caso, a tônica da literatura contemporânea parece estar na confluência entre estudos sobre valores, mobilizações e conflitos, cobrindo um amplo leque de assuntos: desde bioética até a burocratização de partidos verdes. No Brasil, a investigação de valores, idéias e discursos dos atores foi largamente explorada, mas estudos sobre práticas são ainda escassos.

Já do ângulo teórico, autores como Sachs, Touraine, Moscovici, por exemplo, são ainda muito influentes no Brasil, embora não sejam mais referências obrigatórias da literatura internacional. De outro lado, à exceção de Beck e Hannigan, autores de relevo

no debate contemporâneo não foram ainda incorporados nos estudos brasileiros. Este é o caso de Mary Douglas, sempre mencionada na sociologia e na antropologia ambientais, e ainda pouco citada no Brasil. No mesmo sentido, o marxismo ecológico permanece uma influência difusa na área de políticas públicas, enquanto a teoria da modernização ecológica, de Mol e Spaargaren, e trabalhos de política ambiental comparada, como os de Martin Jänicke, nunca aparecem. O descompasso da bibliografia brasileira em relação à internacional é mais evidente nos estudos sobre mobilizações ambientais: enquanto aqui estamos restritos a estudos de caso, na Europa são cada vez mais freqüentes estudos comparados, como aqueles coordenados por Kriesi; por Rootes; e por Kousis e Eder. Os *surveys* de opinião pública, comuns em vários países, são ainda raros dentre nós, com a série de Crespo compondo a exceção.

Por fim, caberia perguntar se a agenda da bibliografia internacional poderia servir como parâmetro para a constituição de uma pauta brasileira. Na verdade, não há consenso sobre os rumos a seguir. Dunlap (1997) ainda discute a possibilidade de um paradigma próprio para a sociologia ambiental. Hannigan (1995) demanda uma teoria geral capaz de estruturar e unificar a área de estudos ambientais. Buttel (1996) propõe concentração de esforços em investigações sobre o processo de “ambientalização” de fenômenos cotidianos; sobre a importância de variáveis biofísicas e sociais na constituição dos problemas ambientais; e sobre as bases sociais do ativismo ambientalista. Parece razoável apostar numa agenda que incentive estudos empiricamente robustos e analiticamente rigorosos, e que, sobretudo, se oriente por um pluralismo teórico e pelo diálogo entre as diversas abordagens.

#### Notas

1. Há vários trabalhos nesta linha. Klaus Eder (1996), por exemplo, busca em Moscovici a base para uma teoria culturalista da “construção social da natureza” e de suas conseqüências políticas.
2. Uma destas dimensões diz respeito ao acesso às tecnologias que manipulam corpos (“biopolítica”); configurando novas formas de exploração e desigualdade. Daí se derivam análises do racismo ambiental e do ecofeminismo (Goldman e Schurman, 2000; Pulido, 1996).
3. As sobreposições temáticas são: avaliação de políticas de desenvolvimento; avaliação de impactos socioambientais; gestão ambiental e participação; questões teórico-metodológicas; educação, que aparecem em várias disciplinas. Hoje, Vieira teria de acompanhar a complexificação do campo e cobrir também as “ciências ambientais”. Balanços nessa direção são Veiga, 1998; Moraes, 1994; Tauk, 1991; Benjamim, 1993; Branco, 1995.
4. Viola periodiza o movimento “ecológico” brasileiro de acordo com o processo político: de 1974 a 1981 (regime militar), movimentos apolíticos, de denúncia à degradação ambiental e formação de comunidades alternativas; de 1982 a 1985 (transição democrática), uma expansão e progressiva politização do movimento; a partir de 1986 (Nova República), fase ecopolítica, com o ingresso da maioria dos ativistas do movimento na política partidária, culminando na fundação do PV.
5. O número de setores mencionados varia nos artigos de Viola, cinco aparecem sempre: ONGS ambientalistas; agências estatais de meio ambiente; movimentos sociais; institui-

ções científicas; empresariado. Refletindo sobre a globalização (1996), Viola inclui redes multissetoriais e agências internacionais e, em balanço da Rio-92 (1995a), adiciona políticos profissionais; religiosos; educadores, jornalistas e artistas.

6. A saber: os nacionalistas-conservadores, os nacionalistas-progressistas, os nacionalistas-conservadores-sustentabilistas, os nacionalistas-progressistas-sustentabilistas, os globalistas-conservadores, os globalistas-progressistas, os globalistas-conservadores-sustentabilistas e os globalistas-progressistas-sustentabilistas (Viola, 1996: 28).
7. A saber: impasses políticos com a crise do governo Collor; diminuição de importância da questão ambiental na opinião pública; conflitos organizacionais e entre lideranças; escassez de recursos financeiros para ONGS e; divisão do processo de socialização de líderes entre os “globalistas”, ligados às redes internacionais que circulariam idéias e recursos, e outros setores, cujas lideranças teriam permanecido isoladas (Viola, 1996: 55-56).
8. Há outros estudos de casos no interior (Costa, 1996) e em áreas urbanas industrializadas (Neder, 1990; Braga, 2000).
9. Os autores propõem uma tipologia dos conflitos ambientais: conflitos de centralização/descentralização e disputas relativas a modelos de gestão; disputas nos setores burocráticos; nos “anéis burocráticos”; entre os grupos da sociedade civil. 55 La Rovere (1992) aponta os mesmos problemas em estudo de caso sobre grandes empreendimentos hidroelétricos.
10. La Rovere (1992) aponta os mesmos problemas em estudo de caso sobre grandes empreendimentos hidroelétricos.
11. A saber: os políticos, os empresários, os líderes dos movimentos sociais, os cientistas, os técnicos do governo e os “ecologistas sociais”. Em 1993, analisou as referências intelectuais, a visão dos problemas ambientais brasileiros e as principais características do projeto político de “ambientalização” da sociedade, do Estado e dos líderes ambientalistas. Na pesquisa de 1998 classificou os discursos da comunidade ambientalista conforme temas: vocabulário; pontos consensuais e de dissenso; soluções para problemas ambientais.
12. A proposta de Vieira (1995: 126ss) de unificar a área ambiental a partir de uma perspectiva interdisciplinar e “sistêmica”, baseada no ecodesenvolvimento de Sachs, não se concretizou.

### Bibliografia

A bibliografia está organizada em cinco sessões: a primeira é composta por estudos bibliográficos e literatura internacional citada. A literatura verde é muito vasta (levantamos cerca de 180 publicações) por isso listamos apenas os títulos citados. A literatura das ciências sociais sobre a questão ambiental, excluídas teses e *papers*, está dividida em: 67 estudos sobre meio ambiente e política, 107 estudos sobre políticas públicas e participação e 24 estudos culturais.

#### Estudos Bibliográficos e Literatura Internacional

BECK, U.

1992 *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Sage.

1995 *Ecological Politics in an Age of Risk*. Cambridge, Polity Press.

- BRYANT, R. & BAILEY, S.  
1997 *Third World Political Ecology*. Londres/Nova York, Routledge.
- BUTTEL, F.  
1987 "New Directions in Environmental Sociology". *Annual Review of Sociology*, 13.  
1996 "Environmental and Resource Sociology: Theoretical Issues and Opportunities for Synthesis". *Rural Sociology*, 61(1), primavera.  
1997 "Social Institutions and Environmental Change", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.
- DICKENS, P.  
1997 "Beyond Sociology: Marxism and the Environment", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.
- DOUGLAS, M. & WILDAVSKY, A.  
1983 *Risk and Culture*. California, University of California Press.
- DUNLAP, R. E. & SCARCE, R.  
1990 "The Polls: Poll Trends, Environmental Problems and Protection". *Public Opinion Quarterly*, 55.
- DUNLAP, R. E. & CATTON Jr., W.  
1979 "Environmental Sociology". *Annual Review of Sociology*, 5.
- DUNLAP, R. E.  
1997 "The Evolution of Environmental Sociology: A Brief History and Assessment of the American Experience", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.
- EDER, K.  
1996 *The Social Construction of Nature*. Londres, Sage Publications.
- GIDDENS, A.  
1995a "A Vida em uma Sociedade Pós-tradicional", in GIDDENS A.; BECK, U. & LASH, S., *Modernização Reflexiva*, São Paulo, Editora Unesp.
- GOLDMAN, M. & SCHURMAN, R. A.  
2000 "Closing the 'Great Divide': New Social Theory on Society and Nature". *Annual Review of Sociology*, 26.
- HABERMAS.  
1990 "New Social Movements". *Telos*, 49, Nova York.
- HANNIGAN, J. A.  
1995 *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective*. Londres/Nova York, Routledge.
- HEIJDEN, H-A. van der.  
2000 "Dutch Environmentalism in the 1990s", in ECPR workshop, Copenhagen, 14-20 abr.

- INGLEHART, R.  
 1977 *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles*. Princeton, Princeton University Press.
- 1981 "Post-materialism in an Environment of Insecurity". *American Political Science Review*, 75 (4), dez.
- 1985 "New Perspectives on Value Change: Response to Lafferty and Knutsen, Savage and Boltken and Jagodzinski". *Comparative Political Studies*, 17(4), jan.
- IRWIN, A.  
 1997 "Risk, the Environment and Environmental Knowledges", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.
- JÄNICKE, M. & WEIDNER, H. (eds.)  
 1997 *National Environmental Policies: A Comparative Study of Capacity-building*. Berlin, Springer.
- JORDAN, G. & MALONEY, W.  
 1997 *The Protest Business? Mobilising Campaign Groups*. Manchester, Manchester University Press.
- KOUSIS, M. & EDER, K. (eds.)  
 2001 *Environmental Politics in Southern Europe: Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*. Londres, Kluwer Academic Publisher.
- KRIESI, H. *et al.*  
 1992 "New Social Movements and Political Opportunities in Western Europe". *European Journal of Political Research*, 22.
- KRIESI, H.; KOOPMANS, R.; DUYVENDAK, J. M. & GIUGNI, M. G. *et al.*  
 1995 *New Social Movements in Western Europe: A Comparative Analysis*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- LATOUR, B.  
 1993 *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, Editora 34.
- LIMA, G. C. & PORTILHO, F. 2001, "A Sociologia Ambiental no Contexto Acadêmico Norte-americano: Formação, Dilemas e Perspectivas". *Teoria & Sociedade*, jun.
- LOWE, P. & RÜDIG, W. 1986, "Political Ecology and the Social Sciences: The State of the Art". *British Journal of Political Science*, 16.
- McADAM, D.; TARROW, S. & TILLY, C. 2001, *Dynamics of Contention*. Nova York, Cambridge University Press.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J. & BEHRENS, W.  
 1972 *The Limits to Growth*. Nova York, Universe.
- MELUCCI, A.  
 1989 *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia, Temple University Press.

- MOL, A. P. J. & SPAARGAREN, G.  
2000 "Ecological Modernisation Theory in Debate: A Review". *Environmental Politics*, 9.
- MOSCOVICI, S.  
1969 *La société contre la nature*. Paris, Union Générale d'Éditions.  
1974 *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris, Union Générale d'Éditions.
- O'CONNOR, J.  
1994 "Is Sustainable Capitalism Possible?", in \_\_\_\_\_ (ed.), *Is Capitalism Sustainable?*, Nova York, Guilford.
- OFFE, C.  
1985 "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics". *Social Research*, 52.
- OPHULS, W.  
1977 *Ecology and the Politics of Scarcity: Prologue to a Political Theory Steady State*. San Francisco, W. H. Freeman and Co.
- PICOU, J. S.  
1999 "Theoretical Trends in Environmental Sociology: Implications for Resource Management in the Modern World". *Social and Economic Planning Conference*, Utah.
- PULIDO, L.  
1996 "A Critical Review of the Methodology of Environmental Racism Research". *Antipode*, 28 (2).
- REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., (eds.)  
1997 *The International Handbook of Environmental Sociology*. Edward Elgar, UK.
- ROOTES, C.  
1997 "Environmental Movements and Green Parties in Western and Eastern Europe", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.  
1999 "The Transformation of Environmental Activism: Activists, Organizations and Policy-making". *European Journal of Social Sciences*, 12 (2).
- SACHS, I.  
1986 *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo, Vértice.
- SCHNAIBERG, Allan.  
1980 *The Environment: From Surplus to Scarcity*. Nova York, Oxford University Press.
- SZASZ, A. & MEUSER, M.  
1997 "Environmental Inequalities: Literature Review and Proposal for New Direction in Research and Theory". *Current Sociology*, 45.
- TEA (Transformation of Environmental Activism): [www.ukc.ac.uk/sspsr/polsoc/tea.html](http://www.ukc.ac.uk/sspsr/polsoc/tea.html).
- THOMAS, K.  
1988 *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo, Companhia das Letras.

- TOURAINÉ, A.  
1978 *La voix et le regard*. Paris, Seuil.
- TOURAINÉ, A.  
1982 *Mouvements sociaux d'aujourd'hui: acteurs et analystes*. Paris, Ed. Ouvrieres.
- VIEIRA, Paulo Freire.  
1995 "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990)", in HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo Freire (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Editora da Unicamp.
- 1992 "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil, 1980-1990". *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico*, 33.

### Literatura Verde

- ALMINO, João.  
1994 *Naturezas Mortas: A Filosofia Política do Ecologismo*. Brasília, FUNAG/IPRI.
- AMSTALDEN, Luis Fernando F.  
1996 "Desenvolvimento Sustentável e Pós-modernidade", in RODRIGUES, Arlete Moysés (org.), *Textos Didáticos – Desenvolvimento Sustentável: Teorias, Debates e Aplicabilidade*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n. 23, maio.
- ASSMANN, Hugo.  
1996 "Eco-teologia: Um Ponto Cego do Pensamento Cristão?". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, 6 (2), jul./dez., Campinas, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp.
- BENJAMIN, Herman V. et al.  
1997 *Cinco Anos após a ECO-92 (Five Years After Rio)*. Congresso Internacional de Direito Ambiental, Rio de Janeiro, Instituto O Direito por um Planeta Verde.
- BRANCO, Samuel Murgel.  
1995 "Conflitos Conceituais nos Estudos sobre Meio Ambiente". *Revista de Estudos Avançados*, 23, jan./abr., São Paulo, USP.
- BRÜSEKE, Franz.  
1993 "Para uma Teoria Não-linear e Pluri-dimensional do Desenvolvimento", in VIEIRA, Paulo & MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED/Universidade Federal do Pará.
- CAVALCANTI, Clóvis.  
1993 "Em Busca da Compatibilização entre a Ciência da Economia e a Ecologia: Bases da Economia Ecológica", in VIEIRA, Paulo & MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED/Universidade Federal do Pará.
- CORDANI, Umberto; MARCOVITCH, Jacques & SALATI, Enéas.  
1997 "Avaliação das Ações Brasileiras em Direção ao Desenvolvimento Sustentável após a Rio 92", in \_\_\_\_\_, *Rio 92 Cinco Anos Depois*, São Paulo, Alphagraphics.

- DANSEREAU, Pierre.  
1999 *A Terra dos Homens e a Paisagem Interior*. Belém, FFPA/NAEA.
- FERRI, Mário.  
1974 *Ecologia: Temas e Problemas Brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- GABEIRA, Fernando.  
1987 "A Idéia de um Partido Verde no Brasil", in PADUA *et al.* (orgs.), *Ecologia e Política no Brasil*, São Paulo, USP/Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
- GUEDES, Ana Lucia.  
1999 "Práticas Ambientais de Empresas Transnacionais no Brasil: Redescobrimdo o Papel da Interdisciplinaridade". *Arché Interdisciplinar. Desenvolvimento Sustentável*, ano VIII, 25, Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.
- GUIMARÃES, Roberto.  
1988 "Controle Social e Ecopolítica no Brasil: Explorando uma Utopia Possível". *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro.
- LAGO, Fernando Paulo.  
1982 *A Consciência Ecológica: A Luta pelo Futuro*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- LEIS, Héctor.  
1992 "Ética Ecológica: Análise Conceitual e Histórica de sua Evolução" in RUBIO, Afonso Garcia (org.), *Reflexão Cristã sobre o Meio Ambiente*, São Paulo, Loyola.  
1995 "Ambientalismo: Um Projeto Realista-utópico para Política Mundial", in VIOLA *et al.*, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Cortez.  
1997 "Espiritualidade e Globalização na Perspectiva do Ambientalismo". *Ambiente e Sociedade*, 2 (1), São Paulo.  
1998 "Meio Ambiente, Ética e Religião na Sociedade Contemporânea", in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- LEIS, Héctor & AMATO, José.  
1995 "O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial", in CAVALCANTI, Clóvis (org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, São Paulo/Recife, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco.  
1996 "Para uma Teoria das Práticas do Ambientalismo", in LEIS, Héctor, *O Labirinto: Ensaio sobre Ambientalismo e Globalização*, São Paulo/Blumenau, Editora Gaia/Editora Furb.
- LEONARDI, Maria Lucia *et al.*  
1997 *Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais*. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia.

- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (org.).  
1978 *Ecologia e Sociedade: Uma Introdução às Implicações Sociais da Crise Ambiental*. São Paulo, Editora Loyola.
- MINC, Carlos.  
1987 "Os Desafios da Ecológica no Brasil", in PADUA, José *et al.* (orgs.), *Ecologia e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário do Rio de Janeiro.
- MORAES, Antonio Carlos Robert.  
1994 *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo, Hucitec.
- MULLER, Marcos Lutz. & HÖSLE, Vittorio.  
1996 "Uma Filosofia da Crise Ecológica". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, 6 (2), jul./dez., Campinas, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp.
- RODRIGUES, Arlete M.  
1998 "A Utopia da Sociedade Sustentável". *Ambiente e Sociedade*, 2 (1), São Paulo.
- TAUK, Sâmia Maria (org.).  
1991 *Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- UNGER, Nancy Mangabeira (org.).  
1992 *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. São Paulo, Edições Loyola.
- VEIGA, José Eli.  
1998 *Ciência ambiental: Primeiros Mestrados*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- VIEIRA, Liszt.  
1989 "Fragmentos de um Discurso Ecológico: Reflexões Críticas de Ecologia Política". *São Paulo em Perspectiva*, 3 (4), out./dez., São Paulo.
- YAZIGI, Eduardo.  
1994 "Ambientalismo: Ação e Cientificidade em Dúvida". *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*, 8.
- ZULAUF, Werner.  
2000 "O Meio Ambiente e o Futuro". *Revista de Estudos Avançados*, 39, maio/ago., São Paulo, USP.

## Estudos sobre o Meio Ambiente e Política

### Movimento Ambientalista

ANTUNIASSI, Maria Helena.

- 1989 *Movimento Ambientalista em São Paulo: Análise Sociológica de um Movimento Social Urbano*. São Paulo, Ceru.

GIROTTI, C.

- 1984 *Estado Nuclear no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

JACOBI, Pedro.

- 1989 *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Demandas por Saneamento Básico, São Paulo, 1974-1984*. São Paulo, Cortez.

LANDIN, Leilah.

- 1993 *A Invenção das ONGS: Do Serviço Invisível à Profissão sem Nome*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.

LEIS, Héctor & VIOLA, Eduardo.

- 1996 "A Emergência e Evolução do Ambientalismo no Brasil", in LEIS, Héctor, *O Labirinto: Ensaios sobre Ambientalismo e Globalização*, São Paulo/Blumenau, Editora Gaia/Editora Furb.

PÁDUA, José Augusto.

- 1991 "O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores Endógenos e Exógenos", in LEIS, Héctor (org.), *Ecologia e Política Mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.

RODRIGUES, Maria Guadalupe.

- 1993 "Movimento Ambiental e Ativismo P: Um Estudo de Caso da Campanha contra os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento". *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, jul./dez.

SCHERER-WARREN, Ilse.

- 1999 "Associativismo Civil em Florianópolis: Evolução e Tendências". *Revista de Ciências Humanas*, 26, Florianópolis, out.

URBAN, Teresa.

- 2001 *Missão (quase) Impossível: Aventuras e Desventuras do Movimento Ambientalista no Brasil*. São Paulo, Peirópolis.

VIOLA, Eduardo.

- 1987 "A Degradação Sócio-ambiental e a Emergência dos Movimentos Ecológicos na América Latina", in LARANJEIRA, Sônia (org.), *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Hucitec.

- 1987 "Movimento Ecológico e Heterogeneidade Política". *Lua Nova*, 3 (4), abr./jun., São Paulo, Cedec.

- 1987a "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecológica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 (3).

- VIOLA, Eduardo & BOEIRA, S.  
 1990 “A Emergência do Ambientalismo Complexo-multissetorial no Brasil (Particularmente na Micro Região de Florianópolis) nos Anos 80”, in *Universidade e Sociedade face à Política Ambiental Brasileira*, Brasília, Ibama.
- VIOLA, Eduardo & VIEIRA, Paulo F.  
 1992 “Da Preservação da Natureza e do Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro.

### *Ambientalismo Global*

- AB'SABER, Aziz.  
 1989 “Projeto Floram: Missão, Estratégias e Planos de Ação”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, dez.
- AMARAL, Sérgio Silva.  
 1995 “Meio Ambiente na Agenda Internacional: Comércio e Financiamento”. *Revista de Estudos Avançados*, 23, jan./abr., São Paulo, USP.
- CANDOTTI, Ennio.  
 1992 “Reflexões e Refrações de uma Eco”. *Revista de Estudos Avançados*, 15, mai/jul., São Paulo, USP.
- CARVALHO, Nancy Valadares.  
 1995 “De Estocolmo 72 à ECO-92”, in RESENDE, Paulo Almeida, *Ecologia, Sociedade e Estado*, São Paulo, Educ.
- CAUBET, Christian Guy.  
 2001 “O Comércio Acima de Tudo (e o Meio Ambiente Fora da Lei)”. *Lua Nova*, 52.
- DUTSCHKE, Michael.  
 2000 “O Brasil como Ator no Processo da Política Climática”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, out.
- GUIMARÃES, Roberto.  
 1991 “A Assimetria dos Interesses Compartilhados: América Latina e a Agenda Global do Meio Ambiente”, in LEIS, Héctor (org.), *Ecologia e Política Mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.
- 1992 “El Discreto Encanto de la Cumbre de la Tierra: Evaluación Impresionista de Rio-92”. *Nueva Sociedad*, 122, nov./dez.
- LEIS, Héctor.  
 1989 “Ecologia Versus Soberania: Notas e Propósitos da Questão Antártica”. *Brasil: Perspectivas Internacionais*, 23, Rio de Janeiro.
- 1991 “Ecologia e Soberania na Antártica ou o Papel da Questão Ambiental como Agente Transformador da Ordem Internacional”, in LEIS, Héctor (org.), *Ecologia e Política Mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.

- 1993 “Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92”. *Lua Nova*, 31.
- 1995 “As Nações Unidas e o Meio Ambiente”. *Contexto Internacional*, 17 (1).
- 1995a “Globalização e Democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, anno 10, 28, jun.
- 1996 *O Labirinto: Ensaio sobre Ambientalismo e Globalização*. São Paulo/Blumenau, Gaia/Furb.
- 1991 *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro, Fase/Airi-Puc.
- MARCOVITCH, Jacques.
- 1992 “Dos Princípios aos Resultados”. *Revista de Estudos Avançados*, 15, maio/ago., São Paulo, USP.
- MARTINE, George.
- 1993 “População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: O Cenário Global e Nacional”, in \_\_\_\_\_ (org.), *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições*, Campinas, Editora Universidade Estadual de Campinas.
- MEDEIROS, Jarbas.
- 1987 “Estados Nacionais, Supranacionais e a Questão da Ameaça Ecológica”. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, 2 (2).
- MILANI, Carlos.
- 1999 “Governança Global e Meio Ambiente: Como Compatibilizar Economia, Política e Ecologia”. *Governança Global - Reorganização da Política em Todos os Níveis de Ação. Pesquisas*, 16, São Paulo, Konrad Adenauer Stiftun.
- NOBRE, Marcos.
- 1999 “Desenvolvimento Sustentado e Problemática Ambiental”. *Lua Nova*, 47.
- NOVAES, Washington.
- 1992 “Eco-92: Avanços e Interrogações”. *Revista de Estudos Avançados*, 15, maio/ago., São Paulo, USP.
- PERICÁS NETO, Bernardo.
- 1989 “Ambiente e Relações Internacionais”. *Contexto Internacional*, 4 (9), Rio de Janeiro.
- RATTNER, Henrique.
- 1993 “Globalização, Pobreza e Meio Ambiente”, in VIEIRA, Paulo F. & MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED/Universidade Federal Pará.
- RIBEIRO, Maurício, PHILIPPI JR., Arlindo & BRITO, Maria Cecília.
- 1997 “Ações Voltadas para a Implementação Regional da Agenda 21”, in CORDANI, V. et. al. (org.), *Rio 92. Cinco Anos depois. Avaliação das Ações Brasileiras em Direção ao Desenvolvimento Sustentável após a Rio-92*, São Paulo, Alphagraphics.
- SILVA, G. do Nascimento.
- 1987 “O Meio Ambiente e a Política Exterior”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 30 (117-118), Rio de Janeiro.

- SOARES, Guido.  
 1995 “Meio Ambiente Global: de Estocolmo à Eco 92 e América Latina”, in RESENDE, Paulo Almeida (org.), *Ecologia, Sociedade e Estado*, São Paulo, Educ.
- SODRÉ, Marcelo Gomes.  
 1998 “Consumo e Globalização”, in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo.
- VIGEVANI, Tullo.  
 1994 “Meio Ambiente e Relações Internacionais: A Questão dos Financiamentos”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, set.  
 1997 “Meio Ambiente e Relações Internacionais”. *Ambiente e Sociedade*, ano I, 1, São Paulo.
- VIOLA, Eduardo.  
 1996 “A Multidimensionalidade da Globalização, as Novas Forças Sociais Transnacionais e seu Impacto na Política Ambiental no Brasil, 1989 a 1995”, in FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas, Editora da Unicamp.  
 1997 “Globalização, Democracia e Sustentabilidade: As Novas Forças Transnacionais”, in BECKER, Bertha & MIRANDA, Mariana (orgs.), *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor.  
 1991 “Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo”, in LEIS, Héctor (org.), *Ecologia e Política Mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.  
 1995 “O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio 92: O Desafio de uma Estratégia Globalista Viável”, in VIOLA, E. et. al., *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez.
- VIOLA, Eduardo & NICKEL, James W.  
 1994 “Integrando a Defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente: Lições do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, 40, São Paulo.
- ZYLBERSZTAJN, David.  
 1992 “A Tragédia ou o Melhor dos Mundos: Impasses e Limites do Debate Ambiental”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Cebrap, no. 33.

### **Conflitos Ambientais**

- ACSELRAD, Henri & MELLO, Cecília C. A.  
 2002 “Conflito Social e Risco Ambiental: O Caso de um Vazamento de Óleo na Bahia de Guanabara”, in ALIMONDA, Héctor (org.), *Ecología Política: Naturaleza, Sociedad y Utopía*, Buenos Aires, Clacso.
- ALEXANDRE, Agrippa Faria.  
 1999 “Atores e Conflitos Sócio-ambientais na Esfera Jurídico-Estatal de Florianópolis – SC”. *Revista de Ciências Humanas*, 26, Universidade de Santa Catarina.

- ALONSO, Angela & COSTA, Valeriano.  
 2002 "Para uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil", in ALIMONDA, Héctor (org.), *Ecología Política: Naturaleza, Sociedad y Utopía*, Buenos Aires, Clacso.
- BRAGA, Tânia Moreira.  
 2000 "Risco e Conflito Ambiental sob o Signo da (mono) Indústria: Um Estudo sobre Políticas Ambientais na Bacia do Rio Piracicaba, Minas Gerais", in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- COSTA, Sérgio; ALONSO, Angela & TOMIOKA, Sérgio.  
 1999a. "A Re-significação das Tradições: o Acre entre o Rodoviarismo e o Socioambientalismo". *Cadernos IPPUR*, ano XIII, 2, ago./dez.  
 1999b "Negociando Riscos: Expansão Viária e Conflitos Ambientais no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, nov.  
 2001 *Modernização Negociada: Expansão Viária e Riscos Ambientais no Brasil*. Brasília, Cebrap/Ibama.
- DRUMMOND, José Augusto.  
 2001 "Conceitos Básicos para a Análise de Situações de Conflito em torno de Recursos Naturais", in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Difícil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*, Rio de Janeiro, Garamond.
- DURAND, Maria Rita Garcia Loureiro.  
 1992 "Desafios da Gestão Ambiental no Brasil: Atores em Conflito e Novos Limites entre Esfera Pública e Privada", in MAIMON, Dália (org.), *Ecologia e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Aped.
- FROTA, Ivaldo.  
 2001 "O Setor Elétrico e seus Conflitos: Os Novos e os Velhos Desafios", in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Difícil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*, Rio de Janeiro, Garamond.
- FUKS, Mário.  
 1996 "Do Discurso ao Recurso: Uma Análise da Proteção Judicial ao Meio Ambiente do Rio de Janeiro", in FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Campinas, Editora da Unicamp.  
 1998 "Arenas de Ação e Debate Público: Conflitos Ambientais e Emergência do Meio Ambiente Enquanto Problema Social no Rio de Janeiro". *Dados*, 41 (1).
- HERCULANO, S. C.  
 1994 *Entre o Heroísmo e a Cidadania*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
- JACOBI, Pedro.  
 1995 "Conflito Ambiental Urbano", in IBASE, *Conflitos Sociais e Meio Ambiente: Desafios Políticos e Conceituais*, Rio de Janeiro, Ibase.

- LITTLE, Paul E.  
2001 "Os Conflitos Socioambientais: Um Campo de Estudo e de Ação Política", in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*, Rio de Janeiro, Garamond.
- PACHECO, Regina *et al.*  
1992 "Atores e Conflitos em Questões Ambientais Urbanas". *Espaço & Debates*, São Paulo.
- SANTOS, Maria Cecília Mac Dowel dos.  
1990 *A Gestão Jurídico-Política dos Conflitos Ecológicos*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- VIDAL, Lux.  
1989 "Questão Indígena e Meio Ambiente: Embates entre Culturas e Interesses Diferenciados". *São Paulo em Perspectiva*, 4 (3), São Paulo.

### **Estudos sobre Políticas Públicas e Participação**

- AGUIAR, Ronaldo Conde.  
1993 "Crise Social e Meio Ambiente: Elementos de uma Mesma Problemática", in BURSZTYN, Marcel (org.), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Brasiliense.
- AMARAL, Helena.  
1995 "Políticas Públicas de Meio Ambiente", in SORRENTINO, Marcos (org.), *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*, São Paulo, Gaia.
- ANCONA, Ana Lúcia & SILVA, Luís Otávio da.  
1992 "Estudo do Impacto: Perspectivas de Aplicação a Nível Municipal". *Espaços e Debates*, São Paulo.
- ANTUNIASSI, Maria Helena.  
1988 "Educação Ambiental e Planejamento Microrregional: Ponto de Vista e Proposta de Trabalho". *Ciência e Cultura*, ano 5, 40.
- ARAÚJO, Ricardo.  
1997 "Desenvolvimento Urbano e Proteção Ambiental: O Futuro da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga". *Revista de Estudos Avançados*, 30, maio/ago, São Paulo, USP.
- BARAT, Josef.  
1996 "A Ação Reguladora no Saneamento Ambiental". *Cadernos Fundap*, 20, maio/ago., São Paulo.
- BARBIERI, José Carlos.  
1995 "Avaliação de Impacto Ambiental na Legislação Brasileira". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo.

BARBOSA, Sônia.

- 1995 “Ambiente, Qualidade de Vida e Cidadania: Algumas Reflexões sobre Regiões Urbano-industriais”, in VIEIRA, Liszt & HOGAN, Daniel (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Unicamp.

BARRETO, Samuel.

- 1998 “Núcleo Pró-Tietê da Fundação SOS Mata Atlântica e sua Ação Política Através da Educação Ambiental”, in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.

BARROS, Henrique.

- 1998 “Gerenciamento Comunitário de Recursos Naturais: O Caso dos Ecossistemas Estuarinos da Região Nordeste do Pará”, in VIEIRA, Liszt *et al.* (orgs.), *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre/Florianópolis, Pallotti/Aped.

- 1998a “Meio Ambiente e Geração de Emprego no Brasil: Definindo Estratégias para a Sustentabilidade”, in VIEIRA, Liszt *et al.* (orgs.), *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre/Florianópolis, Pallotti/Aped.

BARTH, Flávio *et al.*

- 1994 “Meio ambiente: Custos e Limites de Urbanização”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, abr.

BERNARDO, Maristela.

- 2001 “Políticas Públicas e Sociedade Civil”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*, Rio de Janeiro, Garamond.

BEZERRA, Gustavo & ACSELRAD, Henri.

- 1999 “A Legislação Ambiental e a Tapeçaria de Penélope: O Debate Público sobre a Lei de Crimes Ambientais”. *Arché Interdisciplinar. Desenvolvimento Sustentável*, Universidade Cândido Mendes, ano VIII, 25.

BRITO, Francisco A. & CÂMARA, João B. D.

- 1999 *Democratização e Gestão Ambiental: Em Busca do Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis, Vozes.

BUENO, Marco Antônio & HELENE, Maria Elisa.

- 1991 “Desmatamento Global e Emissões de CO<sub>2</sub>: Passado e Presente Crítico”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, set.

BURSZTYN, Marcel.

- 1993 “Estado e Meio Ambiente no Brasil: Desafios Institucionais”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Brasiliense.

BURSZTYN, Marcel.

- 2001 “Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável)”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*, Rio de Janeiro, Garamond.

- CARNEIRO, José Mário B. *et al.*  
 1993 “Meio Ambiente, Empresário e Governo: Conflitos ou Parceria?”. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, maio/jul.
- CARREIRA, Denise.  
 1998 *Cruzando Olhares: Gênero e Meio Ambiente – Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- CARVALHO BRASIL, Marília.  
 2000 “As Estratégias de Sobrevivência da População Ribeirinha da Ilha de Marajó”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- CARVALHO, Paulo Gonzaga.  
 1987 “Meio Ambiente e Políticas Públicas: A FEEMA diante da Poluição Industrial”, in PADUA, José *et al.* (org.), *Ecologia e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim.  
 1996 “Criando Condições Institucionais Adequadas a Políticas Ambientais Eficazes”. *Cadernos Fundap*, 20, maio/ago., São Paulo.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.).  
 1997 *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo/Recife, Editora Cortez/Fundação Joaquim Nabuco.
- COELHO, Maria Célia *et al.*  
 1984 “A Política Ambiental e o Desenvolvimento, Econômico, Científico e Tecnológico”. *Revista de Administração Pública*, 4 (18), Rio de Janeiro.
- CONCOTTO, Zelma & SILVA, Solange S.  
 1995 “Gerenciamento Ambiental e Poder Local: O Problema da Mineração no Município de São Paulo”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, abr./jun.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura.  
 2000 “Indústria, Produção do Espaço e Custos Socioambientais: Reflexões a Partir do Exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- D’ARAÚJO, Maria Celina.  
 1992 “Amazônia e Desenvolvimento à Luz das Políticas Governamentais: A Experiência dos Anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, jun., São Paulo.
- DIAS, Reinaldo.  
 1995 “A Administração Ambiental e o Poder Público Municipal”. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, jul./set.
- DOWBOR, Ladislaw.  
 1993 “Descentralização e Meio Ambiente”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, Brasília, Ibama/Enap.

- DRUMMOND, José Augusto.  
 1999 "A Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988: Comentários de uma Cientista Ambiental Simpáticos ao Conservacionismo". *Ambiente e Sociedade*, ano II, 3, São Paulo.
- 1997 *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, EDUFF.
- FERRAZ, Célia.  
 1998 "Apoio a Ações de Educação Ambiental: A Contribuição do Fundo Nacional do Meio Ambiente", in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- FERREIRA, Leila da Costa.  
 1996 "A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local", in FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Campinas, Unicamp.
- 1997 "Sustentabilidade e Democracia no Poder Local". *Ambiente e Sociedade*, ano I, 1.
- 1998 *A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lucia da Costa.  
 1995 "Limites Ecológicos: Novos Dilemas e Desafios para o Estado e para a Sociedade", in HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Unicamp.
- FERREIRA, Lúcia da Costa.  
 1996 "Os Ambientalistas, os Direitos Sociais e o Universo da Cidadania", in FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Campinas, Unicamp.
- 1993 *Os Fantasmas do Vale: Qualidade Ambiental e Cidadania*. Campinas, Unicamp.
- FINK, Daniel Roberto.  
 1993 "Audiência Pública em Matéria Ambiental no Direito Brasileiro". *Revista dos Tribunais*, Editora Revista dos Tribunais, set.
- FREITAS, Vladimir Passos de.  
 2000 *A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- GIOVANNI, Fabio.  
 1997 "A Democracia é Boa para o Ambiente?". *Ambiente e Sociedade*, ano I, 1.
- GUILHERME, Maria Lúcia.  
 1987 "Urbanização, Saúde e Meio Ambiente: O Caso da Implantação do Pólo Industrial de Cubatão e seus Efeitos Urbanos Regionais nos Setores de Saúde e Poluição Ambiental". *Espaço e Debates*, 22.
- GUIMARÃES, Paulo; MACDOWELL, Silvia & DEMAJOROVIC, Jacques.  
 1996 "Fiscalização em Meio Ambiente no Estado de São Paulo". *Cadernos Fundap*, 20, maio/ago., São Paulo.

- GUIMARÃES, Roberto.  
 1997 “Desenvolvimento Sustentável: Da Retórica à Formulação de Políticas Públicas”, in BECKER, B. & MIRANDA, Mariana, *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*, Rio Janeiro, Editora da UFRJ.
- 1992 “O Novo Padrão de Desenvolvimento para o Brasil: Inter-relação do Desenvolvimento Industrial e Agrícola com o Meio Ambiente”, in VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.), *A Ecologia e o Novo Padrão de Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Nobel.
- GUIVANT, Julia.  
 1995 “Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais”, in VIOLA, E. et. al., *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez.
- GUNN, Philip & TASCHNER, Suzana.  
 1994 “Macrometrópole: Aspectos Sociais e Populacionais”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, maio.
- HOGAN, Daniel J.  
 1993 “Crescimento Populacional e Desenvolvimento Sustentável”. *Lua Nova*, 31.
- HOGAN, Daniel J.  
 1993 “Demografia e Ambiente”, in VIEIRA, Paulo & MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, Aped/Universidade Federal do Pará.
- 1995) “A Qualidade Ambiental Urbana: Oportunidades para um Novo Salto”. *São Paulo em Perspectiva*, 9 (3), São Paulo.
- HOGAN, Daniel.  
 1995a “Migração, Ambiente e Saúde nas Cidades Brasileiras”, in HOGAN, Daniel & VIEIRA, Paulo Freire (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Unicamp.
- 1999 “Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): Conservação Ambiental e Melhoria das Condições de Vida da População”. *Ambiente e Sociedade*, ano II, 3 e 4.
- 2000a “A Relação entre População e Ambiente: Desafios da Demografia”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo Freire (orgs.).  
 1995 *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Unicamp.
- HOGAN, Daniel J. et al.  
 2000a “Conflitos entre Crescimento Populacional e Uso dos Recursos Ambientais em Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo: A Demografia do Risco Ambiental”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- 2000b “Um Breve Perfil Ambiental do Estado de São Paulo”, in HOGAN, Daniel et al., *Migração e Meio Ambiente em São Paulo*, Campinas, Nepo/Nepam/Unicamp.

- JACOBI, Pedro e TEIXEIRA, Marco.  
 1998 “Resíduos Sólidos e Educação Ambiental: Quando a Vontade Influi nas Políticas Públicas”, in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- JACOBI, Pedro.  
 1994 “Meio Ambiente, Participação e Cidadania”. *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*, São Paulo, Gaia.  
 1998 “Educação Ambiental e Cidadania”, in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.  
 1998 “Educação Ambiental e o Problema da Poluição do Ar”, in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- KRENAK, Ailton.  
 1998 *Cidadania. Entre a Necessidade e Consumismo – Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- LA ROVERE, E. L.  
 1992 “A Sociedade Tecnológica, a Democracia e o Planejamento”, in VIOLA, Eduardo *et al.*, *Ecologia, Ciência e Política*, Rio de Janeiro, Revan.
- LEWGOY, Flávio (org.).  
 1986 *Política e Meio Ambiente*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- LIBÂNEO, Maria Lúcia.  
 1991 “A Cidade de São Paulo: Planejamento Urbano e Meio Ambiente”. *São Paulo em Perspectiva*, 5 (2), São Paulo.
- LIMA, Deborah & ALENCAR, Edna.  
 2000 “Histórico da Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos na Várzea do Médio Solimões”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson.  
 2000 “População e Meio Ambiente nas Paisagens da Urbanização Turística do Nordeste: O Caso de Natal”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- MILARÉ, Édis.  
 1998 “Princípios Fundamentais do Direito Ambiental”. *Revista dos Tribunais*, ano 87, 756, out.
- MILARÉ, Édis & BENJAMIN, Antônio Hernam.  
 1993 *Estudo Prévio de Impacto Ambiental: Teoria, Prática e Legislação*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- MIYASHITA, Hadjimu & MAGYAR, Ana Lúcia.  
 1996 “Vinte Experiências Inovadoras em Gestão Ambiental”. *Cadernos Fundap*, 20, maio/ago., São Paulo.

- MONOSOWSKI, Elizabeth.  
 1989 “Políticas Ambientais e Desenvolvimento no Brasil”. *Cadernos Fundap*, 16, São Paulo.
- 1989a “Planejamento e Gerenciamento Ambiental”. *Cadernos Fundap*, 16, São Paulo.
- MUELLER, Charles.  
 1997 “Problemas Ambientais de um Estilo de Desenvolvimento: A Degradação da Pobreza no Brasil”. *Ambiente e Sociedade*, ano I, 1.
- NEDER, Ricardo Toledo.  
 2002 *Crise Socioambiental: Estado & Sociedade Civil no Brasil (1982-1998)*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- 1998 “Obstáculos à Criação de Políticas de Gestão Patrimonial de Recursos Renováveis em Zonas Metropolitanas”, in Vieira et al. (orgs.), *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre/Florianópolis, Pallotti/Aped.
- 1997 “Para uma Gestão Pública Ambiental Pós-desenvolvimentista no Brasil”, in CAVALCANTI, Clovis (org.), *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, São Paulo/Recife, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco.
- NEDER, Ricardo.  
 1995 “Limites Político-institucionais ao Desenvolvimento Sustentável no Brasil”, in VIEIRA, Liszt & HOGAN, Daniel (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Editora da Unicamp.
- NEDER, Ricardo.  
 1996 “O Problema da Regulação Pública Ambiental no Brasil: Três Casos”, in FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Campinas, Unicamp.
- NOGUEIRA NETO, Paulo.  
 1992 “A Erradicação da Miséria: Um Problema Ambiental Central”. *Revista de Estudos Avançados*, 15, maio/jul., São Paulo, USP.
- OLIVEIRA, Mônica & RIBEIRO NETO, Francisco.  
 1989 *Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Litorâneas em Áreas Ecologicamente Degradadas: O Caso da Baixada Santista, São Paulo*. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
- PÁDUA, José Augusto.  
 1989 “Espaço Público, Interesses Privados e Política Ambiental”. *São Paulo em Perspectiva*, 3 (4), out./dez.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.).  
 1998 *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas*. Petrópolis, Vozes.
- REIGOTA, Marcos.  
 1998 “Desafios da Educação Ambiental Escolar”, in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.

- RIBEIRO, Eduardo & GALIZONI, Flávia.  
2000 "Sistemas Agrários, Recursos Naturais e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais", in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- RIZPAH BESEN, Gina.  
1998 "Educação Ambiental em Embu: Uma Proposta de Gestão Compartilhada", in SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências*, São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- RODRIGUES, Arlete Moysés.  
1998 *Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Laymert Garcia.  
1994 "A Encruzilhada da Política Ambiental Brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, 38.
- SAWYER, Donald.  
1995 "Campepinato e Ecologia na Amazônia", in HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo Freire (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Unicamp.
- SCHNEIDER, Sérgio.  
2000 "Repensar a Industrialização a partir do Desenvolvimento Local Sustentável". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (73), jun.
- SEVÁ, Oswaldo.  
1990 "Ecologia ou Política no Xingu?". *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, jun.
- SIGAUD, Lygia.  
1994 "Implicações e Políticas Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos sobre as Populações Indígenas e Camponesas". *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, mar.
- SOBRAL, Helena Ribeiro & SILVA, Carlos Celso do Amaral.  
1989 "Balanço sobre a Situação do Meio Ambiente na Metrópole de São Paulo". *São Paulo em Perspectiva*, 3 (4), out./dez.
- SORRENTINO, Marcos.  
1992 *Educação Ambiental, Participação e Organizações Ambientais*. São Paulo, Educ/Razão Social.  
1995 *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo, Gaia.
- SOUTO-MAIOR, Breno Augusto Fontes.  
1998 "Assentamentos Populares Urbanos e Meio Ambiente". *Dados*, 41 (1).
- SOUZA, Maria Tereza S. de.  
1993 "Rumo à Prática Empresarial Sustentável". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, jul./ago.

- TASCHNER, Suzana Pasternak.  
 2000 “Degradação Ambiental em Favelas de São Paulo”, in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- TORRES, Haroldo.  
 1995 “O Nordeste Urbano: Grave Crise Ambiental”, in HOGAN, Daniel & VIEIRA, Paulo Freire (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Unicamp.
- UCLÉS, Mário & SOLANO, Francisco.  
 1991 “Urbanização e Metropolização da América Latina”. *Cadernos do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, jul.
- UNGARETTI, Wladimir Netto.  
 2000 *Empresariado e Ambientalismo*. São Paulo, Annablume.
- VIEIRA, Paulo.  
 1995 “Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento”, in VIOLA, Eduardo et al. (orgs.), *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez.
- VIEIRA, Paulo et al.  
 1998 “Uma Estratégia de Ecodesenvolvimento para a Região Sul-sudeste do Brasil: Programa de Pesquisa sobre Modos de Apropriação e Gestão Comunitária de Recursos Naturais”, in VIEIRA et al. (orgs.), *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre/Florianópolis, Pallotti/Aped.
- VIOLA, Eduardo.  
 1999 “As Políticas Públicas do Primeiro Governo Cardoso sob a Ótica da Sustentabilidade”. *Ambiente e Sociedade*, ano II, 3.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor.  
 1997 “A Agenda 21 diante dos Desafios da Governabilidade, das Políticas Públicas e do Papel das Organizações não Governamentais”, in CORDANI et al. (orgs.), *Rio 92, Cinco Anos Depois: Avaliação das Ações Brasileiras em Direção ao Desenvolvimento Sustentável após a Rio-92*, São Paulo, IEA/CNPq/ABC/FBDS.
- 1995a “A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável”, in HOGAN, Daniel & VIEIRA, Liszt (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Unicamp.
- 1998 *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez.
- WILHEIM, Jorge.  
 1992 “Perspectivas Urbanas: Infra-estrutura e Atividades e Ambiente”, in VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.), *A Ecologia e o Novo Padrão de Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Nobel.

## Estudos Culturais

### *A História das Idéias Ambientalistas*

ALTMANN, Werner.

1989 “Meio Ambiente: Um Ensaio em Perspectiva Histórica”. *São Paulo em Perspectiva*, 3 (4).

CARVALHO, José Murilo.

1998 “O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38.

DIEGUES, Antônio Carlos.

1998 *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo, Hucitec.

FERREIRA, Leila da Costa.

1995 “O Ambientalismo após a Eco 92”. *Idéias* (revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), ano 2, 1.

GUIMARÃES, Roberto.

1988 “Ecologia e Política na Formação Social Brasileira”. *Dados*, 31 (2).

LEITÃO, Pedro.

1993 “Ambiental Desenvolvimentismo: Ideário Nacional Brasileiro dos Anos 90?”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Brasiliense.

PÁDUA, José Augusto.

1997 *A Degradação do Berço Esplêndido: Um Estudo sobre a Tradição Original da Ecologia Política Brasileira (1786-1888)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

PÁDUA, José Augusto.

1998 “As Raízes do Debate sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil”, in Vieira et al. (orgs.), *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre/Florianópolis, Pallotti/Aped.

1999 “Aniquilando as Naturais Produções: Crítica Iluminista, Crise Colonial e as Origens do Ambientalismo Político no Brasil (1786-1810)”. *Dados*, 42 (3).

2000 “A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da Natureza e Construção Nacional no Pensamento de José Bonifácio”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 44.

PAES, Jozimar Almeida de.

1988 *A Extinção do Arco Íris: Ecologia e História*. Campinas, Papirus.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira.

2002 “O Eldorado do Brasil Central: História Ambiental e Convivência Sustentável com o Cerrado”, in ALIMONDA, Héctor (org.), *Ecología Política: Naturaleza, Sociedad y Utopía*, Buenos Aires, Clacso.

### Percepções sobre o Meio Ambiente

BRÜSEKE, Franz Josef.

1997 "Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual". *Ambiente e Sociedade*, ano I, 1.

CRESPO, Samyra.

1993 "O Brasil na Era Verde: Pesquisa Qualitativa", in CRESPO, Samyra & LEITÃO, Pedro, *O que o Brasileiro Pensa da Ecologia: O Brasil na Era Verde*, Rio de Janeiro, MAST/ CNPq/Cetem/Agência Estado/Iser.

CRESPO, Samyra. *et al.*

1997 *O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade: Resultados do Survey*. Rio de Janeiro, MAST/Iser/MMA/MCT (versão bilíngüe).

1998 *O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade (Pesquisa com Lideranças)*. Rio de Janeiro, MAST/Iser/MMA/MCT.

GUIVANT, Julia.

1998 "Conflitos e Negociações nas Políticas de Controle Ambiental: O Caso da Suinocultura em Santa Catarina". *Ambiente & Sociedade*, ano I, 2.

1998a "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social". *BIB - Boletim Informativo Bibliográfico*, 46.

JACOBI, Pedro.

1993 "A Percepção de Problemas Ambientais Urbanos em São Paulo". *Lua Nova*, 31.

1996 "A Percepção dos Problemas Ambientais Urbanos em São Paulo", in FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Campinas, Unicamp.

LEITÃO, Pedro.

1993 "Idéias Verdes? Pesquisa Quantitativa", in CRESPO, Samyra & LEITÃO, Pedro, *O que o Brasileiro Pensa da Ecologia: O Brasil na Era Verde*, Rio de Janeiro, MAST/ CNPq/Cetem/Agência Estado/Iser.

REIGOTA, Marcos.

1995 *Meio Ambiente e Representação social*. São Paulo, Cortez.

1999 *Ecologia, Elites e Intelligentsia na América Latina*. São Paulo, Annablume.

TORRES, Haroldo.

2000 "A Demografia do Risco Ambiental", in TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.

## Resumo

### *Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*

O artigo faz um balanço da literatura sobre a questão ambiental no interior das ciências sociais brasileiras, privilegiando a produção da última década. Inicialmente mapeia as principais clivagens da bibliografia internacional, de modo a oferecer uma perspectiva comparada para avaliação da literatura brasileira. Em seguida, a produção nacional é organizada em três abordagens: estudos de meio ambiente e política; estudos sobre políticas públicas e participação; e estudos culturais. Finalmente, constata-se um descompasso entre a diversidade de abordagens e de metodologias da bibliografia internacional e os ensaios generalizantes e os estudos de caso predominantes na literatura nacional.

**Palavras-chave:** Ciências sociais e meio ambiente; Meio ambiente; Questão ambiental; Meio ambiente e política; Políticas públicas.

## Résumé

### *Sciences sociales et Environnement au Brésil: une évaluation bibliographique*

L'article établit une évaluation de la littérature à propos de la question environnementale au sein des sciences sociales brésiliennes, tout en privilégiant la production de cette dernière décennie. Initialement, nous identifions les principaux clivages de la bibliographie internationale, de façon à offrir une perspective comparée pour l'évaluation de la littérature brésilienne. Ensuite, la production nationale est organisée selon trois abordages : études d'environnement et politique ; études sur les politiques publiques et participation ; et études culturelles. Finalement, nous constatons un écart entre la diversité des abordages et des méthodologies de la bibliographie internationale et les essais généralisateurs ainsi que les études de cas qui prédominent dans la littérature nationale.

**Mots-clés:** Sciences sociales et environnement; Environnement; Question environnementale; Environnement et politique; Politiques publiques.

## Abstract

### *Social sciences and environment in Brazil: a bibliographical analysis*

The article analyzes the literature about environmental matters as seen in Brazilian social sciences, focusing the analysis on the last decade. Firstly, it tracks the most representative international bibliography cleavages aiming at providing a comparative perspective for evaluating the Brazilian literature. It then organizes the national production from three approaches: environmental and politics studies, public politics and participation studies, and cultural studies. Finally, it pinpoints the discord between approach diversity and international bibliographical methodology and the generalizing essays and the prevailing case studies found in the national literature.

**Keywords:** Social sciences and environment; Environment; Environment matters; Environment and politics; Public politics

### Introdução

O conceito de *path dependency* (dependência de trajetória) está sendo muito utilizado em inúmeros estudos de política comparada com o objetivo de auxiliar a compreensão do estabelecimento de trajetórias políticas ou econômicas num dado país ou em outra unidade de análise. Kato (1996a: 1) define a *path dependency* como: “fatores em questão num momento histórico particular determinam variações nas seqüências sociopolíticas, ou nos resultados dos países, sociedades e sistemas. Nesse sentido, eventos passados influenciam a situação presente e a história conta”. Levi (1997: 28) provê uma explicação mais apurada: “*path dependency* não significa simplesmente que a história conta. Isto é tanto verdade quanto trivial. *Path dependency* significa que um país, ao iniciar uma trilha, tem os custos aumentados para revertê-la. Existirão outros pontos de escolha, mas as barreiras de certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial”. Dito de outro modo, em momentos críticos no desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante.

A análise institucionalista histórica em ciência política dá início à utilização desse conceito, oriundo da disciplina da economia, mais especificamente do campo da economia da tecnologia. Entretanto, a tradição de estudar a política utilizando observação comparada de trajetórias históricas é antiga nas ciências sociais, e tem Max Weber como um dos seus principais expoentes. Nesse sentido, o conceito de *path dependency*, apesar de recente, se mostra como uma reinvenção ou renovação dos métodos de abordagens de sociologia política comparada desenvolvidos por Barrington Moore e Theda Skocpol.

Este artigo tem o objetivo de apresentar o conceito de *path dependency* em seus principais aspectos e mostrar que a perspectiva adotada nesse pensamento dentro da ciência política mais recente é comum e originária dos estudos de sociologia política comparada. Na segunda parte, procura-se identificar a vinculação do conceito de *path dependency* com a abordagem institucionalista histórica. Na terceira parte, observam-se os aspectos essenciais que compõem o conceito e sua filiação teórica oriunda da economia da tecnologia. Na quarta parte, apresenta-se a perspectiva teórico-metodológica dos estudos históricos comparados em sociologia política com o intuito de observar a proximidade existente entre esta abordagem e a *path dependency*.

\* Este artigo faz parte de minha tese de doutorado em andamento no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Agradeço ao prof. Fernando Limongi pela leitura e pelos comentários ao texto.

## O Institucionalismo Histórico: Origem e Características Principais

### O Neo-institucionalismo e suas Vertentes

A corrente denominada em ciência política de novo institucionalismo é ampla e dividida em subcorrentes que possuem um único aspecto em comum, o fato de encarar o estudo dos processos políticos tendo como variável independente as instituições, o que a faz se diferenciar do pluralismo e do comportamentalismo, até então modelos analíticos dominantes na ciência política norte-americana (Limongi, 1994: 3).

Há uma grande dificuldade em delimitar as fronteiras da abordagem neo-institucionalista. Na verdade, é difícil supor a existência de um único novo institucionalismo. Opta-se aqui por estabelecer uma distinção entre os neo-institucionalistas que utilizam o individualismo metodológico, e que são considerados adeptos da escolha racional, e os que não utilizam o individualismo metodológico, e que são considerados institucionalistas históricos e sociológicos. De acordo com alguns estudos que tentaram delimitar as diferenças entre as correntes neo-institucionalistas – tais como Lowndes (1996), Rhodes (1995), Kato (1996), Hall e Taylor (1996), Immergut (1998) e Ostrom (1991) – a corrente denominada *Escolha Racional*, que é conhecida também no campo da ciência política como *Escolha Pública*, vê as instituições como dotadas de problemas de ação coletiva, dadas as inconciliáveis interações políticas não cooperativas entre os indivíduos. A escolha racional constitui-se como uma corrente que utiliza a lógica dedutiva de análise, cuja premissa básica são instituições compostas por atores individuais que tomam decisões e agem a partir de escolhas e interesses pessoais. Essas preferências podem gerar efeitos coletivos ou decisões coletivas. A perspectiva analítica da economia neoclássica e a linguagem da teoria

dos jogos são trazidas para o interior da arena pública, onde políticos e burocratas com interesses próprios competem tal qual num mercado, procurando maximizar votos, apoio e transferências de renda (*rent seeking*). Nesta corrente, tem-se, como trabalhos pioneiros, entre outros, Downs (1957), Buchanan e Tullock (1962), Arow (1963), Olson (1965) e McKelvey (1976). Seguindo essa linha de pesquisa, encontram-se importantes contribuições em diversas áreas de estudo, tais como, Cox e McCubbins (1987), Weingast e Marshall (1988), Weingast (1979), Shepsle e Laver (1990) e Shepsle e Weingast (1987) – estudos legislativos<sup>1</sup> do congresso norte-americano –; Niskanen (1971) e Moe (1990) – análise da burocracia –; Pzeworski (1991) e Geddes (1991) – transições democráticas –; e Hardin (1982), Tsebelis (1990) e Elster (1986; 1994) – análise teórico-conceitual da escolha racional e da teoria dos jogos na disciplina da política.

Uma outra corrente neo-institucionalista que utiliza a escolha racional é chamada de institucionalismo econômico, e vem da tradição da economia dos custos de transação, baseada na teoria da firma (Coase, 1937). Nesta corrente, as instituições são vistas como sistemas de regras capazes de superar dilemas da ação coletiva, gerados por comportamentos oportunistas em transações sociais em contextos organizacionais hierárquicos. De acordo com Melo (1996), apesar de utilizarem a racionalidade instrumental, os autores desta corrente procuram superar o paradigma do comportamento maximizador (*rational choicer*), incorporando a noção de incerteza em processos de decisão coletiva. No interior desta corrente entende-se que a principal função das instituições é economizar custos de transação inerentes aos sistemas de mercado. Esta é, portanto, a justificativa para a existência das instituições: a busca da eficiência por meio do suporte e das trocas de mercado. Sobre o institucionalismo econômico ou a economia

dos custos de transação, tem-se como referências básicas, entre outras, os trabalhos de Williamson (1991) e North (1993).

Entre as correntes neo-institucionalistas que não aderem ao individualismo metodológico, tem-se o institucionalismo sociológico.<sup>2</sup> Esta corrente desenvolve-se com mais intensidade dentro da teoria das organizações, a partir dos importantes estudos de Powel e Di Maggio (1983) e March e Olsen (1984; 1989). Esses autores entendem as instituições como fruto de processos culturais, respondendo à necessidade de assegurar normas, valores, códigos e crenças adquiridos ao longo do tempo. Neste caso, os indivíduos internalizam as normas de comportamento associadas com os papéis sociais institucionais. As instituições não são vistas simplesmente como “mecanismos” capazes de aumentar a eficiência do mercado, mas como “processos” altamente dinâmicos e sensíveis a estímulos do ambiente circundante, os quais possibilitam a manutenção da ordem na vida política (March e Olsen, 1984). As escolhas e as preferências individuais, ao contrário do que pensa a análise da *rational choice*, são endógenas e não dadas de antemão (exógenas). As instituições não só afetam o cálculo estratégico e as escolhas racionais dos indivíduos, como também suas preferências e suas identidades. Desse modo, os problemas concernentes ao oportunismo e à incerteza não são totalmente abandonados nessas análises, mas complementados a partir da visão de que os processos culturais são determinantes do comportamento institucional.

A outra corrente neo-institucionalista, que também não utiliza o individualismo metodológico é o institucionalismo histórico.

### *O Institucionalismo Histórico*

O institucionalismo histórico surge como uma reação à teoria comportamentalista e sua principal variante – o pluralismo

–, bem como à teoria estrutural-funcionalista e sua corrente derivada – o neomarxismo –; teorias dominantes na ciência política durante as décadas de 1960 e 1970. Além disso, surge também em resposta à tendência que se observa no campo da política comparada da época – momento marcado pelo comportamentalismo e pelo pluralismo. Essas correntes de análise tentavam construir teorias a partir de estudos transnacionais, e, como variáveis que procuravam explicar as diferenças na política entre os países, apresentavam as atitudes e os comportamentos dos atores (grupos e indivíduos).<sup>3</sup>

Segundo Hall e Taylor (1996: 937-938), o institucionalismo histórico, apesar de ter nascido como uma crítica às escolas anteriormente citadas, ele herda alguns elementos destas. Da teoria de grupos de interesse ou pluralismo, os institucionalistas históricos herdam a idéia de que o conflito entre grupos rivais, por recursos escassos, está no centro da política, porém sugerem como complementaridade a este aspecto a busca de melhores explicações para apontar as distinções dos resultados da política entre os países. Essas explicações estariam na descoberta do caminho trilhado pela organização da estrutura política (*polity*) ou econômica, que conflita ou privilegia alguns interesses em detrimento de outros. Do estrutural-funcionalismo, os institucionalistas históricos herdam a idéia de que a *polity* é, sobretudo, um sistema de partes integradas, porém rejeitam a tendência predominante nele de que o funcionamento desse sistema seria unicamente responsável pelas condutas e traços sociais, psicológicos e culturais dos indivíduos. Dado que para os institucionalistas históricos a organização institucional da *polity* é o fator principal que estrutura o comportamento coletivo e gera distintos resultados na política, sua ênfase recai mais sobre o “estruturalismo” implícito nas instituições da *polity* do que sobre o “funcionalismo”,

que via os resultados da política como algumas das necessidades do sistema.

De acordo com Steinmo e Thelen (1992: 3-7), o institucionalismo histórico tem origem com os estudos de política comparada entre países, especialmente os estudos de economia política comparada, tais como os de Hall (1986), Berger (1981) e Katzenstein (1978), entre outros, que têm inspiração nas tradições oriundas de Weber e Polanyi. O institucionalismo histórico visa construir teorias de alcance médio que se preocupem em explicar o desenvolvimento político e econômico, entre países, ou outras unidades de análise (Estados, regiões, cidades), tendo como variável independente as instituições intermediárias, tais como a burocracia, o eleitorado, as redes estabelecidas entre empresariado e governo, a relação Estado-sociedade, o processo político decisório e/ou de elaboração de políticas públicas. A evolução da estrutura social, bem como a trilha de escolha e decisão política dos atores ao longo do tempo, moldam a arena política e definem as instituições.

Um trabalho seminal que procura situar os aspectos conceituais do institucionalismo histórico é o livro de Skocpol, Evans e Rueschemeyer (1985), *Bringing The State Back In*. Os autores propõem, de forma inovadora, repensar o papel do Estado na sua relação com a economia e a sociedade, tratando-o com um ator autônomo, capaz de fazer escolhas e alcançar metas políticas. Isto requeria, portanto, romper ou transcender a agenda de pesquisa sobre o Estado então vigente na época, de cunho "sociocêntrico", ou seja, dominada pelo comportamentalismo e estrutural-funcionalismo. Esta agenda de pesquisa estava centrada na discussão apenas do papel da sociedade como determinante das ações do Estado; este não era tomado como um ator independente, dotado de relativa autonomia.<sup>4</sup> Para Skocpol (1985: 9), pensar a autonomia do Estado é concebê-lo na qualidade de organização que

formula metas que não são simplesmente reflexos de demandas e interesses de grupos sociais, classes ou sociedades. Para explicar os fatores determinantes da autonomia e da capacidade do Estado, é necessário adotar uma perspectiva *weberiana* acerca do Estado em ação e utilizar uma abordagem histórica de investigação. Nesse sentido, os estudos históricos comparados entre países são importantes, pois permitem avaliar a capacidade de autonomia dos Estados a partir de alguns indicadores institucionais, tais como: o grau de centralização e descentralização de autoridade, meios financeiros, quadro de funcionários, o ambiente e o comportamento dos principais atores econômicos e sua relação com o Estado.

Segundo a corrente institucionalista histórica, o comportamento racional dos indivíduos é importante para a compreensão do processo político, porém, procura-se entender como a escolha de ação depende da interpretação de uma situação, mais do que um cálculo instrumental. Assim, os autores dessa linha utilizam a idéia de estratégia de decisão junto à interpretação de natureza histórico-estrutural como variáveis que influenciam o processo decisório (Hall e Taylor, 1996). Apesar de considerar as escolhas e cursos de ação e decisão individual, os institucionalistas históricos, assim como os sociológicos, também encaram a questão das preferências como algo endógeno, diferentemente da escolha racional. Neste aspecto, como observa Kato (1996: 560-561), a divergência entre os institucionalistas históricos e os *rational choicers* não se dá sobre o conceito de comportamento racional, porém sobre o individualismo metodológico. A escolha racional trabalha com uma lógica dedutiva, ou seja, a partir do comportamento maximizador universal dos indivíduos busca-se explicar as escolhas e decisões institucionais num dado momento. O institucionalismo histórico utiliza estudos de caso, que partem das instituições, para

explicar o comportamento estratégico dos indivíduos e grupos sociais numa dada seqüência e momento da história.<sup>5</sup>

Com relação a este último aspecto, destaca-se o recente estudo de Bates *et. al.* (1998), denominado *Analytic Narratives*. Os autores procuram combinar individualismo metodológico, ou seja, a análise do comportamento particular dos atores – empregando o modelo matemático – com pesquisa histórica que busca explicar a seqüência de eventos, o contexto e a estrutura de interação desses atores. Nas palavras de Bates *et. al.* (1998: 30-31): “Nós chamamos nossa abordagem de narrativa analítica porque combinamos instrumentos analíticos que são comumente empregados na economia e ciência política, com a forma narrativa que é mais comumente empregada na história”. Os trabalhos da narrativa analítica são dirigidos pelo problema e não pela teoria, algo bastante incomum na perspectiva da *rational choice* mais tradicionalmente conhecida.

De acordo com Hall e Taylor (1996: 938) e Steinmo e Thelen (1992: 2), a corrente institucionalista histórica define instituições como procedimentos formais e informais, normas, rotinas e convenções inseridas na estrutura organizacional da política (*polity*) ou da economia política. Como afirma North (1993: 14), instituições constituem normas escritas formais, assim como códigos de conduta geralmente não escritos que subjazem e complementam as regras formais. As normas formais e informais e o tipo e a eficácia de sua obrigatoriedade determinam a índole total da *politics* (jogo).

Uma das principais perspectivas de análise do institucionalismo histórico é a *path dependency*, a qual enfatiza o impacto da existência de legados políticos sobre escolhas políticas subseqüentes (Hall e Taylor, 1996: 941).

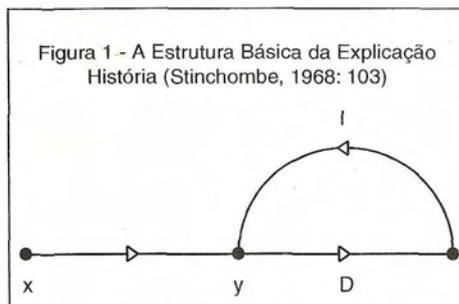
## O Conceito de *Path Dependency*

Uma definição de *path dependency* é fornecida por Kato (1996a: 1): “A idéia de *path dependency* é bem conhecida em política comparada. De acordo com esta idéia, fatores em questão num momento histórico particular determinam variações nas seqüências sociopolíticas, ou nos resultados dos países, sociedades e sistemas. Nesse sentido, eventos passados influenciam a situação presente e a história conta”. Levi (1997: 28) provê uma explicação mais apurada: “*path dependency* não significa simplesmente que a história conta. Isto é tão verdade como trivial. *Path dependency* significa que para um país, ao iniciar uma trilha, os custos para revertê-la são muito altos. Existirão outros pontos de escolha, mas as barreiras de certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial”. Dito de outro modo, em momentos críticos no desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante.

Segundo Pierson (2000: 251), o conceito de *path dependency* tem origem na disciplina da economia, na qual também é chamado de *retornos crescentes* (*increasing returns*).<sup>6</sup> Para alguns teóricos da economia que trabalham com este conceito, os retornos crescentes são a própria *path dependency* e, para outros, são apenas uma forma de *path dependency*. É no campo da economia da tecnologia que argumentos baseados nos retornos crescentes têm sido mais férteis. Em termos gerais, retornos crescentes significam que a probabilidade de dar um passo à frente no mesmo caminho ou trajetória estabelecida aumenta cada vez que se move para dentro do próprio caminho. Isto ocorre porque os benefícios relativos da atividade corrente, comparada

com outras opções possíveis, aumenta com o tempo. Para optar por outra trajetória diferente, os custos de sair da trilha de alguma alternativa previamente plausível crescem. Assim, processos de retornos crescentes também podem ser descritos como auto-reforços ou processos de *feedback* positivo. Em outras palavras, de acordo com Arthur (1994) e David (1985) *apud* Pierson (2000: 251): sob condições, na maioria das vezes presentes em setores complexos de conhecimento intensivo, uma tecnologia particular pode conquistar uma vantagem sobre seus competidores, apesar de necessariamente não ser a alternativa mais eficiente no longo prazo. Isto ocorre porque cada tecnologia gera resultados maiores para os usuários à medida que se torna prevalecente. Quando uma nova tecnologia é sujeita a retornos crescentes os atores têm incentivos para forçar uma simples alternativa e a continuar seguindo um caminho específico, uma vez que os passos iniciais foram tomados nesta direção. Dado que a vantagem inicial foi obtida, efeitos de *feedback* positivos podem fechar-se sobre esta tecnologia, excluindo seus competidores. É deste modo que argumentos de dependência de trajetória ou de retornos crescentes, tem sido aplicados para explicar o domínio de mercado, ao longo do tempo, de algumas tecnologias como o teclado Qwerty, o vídeo cassete VHS, ou o sistema de computador Windows.

Depreende-se, portanto, que o conceito de *path dependency* é sincrônico, no sentido empregado por Stinchombe (1968: 103), para definir explicações históricas. Isso significa dizer que um efeito criado por causas, em algum período prévio, torna-se causa deste mesmo efeito em períodos subsequentes. Esse *loop* que demonstra a estrutura básica da explicação histórica, segundo Stinchombe (1968: 103), pode ser representado graficamente (Figura 1).



Na figura, X é uma causa histórica original de Y; D encontra-se como um contemporizador até que Y, num dado momento, opera como uma causa no período de tempo seguinte; a flecha I de retorno indica que Y, como uma causa no período subsequente, reproduz ele mesmo como efeito. O infinito *loop* criado por D e pela flecha I fornece a estrutura causal histórica. Para Stinchombe (1968: 103-104), muitos dos principais processos sociais podem criar infinitos e auto-replicáveis *loops* causais. Diante disto, a exploração empírica é que vai fornecer ao investigador a condição de verificar sob quais circunstâncias as tradições tenderão a ser preservadas, ou entrarão em decadência quebrando o *loop* causal.

Sobre o conceito de *path dependency* aplicado à análise institucional, o trabalho de North (1993) merece destaque. Apesar de ele ser considerado um autor do institucionalismo econômico e não do institucionalismo histórico, neste seu trabalho seminal e mais conhecido, ele traz uma contribuição significativa para o estudo das instituições a partir da história econômica. North utiliza a noção de racionalidade instrumental, por meio da história econômica, para conceituar instituições como organizações ou mecanismos que diminuem o custo de transação e aumentam a informação. Com base neste conceito de instituições, ele tenta mostrar as razões que explicam as diferenças de desempenho econômico entre os países. De acordo com North (1993), as instituições são estáveis e a

mudança nestas se dá de modo incremental, excetuando-se os momentos revolucionários. Para tanto, North desenvolve o conceito de *path dependency*. Segundo ele, “as instituições eficientes (sejam elas positivas ou negativas para o sistema de mercado), ao longo do tempo, adquirem estabilidade, o que as faz conservar sua estrutura normativa, tornando qualquer caminho ou rota de mudança dependente desta estrutura preestabelecida. Em cada passo da rota foram feitas escolhas – políticas e econômicas – que significaram alternativas que puderam reforçar ou não seu curso” (1993: 121-131).

É assim que North (1993) procura explicar a distinção na evolução da economia da Inglaterra e da Espanha, diferenciadas radicalmente a partir do século XVI, quando tomam trajetórias institucionais contrastantes. Estas refletiram-se provavelmente nas profundas características institucionais das duas sociedades no curso de sua história subsequente. Tanto Inglaterra como Espanha, países feudais no século XVI, enfrentaram crises fiscais nesse período, decorrentes dos custos cada vez mais altos do financiamento das novas tecnologias de guerra. Na Inglaterra, o parlamento criou o Banco da Inglaterra e um sistema fiscal em que os gastos estavam controlados em relação às receitas. A revolução financeira colocou o governo sobre uma sólida base econômica, e estabeleceu as condições para o desenvolvimento do mercado privado de capitais. Direitos de propriedade mais seguros, declínio das restrições mercantilistas e a fuga das empresas têxteis das restrições gremistas urbanas se conjugaram para aumentar as oportunidades das empresas nos mercados doméstico e internacional. Na Espanha, as quebras freqüentes entre 1557 e 1647 levaram o governo a tomar medidas desesperadas. A guerra, a igreja e o complexo sistema burocrático de administração passaram a ser considerados um bom negócio e, portanto, o exército, o judiciário e o clero

tornaram-se ocupações lucrativas e muito cobiçadas. A expulsão dos mouros e dos judeus, as altas rendas de terra, os preços do trigo, o confisco de remessas de prata dos comerciantes de Sevilha (que se conformavam com bônus de pouco valor), foram sintomas da falta de incentivos à atividade produtiva. A incapacidade da coroa e de sua burocracia de alterar a direção da rota espanhola, apesar das evidências de decadência e declínio que dominavam o país, foi o que fez a Espanha deixar de ser a nação mais poderosa no século XVII do mundo ocidental desde o Império Romano, para se converter numa potência de segunda. North (1993) acrescenta ainda que estes legados da Espanha e da Inglaterra são transferidos para suas colônias, onde se evidencia uma distinção radical, desde o começo da colonização, na evolução da América anglo-parlamentar e da América espanhola, refletindo a imposição de pautas institucionais distintas tomadas da pátria mãe.<sup>7</sup>

Uma idéia-chave para o conceito de *path dependency* é a noção de momento crítico (*critical juncture*). De acordo com Lipset e Rokkan (1967: 37), a idéia de escolhas cruciais e seus legados, que pode ser chamada de momentos críticos, tem como foco principal circunstâncias decisivas na vida política, onde ocorrem transições que estabelecem certas direções de mudança e excluem outras num caminho que molda a política por anos. Segundo D. Collier e R. Collier (1991: 29 e 782), momento crítico é definido como: “um período de significativa mudança, que normalmente ocorre em distintos caminhos por diferentes países (ou outras unidades de análise), e que é hipotetizado para produzir legados distintos”. O momento crítico é uma situação de transição política e/ou econômica vivida por um ou vários países, Estados, regiões, distritos ou cidades, caracterizada por um contexto de profunda mudança, seja ela revolucionária ou realizada por meio de reforma institucional. O tempo de duração

desse momento crítico pode ser de anos ou até décadas, durante os quais o processo de mudança que se inaugura deixa um legado que conduz os políticos a fazerem escolhas e tomarem decisões sucessivas ao longo do tempo, visando à reprodução desse legado (ou *path dependency*).

De acordo com Thelen (1998: 19), existem duas linhas de argumento que se bifurcam no conceito de *path dependency* com relação a momentos críticos. A primeira envolve argumentos sobre a fundação de momentos críticos, de formação institucional, que lançam os países por algum tempo em caminhos amplamente diferentes. A segunda sugere que as instituições continuam a evoluir em reação às mudanças das condições do ambiente, mas em caminhos que são limitados por experiências passadas. Pode-se afirmar também que existe a possibilidade de ocorrência de ambos os argumentos, ou seja, quando uma seqüência histórica estável e de mudanças incrementais é fundada a partir de um momento crítico lançando governos por um caminho inteiramente novo. A análise comparativa é que torna possível evidenciar as semelhanças e diferenças nos momentos críticos dos países, e as semelhanças e diferenças nos legados produzidos pela rota inicial de mudança.

O grande trabalho de Lipset e Rokkan (1967), sobre a formação dos partidos e sistemas partidários na Europa, foi um dos primeiros a utilizar a noção de momento crítico para identificar conjunturas históricas decisivas que produziram grandes clivagens sociais. Estas organizaram-se dentro dos partidos e, uma vez eliminado o custo para iniciar a atividade partidária (*start up costs*), bem como superados processos de expectativas adaptativas, os partidos são reproduzidos ao longo do tempo gerando o que Lipset e Rokkan (1967) denominaram de sistemas partidários congelados. Apesar de o estudo desses autores usar a noção de momento crítico, é no importante trabalho de D.

Collier e R. Collier (1991) que essa noção é definida de maneira mais sistemática. Os autores analisam a emergência do movimento sindical na América Latina durante o início do século XX e suas diferentes formas de incorporação inicial, isto é, de legalização e institucionalização sancionadas pelo Estado. Desenvolvem também uma exaustiva e complexa análise histórica comparativa de oito países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela). Utilizam-se do conceito de *path dependency* e consideram a noção de momento crítico central para mapear o período de incorporação inicial do movimento sindical e seus diferentes legados em cada país. Os países foram divididos em pares que apresentavam traços históricos comuns em relação ao tipo de incorporação inicial. Foram comparados os pares e, além disso, fez-se uma comparação entre os países que formavam cada par. Os oito casos foram divididos em dois grandes tipos de incorporação: 1. Incorporação por meio do Estado – Brasil (1930-1945) e Chile (1920-1931); e 2. Incorporação Partidária, que se subdivide em três subtipos: 2.1. Mobilização eleitoral pelo partido tradicional – Colômbia (1930-1945) e Uruguai (1903-1916); 2.2. Populismo trabalhista – Argentina (1943-1955) e Peru (1939-1948); e 2.3. Populismo radical – México (1917-1940) e Venezuela (1933-1948).

O que nos interessa de imediato é o tratamento que esses autores dão à noção de momento crítico, a qual será utilizada no presente estudo. De acordo eles (1991: 30-35), alguns elementos importantes compõem esta definição:

1. *Condições antecedentes*: Representam a linha básica sobre a qual o momento crítico e o legado são avaliados. As condições antecedentes permitem indicar que importantes atributos do legado podem, de fato, envolver

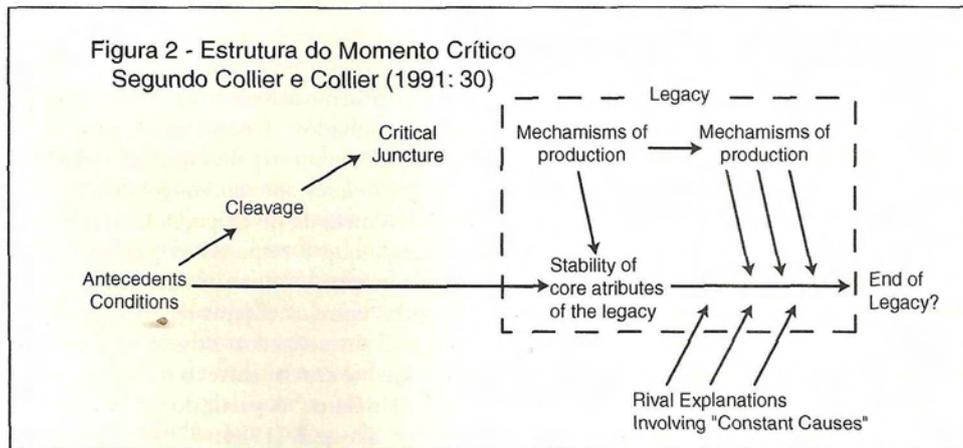
considerável continuidade, ou *links* causais diretos com o sistema preexistente, que não são mediados pelo momento crítico. Dito de outro modo, as condições antecedentes procuram mostrar se a rota tomada pelo fenômeno segue a trilha inicial do momento crítico ou se estão ligadas às condições anteriores ao momento crítico.

2. *Clivagem ou crise*: Surge fora das condições antecedentes e desencadeia o momento crítico. É a situação na qual ocorre um rearranjo das forças políticas e sociais, o qual define o fenômeno observado, levando à emergência de uma situação revolucionária ou de reforma que deixará um legado.
3. *Legado e seus três componentes*: 3.1. *Mecanismos de Produção do legado* – O legado na maioria das vezes não se cristaliza imediatamente depois do momento crítico, mas quase sempre é moldado por meio de uma série de passos intervenientes. 3.2. *Mecanismos de Reprodução do Legado* – A reprodução do legado não é mais um resultado automático, mas quase sempre é perpetuado por processos e decisões político-

institucionais sucessivos. 3.3. *Estabilidade dos atributos centrais do legado* – São os atributos básicos produzidos como um resultado do momento crítico, tais como os padrões de decisão política municipal analisados neste estudo.

O que D. Collier e R. Collier (1991) chamam de legado significa um substrato da *path dependency*, isto é, diante de um momento crítico, seja ele revolucionário ou de reforma institucional, decisões iniciais são tomadas indicando um caminho político ou econômico que gerará um legado.

4. *Explicações rivais envolvendo causas constantes*: Significa fundamentalmente observar se os atributos do sistema que podem contribuir para a estabilidade do legado não são produtos do momento crítico. Uma causa constante opera ano após ano, com resultados que revelam relativa continuidade, porém esse padrão, ao contrário de uma causa histórica, não é oriundo de momentos críticos.
5. *Fim do legado*: Inevitavelmente o fim do legado deve ocorrer em algum ponto, e, portanto, é importante localizar os pontos de descontinuidade e autodestruição



no fenômeno de interesse. O ponto de fim do legado também pode não ser detectado, uma vez que o estudo em desenvolvimento esteja sendo feito com a análise do fenômeno em andamento.

A estrutura do momento crítico acima descrita pode ser representada também na forma esquemática (Figura 2).

### **Path dependency e os Estudos Históricos Comparados em Política**

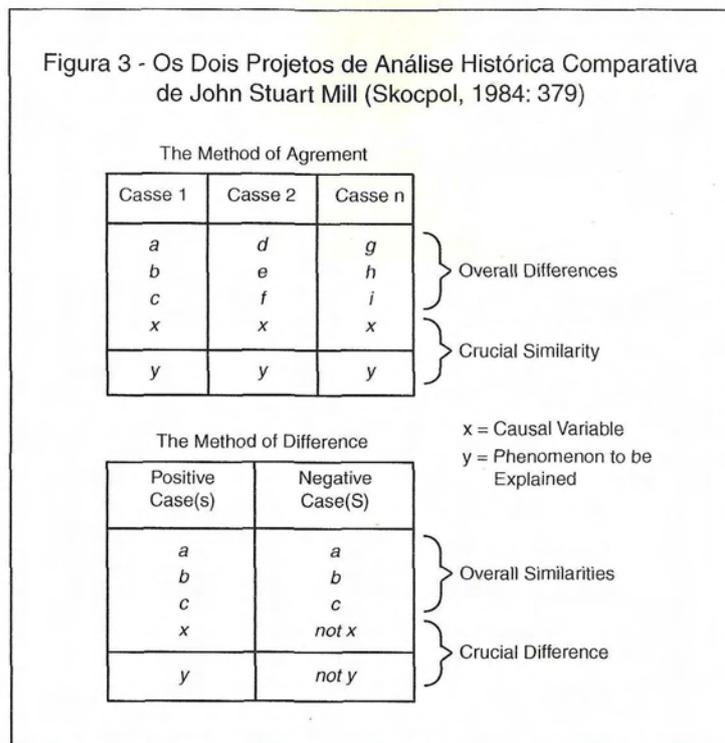
A tradição de estudar a política utilizando observação comparada de trajetórias históricas é antiga nas ciências sociais e Max Weber é um dos seus principais expoentes. Para Skocpol e Somers (1980), existem três lógicas de análise na história comparada: 1. Demonstração paralela de teoria – exemplos históricos são justapostos para demonstrar que os argumentos teóricos aplicam-se convenientemente aos casos e, portanto, deve-se validar a teoria. Trabalhos importantes, entre outros, como os de Einsenstadt (1963) e Paige (1973), seguem esta lógica; 2. Contraste de contextos – busca apresentar os aspectos de cada caso em particular que afeta o funcionamento dos processos sociais gerais. Não se preocupa em fazer inferências causais. Os estudos de Geertz (1971) e Bendix (1964), entre outros, são importantes referências identificadas dentro desta lógica de análise histórico-comparativa; 3. Análise macrocausal – propõe-se a fazer inferências causais sobre estruturas e processos de nível macro. Tem como estudos representativos, entre outros, Moore (1983) e Skocpol (1979).

Apesar de esses três tipos enunciados por Skocpol e Somers (1980) não serem rígidos e excludentes, pode-se afirmar que a explicação da rota dependente corresponde mais à terceira lógica de análise na história comparada. Na abordagem da *path dependency*, o

pesquisador faz inferências causais, isto é, aponta uma relação causal que procure dar conta de entender como fatores variados em questão mudam de um caso para outro. De acordo com King, Keohane e Verba (1994: 75-113), tanto historiadores como cientistas sociais precisam resumir os detalhes históricos, daí a necessidade de fazer inferências descritivas, porém, para a proposta da ciência social, a inferência descritiva sozinha é incompleta. As inferências causais devem ser projetadas onde são apropriadas, e com a melhor e mais honesta estimativa de incerteza. A demonstração na variação dos fatores explicativos (variáveis independentes) e explicados (variáveis dependentes) pode ser feita usando a orientação lógica clássica de pesquisa comparada, apresentada por Stuart Mill (1999: 79-82), a qual corresponde aos métodos da semelhança e da diferença.

No método da semelhança, se dois ou mais casos de um fenômeno sob investigação têm apenas uma de muitas possíveis circunstâncias causais em comum, então a circunstância na qual todos os casos concordam é a causa do fenômeno de interesse. O método da semelhança é uma busca por padrões de invariância, isto é, visa-se determinar que possível variável causal está constantemente cruzando todos os casos. No método da diferença, os fatores causais são similares e observam-se diferenças nos resultados políticos entre os casos, porém um fator crucial explicativo, que é variado cruzando todos os casos, é relacionado como causa destes diferentes resultados. Como considera Ragin (1987: 47) a este respeito, quando dois casos muito similares apresentam resultados diferentes, a meta da investigação é identificar a diferença que é responsável por resultados contraditórios. Ao invés de destacar as similaridades entre os objetos relativamente díspares, o investigador estuda a diferença casualmente crucial entre os objetos relativamente similares.<sup>8</sup> A partir do esquema traçado por Skocpol (1984: 379) e Skocpol e

Figura 3 - Os Dois Projetos de Análise Histórica Comparativa de John Stuart Mill (Skocpol, 1984: 379)



Somers (1980), na Figura 3, pode-se observar melhor os métodos da semelhança e diferença de Stuart Mill.

Numa pesquisa em que se utiliza a abordagem da *path dependency*, usa-se um dos dois métodos, ou a combinação deles. O exemplo clássico de estudo de caso histórico comparado que usa a lógica de análise macrocausal é o trabalho de Barrington Moore (1983). Nesta obra seminal, Moore identifica três trajetórias políticas para a modernização econômica: 1. Democracia liberal por meio de revolução burguesa (França, Inglaterra e Estados Unidos); 2. Fascismo por meio de revolução vinda de cima (Japão e Alemanha); 3. Comunismo por meio de revolução camponesa (China e Rússia). O caso da Índia é estudado para se tentar entender qual será a rota política alternativa trilhada por países do terceiro

mundo, mas neste exemplo ele não oferece uma resposta clara, dado que considera a Índia como um fraco impulso modernizador. Moore (1983) procura explicar os processos políticos do século XX nestes países, lançando mão de variações ocorridas no deslanchar do processo de modernização econômica, ou seja, o momento crítico vivido pela economia destas nações entre os séculos XVIII e XIX. Considerando as alianças de classe como condição causal fundamental, ele observa a predominância da burguesia em relação aos senhores feudais, os modos de comercialização da agricultura e os tipos de relação entre camponeses e proprietários de terra. Desse modo, Moore explica a razão pela qual os países analisados trilharam uma trajetória ao invés de outra. Dentro de cada trajetória (democracia liberal, fascismo ou comunismo) ele trabalha com o método da

semelhança estabelecendo uma condição causal comum. Ao cruzar as três trajetórias, utiliza o método da diferença, uma vez que para discutir cada rota particular vai fazer referência à outra, ou às outras duas, como exemplo contrastante que ajuda a desenvolver suas inferências causais.

Do ponto de vista metodológico, estudos de caso históricos comparados recebem duas críticas fundamentais: o número e o processo de escolha dos casos, e a base de evidência histórica para desenvolver a explicação causal. No que tange ao número e à escolha dos casos, dado que projetos de pesquisa comparada são estratégias para reduzir o número de variáveis independentes relevantes que explicam um fenômeno, os estudos comparados da ciência política orientada pela história, possuem o problema de sobredeterminação, isto é, têm poucas observações sobre variáveis teoricamente relevantes de explicação do fenômeno<sup>9</sup> (López, 1995: 63). Uma solução seria aumentar o número de casos, porém, por razões práticas, estudos qualitativos transnacionais sempre são quase-experimentais, raramente podem ser randômicos, e as escolhas táticas para a melhor combinação de países são consideradas a partir de limitações de custo ou de acesso por parte do pesquisador (Pzeworski e Tenue, 1970: 32-38). Daí decorre a dificuldade na escolha teórica que arbitrará o experimento e também o contrário, a dificuldade na escolha dos casos que podem melhor se adaptar à teoria que rege o estudo. Em contrapartida, Ragin (1987: 51) defende que a abordagem de estudo de caso comparado funciona bem quando o número de casos é relativamente pequeno. Pelo fato de os estudos comparados de caso considerarem combinações em momentos de condições causais, o volume potencial da análise aumenta geometricamente com a adição de um simples caso, e aumenta exponencialmente com a adição de uma simples condição causal. O estudo de Barrington

Moore é um exemplo disso. Sua análise é muito complexa – o autor tenta construir uma intrincada teia de similaridades e diferenças entre oito casos. Apenas um comparativista muito hábil poderia considerar todas as similaridades e as diferenças relevantes e tentar sistematizá-las. Essa complexidade é inerente ao tipo de investigação de estudo de caso histórico comparado. Daí acreditar-se aqui na posição de que não é o número de casos relevantes que limita a seleção do método, mas a natureza do método que limita o número de casos e o número de condições causais que o pesquisador está hábil a considerar.

A outra crítica feita aos estudos de caso históricos comparados diz respeito à forma de obtenção de evidência. Goldthorpe (1991: 213) critica o uso da história pela sociologia quando esta produz evidências a partir de inferências causais.<sup>10</sup> Para ele, fatos históricos são inferências sobre relíquias (documentos, artefatos, construções, obras de arte etc.), ou seja, são fontes de conhecimento do nosso passado, e por isso são incompletas e finitas. Os dados com os quais os historiadores trabalham não permitem conduzir orientações subjetivas dos atores em massa. A grande sociologia histórica do século XX, de Barrington Moore e Theda Skocpol, toma como evidências fontes secundárias. Nesse sentido, a ligação entre evidência e argumento tenderá a ser sempre arbitrária. Assim, para Goldthorpe, os únicos sociólogos que criam evidências legítimas são os analistas de *survey*, pois estes se voltam para relíquias. Rueschmeyer e Stephens (1997), em artigo que rejeita o ponto de vista desse autor, afirmam que a pesquisa histórica comparada, baseada em causalidades, é importante, e que uma saída para o problema da obtenção da evidência seria combinar pesquisa comparada histórica e análise quantitativa. Assim constata-se que há o risco de o pesquisador não conseguir desenvolver concomitantemente ambas as

propostas de pesquisa a contento, ou seja, de realizar apenas um tipo de pesquisa de modo bem-sucedido.

Tome-se o exemplo do trabalho de Putnam (1996) sobre o caso italiano. Ele estuda empiricamente durante mais de vinte anos o processo de descentralização política na Itália, ao longo da reforma institucional que se inicia a partir de 1970, analisando comparativamente o caráter da mudança e do desempenho institucional entre os governos de suas várias regiões. Seu estudo revela que há uma forte correlação positiva entre modernidade econômica e desempenho institucional, e que o desempenho institucional nas regiões tem forte correlação positiva com a natureza da vida cívica. As regiões do norte italiano contêm padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico, enquanto as regiões do sul padecem de uma política verticalmente estruturada. A comunidade cívica, portanto, tem explicação histórica rota dependente, ou seja, é explicada voltando-se quase um milênio atrás, quando se estabeleceram em diferentes regiões da Itália dois regimes políticos contrastantes e inovadores – uma poderosa monarquia no sul e um conjunto de repúblicas comunais no centro e no norte – que por longo tempo acumularam diferenças regionais sistemáticas nos modelos de engajamento cívico e solidariedade social. Para analisar o desempenho institucional de vinte regiões italianas entre 1976 e 1989, Putnam utiliza a metodologia comparativa a partir de análise fatorial e regressão múltipla. Além disso, desenvolve estudos de caso qualitativos em oito das vinte regiões, onde são feitas mais de setecentas entrevistas com conselheiros regionais; três baterias de entrevistas com líderes comunitários (banqueiros, líderes rurais, prefeitos, jornalistas, líderes sindicais e empresariais), e seis sondagens eleitorais junto à população entre 1968 e 1988. Concomitante, faz uma pesquisa histórica para dar a explicação rota dependente acerca das tradições cívicas. O

estudo de Putnam foi muito elogiado na parte *cross-sectional*, no que tange à aplicação de metodologia estatística e de pesquisa qualitativa nas regiões, porém recebeu pesadas críticas em sua análise histórica. Ao tratar da história complexa e milenar da Itália e de suas regiões de forma rápida (em apenas um capítulo), tentando criar suas cadeias causais para explicar as diferenças de civismo nas várias regiões do país, Putnam incorre em inferências imprecisas que levantam o clamor e o protesto de historiadores italianos.<sup>11</sup> Uma das críticas centrais diz respeito à tentativa de mesclar história comparada com análise quantitativa, que é verificada no capítulo 5 do seu livro. Putnam cria um índice de tradições cívicas que se correlaciona perfeitamente entre as regiões do norte e do sul da Itália, tal como enuncia sua hipótese. Entretanto, as variáveis que compõem esse índice estão situadas entre os anos de 1860 e 1920, ou seja, só dizem respeito ao final do século XIX e início do XX, e não a um milênio atrás como ele ao longo do texto tenta provar, ao relatar eventos históricos importantes que procuram confirmar sua hipótese. Assim, apesar de até constituir um momento crítico que remonta a mil anos atrás, Putnam não traz uma seqüência de fatos robustos ao longo do tempo que possa dar sustentação mais sólida à sua hipótese. Isto requereria dele e de sua equipe, uma pesquisa da história geral e regional da Itália ainda mais detalhada. Além disso, uma vez que usa abordagem de história comparada, talvez devesse relativizar bastante a rígida diferença tão marcante que tenta estabelecer historicamente entre o norte e o sul italiano, dado a multiplicidade de contextos que envolveu tão antigas localidades ao longo de toda a história.

Assim, a tentativa de resolver o problema das evidências, com a conciliação entre métodos de pesquisa estatística e estudo de caso histórico comparado, tal como sugere Rueschemeyer e Stephens (1997), é algo

que pode trazer dificuldades do ponto de vista do rigor metodológico para a pesquisa. Pode constituir-se muito mais um complicador do que facilitador, dado que cada método de pesquisa exigirá um esforço duplo por parte de cada pesquisador ou grupo de pesquisa, uma vez que em cada frente de trabalho será necessária a presença de especialistas nas duas metodologias. Afinal de contas, a pesquisa de estudo de caso histórico comparado, em sua essência, é distinta da pesquisa orientada pela variável que utiliza metodologia estatística. A característica fundamental dos estudos de casos históricos comparados diz respeito à complexidade causal, sobretudo a causalidade múltipla, que se caracteriza pelo diálogo entre idéias e evidência. Já na pesquisa orientada pela variável, que usa métodos estatísticos, a preocupação principal reside em dirigir estimativas aproximadas, para provar que determinados efeitos de uma causa são os mesmos cruzando diferentes contextos (Ragin, 1987: 167).

Skocpol (1984: 382), ao discutir o valor das fontes secundárias como evidência para o investigador de ciências sociais orientado pela história, afirma que uma insistência dogmática em refazer as fontes primárias de pesquisa, para cada investigação, seria desastrosa. Se um ou vários assuntos já são demasiado explorados por várias pesquisas primárias, as fontes secundárias são apropriadas como fontes de evidência para um dado estudo. Usá-las não torna o investigador que o faz inferior ao analista de *survey*. Acredita-se aqui que o ponto de vista de Skocpol é coerente, pois sem o uso de fontes secundárias como evidência os estudos de caso históricos comparados, ou os estudos guiados pela história em ciências sociais, se tornam inexecutáveis. Uma posição crítica mais radical nesse aspecto é compreensível por parte de historiadores, mas não cabe às ciências sociais. A crítica dos historiadores aos estudos históricos comparados em ciên-

cias sociais, que deve ser incorporada, diz respeito ao arbítrio que o investigador faz das fontes secundárias que utiliza como evidência. Assim, como considera Skocpol (1984: 382), cabe ao pesquisador que está desenvolvendo análise histórico-comparativa tomar cuidado com as várias interpretações historiográficas. Neste caso, torna-se fundamental que o pesquisador seja exaustivo e não parcimonioso, ou seja, que busque na literatura que lhe servirá de evidência aqueles estudos que concordam ou discordam de sua hipótese.

### Considerações Finais

Como foi visto ao longo do texto, o conceito de *path dependency* tem origem na economia da tecnologia e desenvolve-se no campo da ciência política dentro da corrente institucionalista histórica. Entretanto, sua base teórico-metodológica vincula-se aos estudos históricos de sociologia política comparada, sobretudo aos trabalhos de Barrington Moore Jr. e Theda Skocpol. O estudo de Putnam acerca do caso italiano é um dos principais trabalhos recentes que utiliza a noção de *path dependency* para entender o comportamento da política italiana em suas distintas regiões.

O conceito de *path dependency* em estudos históricos comparados é um referencial teórico metodológico bastante útil para se compreender a institucionalização de processos decisórios de governo ou o estabelecimento de trajetórias de política econômica em países, regiões ou outras unidades de análise. Tanto a vivência de momentos críticos comuns, levando os países a construir diferentes legados, como, o contrário, a vivência de distintos momentos críticos, gerando legados comuns entre os países, são situações curiosas que suscitam questões-problemas para o pesquisador que opta trabalhar com essa abordagem.

Finalizando, os estudos políticos com base na análise institucional histórica que se utilizam do conceito de *path dependency* procuram analisar como as decisões dos atores, sucessivas e acumuladas ao longo do tempo, são capazes de criar instituições que deixam legados políticos e econômicos

quase irreversíveis. Isso não quer dizer que novas opções de mudança não surjam durante a trajetória e que, portanto, o determinismo histórico seja prevalecente, pois se o investigador agir desta forma acabará criando uma explicação do tipo *Deus ex machina*.

#### Notas

1. A literatura sobre o congresso norte-americano é vasta, existe um sem-número de trabalhos sobre este objeto. Para uma revisão da escola neo-institucional da *rational choice* e os estudos legislativos do congresso norte-americano, ver Limongi (1994).
2. De acordo com Rhodes (1995), o “velho” institucionalismo ou o “institucionalismo tradicional”, com sua ênfase em arranjos formais legais, caracteriza a diferença entre esta abordagem e a neo-institucionalista, que passa a ser desenvolvida pela ciência política e outros campos de estudo relacionados, como a sociologia, a economia e a administração pública. A distinção entre o velho e o novo institucionalismo, pelo menos no campo da teoria das organizações, em que se desenvolve o novo institucionalismo sociológico, é algo polêmico e questionável por autores considerados “velhos institucionalistas” como Selznik. Sobre isso, ver, entre outros, Selznik (1996) e Prates (2000).
3. O trabalho de Almond e Verba (1963) é um dos principais estudos comparados transnacionais, dentro do enfoque pluralista que procura analisar a cultura política, ou seja, investigar como as atitudes e os comportamentos de grupos e indivíduos influenciam a democracia. Nesta mesma linha de análise situa-se o estudo de Banfield (1958), realizado na cidade de Montegrano no sul da Itália. Ainda na abordagem pluralista o trabalho de Robert Dahl (1961) representa um das principais contribuições à teoria pluralista, assim como, entre outros, Truman (1951); Schattschneider (1960), Eckstein (1960), Eisenstadt e Apter (1963).
4. A questão da autonomia de Estado é discutida por Evans (1995), que elabora o conceito de *Embedded Autonomy (Autonomia Inserida)*. Esse conceito, em termos gerais, significa a relação entre Estado e capital privado, visando ao desenvolvimento industrial. A partir da combinação de uma forte tradição burocrática entre os agentes públicos (meritocracia, carreiras de longo prazo, senso de dever e lealdade), com uma relação de cooperação e confiança com o setor privado, objetiva-se atingir metas de desenvolvimento econômico. Em seu estudo de caso comparado de seis países (Zaire, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Brasil e Índia), o autor estabelece uma tipologia acerca da capacidade de autonomia dos Estados no desenvolvimento de programas de transformação industrial.
5. O estudo de Immergut (1996: 162) enfatiza este ponto. Ao analisar, de modo comparativo, o processo de mudança constitucional nos sistemas de saúde da França, da Suíça e da Suécia, a autora afirma que as instituições indicam quais cursos de ação terão mais probabilidade de sucesso a partir da lógica social da história, combinada às estratégias e aos recursos dos atores políticos no momento do processo de escolha. Isto quer dizer que

decisões institucionais passadas indicam os caminhos possíveis por onde serão dadas escolhas e decisões políticas futuras, visando à mudança institucional. As diferenças existentes na reforma de saúde desses três países são explicadas pela disposição dos atores políticos (sindicatos e confederação de patrões e empregados), das arenas políticas (executivo, parlamento, ou eleitorado) e pelo tipo de decisão assumida (regra majoritária, hierarquia ou unanimidade). Ainda, segundo Immergut, em cada caso, à medida que os políticos e os grupos de interesse disputavam o uso dos mecanismos institucionais, criavam-se padrões diferentes de *policy making*.

6. Na economia, o termo *path dependence* normalmente é escrito com a letra “e” ao final da palavra *dependence* e não com a letra “y”, como normalmente é encontrado na literatura de ciência política. Semanticamente, os termos *dependence* e *dependency* são iguais. Prefere-se adotar aqui a grafia *dependency*.
7. O tipo de análise de North, de nítida inspiração weberiana, possui um paralelo na literatura do pensamento social brasileiro, sobretudo nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e de Raimundo Faoro (1957), que estudam fundações históricas do Brasil colônia para estabelecer o vínculo entre a trajetória do país e sua condição de subdesenvolvimento.
8. Pzeworski e Tenue (1970: 32-38), ao analisarem o método da semelhança e da diferença em estudos comparados orientados pela variável, denominam o primeiro “projetos de sistemas diferentes” e o segundo, “projetos de sistemas semelhantes”. O primeiro inicia-se com a comparação intra-sistêmica (variáveis dependentes) que deve variar entre os casos, depois, na comparação intersistêmica (variáveis independentes), identifica-se um fator causal relevante comum que explique a diferença entre os sistemas. No segundo método, na esfera intra-sistêmica, o fenômeno dependente é invariável e na esfera intersistêmica, visando a reduzir o número de variáveis independentes relevantes, busca-se máxima heterogeneidade entre os casos.
9. Sobre os problemas de seleção não-randômica de casos em pesquisa quantitativa e qualitativa, ver Collier (1995), Caporaso (1996) e Liphart (1971).
10. A discussão acerca da ciência política historicamente orientada, e sua base de evidência capaz de desenvolver tipologias e avaliar trajetórias de comunidades políticas separadas no tempo e/ou espaço, é encontrada também em Lustick (1996).
11. Algumas das principais críticas à abordagem da história italiana, realizada por Putnam para demonstrar a diferença de comunidade cívica nas diferentes regiões, podem ser observadas, entre outros, em Pasquino (1994), Bagnasco (1994), Cohn (1994) e Sabetti (1995). Além dos historiadores italianos, há também uma crítica à abordagem histórica no trabalho de Putnam feita por Tarrow (1996).

### Bibliografia

- ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney.  
1963 *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton University Press.

- AROW, Kenneth J.  
1963 *Social Choice and Individual Values*. New Haven University Press.
- ARTHUR, W. Brian.  
1994 *Increasing Returns and Path Dependence in Economy*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- BAGNASCO, Arnaldo.  
1994 "Regioni, Tradizione Civica, Modernizzazione Italiana: Un Commento alla Rierca di Putnam". *Stato e Mercato*, 40: 93-104, abr.
- BANFIELD, Edward.  
1958 *The Moral Basis of a Backward Society*. Nova York, Free Press.
- BATES, Robert *et al.*  
1998 *Analytic Narratives*. Princeton: Princeton University Press.
- BENDIX, Richard.  
1964 *Nation-Building and Citizenship*. Berkeley, University of California Press.
- BERGER, Suzanne (ed.).  
1981 *Organizing Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BUCHANAN, James & TULLOCK, Gordon.  
1962 *The Calculus of Consent*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- CAPORASO, James A.  
1996 "Research Design, Fasification, and the Qualitative-Quantitative Divide". *American Political Science Review*, 89 (2): 457-460, jun.
- COASE, Ronald H.  
1937 "The Nature of the firm", in WILLIAMSON, Oliver & WINTER, Sidney (orgs), *The Nature of the Firm: Origins, Evolution and Development*. Oxford, Oxford University Press.
- COHN, Samuel K.  
1994 "La Storia Secondo Robert Putnam". *Polis*, 8: 315-324, ago.
- COLLIER, David.  
1995 "Translating Quantitative Methods for Qualitative Researchs: The Case of Selection Bias". *American Political Science Review*, 89 (2): pp.461-466, jun.
- COLLIER, David & COLLIER, Ruth.  
1991 *Shaping The Political Arena: Critical Junctures, The Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- COX, Gary & MCCUBBINS, Mathew D.  
1987 *Legislative Leviathan*. Berkeley, University of California Press.
- DAVID, Paul.  
1985 "Clio and the Economics of Qwerty". *American Economic Review*, 75: 332-337, maio.

- DOWNS, Anthony.  
1957 *An Economic Theory of Democracy*. Nova York, Harper & Row.
- ECKSTEIN, Herry.  
1960 *Pressure Group Politics*. Stanford, Stanford University Press.
- EINSENSTADT, S. N.  
1963 *The Political Systems of Empires: The Rise and Fall of Historical Bureaucratic Societies*. Nova York, Free Press.
- EINSENSTADT, S. N. & APTER, D. (eds.).  
1963 *Comparative Politics*. Nova York, The Free Press.
- ELSTER, Jon (org.).  
1986 *Rational Choice*. Oxford, Blackwell Publisher.  
1994 *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. São Paulo, Relumê Dumará (Título original: *Nuts and Bolts for Social Sciences*, 1989).
- EVANS, Peter.  
1995 *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, Princeton University Press.
- FAORO, Raimundo.  
1957 *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 2 vols.
- GARDNER, James.  
1980 *Legal Imperialism: American Lawyers and Foreign Aid in Latin America*. Madison, University of Wisconsin Press.
- GEDDES, Barbara.  
1991 *Politician's Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- GEERTZ, Clifford.  
1971 *Islams Observed: Religious Development in Morocco and Indonesia*. Chicago, University of Chicago Press.
- GOLDTHORPE, John.  
1991 "The Uses of History in Sociology: Reflections on Some Recent Tendencies". *British Journal of Sociology*, 42 (2): 211-230, jun.
- HALL, Peter.  
1986 *Governing The Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. Nova York, Oxford University Press.
- HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary C. R.  
1996 "Political Science and The Three New Institutionalisms". *Political Studies*, 44: 936-957.
- HARDIN, Russell.  
1982 *Collective Action*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de.  
1936 *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- IMMERGUT, Ellen.  
1998 "The Theoretical Core of The New Institutionalism". *Politics and Society*, 26 (1), mar.
- IMMERGUT, Ellen M.  
1996 "As Regras do Jogo: A Lógica da Política de Saúde na França, na Suíça e na Suécia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 11, 30: 139-166, fev.
- KATO, Junko.  
1996 "Institutions and Rationality: Three Varieties of Neo-Institutionalists". *British Journal of Political Science*, 26: 553-582.  
1996a "Path dependency as a Logic of Comparative Studies: Theorization and Application". Trabalho apresentado na Annual Meeting of American Political Science Association (APSA), San Francisco, ago./set.
- KATZENSTEIN, Peter.  
1978 *Between Power and Plenty*. Madison, University of Wisconsin.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O. VERBA, Sidney.  
1994 *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton, Princeton University Press.
- LEVI, Margaret.  
1997 "A Model, a Method and a Map: Rational Choice in Comparative Analysis", in LICHBACH, Mark Irving e ZUCKERMAN, Alan (eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Nova York, Cambridge University Press.
- LIMONGI, Fernando.  
1994 "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente". *BIB*, 37: 3-38.
- LIPHART, Arend.  
1971 "Comparative Politics and Comparative Method". *American Political Science Review*, 65: 682-693.
- LIPSET, Seymour Martin & ROKKAN, Stein.  
1967 "Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction", in LIPSET, Seymour Martin e Rokkan, Stein, *Party Systems, and Voter Alignments: Cross National Perspective*, Nova York, Free Press.
- LÓPEZ, Juan J.  
1995 "A Escolha da Teoria na Investigação Social Comparativa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, 27: 61-72.
- LOWNDES, Vivien.  
1996 "Varieties Of New Institutionalism: A Critical Appraisal". *Public Administration*, 74: 181-197.
- MARCH, James & OLSEN, Johan.  
1989 *Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics*. Nova York, Free Press.

- 1984 "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life". *American Political Science Review*, 78: 734-749.
- MCKELVEY, Richard D.  
1976 "Intransitives in Multidimensional Voting Models and Some Implications for Agenda Control". *Journal of Economic Theory*, 19: 472-482.
- MELO, Marcus André B. C.  
1996 "Governança e Reforma do Estado: O Paradigma Agente X Principal". *Revista do Serviço Público*, ano 47, 120 (1).
- MOE, Terry M.  
1990 "The Politics of Structural Choice: Toward a Theory of Public Bureaucracy", in WILLIAMSON, O. E. (ed.), *Organization Theory: From Chester Barnard to The Present and Beyond*, Nova York, Oxford University Press.
- MOORE JR., Barrington.  
1983 *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo, Martins Fontes (Título original: *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Local Peasants in the Making the Modern World*, 1968).
- NISKANEN, W. A.  
1971 *Bureaucracy and Representative Government*. Chicago, Aldine.
- NORTH, Douglass.  
1993 *Instituciones, Cambio Institucional y desempeño Económico*. México, Fondo de Cultura Económica.
- OLSON, Mancur.  
1965 *The Logic of Collective Action*. Londres, Harvard University Press.
- OSTROM, Elinor.  
1991 "Rational Choice Theory and Institutional Analysis: Toward Complementarity". *American Political Science Review*, 85 : 237-250.
- PAIGE, Jeffery M.  
1973 *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in The Underdeveloped World*. New York: Free Press.
- PASQUINO, Gianfranco.  
1994 "La Política Eclissada dalla Tradizione Civica". *Polis*, 8: 307-313, ago.
- PIERSON, Paul.  
2000 "Increasing Returns, Path Dependency, and Study of Politics". *American Political Science Review*, 94 (2): 251-267, jun.
- POWEL, Walter W. & DI MAGGIO, Paul (eds.).  
1983 *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago, University of Chicago Press.
- PRATES, Antônio Augusto P.  
2000 "Organização e Instituição no Novo Institucionalismo". *Teoria e Sociedade*, 5, jun.

- PUTNAM, Robert.  
 1996 *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (Título original *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, 1993).
- PZEWORSKI, Adam.  
 1991 *Democracy and the Market*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PZEWORSKI, Adam & TENUE, Henry.  
 1970 *The Logic of Comparative Social Inquiry*. Nova York, John Wiley e Sons.
- RAGIN, Charles.  
 1987 *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- RHODES, R.  
 1995 "The Institutional Approach", in MARSH, G. & STOKER, G. (eds.), *Theory and Methods in Political Science*, Londres, Macmillan.
- RUESCHMEYER, Dietrich & STEPHENS, John D.  
 1997 "Comparing Historical Sequences: A Powerful Tool For Casual Analysis". *Comparative Social Research*, 16: 55-72.
- SABETTI, Filippo.  
 1996 "Path Dependency and Civic Culture: Some Lessons from Italy About Interpretating Social Experiments". *Politics and Society*, 24: 19-44, mar.
- SCHATTSCHEIDER, E. E.  
 1960 *The Semi-Sovereign People*. Nova York, Holt Reinhart.
- SCHMITTER, Philippe.  
 1971 *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- SELZNIK, Philip.  
 1996 "Institutionalism 'Old' and 'New'". *Administrative Science Quaterly*, 41: 270-277.
- SHEPSLE, Keneth & WEINGAST, Barry.  
 1987 "The Institutional Foundations of Commitee Power". *American Political Science Review*, 81: 85-104, mar.
- SHEPSLE, Keneth & LAVER, Michael.  
 1990 "Coalitions and Cabinet Government". *American Political Science Review*, 84: 843-890.
- SKOCPOL, Theda  
 1985 "Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Curent Research", in SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter & RUESCHEMEYER, Dietrich (eds.), *Bringing the State Back In*, Cambridge, Cambridge University Press.
- 1984 "Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology", in SKOCPOL, Theda (ed.), *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- 1979 *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Princeton, Princeton University Press.

- SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter & RUESCHEMEYER, Dietrich (eds.).  
1985 *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SKOCPOL, Theda & SOMERS, Margaret.  
1980 "The Uses of Comparative History in Macro-social Inquiry". *Comparative Studies and Society and History*, 22.
- STINCHOMBE, Arthur.  
1968 *Constructing Social Theories*. Nova York, Harcourt, Brace e Word.
- STUART MILL, John.  
1999 *A Lógica das Ciências Morais*. São Paulo, Iluminuras (Título original: *A System of Logic Ratiocinative and Inductive*).
- TARROW, Sidney.  
1996 "Making Social Science Work Across Space and Time: A Critical Reflection on Robert Putnam's *Making Democracy Work*". *American Political Science Review*, 90 (2): 389-397.
- THELEN, Kathy.  
1998 "Historical Institutionalism in Comparative Politics". *Cuadernos del CIDE*, 91.
- THELEN, Kathleen & STEINMO, Sven.  
1992 "Historical Institutionalism in Comparative Politics", in STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen e LONGSTRETH, Frank (eds.), *Structuring Politics. Historical Institutionalism in Comparative Analysis*, Nova York, Cambridge University Press.
- TILLY, Charles.  
1984 *Big Structure, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- TRUMAN, David.  
1951 *The Governamental Process*. Nova York, Knopf.
- TSEBELIS, George.  
1990 *Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics*. Berkeley, University of California Press.
- WEINGAST, Barry.  
1979 "A Rational Choice Perspective in Congressional Norms". *American Journal of Political Science*, 23: 245-262.
- WEINGAST, Barry & MARSHALL, William.  
1988 "The Industrial Organization of Congress". *Journal of Political Economy*, 96: 132-163.
- WILLIAMSON, Oliver E.  
1991 "The Logic of Economic Organization", in WILLIAMSON, Oliver e WINTER, Sidney (orgs.), *The Nature of the Firm: Origins, Evolution and Development*, Oxford University Press.

## Resumo

### *Path dependency e os Estudos Históricos Comparados*

Este artigo tem o objetivo de apresentar o conceito de *path dependency* (dependência de trajetória), mostrando que a perspectiva adotada nesse pensamento dentro da ciência política mais recente é comum e originária dos estudos de sociologia política comparada. Para isto, observam-se os aspectos essenciais que compõem o conceito: filiação teórica oriunda da economia de tecnologia e vinculação com a abordagem institucionalista histórica. Além disso, analisa-se a perspectiva teórico-metodológica dos estudos históricos comparados em sociologia política a fim de mostrar sua proximidade com a abordagem da *path dependency*.

**Palavras-chave:** *Path dependency*; Estudos históricos comparados; Institucionalismo histórico.

## Résumé

### *Path dependency et les Études Historiques Comparées*

Le but de cet article est de présenter le concept de *path dependency* (dépendance de trajectoire), tout en montrant que la perspective adoptée par ce courant de la science politique plus récente est commun et originaire des études de sociologie politique comparée. Pour cela, nous observons les aspects essentiels qui composent le concept : filiation théorique issue de l'économie de technologie et lien avec l'abordage institutionnel historique. Nous analysons, par ailleurs, la perspective théorique et méthodologique des études historiques comparées en sociologie politique en vue de démontrer sa proximité avec l'abordage de la *path dependency*.

**Mots-clés:** *Path dependency*; Études historiques comparées; Institutionnalisme historique.

## Abstract

### *Path dependency and comparative historical studies*

This paper aims at presenting the *path dependency* concept by showing that the most recent political science perspective has its source in the comparative political sociology. In doing so we focus attention on essential aspects of the concept: its theoretical origins in technology economy and its links to the historical institutionalist approach. Finally the article analyses both the theoretical and methodological perspectives of comparative historical studies in political sociology in order to show its proximity with the *path dependency* approach.

**Keywords:** Path dependency; Comparative historical studies; Historical institutionalism.



## Qualificação versus Competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente\*

Leonardo Mello e Silva

No debate da sociologia do trabalho francesa, a organização do trabalho está intimamente relacionada com a questão dos limites, da persistência ou das rupturas com o taylorismo. Com respeito a esse tópico, o debate é bastante rico. Isso provavelmente tem a ver com razões tanto internas ao campo intelectual quanto externas a ele. Em primeiro lugar, deve-se ter em conta a própria tradição nacional da sociologia do trabalho, na qual o tema aparece na forma do *travail en miettes* de Georges Friedmann (1956), do *travail enchainé* de Claude Durand (1978) e depois na associação com o “trabalho heterônomo” de André Gorz, apenas para ficar em marcos dessa literatura. Em segundo lugar, o taylorismo desempenha um papel crucial na conformação da relação salarial (traduzindo aqui *rapport salarial*) fordista, ocupando nessa medida um dos suportes-chave do perfil societal dos “Trinta Gloriosos”. Essa última interpretação ficou consagrada a partir dos trabalhos desenvolvidos pela chamada “Escola da Regulação” (Boyer, 1986), e que influenciou muitos estudos em sociologia do trabalho, desde o final dos anos de 1970. Provavelmente, a capacidade persuasiva do segundo elemento é poderosa à medida que extrai sua força daquele patrimônio comum contido no primeiro elemento. Ou seja, quando os regulacionistas demonstraram que a qua-

lificação é um dos componentes da relação salarial (ou, mais simplesmente, do contrato de trabalho assalariado), havia já uma vasta trajetória percorrida de estudos e discussões teóricas sobre o tema, permitindo então de certa forma uma “ponte” entre as análises macroeconômicas dos países e a situação de sua força de trabalho.

Há pelo menos duas décadas o debate em torno da organização do trabalho tem girado em torno de se o novo modelo produtivo saído da crise do fordismo configura um pós-taylorismo ou se reafirma velhos princípios em um neo-taylorismo, por vezes disfarçado (“taylorismo doce”), por vezes aberto (“taylorismo duro”). Comum a ambas as “saídas” situa-se o imperativo de flexibilidade (do trabalho, das máquinas e equipamentos, da relação com fornecedores), de maneira a responder ao novo cenário da qualidade, diversidade e prazos de entrega cada vez mais curtos levando à pesquisa e inovação constantes. Dizendo de outro modo, qualquer que seja a avaliação dirigida à organização do trabalho dominante, a convivência com o dado da flexibilidade é incontornável.

Em anos mais recentes, dois modelos interpretativos se desenvolveram com o intuito de dar conta da incorporação do imperativo de flexibilidade nos processos produtivos e em particular os seus efeitos na organi-

---

\* A realização da pesquisa que resultou no presente artigo contou com o apoio da Fapesp.

zação do trabalho. De um lado estão os estudos que propõem uma análise em termos de um “novo modelo produtivo”, sistematizando as contribuições da escola regulacionista para uma análise que focaliza basicamente os aspectos envolvidos no processo de trabalho (cooperação, consenso, hierarquia, salários, tecnologia etc.). Nesse caso a preocupação é com a articulação entre as mudanças observadas em nível “macro” (regulação, em sentido lato) e as mudanças observadas (e estudadas) em nível “micro”, isto é, as empresas. O conceito que tenta fazer a mediação entre os dois níveis é o de relação salarial (traduzindo aqui *relation salariale*).<sup>1</sup>

De outro lado está a corrente do “modelo da competência”. Também nela as mudanças no modelo produtivo estão contempladas, porém a ênfase e o modo de articulação entre “macro” e “micro” são diferentes, sendo o seu ângulo de ataque o que poderia ser designado como uma desagregação dos modos operatórios do trabalho, indo até o plano do indivíduo-assalariado (o que, por outro lado, constitui para os partidários do “novo modelo produtivo” um problema).

Aproximadamente, e de maneira parcial com respeito a uma série de questões, pode-se dispor os dois modelos interpretativos mencionados acima diante do dado da flexibilidade da seguinte maneira: enquanto a análise baseada no “novo modelo produtivo” se mostra bastante crítica, pondo o acento sobretudo no aspecto desorganizador de solidariedades coletivas consagradas, o modelo da competência vê aí uma oportunidade de mudança em um sentido progressista, uma vez que o acento recai na superação da lógica do posto de trabalho, característica do taylorismo.

Uma outra maneira de colocar o problema seria se perguntar sobre as formas concretas de aplicação do taylorismo, tanto do ponto de vista histórico como em formações sociais diversas convivendo em um mesmo momento.<sup>2</sup> Aflorariam aí, necessariamente, as apropriações do “modelo” por atores, clas-

ses ou sujeitos, e configurações ricas (ou pelo menos mais complexas) impediriam um julgamento talvez demasiado peremptório quer sobre a permanência, quer sobre a superação dele. Em vez disso, a realidade do terreno pode muito bem demonstrar uma adaptabilidade ou uma transformação seletiva do modelo, retirando certos elementos e aproveitando outros.

Flexibilidade é um termo muito impreciso para designar as mudanças no modelo (ou no “sistema”) produtivo. No entanto, seu valor heurístico está em que ele sinaliza a crise do taylorismo. Mas é preciso justamente, para avaliar a amplitude dessa crise, colocar-se de acordo sobre o que consiste o “sistema Taylor”, quais os seus traços definidores elementares e fortes.

Algumas perguntas designam já os caminhos a seguir nessa via:

- Taylorismo cancela completamente a cooperação entre os operadores. É certo que ele não pressupõe a cooperação, mas será mesmo possível evitar toda transgressão (para menos ou para mais) da norma de trabalho (tempos impostos e suas cadências previamente anotadas e “devolvidas” aos operadores)?
- Se essa transgressão é observada empiricamente – como parece ser o caso<sup>3</sup> então o que leva esses trabalhadores a empreendê-la? Um interesse material? Uma solidariedade de grupo (tácita ou explícita)? Uma comunidade partilhando de valores comuns?
- Trata-se simplesmente de uma questão de reconhecimento (material e simbólico) dessa inteligência criativa<sup>4</sup> que os operadores colocam em jogo mesmo sob os constrangimentos do sistema taylorista?
- Da mesma forma que o modelo que vai substituir o taylorismo não está “dado”,

também é o caso de se perguntar se o taylorismo como modelo realizou todas as suas promessas (isto é, de controle total como condição para obtenção de uma maior produtividade do trabalho). Se é assim, isto é, se o taylorismo é um modelo imperfeito, então seria interessante percorrer a sua evolução (Linhart, 1993), a fim de levar em conta no que e onde ele foi mais bem-sucedido e onde e no que ele não o foi. Em outras palavras, perguntar-se, a propósito do taylorismo, tanto sobre as mudanças como sobre as continuidades em relação a um tal “modelo” de organização do trabalho.

### O Modelo da Competência

Um dos problemas não menores da abordagem da competência, como de outras noções saídas da mesma família semântica (tais como: autonomia, responsabilidade, iniciativa), é justamente a circunscrição mais ou menos exata de seu significado. O que quer dizer exatamente possuir “autonomia” ou ser um trabalhador “autônomo”? Muitas respostas podem ser dadas a essa pergunta. Porém, para o que interessa, isto é, para a avaliação da competência profissional, ou para a avaliação das situações de trabalho, autonomia (assim como responsabilidade e iniciativa) refere-se à capacidade demonstrada de exercer esse atributo diante de um evento (que é, por definição, imprevisto) ou de um disfuncionamento de um processo regular de trabalho.

Portanto, não se trata – para a abordagem da competência – de um atributo abstrato, considerado “em si mesmo” ou “em geral”. Desse ponto de vista, a construção de sistemas de classificação em empresas particulares fornece um exemplo prático da tentativa de pôr em ação, de fato, o que se entende por aqueles atributos. Ali eles aparecem como componente (das competências

individuais) que será em seguida cruzado com o componente dos “saberes” ou dos “conhecimentos” profissionais requeridos pela empresa (ou pelo ramo também), produzindo então uma espécie de *matriz* de qualificação razoável porque operante. O momento de captura dos atributos da competência em formatos institucionalizados, como é o caso dos sistemas de classificação, é muito importante entre outros motivos pelo fato de que esclarece um dado fundamental da abordagem da competência, muito sensível a distorções: trata-se do campo em que são consideradas as disposições de caráter individual – muitas vezes tomadas como traços de comportamento: esse campo é aquele das situações concretas de trabalho,<sup>5</sup> e não, pois, de qualquer situação de encontro social.

Do que foi dito acima decorre que todas aquelas “qualidades” (ou “competências”) trazidas de outras esferas da vida são importantes ou, dizendo de outra maneira, são levadas em conta na avaliação profissional na medida em que são utilizadas em situações de trabalho. A quantidade de atributos possíveis nesse aspecto é tão grande quanto os adjetivos existentes para designar traços da *pessoa* (voltaremos a esse ponto mais à frente). Fica, contudo, registrado que as formas de socialização de fora do trabalho, trazidas de esferas da vida exteriores à vida profissional, são, na abordagem da competência, reconhecidas. Cada grupo social traria, assim, um aporte específico, devido às características de socialização que lhe são próprias.

Esse é um caso tipicamente pensado para a realidade do trabalho feminino. Nos estudos sobre qualificação do trabalho ficou clássica a demonstração do peso que os atributos socialmente valorizados como “próprios das mulheres” jogavam na definição ordinária e mesmo nas classificações de postos.<sup>6</sup> Da mesma forma, uma forte pertinência de uma cultura democrática pondo acento e contribuindo para fazer circular valores de civilidade também influiria na

construção das competências que os assalariados terminam por trazer e apresentar nas situações de trabalho.<sup>7</sup> No entanto, a despeito do reconhecimento da importância das formas de socialização diferenciadas oriundas de espaços externos à vida profissional, uma observação que poderia ser endereçada à abordagem da competência diz respeito à articulação entre tais formas de socialização e a competência profissional propriamente dita: a necessidade dessa articulação está enunciada, porém não está demonstrada. Qual é o peso relativo do componente *externo ao trabalho* – seja ele traduzido por “espaço/trabalho doméstico”; por “vida privada”; por “mundo vivido” ou mesmo por “cidade” ou “vida civil”, na formatação das competências ou *da* competência?<sup>8</sup>

Registre-se que cada uma daquelas noções não corresponde às outras mas pode-se afirmar que elas convergem, todas, quando se trata de estabelecer um contraponto com o chamado “mundo do trabalho”, ou com o objeto privilegiado pela sociologia ou os estudos do trabalho: a vida profissional, a organização ou a empresa, com suas situações-tipo (já mencionamos esse aspecto – que é no fundo uma escolha metodológica – previamente).

Dessa maneira, o foco da relação entre trabalho e o seu “exterior” desloca-se e muda muito, de acordo com o significado atribuído ao segundo termo: se o “exterior” for entendido como espaço doméstico, então a corrente da divisão sexual do trabalho pode legitimamente levantar a objeção de que todo o repertório das atividades efetuadas ali servem para redefinir a próprio conceito de “trabalho”, uma vez que são também “trabalho”, conquanto fora de uma determinada divisão social do trabalho dominante. Nesse sentido, seria o caso de alargar o conceito de “trabalho”, ao invés de o continuar enunciando de forma restritiva e rente a uma configuração histórica precisa que define, enfim, os termos do debate.

Se, por outro lado, o “exterior” for entendido como “vida privada”, então as complicações são ainda maiores pois a significação do termo não é unívoca: ela inclui, com certeza, o trabalho doméstico (no capitalismo, dentro da problemática da reprodução) como uma variante, mas também pode incluir as esferas da intimidade e do sagrado, como outras variantes. Se o “exterior” for entendido como “mundo vivido”, são principalmente as últimas variantes que são levadas em conta, e a ênfase é sobretudo posta no “exterior” do trabalho como um espaço onde os constrangimentos típicos da produtividade e do poder seriam menos determinantes para a socialização. Se o “exterior” for entendido como “cidade”, então fica-se a dever uma esclarecimento dos níveis de análise: a empresa, a organização e o trabalho podem ser vistos como traduzindo uma situação que faça abstração da relação salarial? A relação salarial – ou antes, para ser mais preciso, uma “socialização pela relação salarial”, para retomar os termos nos quais Zarifian põe a questão – entendida como o campo em que dominam as regras e os valores do mercado e em contraposição à “socialização civil” não partilha de nenhum ponto de contato com a vida “pública”? Nesse caso, de que período histórico estamos falando? Da modernidade capitalista? Da Grécia Antiga?

A relação entre as competências exercidas em situações-tipo, no trabalho, e aquelas que são originárias de outras fontes de socialização, sua articulação e a dosagem mais ou menos desagregada de suas influências recíprocas resta, por isso, como ponto sensível do modelo.

### **Qual a Relação entre a Abordagem da Competência e os Chamados “Métodos de Gestão Japoneses”?**

Mesmo considerando a grande heterogeneidade de fórmulas de gestão do trabalho

e da produção abrigadas sob o termo de “método(s) japonês(es)”, é inegável que, ao menos quanto à organização do trabalho e no que elas se distinguem da filosofia taylorista,<sup>9</sup> algumas semelhanças podem ser percebidas. O fato é que, na França, ambos os “modelos”, tanto o japonês como o da competência, têm histórias razoavelmente distintas e de certa forma autônomas. Embora no debate acadêmico da sociologia do trabalho esse último esteja associado às reflexões e à obra de um autor como Philippe Zarifian, esse modelo estava sendo implantado sobretudo no meio gerencial e empresarial, e não se limitava de todo modo – nem quanto à sua vertente mais teórica – àquele autor.<sup>10</sup> No entanto, é possível buscar alguns pontos em comum entre o que se pode designar genericamente como “filosofia japonesa” de organização do trabalho baseada na qualidade e a abordagem da competência. Tais pontos em comum giram em torno basicamente da aproximação entre o *kaizen*, um procedimento de melhoramento contínuo baseado na aprendizagem a partir de casos concretos que se apresentam aos operadores, e o enfoque no aspecto da tomada de iniciativa do assalariado, isto é, ao fato de que esse último, de maneira reflexiva, se interessa pelo próprio trabalho, “responsabilizando-se” de certa forma por ele.

Mas se há pontos de convergência, há também aspectos em que ambos os modelos se afastam. Caso se traduza os “métodos japoneses” unicamente pela experiência dos Círculos de Controle de Qualidade (há que se ter em conta aqui aquela heterogeneidade mencionada anteriormente) então a distância com relação à abordagem da competência é enorme. Todo o aspecto da extrema formalização dos Círculos e da disciplina que decorre daí é estranho à abordagem da competência. Também a identificação de “métodos japoneses” com “flexibilidade”<sup>11</sup> concorre para um afastamento entre os dois modelos.

Por isso, dependendo do que se esteja realmente considerando quando se fala em “métodos japoneses”, sua relação com a abordagem da competência pode ser de aproximação ou, por outro lado, não guardar qualquer semelhança com ela. Está claro que no caso do *kaizen*, pela sua natureza de “princípio” mais ou menos geral concorrendo para a qualidade do produto, sendo uma noção que pode ser aplicada a qualquer situação de trabalho, as afinidades se sobrepõem às dissonâncias.

Por fim, é preciso registrar que existe ainda uma acepção mais restrita de “métodos japoneses” que os associam meramente a esforços de certificação do tipo ISO. Nesse caso, a redução do termo “qualidade” a normas de certificação de qualidade<sup>12</sup> é evidente e conduz o debate para um terreno totalmente deslocado daquele das questões centrais envolvidas na competência.

### Como Negociar a Competência?

Se a competência pode parecer uma noção fluida e pouco específica, então o momento da negociação deve obrigá-la quase certamente a uma definição dos seus contornos para os atores sociais, uma vez que ali as partes são confrontadas a uma norma ou, caso se queira, a uma convenção sobre o que é aceitável como definição mesma do problema. A pergunta que emerge, portanto é: sobre que base negociar a competência?

Uma das críticas mais freqüentes dirigidas à abordagem da competência é de que ela contribui para enfraquecer a negociação coletiva, uma vez que baseia-se em uma lógica de avaliação individual do assalariado. Aqueles autores que contrapõem uma abordagem em termos de qualificação do trabalho (mesmo que isso não signifique uma concordância em associá-la imediatamente à qualificação do posto) à abordagem da com-

petência em geral identificam esse como um problema maior daquele enfoque.

Os atores coletivos, entre eles os sindicatos, temem uma deriva em direção ao ultraliberalismo, enquanto o patronato – ao menos uma fração dele – prefere a segurança de uma negociação em que os termos e as regras do jogo são conhecidos, beneficiando-se muitas vezes deles para extrair uma produtividade que a lógica do posto esconde e por isso não consegue traduzir com fidelidade. Nesse último caso, a estratégia consiste em aproveitar a institucionalização dominante em termos da classificação e dos salários apondo-lhe um conteúdo novo, não reconhecível no sistema de localização dos conhecimentos fragmentado e superespecializado (no sentido clássico do termo)<sup>13</sup> da organização tayloriana.

Ora, um dos pressupostos básicos da abordagem da competência é de que a crise da organização científica do trabalho é profunda. A gestão das competências não passa mais pelo posto de trabalho e isso seria reconhecido na prática pelas empresas. A questão estaria exatamente na maneira de sancioná-las, isto é, o encaminhamento e as formas de validação: aí confrontam-se duas “saídas”. Uma seria compreender a competência como uma aquisição na direção de uma maior autonomia dos assalariados e também como parte integrante de uma autonomia coletiva que, ainda que por vezes possa não ser reconhecida, deve ser conquistada. Não haveria assim incompatibilidade entre autonomia individual e autonomia coletiva; a primeira não concorreria para solapar a segunda e, dessa forma, os temores do mundo sindical revelar-se-iam no mínimo exagerados. A outra “saída” seria uma gestão completamente à parte e indiferente a qualquer ingerência externa e portanto fora de um marco institucional: as empresas sancionam as aquisições de competência de seus assalariados através principalmente de prêmios concedidos aos indivíduos. Nesse caso, o perigo de individualiza-

ção é real. Na França, uma experiência importante de implantação do modelo da competência em uma grande empresa do ramo de alimentação teve exatamente o seguinte desfecho: todo o esforço de elaboração de um novo sistema de classificação baseado em critérios que obedeciam ao cruzamento entre “saberes” e “competências de fundo”,<sup>14</sup> e que desembocou na proposta de um acordo, foi recusado pelo sindicato.

Na hipótese de uma “saída” em que o sindicato ou outra representação coletiva dos assalariados assume a negociação da competência, mesmo daquele componente chamado “de fundo” e que remete a traços tidos como de comportamento, então existem precedentes como as “comissões de arbitragem” ou, em nível de ramo industrial, o recurso a uma comissão saída de um acordo da metalurgia em 1990, acordo esse considerado marco na tematização da competência no interior da relação capital e trabalho.

O importante a compreender é que aquilo que dá força de persuasão para a argumentação pró-competência é a sua associação com a noção de autonomia. Nesse sentido, a tendência em direção a uma diferenciação individual dentro do universo profissional não seria um passo de recuo mas antes de desenvolvimento de reivindicações históricas do movimento social e do movimento operário em particular, na medida em que condensa toda uma crítica importante da organização do trabalho. Não é necessário aqui relembrar a riqueza do debate político em torno justamente da irrupção de temas caracterizados como “libertários” no interior do discurso militante e estritamente corporativo do mundo do trabalho, introduzindo as chamadas “questões de sociedade”<sup>15</sup> na agenda das lutas dentro e fora dos sindicatos. O taylorismo e sua divisão extrema das tarefas era encarado sobretudo como fonte de uma atividade sem significação e desumanizante. Naquelas lutas, a tensão entre classe (remetendo ao coletivo) e indivíduo (reme-

tendo à esfera da ação, liberdade e autonomia) foi um ponto alto dos debates, de tal maneira a redefinir – ou ao menos tornar mais complexo – o que se entendia por atributos da “esquerda”.

Assim, recusar o enfoque na avaliação da competência do indivíduo em situação de trabalho em função de um temor de dessolidarização profissional (a “individualização”) traz também o perigo de colocar de lado uma tradição emancipadora associada às lutas sociais modernas. Isso é tão mais verdadeiro quanto a avaliação e a classificação das competências já vêm sendo feitas de fato, concretamente e sem esperar qualquer aval dos sindicatos ou da opinião pública, dentro das empresas.

É útil também contextualizar o problema da “individualização”. Ela foi uma bandeira sindical na França durante o período saído das lutas de 1968, a qual sedimentou-se em um processo de negociação que durou quatro anos (entre 1969 e 1974), culminando com o acordo do ramo metalúrgico de 1975. Tal acordo teve um significado muito importante pois tratava-se de uma iniciativa, partindo do lado do trabalho, que buscava introduzir critérios de classificação distintos daqueles até então em vigor, com efeitos sobre a qualificação e os salários. Entre esses critérios estavam “responsabilidade” e “autonomia”, além do critério clássico do “nível de formação” – identificado de fato com o diploma possuído. No fim, a fórmula encontrada foi um compromisso entre, por um lado, autonomia coletiva e individual (a qual recobre determinados elementos que atualmente aparecem como traços comportamentais: interesse e envolvimento como contrapartida de um trabalho “significativo”) e, por outro lado, os definidores tradicionais do emprego, com o conseqüente ranço de hierarquização que eles ao mesmo tempo confirmam (o que pode ser remetido a uma característica societal, com raízes culturais e políticas)<sup>16</sup> e reproduzem.

Porém, o que é decisivo no ensaio do acordo de 1975 é exatamente a colocação em causa desse último aspecto, pois com ele abala-se todo um passado ligado à tradição profissional. Em suma, o acordo de 1975 da metalurgia propunha uma forma de avaliação que considerasse, além da estrutura formal hierarquizante, a dimensão individual da relação dos assalariados com o seu trabalho, demandando a inclusão dessa dimensão entre os critérios de classificação (norma). Na prática, isso significava uma quebra daquela estrutura formal. Naquela altura, era o patronato que se aferrava a esta última, jogando todo o peso na lógica do emprego: de acordo com ela, a maneira mais segura de identificar o lugar dos assalariados nos sistemas classificatórios era medida pelo diploma.<sup>17</sup> E isso era tudo. Em meados dos anos de 1970, portanto e curiosamente, as posições estavam invertidas em relação ao que se constata no final da década de 1990, com os sindicatos defendendo um padrão “individual” de avaliação e os empresários ficando pé no “coletivo”. Depois de 1975, com o impulso de modernização das empresas, enfatizando a *expertise* e a contratação de firmas de consultoria especializadas em fórmulas de cargos e salários e seus sistemas de avaliação em geral formalizados, o movimento toma um outro rumo e a lógica do posto de trabalho enfim se impõe. De todo o modo, é interessante ressaltar que o acordo da metalurgia constituiu um modelo para todos os outros acordos de ramo, a partir de então. Nele, o papel generalizante do ramo (ou setor) tinha uma função sobretudo de enquadramento ou pano de fundo, o essencial das negociações desenrolando-se concretamente, de empresa a empresa.<sup>18</sup>

O acordo da metalurgia de 1975 ficou consagrado como o ponto alto do desejo de atrelar os critérios classificatórios da organização ao indivíduo.

No contexto atual de flexibilização, a radicalização da lógica de 1975 pode ser extre-

mamente perigosa para os assalariados e isso é levado em conta pela abordagem da competência. O deslocamento em direção a uma avaliação individual carrega certamente o risco de se tornar incontrolável, tanto por quaisquer instâncias coletivas quanto pelo próprio indivíduo, o que nesse caso aumentaria enormemente as margens de poder da gerência. Esse é um problema real.

Por conseguinte, a questão da institucionalização dos novos atributos profissionais permanece como um tópico crucial, nessa altura, para a abordagem da competência. Pois se a qualificação é descartada por estar associada a uma qualificação do posto e a uma modalidade de formalizar as cooperações que se criam e se mantêm nas situações de trabalho (portanto necessariamente presa a uma lógica taylorista e que muitas vezes não corresponde hoje mais à realidade), não se pode perder de vista que ela constituiu e constitui ainda um móvel de disputa exatamente porque se presta a uma forma de normatização, e portanto de referência. É nesse ponto que os marcos de contratação coletiva desempenham um papel importante, a fim de evitar o risco de perda de controle mencionado anteriormente. A resposta encontrada, pois, para traduzir uma nova referência que possa ser mobilizada nas ocasiões de negociação e que, ao mesmo tempo, não esteja presa à lógica do “emprego”, é o *métier*.<sup>19</sup>

Evidentemente que quando se fala em *métier* não se está pensando no conteúdo do trabalho que ele recobria em séculos anteriores mas como conversor institucional para um agregado mais ou menos aproximativo de situações de trabalho que possam convergir para uma espécie de situação-tipo. Como a possibilidade de criar uma referência relativamente estável para os atores a partir de tais situações-tipo é remota, dada a necessidade de um longo processo de maturação social, e levando-se em conta igualmente a dificuldade de enquadrar o conteúdo preciso das intervenções no trabalho real (Em que ponto

começa e termina exatamente uma tarefa ou função; pode-se deixar de lado na definição delas o lado “fornecedor” ou “cliente” dentro de uma cadeia a que o próprio trabalho está associado? Como incorporar o acompanhamento tanto da qualidade do produto no momento da produção quanto da destinação final na condição de serviço? Como controlar e em seguida codificar a interveniência de eventos, por definição imprevisíveis, porém cuja existência é atestada com frequência pelos operadores? Enfim, essas são apenas algumas das questões envolvidas), então o *métier* aparece como tradutor daquela complexidade no campo do pertencimento profissional, o que permite ao fim e ao cabo a enunciação de direitos, demandas etc. Como descoberta histórica tipicamente nacional, ele pode ser comparado à noção de *profession* inglesa. Em torno do *métier* se organizam, de forma mais ou menos estável no tempo, as negociações, as quais podem variar do âmbito da empresa ao ramo. Negociações setoriais sobre o conteúdo da organização passariam agora pelos *métiers* (assim como antes passavam pelo “emprego”).

O que é decisivo na retomada da noção de *métier* é o fato de que ela recupera uma idéia de profissionalidade. Mas não se confunde com a *competência*. Tão-somente tenta capturar os dois componentes básicos de que é composta a competência – conhecimentos (ou “saberes”) e “competências de fundo”<sup>20</sup> – encaixando-os em dois conjuntos de referência: o de “saberes profissionais” vinculados a situações-tipo, por um lado, e o de comportamentos relacionados àquelas situações-tipo, por outro.

### *Um Processo já em Andamento*

Como já foi mencionado, a construção de novos sistemas de classificação baseados na competência já vem sendo feita em algumas grandes empresas na França. Mas não é apenas nesse nível que a questão tem sido co-

locada, embora ele seja crucial. No âmbito de atores coletivos, deve-se registrar a existência, há pelo menos cerca de três anos, de um grupo de trabalho entre sindicatos e patrões (portanto bipartite), dedicado à discussão e reflexão sobre a competência. Não se trata de um grupo deliberativo mas a representatividade e o escopo denotam um investimento não negligenciável, revelando a amplitude que o tema assume ou tende a assumir na sociedade. Quanto à representatividade, ressalte-se a participação das cinco confederações sindicais mais importantes (CGT, CFGT, CGC, FO e CFTC), além da “central” patronal (o MEDEF)<sup>21</sup>. Quanto ao escopo, vale notar o aspecto da busca de uma linguagem comum<sup>22</sup> entre as partes, por definição conflitantes, o que revela um procedimento fundamental da negociação.

Por outro lado, as associações de classe são atravessadas internamente por posições (em última instância, juízos) diferentes com relação ao tema, o que explica ora o seu impulso, ora o seu travamento. É sabido que, dentro do MEDEF, por exemplo, o apoio assim como o suporte às políticas de competência tem partido de uma fração “humanista” e católica, opondo-se a uma ala (hoje talvez dominante) resolutamente liberal e hostil a qualquer discussão nesse sentido, preferindo insistir sobre a flexibilidade do mercado e a segurança da lógica do posto como balizadora dos sistemas classificatórios (duas orientações que, afinal, mostrar-se-iam incompatíveis do ponto de vista de uma coerência do modelo produtivo).

Portanto o tema da competência tem já uma certa história nas relações entre capital e trabalho, uma história de reconhecimento e de negociação, e que vai conquistando o seu lugar entre os grandes temas da pauta societal – assim como o são o seguro-desemprego e a própria Previdência e Assistência Social – e sustentada pelos atores coletivos decisivos (os chamados “parceiros sociais” segundo a terminologia francesa consagrada

para as relações industriais). Assim, dentro de uma tal lógica institucional mais complexa, a tematização mesma da competência como prioridade vai obedecer à situação em que se encontram os “parceiros” em termos de balanço de forças e de ajuste junto a outros temas politicamente mais capitais. Esse é tipicamente o caso na atualidade: em virtude da conjuntura turbulenta dos últimos tempos por causa da confrontação entre as confederações e dessas com o MEDEF em torno de um novo formato para o seguro-desemprego, a discussão sobre a competência encontra-se bloqueada. Mas nada impede que ela possa ressurgir depois.

### O Modelo da Competência e as PMEs

A abordagem da competência é utilizável fora do âmbito de grandes empresas com alta performance? Pode ela ser pensada para descrever a realidade produtiva de pequenas e médias empresas (PMEs)?

Essa questão, que busca traçar algumas limitações ao modelo, pode ser encarada em dois níveis diferentes: se pensada do ponto de vista do movimento em direção a uma maior autonomia, então ela é pertinente também para as PMEs, uma vez que não faria sentido vedar-lhes essa possibilidade, instaurando uma segmentação por tamanho de empresa. Mas as dificuldades existem e pode-se dizer que o gênero de problemas que aparecem nesse caso reproduzem *mutatis mutandis* o gênero de problemas que aparecem na negociação sobre a redução do tempo de tempo para 35 horas, um outro tópico importante da pauta das relações de trabalho na França, e que afeta também o debate na sociologia do trabalho (se bem que mais particularmente a sociologia do emprego).<sup>23</sup> Por outro lado, em um outro nível, é inegável que o movimento de propagação ocorre no sentido das grandes para as médias e pequenas, isto é, provavelmente os acordos

sobre situações-tipo substituiriam os critérios classificatórios baseados no “emprego”, nessas últimas. No caso de PMEs com alto conteúdo de inovação e com assalariados com forte carga profissional, tais características as aproximam das grandes.

### **O Limite da Aplicação da Lógica-competência nas Empresas**

O movimento defensivo das empresas expresso no fato de não levar às últimas conseqüências a lógica-competência, ou ainda de aplicá-la de modo parcial (híbrido), fazendo conviver lógica do posto com lógica-competência, não decorre apenas do perigo de impulsionar a individualização de maneira desmedida a ponto de torná-la (a lógica competência) uma terra de ninguém. Ele está relacionado também a um ponto bem preciso: o temor de que a desorganização de procedimentos consagrados de formação do valor dos produtos, dadas as novas formas de cálculo da produtividade, possam conduzir a uma situação de “perda de controle”. Em uma palavra, é no momento de converter os ganhos de eficiência produtiva em rentabilidade do capital que os limites do modelo ficam mais evidentes, porque isso significaria trocar o relativamente conhecido – porém controlável – pelo novo, do qual não se conhece todas as conseqüências.

Haveria ainda muitos outros pontos obscuros que têm sido levantados em diálogo com a abordagem da competência: a relação

entre trabalho feminino e lógica-competência;<sup>24</sup> o confronto entre lógica-competência e regulamentação jurídica;<sup>25</sup> a abrangência da lógica-competência nos setores mais diversos de atividade<sup>26</sup> e em diferentes regiões,<sup>27</sup> bem como o confronto da lógica-competência com outras disciplinas,<sup>28</sup> além de apreciações de conjunto, de caráter mais teórico.<sup>29</sup>

Duas observações, por fim.

Primeiro: embora, conforme se fez referência acima, o conceito de “profissão” (*métier*) tenda a uma revalorização com a abordagem da competência, isso não significa uma recuperação ou uma aproximação com a linha da sociologia das profissões, tal como esta é entendida na tradição da história da sociologia. Enquanto essa última carrega um forte matiz institucionalista, a abordagem da competência é preferencialmente fenomenológica, já que é dada ênfase à situação de interação entre o profissional e o seu trabalho, compreendendo o ambiente, os instrumentos e a cooperação, de forma ampla.

Segundo: a lógica-competência não foi confrontada com a lógica do modelo produtivo,<sup>30</sup> o que é uma limitação importante para uma consideração abrangente do tema. Com isso, foram forçosamente abstraídos problemas tais como a situação do mercado de trabalho, a conexão entre regime de acumulação e configuração das empresas, no que afeta as cadeias produtivas e o movimento dos assalariados em seu interior (subcontratação, precarização, casualização) etc.

Isso seria mote, contudo, para um outro artigo.

### **Notas**

1. Ver «Introdução» de Jean Pierre Durand em Durand (1998).
2. Posição, por exemplo, de Linhart (1993).
3. Ver principalmente as pesquisas dos ergonomistas. Um artigo clássico sobre essa questão é Daniellou *et al.* (1989).

- 
4. Como insiste Christophe Dejours em seus trabalhos. Ver em português Dejours (1993).
  5. Zarifian (1999) designa tais situações concretas de trabalho como “situações-tipo”.
  6. Ver principalmente os trabalhos de Dannièle Kergoat e Helena Hirata.
  7. Um autor como Philippe Zarifian desenvolve explicitamente essas questões em Zarifian (1997).
  8. Ainda seguindo um autor que é referência quando se trata de “modelo da competência” – Philippe Zarifian – registre-se que a diferença entre “competências” no plural e “competência” no singular é decisiva, e não apenas uma nuance. Se o objeto do presente trabalho fosse uma exegese da abordagem do modelo da competência, seria o caso de se deter mais sobre esse ponto.
  9. O que é discutível. No debate francês a esse respeito, já um tanto datado porém nem por isso menos rico, é possível identificar uma posição como a de Coriat (1991), em que é demonstrado que o ohnoísmo partilha da mesma raiz “clássica” da escola de racionalização do trabalho do Ocidente. Uma posição contrária, realçando mais as rupturas do que as continuidades, é sustentada por Zarifian (1993).
  10. Basta observar, por exemplo, o número da *Revue Française de Gestion* de jan./fev. 2000, com um dossiê dedicado ao “modelo da competência”.
  11. A propósito dessa identificação quase imediata, é curioso e ao mesmo tempo elucidativo relatar uma curta entrevista que teve lugar em janeiro de 2000, no comitê de empresa da CFDT (*Confédération Française Démocratique du Travail*) da fábrica Renault de Flins, quando, indagado sobre a influência de métodos de gestão japoneses no processo de trabalho, o informante, de forma quase instantânea, o associou primeiro à flexibilidade e, em seguida, a experiências de modularização da produção, ressaltando no seguimento que tais experiências não teriam muita chance de sucesso na França em função do peso dos sindicatos, contrários a uma organização do trabalho que dispõe trabalhadores sindicalizados (e, por isso, de certa forma protegidos) e não-sindicalizados (portanto, não protegidos) praticamente lado a lado, sob um mesmo teto.
  12. Para uma discussão das normas de certificação da qualidade, consultar Mispelblon (1995).
  13. Tal sentido clássico é tomado da definição de divisão do trabalho feita por Adam Smith no capítulo inicial de “A Riqueza das Nações”. As vantagens da especialização serão desenvolvidas por autores como Andrew Ure e Charles Babagge, até chegar a Taylor.
  14. “Competências de fundo” é a tradução de “*compétences d’arrière-plan*”. A relação entre *savoirs* e *compétences d’arrière-plan* encontra-se em Zarifian (1999).
  15. Trata-se de uma forma particular de designar os assuntos sociais ou políticos que mobilizam o debate público no país, tais como as demandas oriundas dos movimentos feminista, ecológico, de afirmação de identidades sexuais e regionais etc.
  16. Essa é a hipótese que orienta trabalhos como o de Michel Crozier Ver principalmente Crozier (1963).
  17. Não foi possível identificar o papel jogado pelo item “experiência” nesse caso, mas provavelmente ela deve ter tido um papel importante uma vez que ela entra como componente nos sistemas classificatórios.

18. A idéia é de que é na empresa que se (re)encontra o profissional e é lá que se exercem as capacidades de cada um, únicas e insubstituíveis; tratando-se portanto do espaço de exercício de autonomia do indivíduo. O grande nível de negociação da autonomia, naquela conjuntura, era a empresa, não o ramo.
19. Para a explicitação desses pontos muito ajudaram as intervenções diretas de Philippe Zarifian, como por exemplo no Centro Pierre Naville, em junho de 2000.
20. *Compétences d'arrière-plan*.
21. *Mouvement des Entrepreneurs Démocratiques Français*
22. "Colocar-se de acordo sobre os nomes", segundo a fórmula proposta por Philippe Zarifian.
23. A bibliografia sobre a "partilha do tempo de trabalho" é vastíssima e foi como que impulsionada pela deliberação governamental de reduzir o tempo de trabalho de maneira linear, a partir de janeiro de 2000.
24. Séverine Lemièrre e Rachel Silvera, "Les approches de la compétence en termes de genre".
25. Wilfred Samba-Sambeligue, "Notion de compétence et implication en Droit Français du Travail"; Vicent Wauquier, "Repères collectifs et compétence".
26. Dimitri Mouffet, Muriel Bossut, Véronique de Keyser, "Une GRH axée sur les compétences au sein de l'administration publique"; Cédric Frétigné, "L'évaluation des compétences en entreprise d'entraînement"; Louis-Marie Barnier, "Le système compétence à Air France: un nouvel épisode du rapprochement ouvriers/employés?".
27. M. Vigezzi, "Les comportements et représentations de dirigeants de PME face aux démarches-compétences: le cas d'entreprises piémontaises".
28. Philippe Eray, "Le management stratégique des compétences, comment concilier employabilité à long terme et performance immédiate?"; Dominique Thiebaut, "La théorie économique a-t-elle quelque chose à dire sur les compétences".
29. Henri Jacot, "Le débat 'compétence(s)/qualification(s)' au coeur de la relation salariale"; Guy Friedman, "Conditions de travail et jugement de compétences: vers une conflictualité diffuse"; Jean-Pierre Durand, "Le modèle de la compétence: nouvel avatar pour une vieille lune". Todos os trabalhos citados nesta e nas cinco notas imediatamente anteriores foram apresentados no Colóquio *Travail, Qualifications, Compétences: débats, perspectives, pratiques sociales*, que teve lugar em Rennes, em outubro de 2000. Uma apreciação bastante crítica da abordagem da competência pode ser encontrada ainda em Rozenblatt (1999). Consultar ainda a excelente monografia de Pialoux *et al.* (1998).
30. Consultar a comunicação de Jean-Pierre Durand, referida na nota anterior.

### Bibliografia

- BOYER, Robert.  
 1986 *Théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris, La Découverte. [Em português, "A Escola da Regulação", São Paulo, Nobel, 1990.]

- CORIAT, Benjamin.  
 1991 *Penser à l'envers: travail et organisation dans l'entreprise japonaise*. Paris, Christian Bourgois. [Em português: *Pensar pelo Avesso*, Rio de Janeiro, Revan/UFRJ, 1994.]
- CROZIER, Michel.  
 1963 *Le phénomène bureaucratique*. Paris, Seuil.
- DANIELLOU, F.; TEIGER, C. & LAVILLE, F.  
 1989 "Ficção e Realidade do Trabalho Operário». *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 17 (66): 7-13, out-dez. [Em francês: "Fiction et réalité du travail ouvrier", *Les Cahiers Français*, Paris, 209: 39-45, La Documentation française, 1983.]
- DEJOURS, Christophe.  
 1993 "Inteligência Operária e Organização do Trabalho", in HIRATA, H. (org.), *Sobre o "Modelo" Japonês*, São Paulo, Edusp.
- DURAND, Claude.  
 1978 *Organisation du travail et domination sociale*. Paris, Seuil.
- DURAND, Jean Pierre.  
 1998 *L'Avenir du travail à la chaîne*. Paris, La Découverte.
- FRIEDMANN, Georges.  
 1956 *Le Travail en miettes: spécialisation et loisirs*. Paris, Gallimard, 1956. [Tradução em português: *O Trabalho em Migalhas*, São Paulo, Perspectiva, 1972.]
- LINHART, Danièle.  
 1993 "À propos du post-taylorisme". *Sociologie du Travail*, Paris, Dunod, 1/93, jan./maio.
- MISPELBLUM, Frederik.  
 1995 *Au delà de la qualité*. Paris, Syros.
- PIALOUX, M.; GORGEU, A. & MATHIEU, R.  
 1998 "Organisation du travail et gestion de la main-d'oeuvre dans la filière automobile". *Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi*, Noisy-le-Grand, 14.
- ROZENBLATT, Patrick *et al.*  
 1999 *Le mirage de la compétence*. Paris, Syllepse.
- ZARIFIAN, Philippe.  
 1997 *Éloge de la civilité*. Paris, L'Harmattan.  
 1993 *Quels modèles d'organisation pour l'industrie européenne?*. Paris, L'Harmattan.  
 1999 *Objétif: compétence*. Paris, Liaisons. [Em português: *Objetivo Competência: Por uma Nova Lógica*, São Paulo, Atlas, 2001.]

## Resumo

*Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente*

O texto traça um panorama do debate corrente na sociologia do trabalho francesa sobre as diferenças entre a qualificação do trabalho e a abordagem da competência. Uma ênfase maior é dedicada a essa última abordagem, procurando os contornos de uma definição socialmente aceitável. Com isso, surgem os problemas envolvidos na “lógica da competência”. Inicialmente, ela é confrontada com o chamado “modelo japonês”, ressaltando as semelhanças e as diferenças. Em seguida, são analisadas as modalidades de negociação da competência, enfocando-se o significado das formas sociais consagradas pelos atores coletivos nas normas conhecidas como “critérios de classificação” da população assalariada. O texto aponta para o perigo de uma avaliação individualizante associada à lógica da competência e lista os contra-argumentos daqueles que a defendem. Por fim, demonstra-se a correspondência desse debate nas práticas sociais dos atores coletivos no mundo do trabalho, bem como as possibilidades de sua aplicação em pequenas e médias empresas, deixando indicados os limites possíveis do modelo.

**Palavras-chave:** Qualificação do trabalho; Competência; Taylorismo; “Modelo japonês”; Negociação coletiva.

## Résumé

*La qualification face à la compétence : un commentaire bibliographique à propos d'un débat français récent*

L'article présente un bilan du débat de la sociologie française du travail à propos de deux approches : l'une centré sur la qualification et l'autre sur la compétence. L'accent est mis sur cette dernière, en cherchant une définition socialement acceptable. Surgissent, alors, des problèmes liés à la “logique de la compétence” qui est, dans un premier lieu, confrontée au “modèle japonais”, dont les ressemblances et les différences sont révélées. Ensuite, l'attention est portée sur les modalités de la négociation de la compétence, notamment sur le sens des formes sociales consacrées par les acteurs collectifs dans des normes appelées “critères de classification” de la population salariée. Le texte souligne le danger d'une évaluation centré sur l'individu, associé à la logique de la compétence et énumère les arguments contraires du débat. Finalement, nous essayons de démontrer la correspondance entre ce débat et les pratiques sociales des acteurs collectifs du monde du travail, ainsi que les possibilités de son application dans les PME, tout en indiquant les possibles limites de ce modèle.

**Mots-clés:** Qualification du travail; Compétence; Taylorisme; “Modèle japonais”; Négociation collective.

## **Abstract**

### *Skill versus Competence: a bibliographical comment on a contemporary French debate*

The paper draws an overview on the contemporary debate of the French sociology of work in matters of difference between the skill and competence approach. A more comprehensive emphasis is placed upon the latter, searching for a socially sustainable definition of it. From this point on, the problems related to the competence approach appear. Firstly, that approach is confronted to the so-called Japanese Model, focusing on their similarities and differences. Afterwards, the paper introduces the range upon which competence can be negotiated among social partners, drawing the attention on the meaning of established social patterns as professional norms among work people called "classification *criteria*". The essay pinpoints the danger of a professional evaluation based on the individualisation such competence model brings up and ranks counter-arguments competence model supporters make use of. Finally, it highlights how the debate is anchored to the social practices played by collective actors in the global industrial relations system, as well as the possibilities and limits of the model's use while applying it to small and medium enterprises.

**Keywords:** Labor skill; Competence; Taylorism; Toyotism; Collective bargaining.



## Mestres e doutores em Sociologia\*

Carlos Benedito Martins  
Gláucia Villas Boas  
Maria Ligia de Oliveira Barbosa  
Yvonne Maggie

### Introdução

A constituição do campo disciplinar das ciências sociais na sociedade brasileira tem merecido a atenção de vários estudiosos inseridos nesse espaço acadêmico-profissional. De modo geral, pode-se afirmar que existe um acervo de trabalhos desenvolvidos, a partir de variadas orientações teórico-metodológicas, que permitem traçar a trajetória e a institucionalização das ciências sociais no país.<sup>1</sup> Em termos de produção mais recente sobre a constituição das ciências sociais no país, cumpre destacar a obra *História das Ciências Sociais no Brasil*, coordenada por Sergio Miceli, que compôs uma equipe de pesquisadores integrada por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos visando a retratar a formação desse campo disciplinar. Dessa forma, não faz muito sentido nesta pequena introdução esboçar um esboço histórico do surgimento e desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira.

No entanto, seria oportuno registrar que um número considerável desses trabalhos concentrou a sua atenção entre as décadas de 1940, 1950 e início dos anos de 1960, dei-

xando, portanto, de enfatizar a formação e expansão dos cursos de nível de pós-graduação na área das ciências sociais que, sem dúvida, constitui um outro capítulo fundamental no seu processo de institucionalização.

Inicialmente valeria a pena assinalar que a pós-graduação na área de sociologia iniciou-se no final dos anos de 1960, com a criação do curso de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPe). Em 1980 já existiam quinze cursos na área, dos quais treze eram de nível de mestrado e apenas dois Programas, o da USP e o do IUPERJ, ofereciam formação em nível de doutorado. Na década de 1990 ocorre uma forte expansão dos cursos de pós-graduação nessa área do conhecimento. São criados doze novos mestrados em diversas regiões do país. Nesse mesmo período, registra-se também o crescimento dos cursos de doutorado, tendo sido criados dezesseis novos cursos, muitos dos quais constituem um desdobramento do mestrado, como é o caso, por exemplo, dos doutorados da UnB, UFRJ, UFMG, UFPe e UFC. No ano 2000, ocorre a criação de dois novos cursos, um de mestrado (UEL) e um de doutorado (UFS-

\* O presente texto faz parte do livro "A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país", organizado por Jacques Velloso (Brasília, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, 2002). A republicação visa a divulgação, para um público mais amplo, dos dados referentes à sociologia, primeira área de ciências sociais estudada nesta etapa da pesquisa. Agradecemos aos responsáveis pelo estudo a oportunidade de disponibilizar aos interessados pelo tema os resultados da investigação.

Quadro 1

Evolução da Pós-graduação por Área de Conhecimento, segundo algumas características, 1987-1997

Área de Conhecimento	Número de Cursos		Alunos Novos		Alunos Matriculados (em Dezembro)		Alunos Titulados		Docentes Permanentes		Artigos em revistas, Capítulos em livros e Trab. compl. em Anais	
	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Total	Doutores	País	Exterior	Sociologia
87	20	5	177	61	862	177	60	18	350	227	170	32
88	23	6	289	39	896	225	99	9	438	308	270	65
89	23	6	223	22	918	142	97	16	495	381	421	82
90	23	6	276	68	1048	282	119	13	471	377	465	93
91	23	6	213	97	957	293	121	47	475	398	454	145
92	20	6	277	90	941	312	177	35	404	350	460	139
93	21	7	239	110	939	301	165	58	435	397	571	141
94	20	12	357	142	1018	403	175	35	443	412	686	120
95	20	12	313	155	969	523	199	46	452	424	652	100
96	20	12	287	164	994	666	248	58	396	379	1990	301
97	21	12	259	163	922	709	255	74	284	277	1606	178

CAR). Atualmente, a área conta com 27 mestrados e dezenove doutorados, com a maioria dos mestrados e doutorados agrupados em um só Programa. Dessa forma, a área conta atualmente com 31 Programas. Os dados apresentados no Quadro 1 permitem visualizar esta expansão.

Essa expansão dos cursos de mestrado e de doutorado na área de sociologia, que também pode ser constatada nas informações sobre o surgimento dos cursos contidas no Quadro 2, tem merecido a atenção de vários cientistas sociais. Entre os estudos existentes, deve-se destacar, por exemplo, o realizado por Baeta Neves (1991), no qual são analisadas as etapas da evolução da pós-graduação na área de sociologia desde sua implantação até o final dos anos de 1980. A análise desse referido trabalho concentra-se na composição do corpo docente, a estrutura curricular, linhas de pesquisa, exigências

de crédito, processo de seleção etc. Assinala-se também que, de modo geral, os primeiros cursos de pós-graduação em sociologia possuíam uma estrutura curricular muito ampla e abrangente, contando com um corpo docente não adequadamente titulado. Nesses primeiros tempos as exigências para o mestrado eram demasiado elevadas e o tempo médio para a titulação era bastante alto.

De acordo com o estudo em foco, seguiu-se essa etapa inicial um período de transição marcado pelo esforço de qualificação dos docentes que levou os cursos a estimularem o afastamento de um número considerável de seus quadros para a realização de doutorado. A persistência da estrutura curricular ampla e abrangente, o afastamento dos docentes e os problemas de infra-estrutura e de escasso apoio institucional comprometeram o desempenho adequado dos programas. As iniciativas de melhoria dos cursos ocorreram

Quadro 2  
Programas de Pós-graduação em Sociologia por Curso

Cursos	Início	Data recomendação	Sigla	Nível
Sociologia	1967		UFPE	M
Sociologia	1970		UNB	M
Sociologia	1971		USP	D
Sociologia	1971		USP	M
Sociologia	1973		IUPERJ	M
Ciências Sociais	1973		PUC/SP	M
Sociologia	1973		UFRGS	M
Sociologia	1974		UNICAMP	M
Sociologia	1976		UFC	M
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	1976		UFRRJ	M
Sociologia Rural	1977		UEPB/C.G.	M
Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional)	1979		UFRN	M
Sociologia	1979		UEPB/J.P.	M
Sociologia e Antropologia	1980		UFRJ	M
Sociologia	1980		IUPERJ	D
Sociologia	1981		UFMG	M
Sociologia	1981		UNESP/ARAR	M
Ciências Sociais	1982		PUC/SP	D
Sociologia	1984	05/04/84 00:00:00	UNB	D
Ciências Sociais	1985	08/11/85 00:00:00	UNICAMP	D
Sociologia Política	1985		UFSC	M
Sociologia	1988	14/10/88 00:00:00	UFSCAR	M
Integração da América Latina	1988	09/10/90 00:00:00	USP	M
Estudos Comparativos da América Latina e Caribe	1988	08/07/88 00:00:00	UNB	D
Ciências Sociais	1990	04/07/90 00:00:00	UFBA	M
Sociologia e Antropologia	1993	29/06/94 00:00:00	UFRJ	D
Sociologia	1993	29/06/94 00:00:00	UNESP/ARAR	D
Sociologia	1994	14/12/94 00:00:00	UFC	D
Ciências Sociais	1994	02/12/96 00:00:00	UERJ	M
Sociologia e Política	1994	13/09/94 00:00:00	UFMG	D
Sociologia	1994	07/04/94 00:00:00	UFRGS	D
Sociologia	1995	17/07/95 00:00:00	UFPE	D
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	1995	12/04/95 00:00:00	UFRRJ	D
Sociologia	1997	03/11/97 00:00:00	UFPR	M
Sociologia Geral	1999	18/08/99 00:00:00	UFPA	M
Sociologia	1999	15/12/99 00:00:00	UEPB/J.P.	D
Ciências Sociais	1999	07/04/99 00:00:00	UFBA	D
Ciências Sociais	1999	07/04/99 00:00:00	UERJ	D
Ciências Sociais	1999	15/09/99 00:00:00	PUC/MG	M
Integração da América Latina	1999	21/09/00 00:00:00	USP	D
Ciências Sociais	1999	15/12/99 00:00:00	UNESP/MAR	M
Sociologia Política	1999	16/12/98 00:00:00	UFSC	D
Ciências Sociais	1999	15/12/99 00:00:00	PUC/RS	F
Sociologia	1999	07/04/99 00:00:00	UFG	M
Ciências Sociais	2000	18/08/99 00:00:00	UFSCAR	D
Ciências Sociais	2000	15/12/99 00:00:00	UEL	M

simultaneamente com o processo de implantação da avaliação da Capes, que apontava a necessidade de rever os problemas da primeira fase. No entanto, a maioria dos programas não se encontrava em condições de atender satisfatoriamente as recomendações advindas da avaliação realizada pela Capes, uma vez que o afastamento de docentes com vistas à titulação provocava uma sobrecarga de trabalho para os professores em atividade, que também não encontravam condições muito satisfatórias de trabalho.

Essa segunda etapa foi aos poucos superada, segundo Baeta Neves, devido, em grande medida, a um conjunto de fatores, tais como: (i) melhoria na qualificação dos docentes; (ii) intensificação das visitas dos consultores da Capes aos programas existentes a partir dos anos de 1980; (iii) recomendações expressas no processo de avaliação conduzida pela Capes. A partir de meados da década de 1980 os programas iniciaram uma série de modificações em termos de duração do curso, estrutura curricular, inserção de novas disciplinas, definição das linhas de pesquisa e revisão no processo de seleção. Em função dessas mudanças, os programas, de um modo geral, passaram a contar com uma estrutura curricular mais bem definida e com uma compatibilização maior entre as disciplinas ofertadas e as linhas de pesquisa bem como com um corpo docente mais qualificado academicamente.

No limiar dos anos de 1990, segundo o trabalho em tela, a pós-graduação em sociologia apresentava um quadro acadêmico indicativo de sua estabilização e consolidação. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no seu processo de institucionalização, o estudo salientava que a área de sociologia havia expandido e ao mesmo tempo apresentava sensíveis melhorias em seu desempenho global. Em sua visão, as modificações efetuadas nos cursos então existentes, empreendidas durante o período analisado, apontava que os programas ingressavam na

década de 1990 com novas potencialidades, capazes de conduzir a área a um patamar de excelência acadêmica.

Alguns trabalhos destacam que o processo de expansão dos cursos de pós-graduação em sociologia contribuiu para a formação de um sistema nacional de ensino e de pesquisa nessa área do conhecimento. O trabalho desenvolvido por Werneck Vianna e colaboradores (1995) salienta que a formação desse sistema nacional na área tem se caracterizado pela precedência do ensino em relação à pesquisa, invertendo o processo de institucionalização da sociologia que predominou na Europa e na América do Norte. De acordo com esse estudo o atendimento ao mercado universitário foi o responsável pela expansão dos cursos de mestrado e de doutorado na área, ou seja, em larga medida, foram as políticas públicas voltadas para a formação de docentes para atuar no ensino superior, sobretudo nas universidades públicas, que favoreceram a implantação desses cursos em várias regiões do país.

A reforma universitária de 1968, expressa na lei 5540/68, que institucionalizou os cursos de pós-graduação e normatizou as condições de acesso e ascensão na carreira acadêmica, associava fortemente a progressão na hierarquia docente das universidades federais à obtenção de um título de mestre e de doutor. Esse impulso para a titulação acadêmica somou-se a uma política sistemática – conduzida pelas principais agências de fomento nacionais – de concessão de bolsas de estudos para a realização dos cursos de mestrado e de doutorado no país e no exterior. A Capes criou em 1976 um programa especial de capacitação docente – o PIDCDT – para os professores das universidades federais com vistas a incentivar a sua titulação acadêmica. O fato de a titulação ser condição de progressão na carreira acadêmica, aliado a uma política de concessão de bolsas de estudos, incentivou de forma significativa o ingresso de novos contingentes de profissionais – boa

parte deles docentes de instituições públicas – nos cursos de mestrado e doutorado, que se multiplicaram na área de sociologia.

Se essa foi a lógica que comandou a criação e o crescimento dos cursos de pós-graduação em sociologia, ao comprometer intimamente esse sistema com as atividades de ensino e vinculá-lo a uma estratégia de crescimento limitada ao espaço universitário, o estudo em foco questiona as possibilidades da continuidade da expansão desse sistema, caso persista a sua forte vinculação apenas com o mundo acadêmico. O incremento da formação de novos doutores verificada nos últimos anos, segundo os autores, poderá provocar uma expansão da sociologia não mais motivada apenas pela necessidade de qualificação acadêmica, mas voltada também para a produção de respostas aos problemas colocados pelos mais diversos contextos sociais, capaz de criar um processo de interação dinâmica entre os diferentes atores sociais e romper assim o confinamento dos sociólogos às atividades de docente-pesquisador.

Com certeza as transformações socioeconômicas que perpassaram a sociedade brasileira nas últimas décadas demandaram de forma crescente a participação de cientistas sociais em atividades extra-acadêmicas, o que os levou a disputar o mercado de trabalho com outros profissionais, por exemplo, economistas, administradores, jornalistas, especialistas em pesquisas eleitorais e pesquisa de mercado, reativando e renovando a competição profissional com titulados que guardam certa proximidade com as áreas das ciências sociais.

Os dados coletados para a presente pesquisa tendem a mostrar que essa mutação vem ocorrendo de modo empírico. A esse propósito, deve-se destacar, por exemplo, que, até 1994, 63% dos mestres atuavam no mercado acadêmico. A partir de 1995, essa taxa diminui para 55%. Os dados referentes aos doutores indicam um diminuição ainda

maior com relação à atividade docente, uma vez que, em 1994, 71% deles estavam vinculados à atividade docente, porcentagem que decresce para 44% a partir de 1995. No entanto, deve-se destacar que tanto no caso dos mestres como no dos doutores, apesar da diminuição da proporção dos titulados em sociologia envolvidos em atividade docente, ocorreu no período em foco um aumento significativo da absorção deles pelas IES particulares: no doutorado, passa-se de 8% em 1994 para 44% a partir de 1995. Nesse sentido, deve-se assinalar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu artigo 52 que as universidades devem possuir pelo menos um terço do corpo docente com a titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, o que decerto contribuiu para o incremento das taxas de absorção mencionadas.

### **Idade, Sexo e Percurso Acadêmico dos Mestres e Doutores**

Os mestres em Sociologia são em sua maioria provenientes da mesma área de formação acadêmica (66%). Em algumas instituições, tais como no IUPERJ, USP, UFBA, constata-se maior incidência de titulados que tiveram sua formação inicial na área da Sociologia, quando se compara com o número total encontrado pela presente investigação (Tabela 1). No entanto, deve-se registrar que 34% dos mestres são originários de outras áreas do conhecimento. Embora não haja dados sistemáticos sobre o recrutamento do mestrado em Sociologia, na sociedade brasileira em décadas passadas, o percentual encontrado pela presente pesquisa sugere que essa área do conhecimento vem sendo demandada por um público portador de carreira profissional heterogênea. Essa heterogeneidade pode significar tanto uma ampliação do reconhecimento da área, como pode, ao mesmo tempo, criar problemas do ponto de vista da composição curricular da

pós-graduação em sociologia, por exemplo: como seria possível lecionar as disciplinas teóricas para estudantes com profundas diferenças de conhecimento na área? No limite, essa heterogeneidade coloca uma questão a ser investigada posteriormente quanto à dificuldade de uma possível definição da identidade profissional desse grupo.

Assim como os mestres, os doutores em sociologia são na grande maioria oriundos da mesma área (71% do total); no entanto, esse resultado é bastante diferenciado segundo as instituições: de acordo com a Tabela 1, na USP essa tendência é mais acentuada (77%) enquanto na UnB há um equilíbrio entre os profissionais originários da Sociologia e os de outras áreas.

Quanto à diferenciação dos titulados por sexo, os dados da Tabela 1 permitem, também, constatar uma ligeira predominância do sexo masculino (53%). Dos programas analisados, a USP possui o número mais elevado de alunos do sexo masculino (63%).

Em compensação, a maior concentração de mulheres é encontrada no IUPERJ (56%). Essa diferenciação entre os sexos – um importante indicador de desigualdades no interior dos grupos sociais – mereceria ser oportunamente aprofundada, em especial caso se leve em conta que há predomínio de mulheres nos cursos de graduação.

Entre os doutores, ao contrário dos mestres, o equilíbrio entre os sexos se inverte, e as mulheres assumem uma pequena dianteira em relação aos homens. Neste caso, só a UnB se diferencia, por ter uma expressiva maioria masculina.

Os mestres em Sociologia tinham em média 35 anos ao concluírem o curso (Gráfico 1), que iniciaram por volta dos trinta anos. A duração média do curso foi de cerca de quatro anos (Gráfico 3). Os dados apresentados no Gráfico 1 indicam uma tendência à diminuição da idade dos mestres ao concluir o curso, bem como uma gradativa redução da duração do curso, ao longo da década de

Tabela 1  
Mestres e Doutores em Sociologia: Área da graduação e da Pós-graduação  
Sexo por universidade %

		Universidade do curso							Total
		IUPERJ	UFBA	UFMG	UFPE	UFRGS	UnB	USP	
<i>a. Mestres</i>									
<i>Área na graduação e na pós</i>	Mesma área	83,33	75,00	63,93	55,88	50,70	60,53	79,03	65,65
	Outra área	16,67	25,00	36,07	44,12	49,30	39,47	20,97	34,35
	Total	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
<i>Sexo</i>	Masculino	44,44	50,00	47,54	52,94	59,15	47,37	62,90	53,36
	Feminino	55,56	50,00	52,46	47,06	40,85	52,63	37,10	46,64
	Total	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
<i>b. Doutores</i>									
<i>Área na graduação e na pós</i>	Mesma área	68,00					50,00	76,70	71,32
	Outra área	32,00					50,00	23,30	28,68
	Total	#####					#####	#####	#####
<i>Sexo</i>	Masculino	32,00					60,71	45,63	45,71
	Feminino	68,00					39,29	54,37	54,29
	Total	#####					#####	#####	#####

1990, mas apresentam também um retorno ao patamar inicial em 1998. De certa forma, esses dados indicam uma resposta positiva da área de Sociologia às políticas colocadas em prática pelas agências de fomento nacionais visando a diminuir o prazo de titulação de mestres e de doutores e a incentivar a entrada de jovens pesquisadores altamente qualificados na carreira acadêmico-profissional. Mas se os dados relativos à duração permitem certa dose de otimismo, o mesmo não ocorre com as informações sobre a idade dos egressos. Para se avaliar quão alta é essa idade média de titulação – entre os nossos doutores, 63,1% obtiveram o título com mais de quarenta anos – podemos ver o exemplo da França onde 75% dos estudantes obtêm seu título de doutorado antes de completar 33 anos.<sup>2</sup>

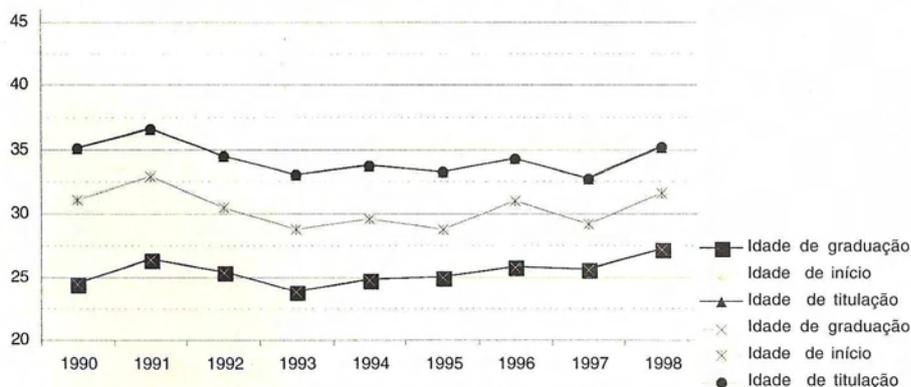
Podemos constatar no Gráfico 2 que nossos doutores ingressam e completam o curso com uma idade média elevada (38 anos para começar e 43 para terminar). Podemos ter várias explicações para isso, desde o ingresso tardio na graduação (conclusão em torno dos 25 anos, supõe-se um ingresso em torno dos vinte ou 21 anos de idade) até a excessiva duração do mestrado (constatada nos dados sobre os mestres). Pode-se aventar

outra hipótese: a expansão, nos últimos tempos, da pós-graduação no Brasil só mais recentemente abriu possibilidades de doutoramento em sociologia dentro do país. Nesse sentido, a idade avançada pode ser resultado da expansão recente combinada com os cálculos de custo-benefício da entrada para o doutorado no exterior.

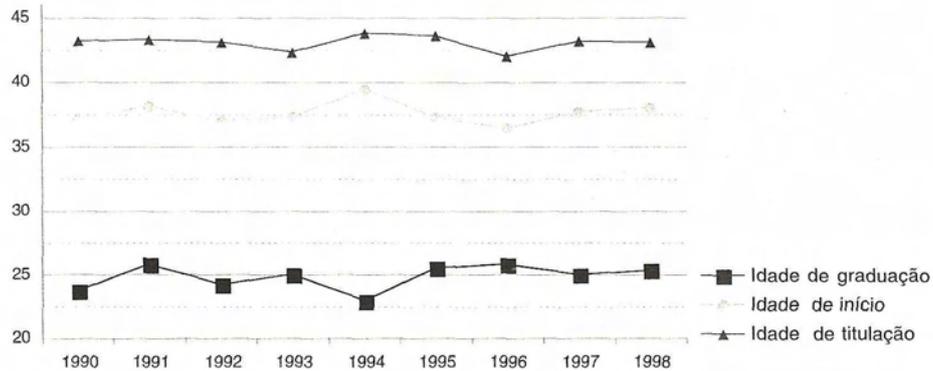
A duração média do curso tem se estabilizado em torno dos cinco anos no caso dos doutores, e já atingiu uma média de 3,5 anos no dos mestres. Estes prazos são maiores do que aqueles formalmente exigidos pelas agências e universidades, mas representam uma tendência de baixa, já que em 1992 a duração média atingiu um pico de mais de seis anos para os doutores. Entre os mestres, a tendência de queda já começa no início da década. O tempo médio de duração do curso é o mesmo, independentemente do acesso às bolsas de estudo.

A variação do tempo de duração do curso pela escolaridade do pai é pequena e pode ser constatada no Gráfico 4. Isto acontece tanto no caso dos mestres, que, apenas no caso de pais com 2º grau (atual ensino médio) têm um tempo médio de cerca de um semestre a mais do que os outros, como no caso dos

Gráfico 1  
Mestres em Sociologia: Idades na Trajetória da Graduação à Titulação, por ano de conclusão (médias anuais)



**Gráfico 2**  
Doutores em Sociologia: Idades na Trajetória da Graduação à Titulação, por ano de conclusão (médias anuais)



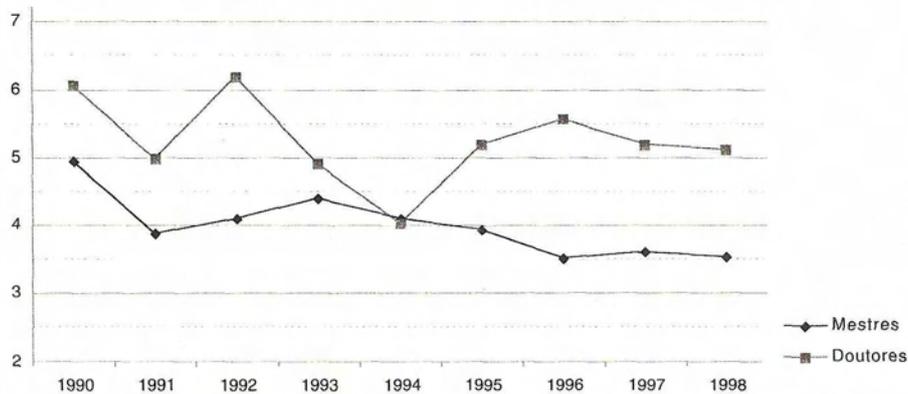
doutores, entre os quais a homogeneidade é maior. Trata-se, portanto, de uma variável com pouquíssimo poder explicativo.

Um aspecto complementar ao tempo de titulação diz respeito ao intervalo em anos entre o término da graduação e o ingresso no mestrado e no doutorado. No Gráfico 5 podemos notar uma tendência, apesar das oscilações entre 1994 e 1996, à manutenção de um tempo médio de aproximadamente treze anos entre a conclusão da graduação e o início do doutorado. Para os mestres, observa-

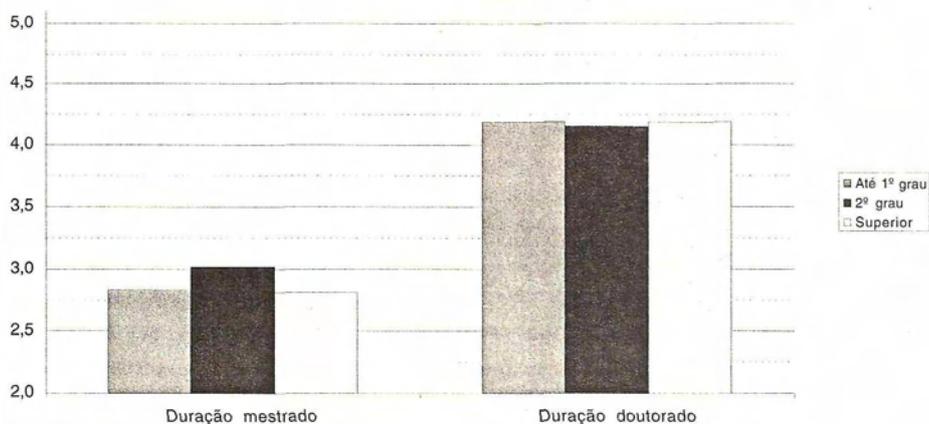
mos uma queda nesse intervalo, que passa de quase sete anos para os que se titularam em 1990 e atinge quatro anos entre os mestres que concluíram seu curso em 1998.

A variável “escolaridade do pai” também não apresentou efeitos significativos na definição do tempo gasto entre a graduação e o início do mestrado. Apenas no caso do doutorado, a maior escolaridade produz uma redução de quase dois anos no tempo médio entre a conclusão da graduação e o início do curso. É o que se constata no Gráfico 6.

**Gráfico 3**  
Mestres e Doutores em Sociologia: Duração do Curso, por ano de conclusão (médias anuais).



**Gráfico 4**  
**Mestres e Doutores em Sociologia: Duração do Curso, por escolaridade do pai**  
 (médias em anos)

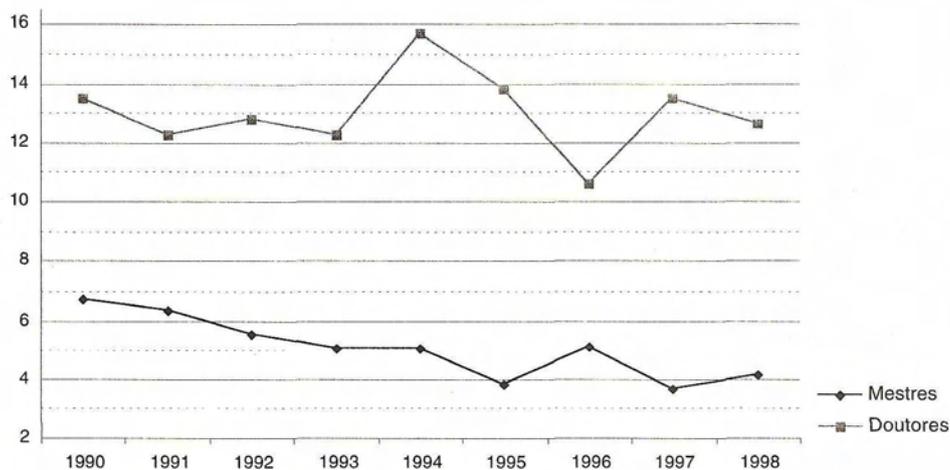


**Trajétoria: De Onde Vieram e Onde Estão os Mestres e Doutores**

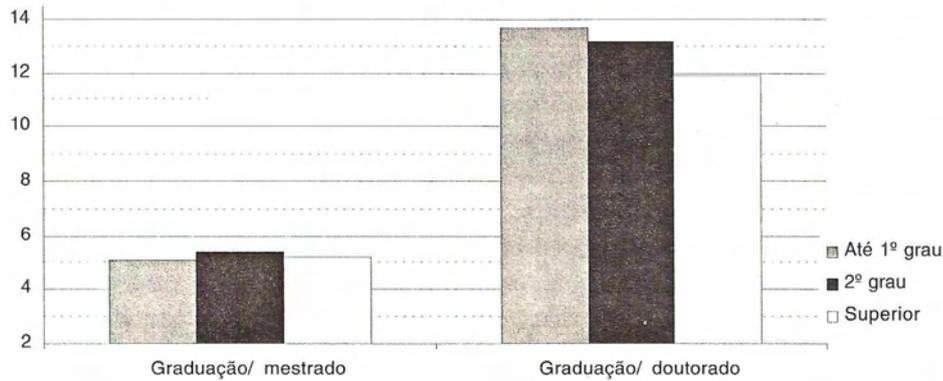
A Tabela 2 mostra a situação de estudo e trabalho dos mestres ao se inscreverem no curso. Alguns ainda faziam a graduação e é de se notar uma maior proporção na UnB (46%). A maioria estava em plena atividade, o que

torna quase insignificante o percentual dos que procuravam trabalho; destes, 3% estudavam tanto na USP como na UFRGS. Das instituições pesquisadas somente a UFRGS apresentou 2% de alunos que estavam aposentados ao se inscreverem no curso. Podemos notar que a USP apresenta um percentual considerável (26%) de alunos que estavam

**Gráfico 5**  
**Mestres e Doutores em Sociologia: Tempo entre Graduação e o Início do Curso, por ano de conclusão**  
 (médias anuais)



**Gráfico 6**  
**Mestres e Doutores em Sociologia: Tempo entre Graduação e Início do Curso, por escolaridade do pai (médias em anos)**



parcial ou totalmente afastados do trabalho, enquanto na UFBA e UFMG esse fato não ocorre.

Quanto à atividade remunerada ao inscrever-se no curso, notamos que grande parte desses profissionais trabalhava no setor público, neste ponto destacando-se a UnB (75%). O maior índice de alunos que trabalhavam no setor privado constitui o contingente que estudava na UFMG (50%). A UFBA e a UnB apresentam o mesmo índice (8%) para os mestres que trabalhavam como autônomos ou consultores. Somente na UFPE encontramos (5%) dos mestres que exerciam atividades como proprietários, e é também nesta instituição que encontramos a maioria dos mestres (14%) que trabalhavam em ONGs ou entidades semelhantes.

Com relação à instituição de trabalho, a Tabela 2 também indica que a maior concentração de alunos que trabalhavam na administração pública estava alocada na UFBA (62%), ao passo que o IUPERJ concentrava o maior número de alunos que trabalhavam em empresas (25%) e na UFMG (36%) os que trabalhavam em IES. Não foram encontrados no IUPERJ profissionais que trabalhavam em outra instituição de ensino, enquanto na UFRGS e USP eles representa-

vam 18%. Poucos alunos, ao inscrever-se, trabalhavam em organismos políticos e institutos de assessorias. Deve-se também assinalar que nas instituições pesquisadas, em relação à situação de trabalho antes de inscrever-se no curso, 71% na UnB e 68% na UFRGS não envolviam atividades de pesquisa, e exerciam atividades de pesquisa 74% dos que estavam no IUPERJ, 63% dos que estavam na UFBA e 56% daqueles da UFMG. São poucos os mestres que trabalhavam como docentes em IES ao se inscreverem, destacando-se 32% na UFRGS.

A Tabela 3 nos permite traçar um quadro de quem eram os doutores em Sociologia à época de sua inscrição no curso. A maioria estava trabalhando (em plena atividade) e alguns ainda faziam mestrado (proporção esta bem maior entre os doutores do IUPERJ, fato que pode ser explicado pelo formato da seleção nessa instituição, que permite e incentiva a passagem direta do mestrado para o doutorado). Apenas na UnB encontramos profissionais que buscavam trabalho (4% dos egressos dessa universidade) quando se inscreveram no curso.

Nas três instituições, a maioria dos profissionais trabalhava no setor público (64% no IUPERJ, 80% na UnB e 73% na

**Tabela 2**  
Mestres em Sociologia: Estudo e Situação de Trabalho na Inscrição, por universidade (%)

		Instituição do Curso							Total
		IUPERJ	UFBA	UFMG	UFPE	UFRGS	UnB	USP	
<i>Estudo na inscrição</i>	Não estudava na grad. fazia graduação	72,2	95,0	83,6	82,4	82,4	52,6	72,6	77,5
	Total	100,0	#####	#####	#####	100,0	#####	#####	100,0
<i>Trabalho na inscrição</i>	Procurava trabalho			1,6	2,9	3,1	2,6	3,2	2,1
	Aposentado					1,6			0,3
	Outra	47,2	40,0	39,3	35,3	25,0	36,8	24,2	33,7
	Plena atividade	50,0	60,0	59,0	52,9	68,8	44,7	46,8	55,5
	Parc./tot. afastado	2,8			8,8	1,6	15,8	25,8	8,4
	Total	100,0	#####	#####	#####	100,0	#####	#####	100,0
<i>Atividade remunerada na inscrição</i>	Emp. setor público	52,6	66,7	36,1	52,4	57,8	73,9	53,3	55,6
	Emp. setor privado	36,8	16,7	50,0	23,8	35,6	17,4	33,3	31,8
	Autônomo/consultor	5,3	8,3	5,6	4,8		8,7	6,7	5,2
	Proprietário				4,8				0,5
	ONG/entidades	5,3	8,3	8,3	14,3	6,7		6,7	6,9
	Total	100,0	#####	#####	#####	100,0	#####	#####	100,0
	Admin. públ.	25,0	62,5	16,7	33,3	33,3	40,9	24,4	32,7
	Empresa	25,0	4,2	11,1	14,3	4,4		15,6	9,5
	IES	31,3	12,5	36,1	14,3	33,3	22,7	22,2	25,6
	Outra inst. ens.		8,3	8,3	4,8	17,8	13,6	17,8	12,3
Inst. pesquisa	18,8	4,2	5,6	4,8	2,2	9,1	13,3	7,5	
Inst. assessoria		8,3	5,6	14,3	2,2		4,4	4,7	
Organização. pol. etc.			11,1		6,7	4,5		3,8	
Outra			5,6	14,3		9,1	2,2	3,9	
Total	100,0	#####	#####	#####	100,0	#####	#####	100,0	
<i>Atividade envolvia pesquisa</i>	Não	26,3	37,5	44,4	61,9	68,2	69,6	57,8	55,1
	Sim	73,7	62,5	55,6	38,1	31,8	30,4	42,2	44,9
	Total	100,0	#####	#####	#####	100,0	#####	#####	100,0
<i>Era docente em universidade</i>	Não	78,9	87,5	72,2	85,7	68,2	78,3	80,0	77,4
	Sim	21,1	12,5	27,8	14,3	31,8	21,7	20,0	22,6
	Total	100,0	#####	#####	#####	100,0	#####	#####	100,0

USP). Entre os doutores da USP encontramos 3% que trabalhavam como autônomos ou consultores, enquanto 4% dos doutores da UnB tinham atividades como proprietários. No IUPERJ encontramos o maior índice entre essas atividades diferenciadas: 9% dos doutores formados nessa instituição trabalhavam em ONGs ou entidades semelhan-

tes no momento de sua entrada no curso.

É interessante notar que profissionais da administração pública não se interessavam pelo curso do UPERJ, mas eles representavam quase a metade dos inscritos em São Paulo e Brasília. Na instituição carioca predominavam profissionais de instituições de ensino superior (IES), que eram apenas

24% na UnB e 42% na USP. O trabalho em institutos de pesquisa era mais comum entre os profissionais cariocas e brasilienses, e

constituíam apenas 7% entre os paulistas.

Exceto em Brasília, onde esse número é um pouco menor (só 60%), mais de 75% dos

Tabela 3  
Doutores em Sociologia: Estudo e Situação de trabalho na Inscrição, por universidade (%)

		Universidade do curso			
		IUPERJ	UnB	USP	Total
<i>Estudo na inscrição</i>	Não estudava na grad./mest.	68,0	78,6	81,4	78,8
	Fazia mestrado	32,0	21,4	18,6	21,2
	Total	100,0	#####	#####	#####
<i>Trabalho na inscrição</i>	Procurava trabalho		3,6		0,5
	Outra	12,0	7,1	13,6	12,4
	Plena atividade	88,0	71,4	82,5	81,7
	Parc./tot. afastado		17,9	3,9	5,4
	Total	100,0	#####	#####	#####
<i>Atividade remunerada na inscrição</i>	Emp. setor públ.	63,6	80,0	72,7	72,4
	Emp. setor priv.	27,3	16,0	21,6	21,7
	Autônomo/consultor			3,4	2,3
	Proprietário		4,0		0,6
	ONG/entidades	9,1		2,3	3,0
	Total	100,0	#####	#####	#####
<i>Tipo de trabalho na inscrição</i>	Administração públ.		48,0	41,6	35,8
	Empresa		4,0	4,5	3,7
	IES	59,1	24,0	41,6	41,7
	Outra inst. de ensino	4,5		1,1	1,5
	Instituição de pesquisa	22,7	24,0	6,7	12,0
	Inst. assessoria	9,1			1,5
	Organ. pol. etc.			2,2	1,5
	Outra	4,5		2,2	2,3
	Total	100,0	#####	#####	#####
	<i>Atividade envolvia pesquisa</i>	Não	22,7	40,0	19,1
Sim		77,3	60,0	80,9	77,1
Total		100,0	#####	#####	#####
<i>Era docente em universidade</i>	Não	40,9	72,0	58,0	57,4
	Sim	59,1	28,0	42,0	42,6
	Total	100,0	#####	#####	#####

profissionais que se inscreveram nos cursos de doutorado tinham um trabalho que envolvia pesquisa. Também em Brasília só 28% dos doutorandos eram docentes em IES, em relação a 59% no IUPERJ e 42% na USP.

Todos esses dados são indicadores interessantes sobre o mercado profissional dos sociólogos e suas diferenças regionais. As características da organização e funcionamento do mercado de trabalho nas diferentes capitais são também fatores importantes na configuração do público de cada um desses cursos.

### Quanto Ganham os Mestres e Doutores?

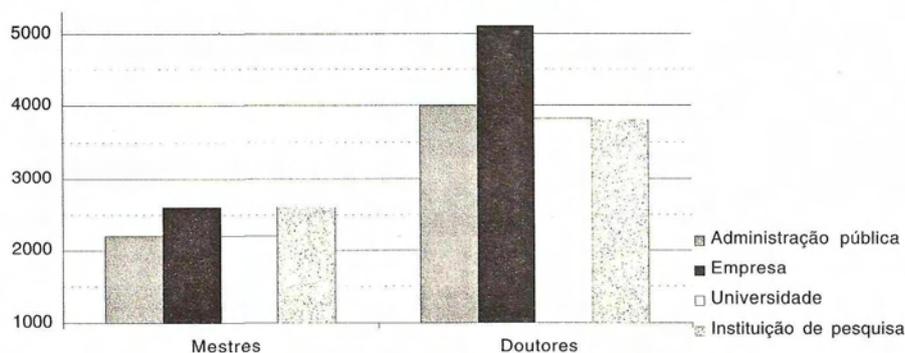
Quando se observa o rendimento auferido pelos titulados por tipo de instituição (Gráfico 7), constata-se que é no ambiente empresarial que o sociólogo tem obtido os maiores salários (R\$3.790,00, em média), vindo a seguir os que se concentram na administração pública, para os doutores, e os institutos de pesquisa para os mestres. No caso desse nível de titulação, nossos dados indicam que os setores de administração pública, IES e institutos de pesquisa tendem a oferecer uma remuneração bastante próxi-

ma. Já entre os doutores, o equilíbrio na remuneração se rompe pelo importante diferencial dos salários em empresas.

### Motivações para Cursar a Pós-graduação e o Doutorado

Os dados da Tabela 4 fornecem informações sobre as motivações que conduziram os futuros sociólogos a realizar os estudos de mestrado e de doutorado, por instituição de trabalho. Quando indagados sobre os fatores motivadores para a realização do mestrado, 40% responderam que o objetivo de corrigir deficiências da graduação pesou pouco, sobretudo entre os que exerciam atividades na administração pública (28%) e em IES (19%). Um número significativo de informantes (61%) afirmou que pesou muito sobre a sua decisão de realizar o mestrado o fato de seguir e/ou aprimorar a carreira acadêmica, em particular entre aqueles que trabalhavam em IES (85%). A decisão de seguir a carreira de pesquisador pesou de forma considerável sobre os informantes (75%), sobretudo entre aqueles que trabalhavam em IES (79%). Uma porcentagem considerável dos informantes (63%) consi-

Gráfico 7  
Mestres e Doutores em Sociologia: Médias das Classes de Renda, por principais tipos de trabalho (em reais)



**Tabela 4**  
**Mestres e Doutores em Sociologia: Motivações para o Mestrado e o Doutorado,**  
**por principais tipos de trabalhos na inscrição (%)**

		Admin. Pública	Universidade	Instituição de pesquisa (*)	Total (**)
<i>a. Mestres</i>					
<i>Corrigir deficiências da graduação</i>	Pouco /nada	71,2	81,0	–	78,1
	Muito	28,8	19,0	–	21,9
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>Seguir/ aprimorar carreira docente</i>	Pouco /nada	54,7	15,4	–	38,9
	Muito	45,3	84,6	–	61,1
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>Seguir carreira de pesquisador</i>	Pouco /nada	28,6	20,6	–	24,8
	Muito	71,4	79,4	–	75,2
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>Ampliar oportunidades de trabalho</i>	Pouco /nada	37,6	40,8	–	37,7
	Muito	62,4	59,2	–	62,3
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>Melhor trabalho em termos acadêmicos ou profissionais</i>	Pouco /nada	28,8	27,6	–	29,6
	Muito	71,2	72,4	–	70,4
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>Melhor nível de renda</i>	Pouco /nada	54,2	49,6	–	58,1
	Muito	45,8	50,4	–	41,9
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>Incentivo da bolsa</i>	Pouco /nada	82,5	77,9	–	79,8
	Muito	17,5	22,1	–	20,2
	Total	100,0	100,0	–	100,0
<i>b. Doutores</i>					
<i>Corrigir deficiências da graduação</i>	Pouco /nada	89,5	89,5	94,9	90,5
	Muito	10,5	10,5	5,1	9,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Seguir/ aprimorar carreira docente</i>	Pouco /nada	33,9	9,1	53,7	26,8
	Muito	66,1	90,9	46,3	73,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Seguir carreira de pesquisador</i>	Pouco /nada	14,2	10,6	–	11,0
	Muito	85,8	89,4	100,0	89,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Ampliar oportunidades de trabalho</i>	Pouco /nada	33,5	46,8	42,5	42,7
	Muito	66,5	53,2	57,5	57,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Melhor trabalho em</i>	Pouco /nada	24,9	33,1	29,2	30,0

\* Não são apresentadas motivações dos mestres que trabalhavam em instituições de pesquisa, pois correspondiam a menos de 10% do total.

\*\* As porcentagens da coluna Total incluem as motivações de todos os mestres e doutores que trabalhavam na época da inscrição, mas cujos tipos de trabalho representavam menos de 10% do total (ver Tabelas 2 e 3).

**Tabela 5**  
Mestres em Sociologia: Situação de Estudo e Trabalho, por universidade (%)

		Universidade do curso							Total
		IUPERJ	UFBA	UFMG	UFPE	UFRGS	UnB	USP	
<i>Pós-graduação após o mestrado</i>	Faz doutorado no país	80,6	20,0	41,0	35,3	29,6	50,0	66,1	44,5
	Faz dout. sand./ ou exter.	5,6		1,6	11,8	5,6	5,3	3,2	4,4
	Não faz PG	13,9	80,0	57,4	52,9	64,8	44,7	30,6	51,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Trabalho</i>	Procura trabalho				2,9	1,5	2,6		0,9
	Aposentado						5,3		0,7
	Outra	38,9	15,0	8,2	11,8	3,0	21,1	25,8	15,9
	Plena atividade	58,3	77,5	86,9	64,7	77,6	65,8	66,1	72,6
	Parc./tot. afastado	2,8	7,5	4,9	20,6	17,9	5,3	8,1	9,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Atividade remunerada</i>	Emp. setor públ.	63,6	60,6	56,6	69,0	59,7	63,0	50,0	59,2
	Emp. setor priv.	22,7	33,3	35,8	17,2	37,3	25,9	39,1	32,6
	Autônomo/cons.	9,1	3,0	5,7	3,4	1,5	7,4	6,5	4,6
	Proprietário			1,9					0,3
	ONG/entidades	4,5	3,0		10,3	1,5	3,7	4,3	3,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Tipo de trabalho</i>	Admin. públ.	14,3	15,2	11,3	37,9	28,4	29,6	23,9	23,1
	Empresa	4,8	6,1	3,8	3,4	3,0	3,7	15,2	5,8
	IES	71,4	75,8	69,8	41,4	65,7	33,3	47,8	58,8
	Outra inst. ens.						7,4	2,2	1,2
	Inst. pesq.			13,2	3,4	1,5	11,1	6,5	5,5
	Inst. assessoria	4,8	3,0		10,3		3,7	2,2	2,5
	Organ. pol. etc.					1,5		2,2	0,7
	Outra	4,8		1,9	3,4		11,1		2,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<i>Atividade envolve pesquisa</i>	Não	27,3	27,3	30,8	31,0	17,9	29,6	32,6
Sim		72,7	72,7	69,2	69,0	82,1	70,4	67,4	72,9
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>É docente em universidade</i>	Não	40,9	27,3	20,8	58,6	34,8	70,4	54,3	41,6
	Sim	59,1	72,7	79,2	41,4	65,2	29,6	45,7	58,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

derou que a expectativa de ampliação de oportunidades no mercado de trabalho pesou muito em sua decisão de se titular na área; em contrapartida, quase metade dos informantes assinalou que o incentivo da bolsa não foi uma motivação decisiva para a realização do mestrado.

A análise da motivação para fazer o doutorado pode ser feita a partir das informa-

ções contidas na mesma tabela. Entre elas se destaca o fato de o doutorado ser visto antes de tudo como base de preparação para a carreira de pesquisador. No interior de cada tipo de instituição de trabalho repete-se a centralidade do incentivo a essa carreira. O incentivo é considerado, com apenas uma exceção, o fator que tem maior peso na decisão de fazer o curso. Encontra-se uma exceção entre os pro-

fissionais que trabalham em IES, para os quais o aprimoramento da carreira docente pesou muito, numa proporção quase idêntica à do investimento na carreira de pesquisador. O aprimoramento docente é a segunda razão forte para a realização do doutorado. A melhoria do trabalho em termos acadêmicos e profissionais foi um incentivo que se mostrou bastante importante para o conjunto dos doutores, aparecendo em terceiro lugar entre os fatores de decisão.

O caráter mais acadêmico do trabalho do sociólogo pode ser a razão da desconsideração do peso do incentivo da bolsa (que, como vimos antes, parece não ser tão sem relevância) e da possibilidade de obter maior rendimento. Este último só aparece como incentivo bastante relevante entre os profissionais ligados aos institutos de pesquisa.

A possibilidade de ampliar as oportunidades de trabalho mostrou-se um incentivo importante para pouco mais da metade dos sociólogos, e se deve destacar que esta tendência é mais forte entre os profissionais da administração pública, seguidos de perto por aqueles associados aos institutos de pesquisa e, a uma distância maior, pelos doutores das IES.

### **Continuidade nos Estudos e Trabalho Atual**

Entre os mestres que atualmente estudam, 45% fazem doutorado no país (Tabela 5). Esse dado tende a indicar a consolidação dos programas de pós-graduação de sociologia, bem como a diversificação de suas linhas de pesquisa de modo a contemplar a quase totalidade da demanda existente no país. Quanto à situação de trabalho, os dados contidos na mesma tabela indicam que 73% encontram-se atualmente em plena atividade, destacando-se os que obtiveram seus títulos na UFMG (87%), na UFRGS (78%) e na

UFBA (78%). É praticamente desprezível a proporção dos que procuram trabalho. Os dados dessa tabela indicam também que 59% dos mestres trabalham no setor público, destacando-se os titulados da UFPE (69%), da UnB e do IUPERJ (64%). Deve-se salientar que 32% dos titulados encontram-se inseridos em empresas privadas. Quando se analisa a instituição de trabalho, constata-se que quase 60% dos mestres em sociologia desenvolvem suas atividades em IES, o que tende a confirmar o predomínio do perfil acadêmico da área em foco. As instituições que integram a administração pública absorvem 23% dos titulados e apenas 6% estão inseridos em empresas privadas. A saliência da dimensão acadêmica da área é confirmada também pelo fato de que, além de 59% dos titulados exercerem a função de docente, 73% dos mestres realizam uma atividade que envolve a prática da pesquisa.

Os mesmos dados, relativos aos doutores em sociologia, são apresentados na Tabela 6.

Nesta tabela temos o quadro das atividades atuais dos doutores em Sociologia. São pouquíssimos os que fazem pós-doutorado atualmente e encontramos apenas na USP alguns casos (12% dos egressos dessa instituição e 8% do nosso total) de doutores que participaram desse tipo de programa no exterior. Há uma característica de certo modo surpreendente: em todas as instituições, mas de forma mais intensa no IUPERJ, os doutores fizeram, depois do doutorado, algum curso de pós-graduação *lato sensu*. A situação de trabalho dos doutores é bastante positiva, pois apenas 2% dos doutores formados na USP (correspondente a 1,4% do total) estão à procura de trabalho. Também são poucos os aposentados e afastados (concentrando-se estes em Brasília) e 89% dos doutores em sociologia estão em plena atividade.

O predomínio do setor público como empregador permanece intocado. Mas houve uma intensificação do trabalho em IES, que cresceu nas três instituições, e no caso da

Tabela 6

Doutores em Sociologia: Estudo Depois do Curso e Situação de Trabalho, por universidade (%)

		Universidade do curso			
		IUPERJ	UnB	USP	Total
<i>Pós-graduação após o doutorado</i>	Não fez	92,0	92,9	78,6	82,9
	Fazendo pós-dout.			1,0	0,7
	Fazendo PG <i>lato sensu</i>		3,6		0,5
	Fez pós-dout. país			5,8	4,0
	Fez pós-dout. exterior			11,7	8,0
	Fez PG <i>lato sensu</i>	8,0	3,6	2,9	3,8
	Total	100,0	#####	#####	#####
<i>Trabalho</i>	Procura trabalho			2,0	1,4
	Aposentado		3,7	3,9	3,3
	Outra		3,7	3,9	3,3
	Plena atividade	100,0	77,8	89,2	89,3
	Parc./tot. afastado		14,8	1,0	2,8
		100,0	#####	#####	#####
<i>Atividade remunerada</i>	Emp. setor públ.	64,0	76,9	75,3	73,6
	Emp. setor priv.	32,0	11,5	16,1	18,2
	Autônomo/cons.		3,8	5,4	4,2
	Proprietário		3,8	1,1	1,3
	ONG/entidades	4,0	3,8	2,2	2,7
		100,0	#####	#####	#####
<i>Tipo de trabalho</i>	Admin. públ.		15,4	37,6	27,8
	Empresa		7,7	4,3	4,1
	IES	80,0	61,5	46,2	54,4
	Outra inst. ens.		3,8		0,6
	Inst. pesq.	20,0	7,7	6,5	9,0
	Organ. pol. etc.		3,8	2,2	2,0
	Outra			3,2	2,2
		100,0	#####	#####	#####
<i>Atividade envolve pesquisa</i>	Não	4,0	19,2	11,8	11,6
	Sim	96,0	80,8	88,2	88,4
		100,0	#####	#####	#####
<i>É docente em universidade</i>	Não	20,0	38,5	53,8	45,6
	Sim	80,0	61,5	46,2	54,4
		100,0	#####	#####	#####

USP e no da UnB esse crescimento se deu pela redução (muito significativa no exemplo de Brasília) do emprego na administração pública e nos institutos de pesquisa. Também aumentou a participação dos doutores sociólogos em trabalhos de pesquisa.

### A Trajetória de Mestres e Doutores

Na Tabela 7 encontramos os dados que nos permitem analisar a trajetória dos nossos profissionais em termos de sua associação com a academia, com o Estado ou com o mercado.

Encontramos aqui informações relevantes sobre a trajetória do titulado a partir do momento da inscrição no curso à sua situação atual de trabalho tomando como ponto de referência os ambientes acadêmico, go-

vernamental e empresarial. De início chama a atenção o fato de que 40% dos atuais mestres encontravam-se na situação de inativo. Esta proporção diminuiu sensivelmente após a titulação (19%), o que tende a indicar que a realização do curso teve um efeito positivo na obtenção de postos de trabalho. Em compensação, quando se compara a situação laboral no momento da inscrição e a situação atual, constata-se um discreto movimento decrescente dos que estavam no mercado (que passa de 7,7% para 5%) e no Estado (que passa de 24,3% para 21,6%) e um movimento ascendente dos que se encontravam no pólo acadêmico (que passa de 25,1% para 54,4%). Também entre os doutores há um crescimento forte do percentual de profissionais que se estabelecem na academia (que passa de 49,6% para 59%) e decresce o percentual de empregados do Estado. Mas, ao contrário dos

Tabela 7  
Mestres e Doutores em Sociologia: Mestrado, Estado e Academia – Trajetória da Inscrição à Situação Atual (% em relação ao total e marginais)

		Situação e locus laboral atualmente					Total
		Mercado	Estado	Academia	Inativo	Desempregado	
<i>a. Mestres</i>							
<i>Situação e locus laboral na inscrição</i>	Mercado	1,5	2,7	2,3	1,2		7,7
	Estado	0,8	12,0	10,0	1,5		24,3
	Academia	0,8	1,9	18,9	3,5		25,1
	Inativo	1,9	4,6	22,0	11,2	0,4	40,2
	Desempregado		0,4	1,2	1,2		2,7
	Total	5,0	21,6	54,4	18,5	0,4	####
<i>b. Doutores</i>							
<i>Situação e locus laboral na inscrição</i>	Mercado	1,4	1,4	0,7			3,6
	Estado	0,7	23,7	5,0	3,6		33,1
	Academia		0,7	46,8	1,4	0,7	49,6
	Inativo	2,2	2,9	5,8	1,4	0,7	12,9
	Desempregado			0,7			0,7
<i>Total</i>	4,3	28,8	59,0	6,5	1,4	####	

mestres, encontramos entre os doutores um ligeiro crescimento do mercado (que passa dos 3,6% do início do curso para 4,3% atualmente). Outra informação relevante é que, entre os doutores, cresce o desemprego após a passagem pelo curso. Apenas 0,7% dos sociólogos estava desempregado no início do curso, e encontramos 1,4% de profissionais nesta situação à época da realização da pesquisa. Os dados contidos na tabela evidenciam que a academia e o Estado constituem os *loci* privilegiados de exercício profissional dos sociólogos, realçando, assim, uma característica já apontada em outros relatórios da pós-graduação no Brasil mas que também se confirma como modelo nos países europeus.<sup>3</sup>

Alguns dados complementares permitem analisar algumas alterações no quadro da pós-graduação em sociologia na última década. É visível o aumento da procura pela pós-graduação entre os profissionais que trabalham em instituições particulares de ensino, sobretudo a partir de 1997. Tanto entre os mestres provenientes das escolas particulares, que passam de 42% para 61%, como entre os doutores de mesma origem, que partem de apenas 14% para atingir 46%, encontramos a mesma tendência.

### Contribuições do Mestrado e Doutorado para o Trabalho Atual

Os dados produzidos pela presente investigação tendem a indicar que existe uma avaliação altamente positiva feita pelo mestre em sociologia quanto às contribuições do curso para as suas atuais atividades profissionais. Quando foram indagados sobre a contribuição da formação teórica para as suas atuais atividades, 80% dos informantes assinalaram que ela teve uma contribuição decisiva, principalmente por aqueles que trabalham em IES (88%). O contato com a atividade de pesquisa, proporcionado pelo curso, também foi avaliado positivamente (68%) para o desempenho das atuais atividades profissionais, em especial por aqueles que trabalham em IES (74%). Também a reciclagem de conhecimentos foi avaliada positivamente pelos informantes (68%), sobretudo pelos que exercem as suas atividades profissionais nas IES (71%). Deve-se registrar que mais da metade dos informantes assinalou que os contatos acadêmico-profissionais contribuíram fortemente para suas atividades profissionais.

No Gráfico 8 encontramos as respostas dadas pelos mestres, cujas proporções são bas-

Gráfico 8  
Mestres em Sociologia: Contribuições do Curso para os Principais Tipos de Trabalho (% de "contribuiu muito")

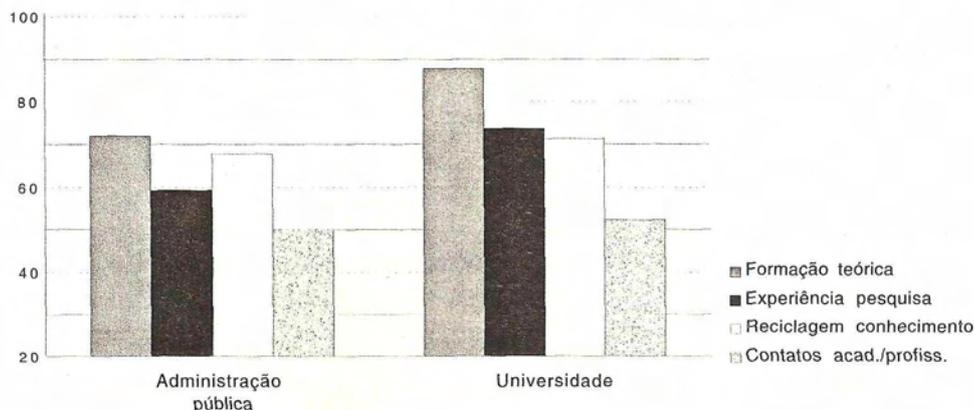
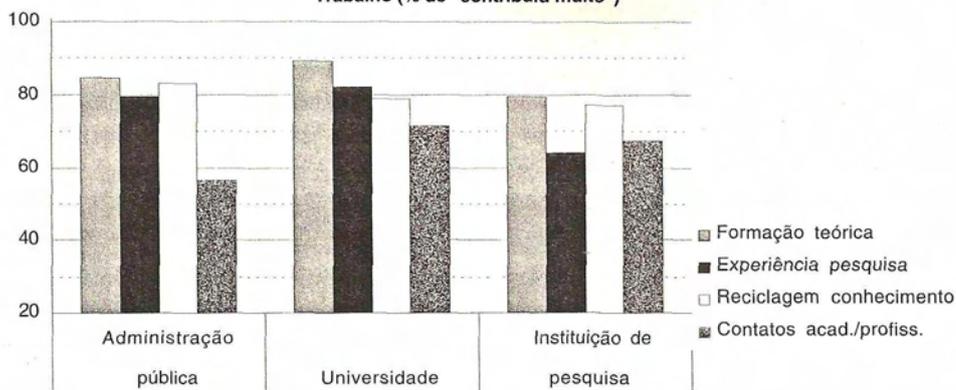


Gráfico 9  
Doutores em Sociologia: Contribuições do Curso para os Principais Tipos de Trabalho (% de "contribuiu muito")



tante semelhantes àquelas dadas pelos doutores e que podemos encontrar no Gráfico 10. Uma diferença entre os dois níveis é que todos esses fatores crescem em importância diante dos olhos dos profissionais, quando tratamos dos titulados em cursos de doutorado.

Podemos notar que o tipo de instituição de trabalho produz alguma variação na avaliação dos profissionais, o que, novamente, evidencia características interessantes do mercado de trabalho para sociólogos e suas relações com a academia. Há uma certa concordância na avaliação de três dos itens propostos (formação teórica, experiência em pesquisa e reciclagem de conhecimentos) como sendo de grande contribuição para o trabalho atual. Apenas na questão dos contatos há diferenças significativas.

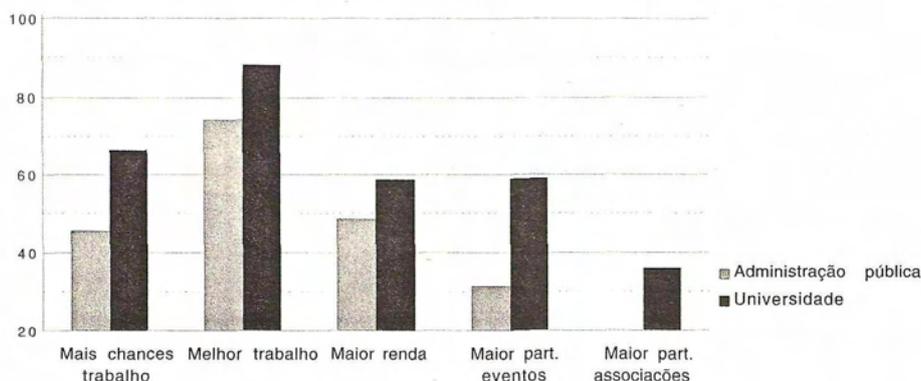
A formação teórica é o ponto alto do doutorado, segundo esses profissionais: qualquer que seja a instituição de trabalho, eles a avaliam como tendo impacto positivo e forte sobre as atividades atuais. É interessante que as respostas à indagação sobre a importância da formação teórica se repetem, em proporções quase idênticas, para a questão da reciclagem de conhecimentos. Isso parece indicar que o conhecimento é visto pelos sociólogos como teoria. Esse dado po-

deria parecer contraditório com a informação sobre a importância da experiência em pesquisa, que proporcionaria outro tipo de conhecimento. Mais do que contradição, talvez devêssemos vê-lo como "soma", ou seja, considerar que o doutorado é visto como local de boa formação teórica e que oferece possibilidades adequadas de participação em pesquisas. Pode-se dizer que, do ponto de vista de seus egressos, o doutorado tem cumprido de forma satisfatória suas finalidades acadêmicas.

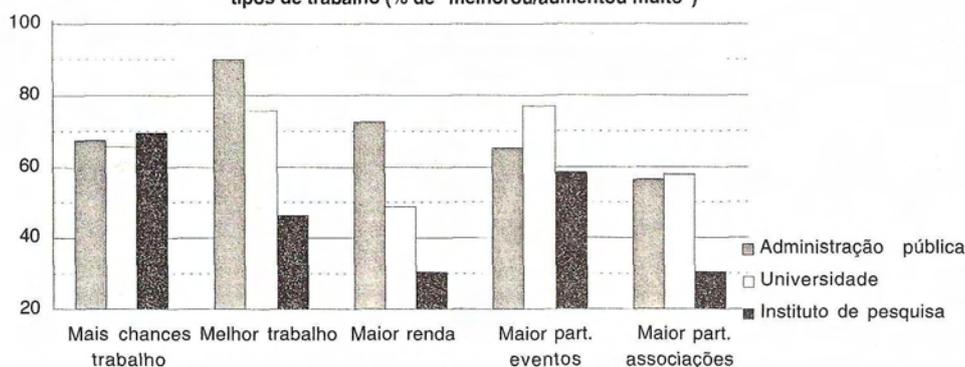
### O Impacto na Vida Profissional: O que Muda Depois do Mestrado e do Doutorado

Os dados do Gráfico 10 tendem a confirmar a avaliação positiva entre a realização do curso e a experiência de trabalho realizada pelos mestres em sociologia. Mais da metade dos informantes assinalou que o fato de realizarem o mestrado lhes trouxe maiores oportunidades de trabalho, sobretudo por aqueles que exercem suas atividades em IES (66%). Uma proporção significativa de informantes (85%) assinalou que o mestrado contribuiu fortemente para executar melhor o trabalho acadêmico-

**Gráfico 10**  
**Mestres em Sociologia: Experiência Profissional após a Titulação por Principais Tipos de Trabalho (% de "melhorou/aumentou muito")**



**Gráfico 11**  
**Doutores em Sociologia: Experiência Profissional após a Titulação, por principais tipos de trabalho (% de "melhorou/aumentou muito")**



profissional. Esta proporção é bastante elevada entre os que trabalham em IES (89%). Um pouco mais da metade dos mestres em Sociologia indicou que o curso lhes possibilitou um incremento em seus rendimentos após a titulação. Novamente, as maiores proporções são encontradas entre os que trabalham em empresa (62%) e em IES (59%). Quando comparadas com as proporções antes mencionadas, constata-se que os mestres avaliaram discretamente o efeito da realização do curso em uma maior participação em associações científico-profissionais.

Finalmente, encontramos no Gráfico 11 uma avaliação das mudanças de perfil profissional resultantes da passagem pelo doutorado. Em primeiro lugar, há uma avaliação – generalizada – de que o doutorado amplia as oportunidades de trabalho. Há também uma percepção de que houve melhoria, em termos acadêmicos, do próprio trabalho. Quanto aos rendimentos, encontramos uma significativa parcela de profissionais para os quais o doutorado não representou incremento de renda. Aqui, o interessante é verificar onde isso acontece: no caso dos institutos de pesquisa e da administração

pública poderíamos entender o não-reconhecimento do título acadêmico como parte da lógica da empresa. Mas justamente isso tornaria incompreensível a falta de reconhecimento do mesmo título nas IES e outras instituições de ensino, sobretudo nas primeiras.

O doutorado contribui, em todos os tipos de instituição de trabalho, para aumentar a participação em eventos. Também aumenta o índice de participação em associações científicas e profissionais. A diferente percepção dos efeitos do curso pelos profissionais em institutos de pesquisa faz retomar as características e a contribuição mais acadêmicas do doutorado, que produzem efeitos mais significativos entre os profissionais em instituições acadêmicas. Na verdade, o que parece ser a conclusão mais visível deste relatório é a constatação de que o doutorado em Sociologia funciona muito bem do ponto de vista acadêmico, mas é bem mais complicado sob a óptica dos demais segmentos do mercado.

## Conclusão

Os mestres em sociologia são, em sua maioria, provenientes da mesma área de formação acadêmica. Há uma ligeira predominância do sexo masculino, e, das instituições pesquisadas, a USP possui o número mais elevado de alunos do sexo masculino, ao passo que no IUPERJ encontra-se uma concentração maior de mulheres. Os doutores também são majoritariamente provenientes da mesma área, sendo que 71% deles graduaram-se em Ciências Sociais. As mulheres predominam, mas numa proporção pouco expressiva.

Ao ingressarem no curso, os mestres tinham em média trinta anos e, ao terminar, por volta dos 35 anos. Os doutores em sociologia iniciam o curso, em média, com 37,6 anos, e o terminam com 43,0. Para os doutores, o tempo médio entre a graduação e o início do doutorado manteve-se em torno dos treze anos no período analisado. A

duração média do curso de doutorado é de cinco anos, com tendência de baixa.

Ao ingressarem no curso, a maioria dos mestres encontrava-se em plena atividade, e concentrava as suas atividades em empresas do setor público. A maior parte deles não exercia a função de docente em IES, à época da inscrição. Porém, essa situação tende a se inverter após o término do curso. Em todas as instituições analisadas, o número de mestres que hoje exercem a função de docentes no ensino superior aumentou consideravelmente em relação à época da inscrição no curso. No início do curso, a maioria dos doutores estava em plena atividade e parte deles ainda cursava o mestrado. Esta atividade era majoritariamente no setor público e, em 75% dos casos, envolvia pesquisa. Mas a docência era bem menos frequente, só ultrapassando a metade dos profissionais no caso de uma instituição.

Quanto às atividades atuais, os dados indicam que a maioria dos mestres faz doutorado no país. Eles indicam também que, atualmente, a maioria dos mestres entrevistados está em plena atividade e o percentual dos que estão à procura de trabalho é insignificante. O setor público continua a ser o maior empregador e também aumentou o número de mestres que estão trabalhando em IES, quando comparado à época da inscrição no curso, conforme já se assinalou. Na análise das atividades atuais dos doutores encontramos um baixo índice de realização de pós-doutorado, que pode ser contraposto a uma boa parcela que fez outros cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os doutores que estão em plena atividade atualmente completam 89% e apenas 1% deles procura trabalho. O predomínio do setor público como empregador permanece intocado, mas aumentou a proporção dos profissionais em atividades docentes e de pesquisa.

É no ambiente empresarial que os mestres em Sociologia têm obtido os maiores salários. No entanto, percebe-se também

que os setores de administração pública, IES e institutos de pesquisa oferecem uma remuneração bastante próxima do oferecido pelo ambiente empresarial. O mais alto rendimento dos doutores é encontrado entre aqueles que estão empregados no setor privado, em empresas. Os salários do setor público e das instituições de ensino superior são bastante semelhantes.

Com relação às motivações que levaram os sociólogos a ingressar no mestrado, 75% afirmaram que pesou bastante a decisão de seguir a carreira de pesquisador, em especial entre aqueles que trabalhavam em institutos de pesquisa. Para uma boa parte dos mestres também pesou muito o fato de seguir e/ou aprimorar a carreira acadêmica. A principal motivação para a entrada no doutorado é o desejo de preparar-se para a carreira de pesquisador.

A avaliação dos mestres quanto às contribuições do curso para as suas atuais atividades profissionais tende a ser altamente positiva. A formação teórica teve uma contribuição decisiva para 4/5 dos informantes, e o contato com a atividade de pesquisa, proporcionado pelo curso, também foi avaliado de modo muito positivo, para o desempenho das atuais atividades profissionais, por 2/3 dos mestres. A avaliação que os doutores fazem da contribuição do curso para suas atividades atuais varia segundo o tipo de instituição em que trabalham, mas o ponto alto do curso, segundo eles, seria a experiência em pesquisa. Uma outra avaliação comum entre eles é que a passagem pelo doutorado amplia as oportunidades de trabalho. Entretanto, no plano dos rendimentos, essa passagem nem sempre é percebida como propiciadora de melhorias.

#### Notas

- 1 Ver, por exemplo, os trabalhos de L. A. Costa Pinto e E. Carneiro: *As Ciências Sociais no Brasil*, CAPES/MEC, Rio de Janeiro, 1955; Florestan Fernandes: *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980; B. Sorj: "As Ciências Sociais no Rio de Janeiro nos Anos Sessenta: O Instituto de Ciências da Universidade do Brasil", IFCS/UFRJ, 1986, mimeografado.
- 2 Jean Jacques Paul e Cathy Perret, "PhD Graduates in France: Training, Careers and Policy Issues", em Ahola Kiniven e Kaipainen (eds.), *Towards the European Model of Postgraduate Training*, Finlândia, RUSE, University of Turku.
- 3 Ahola Kiniven e Kaipainen (eds.), *Towards the European Model of Postgraduate Training*, *op. cit.*

#### Resumo

##### *Mestres e Doutores em Sociologia*

Neste estudo, analisamos as trajetórias de mestres e doutores em sociologia, titulados nos programas brasileiros de pós-graduação. Iniciamos por um breve relato da constituição do campo disciplinar das ciências sociais na sociedade brasileira para traçar sua trajetória e institucio-

nalização bem como a evolução da pós-graduação. Em seguida, são analisadas as características sociodemográficas dos titulados na área, segundo as instituições. São analisados também os dados relativos ao tempo de titulação, bem como a trajetória de trabalho e de estudo dos sociólogos. A motivação para fazer os cursos e a percepção que os titulados têm das contribuições da pós-graduação são estudadas para avaliar o impacto da pós-graduação sobre as trajetórias profissionais.

**Palavras-chave:** Institucionalização das Ciências Sociais; Evolução da pós-graduação; Pós-graduação no Brasil; Trajetória profissional

## Résumé

### *Maîtres et Docteurs en Sociologie*

Dans cette étude, nous analysons les trajectoires de maîtres et docteurs en sociologie, diplômés par les programmes brésiliens de 3<sup>ème</sup> cycle. Nous commençons par un bref récit de la constitution du champ disciplinaire des sciences sociales dans la société brésilienne, en vue de tracer sa trajectoire et son institutionnalisation ainsi que l'évolution des études doctorales. Ensuite, nous analysons les caractéristiques socio-démographiques des diplômés dans ce domaine, selon les institutions. Nous analysons également les données relatives au temps nécessaire à l'obtention du diplôme, ainsi que la trajectoire de travail et d'étude des sociologues. La motivation pour suivre les cours et la perception que possèdent les diplômés par rapport aux contributions des cours de 3<sup>ème</sup> cycle, sont analysées en vue d'évaluer l'impact de la formation doctorale sur les trajectoires professionnelles.

**Mots-clés:** Institutionnalisation des sciences sociales; Évolution des études doctorales; Études doctorales au Brésil; Trajectoire professionnelle.

## Abstract

### *MAs and PhDs in sociology*

In this study we analyze the path followed by Sociology MAs and PhDs in Brazilian post-graduation programs. We start it by briefly describing the social sciences field in Brazilian society in order to draw its path and institutionalization, as well as the post-graduation evolution. We then analyze their social and demographic profiles, according to the institutions. We also analyze data related to time spent in getting the titles, as well as their work and study path. Their motivation in taking the courses and how they see some post-graduation contribution are taken into consideration to evaluate the post-graduation impact on professional paths.

**Keywords:** Social Sciences institutionalization; Post-graduation evolution; Post-graduation in Brazil; professional path

**Almeida, Kátia Maria Pereira de**

*O Estilo Gráfico Shipibo: Arte e Estética na Amazônia Peruana.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 313 pp. Orientador: Marcio Goldman.

O objetivo desta tese é discutir as possibilidades de uma antropologia da arte e da estética no contexto das terras baixas sul-americanas através da investigação do estilo Shipibo (Amazônia peruana) de decoração de superfícies, com ênfase na relação entre a produção técnico-artística e a experiência estético-visual associados ao sistema gráfico abstrato-geométrico. O capítulo 1 esclarece a estratégia de construção desse sistema gráfico, partindo do argumento de que seu “interesse”, do ponto de vista da antropologia, está relacionado aos limites do relativismo que a instaura como disciplina. O capítulo 2 dedica-se à análise formal e estética desses grafismos, partindo de sua autonomia formal. Os capítulos 3 e 4 têm como eixo principal a busca de uma abordagem diferenciada quanto à significação dos grafismos e discutem as três hipóteses mais aceitas acerca desse tema: conteúdo mítico-cosmológico, *performance* xamânico-ritual e significado ético. A conclusão revê o estatuto teórico do conceito de estilo, buscando uma alternativa para pensar o conjunto heteróclito de produções gráficas como um *corpus* coerente.

**Almeida, Ledson Kurtz de**

*Dinâmica Religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena de Xaçupé.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 165 pp.

Este trabalho mostra a dinâmica religiosa em duas aldeias Kaingang do oeste catarinense, região sul do Brasil. Aborda aspectos históricos e etnológicos do avanço cristão neste grupo Jê meridional, inicialmente, por meio da prática católica e, posteriormente, pelo ingresso de igrejas protestantes nas aldeias. A pesquisa etnográfica envolveu três tipos de expressão religiosa: ritual do Kiki, conhecido também como culto dos mortos; Assembléia de Deus, principalmente por meio da observação dos cultos; e Igreja da Saúde, grupo religioso que reúne praticantes do catolicismo popular e do ritual do Kiki em sessões de cura. Essas três formas de manifestação estabeleceram-se a partir de meados do século XX em um contexto de disputas políticas e re-arranjos simbólicos nas aldeias. A pesquisa analisa as oposições, simétricas ou inversas, entre católicos tradicionais e protestantes, no atual contexto em que se observa a predominância político-econômica sobre a vida religiosa. Nesse sentido, os valores intrínsecos ao universo protestante e aqueles próprios do ritual do Kiki, associados ao universo católico, entram em conflito ao mesmo tempo em que compartilham um mesmo referencial. Ou seja, os valores estruturais da sociedade tradicional e os valores contemporâneos dividem o mesmo es-

---

paço, num contexto onde os habitantes das aldeias precisam ser reconhecidos tanto como Kaingang como brasileiros.

**Bahia, Joana**

*“O Tiro da Bruxa”: Identidade, Magia e Religião entre Camponeses Pomeranos do Estado do Espírito Santo.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 328 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Trata-se de um estudo sobre as expressões da cultura camponesa dos descendentes de imigrantes alemães, oriundos da província da Pomerânia (norte da Alemanha) no contexto das relações que esta possui com a sociedade em geral. Portanto, o fio condutor da análise mostra como esses camponeses representam a sua cultura e a importância desta na elaboração de uma identidade social e étnica. O município escolhido foi Santa Maria de Jetibá, um dos primeiros núcleos coloniais de imigração alemã no Estado do Espírito Santo, localizado na região centro-serrana.

**Bernardo, Adiléia Aparecida**

*Efeito Tamburello: Um Estudo Antropológico sobre as Imagens de/em Ayrton Senna.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 164 pp.

Trata-se de um estudo sobre as imagens de/em Senna, principalmente aquelas evidenciadas com a sua morte. Apresentam-se pistas para se pensar a produção desse tipo de imagem na atualidade e algumas relações possíveis de se estabelecer a partir delas. Esse tema permite analisar as múltiplas possibilidades de interpretação de um mesmo acontecimento, mesmo que este esteja relacionado a um universo objetiva e estrategicamente trabalhado, contribuindo-se, assim, para a reflexão acerca da dinâmica dialógica desses processos e a complexidade que essas imagens adquiriram hoje –espetacularização, estetização e sensibilização do mundo; experiência estética estendida e coletivizada; intensificação das relações; construção de imagens múltiplas, fragmentadas e potencializadas.

**Castilho, Sérgio Ricardo R.**

*Marketing e Política: A Construção Social do Mercado Eleitoral.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 346 pp. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

Este trabalho procura compreender aquilo que se denominou, a partir da década de 1980, “marketing político” ou “marketing eleitoral”. As hipóteses principais que sustentamos são relativas à consolidação de um *marketing político-eleitoral* (possível na medida em que a analogia entre “mercado consumidor” e “mercado eleitoral” se estabelece como um espaço discursivo e operacional, central às atividades de especialistas dispersos) e ao modo de operação desta atividade (o *marketing político-eleitoral* opera de maneira análoga ao pensamento mágico, por meio de uma “idéia prática” e da crença na eficácia de determinadas ações ritualizadas).

**Cecílio, Sálua**

*Informática e Potencialização do Perigo à Saúde no Trabalho Administrativo.* Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1999, 297 pp. Orientadora: Maria Helena Oliva Augusto.

Estudo de caso sobre a natureza das relações entre tecnologia, trabalho administrativo e saúde, a partir da realidade dos funcionários de uma instituição pública num período de dez anos, em Uberaba – MG. A análise foi feita com base em uma pesquisa de representação de servidores

no que diz respeito ao trabalho, ao modo como foram atingidos pela informática e pelas mudanças administrativas e organizacionais. Além disso, analisaram-se, por meio de entrevista, as implicações decorrentes para a saúde. As investigações permitiram concluir que o trabalho burocrático, com reduzido teor de desafio, favorece a rotina e predispõe o indivíduo à subutilização e à fadiga mental, embora possa ser fator estruturador da saúde e da realização do homem.

**Costa, Luiz Antonio Lino da Silva**

*Modelos do Presente, Narrativas do Passado: Por uma Antropologia Histórica nas Guianas (1596-2000)*. Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 129 pp. Orientador: Carlos Fausto.

Este trabalho tem como objetivo uma comparação entre as descrições de sociedades indígenas do passado e do presente nas Guianas. Apoiando-se em relatos de viajantes e cronistas dos séculos XVI a XIX, em trabalhos de historiadores acerca das sociedades que antecederam as atuais e na produção etnográfica do século XX, procura-se encontrar linhas de continuidade e de ruptura nas formas sociais da região. A região das Guianas tem sido bastante estudada por antropólogos e historiadores que, embora tenham preocupações parecidas, nem sempre mantêm um diálogo. Este estudo questiona a dicotomia entre presente e passado nos estudos sobre as Guianas, inserindo os fatos históricos em debates da etnografia contemporânea.

**Costa e Souza, Jorge Manoel**

*Os Waiwai do Jatapuzinho e o Irresistível Apelo à Modernidade*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 284 pp.

Atualmente, os waiwai são compelidos a participar de um processo crescente e irresistível de inserção ao mundo da modernidade. A incorporação de aspectos culturais e bens produzidos pela sociedade ocidental não ocorre de maneira aleatória entre o grupo, mas obedece a certos mecanismos próprios, entendidos como meios e formas pelos quais a inclusão se processa. Este fenômeno pode ser descrito como inclusão e exclusão condicionante. Trata-se de momentos que permitem decompor e reestruturar o *ethos* waiwai. As modificações substanciais resultantes dessa relação com o mundo dos brancos são expostas como elementos concretos do universo social e cultural waiwai. Para entender como ocorreu este processo, elaborou-se uma pesquisa que envolveu a literatura etnográfica e outras informações teóricas relacionadas à etnia e realizou-se o trabalho de campo entre o grupo local de Jatapuzinho, em Roraima.

**Crivelli, Ericson**

*Democracia Sindical no Brasil*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2000, 243 pp. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues.

Trata-se de um estudo de caso sobre as possibilidades da democracia nos sindicatos brasileiros. O estudo aponta os limites legais e burocráticos impostos pelo modelo sindical corporativo. Elaborou um conceito autônomo de democracia para os sindicatos – a democracia sindical. Para a verificação empírica foram selecionados vários indicadores de democracia nas relações internas e externas dos sindicatos. O trabalho conclui que existe tal possibilidade na medida em que se constrói novos mecanismos para além da estrutura sindical legal. Conclui, ainda, pela eficácia política possibilitada pela democracia. O conceito mais usado é o da poliarquia de Dahl.

**Dutra, Patrícia Angélica**

*Trajetórias de criação do Mamulengo do Prof. Benedito em Chão de Estrelas e mais Além: Ato, Ritual, Arte e Cultura Popular.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 204 pp.

O trabalho visa à compreensão daquilo que é característico do mamulengo – teatro de bonecos tradicional e popular em Pernambuco. A caracterização do que representa e do modo como é representado o mamulengo do Professor Benedito e o desempenho do mamulengueiro mestre Dengoso, na comunidade de Chão de Estrelas e em outras localidades na Região Metropolitana do Recife, conduzem à identificação de características que se repetem na continuidade da própria manifestação artística. Experiências que integraram a pesquisa de campo foram registradas em gravações e fotografias, comparadas com outras informações publicadas, documentos e filmes sobre o assunto. As características comuns dos diferentes mamulengos elucidam, de um lado, o papel que o mamulengo do Professor Benedito tem desempenhado ao promover a diversão e a cura em Chão de Estrelas e, de outro, os papéis que essas artes e os artistas populares têm representado no geral, movimentando trajetórias de criação cultural ao longo do tempo e de espaços pernambucanos. A necessidade de se refletir sobre medidas e ações orientadas para a preservação da manifestação artística justifica-se pela compreensão da relevância dos papéis que mamulengos e mamulengueiros têm representado.

**Fassheber, José Ronaldo Mendonça**

*Saúde e Políticas de Saúde entre os Kaingang de Palmas/PR.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 183 pp.

Em relação à saúde, a constituição garante às populações indígenas o direito de equidade de atendimento, por um lado, e contempla o direito a um tratamento diferenciado, por outro. As organizações governamentais que prestam esses serviços (Funai, FNS, SUS) têm falhado ou sido inoperantes, seja pela inadequação das políticas públicas para o setor da saúde indígena e pela má gestão dos recursos públicos disponíveis, seja pela falta destes e de pessoal, seja, ainda, por um planejamento e uma atuação que desconsidera as especificidades, os saberes e os anseios da comunidade. O SUS tem sido a principal via das ações governamentais e o principal recurso que os Kaingang (grupo pesquisado ao longo do ano de 1997) utilizam dos serviços públicos de saúde. Esse órgão possui um discurso universalizante da biomedicina em relação às noções de corpo/saúde/doença-cura, contudo, os Kaingang de Palmas, grupo considerado de alto contato, mantêm saberes tradicionais e específicos a respeito destas mesmas noções, o que normalmente gera conflitos. Nesse sentido, a etnografia e o trabalho de campo em antropologia da saúde podem refletir e auxiliar uma composição mais adequada do planejamento de políticas públicas para a saúde indígena no Brasil.

**Fernandes, Ricardo Cid**

*Autoridade Política Kaingang: Um Estudo sobre a Construção da Legitimidade Política entre os Kaingang de Palmas/Paraná.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 217 pp.

Este trabalho discute as condições históricas e culturais que garantem a autoridade dos agentes políticos atuantes na comunidade Kaingang. O eixo temático está voltado para a análise dos atributos e das limitações que caracterizaram a chefia nativa ao longo do processo de contato com a sociedade dos brancos. Aspectos da chefia tradicional são tratados de forma teórica, constituindo, portanto, uma das referências para a análise dos processos políticos ex-

perimentados por esses índios. O estudo da participação das autoridades brancas (indigenista e governamental) nos processos políticos de Palmas remete a outras referências teóricas, sobretudo aos estudos de contato interétnico. Dessa forma, para definir os critérios de legitimidade da chefia entre os Kaingang atuais, caracterizamos as formas de distribuição e de concentração da autoridade política em função da influência exercida pelas autoridades brancas e das percepções que os próprios Kaingang mantêm sobre sua história política.

**Ferreira, Francisco Pontes de Miranda**

*O Automóvel como Vilão: Novas Formas de Contestação à Ordem Industrial*. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 137 pp. Orientador: José Ricardo Ramalho.

O movimento ambientalista é muito diversificado e surgiu como uma corrente da contracultura no final dos anos de 1960. O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar a atitude e as ações de um grupo formado por ativistas ecológicos de ONGs e partidos políticos e de pessoas da classe média urbana brasileira contra o automóvel. Apesar de terem sido criadas no interior da “cultura do automóvel” – símbolo de progresso e de modernidade –, essas pessoas defendem que este veículo e o que decorre dele (viadutos, túneis, estacionamentos e estradas) enfeiam a cidade, causam barulho e poluição. Esse grupo questiona o valor da própria modernidade e da industrialização.

**Florentino, Cristina de Oliveira**

*Bicha Tu Tens na Barriga, Eu Sou Mulher*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 172 pp.

Este trabalho analisa questões que envolvem a inscrição social dos sujeitos que se denominam e/ou são denominados travestis. O “travestismo” é concebido, portanto, como um fato social, cultural e histórico. Procurei estudar a forma e o movimento de algumas práticas e idéias presentes no cotidiano de pessoas diretamente envolvidas com esse tema. Durante a pesquisa de campo, realizada em Porto Alegre, observou-se as relações entre as travestis e entre elas e seus companheiros. Procurei compreender como a construção da identidade se vinculava à experiência de socialização com as demais participantes do grupo e como se dava esta interação – sua natureza e as diferentes formas de construção da subjetividade e da estética feminina. Quanto à relação entre as travestis e seus companheiros, a intenção foi identificar os princípios que as orientavam e que idéias tinham a respeito de afetividade, sexualidade e vida em comum. Além disso, procurei analisar como as travestis e seus companheiros expressavam as fronteiras entre ser mulher, ser homem e ser travesti, apontando os elementos que compõem tais modelos, bem como as tensões neles existentes.

**Giumbelli, Emerson Alessandro**

*O Fim da Religião: Controvérsias acerca das “Seitas” e da “Liberdade Religiosa” no Brasil e na França*. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 426 pp. Orientador: Otávio Velho.

O trabalho analisa comparativamente as controvérsias recentes que ocorrem, na França, acerca das “seitas” e, no Brasil, em torno da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A análise procura mapear as personagens envolvidas (grupos acusados, associações civis, órgãos de comunicação, igrejas tradicionais, aparatos estatais, intelectuais), problematizando seus argumentos, suas estratégias e os efeitos específicos e conjugados de suas intervenções. Nos dois

casos, contesta-se o estatuto de “religião” reivindicado tanto pelas seitas como pela IURD e discute-se a questão da “liberdade religiosa”, o que torna mais controversos os dispositivos históricos que definem e regulam tal estatuto nas sociedades francesa e brasileira. Esta abordagem assenta-se sobre uma reconsideração das relações entre religião, Estado e modernidade.

**Gonçalves, Maria Fernanda de Vasconcellos**

*A Invenção da Maternidade Tardia*. Mestrado em Antropologia, IFCS/UFRJ, 2000, 93 pp. Orientadora: Mirian Goldenberg.

O objetivo deste trabalho é discutir as representações da maternidade tardia, enfocando as relações de gênero, família e conjugalidade. A abordagem é contextualizada a partir do século XVIII até o apogeu do ideário individualista, no final do século XX, apontando os vários momentos de transformação do sentimento materno associados às mudanças políticas e econômicas. Um levantamento de reportagens na grande imprensa, em programas de televisão e em artigos médicos de revistas especializadas, permitiu analisar os discursos envolvidos na construção do ideário da maternidade tardia, a fim de refletir sobre as questões dos riscos, das vantagens e desvantagens dessa opção.

**Kaiser, Jaksan Dalla Leite**

*Ordem e Progresso: O Brasil dos Gaúchos*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 171 pp.

Pesquisa etnográfica sobre os gaúchos fora do Rio Grande do Sul, com estudo de caso realizado em Buritis (MG) e outros espaços regionais de identidade gaúcha em Mato Grosso, Bahia e Bolívia que mantêm vínculos entre si e com os gaúchos de Buritis. Por meio do método de observação participante, buscou-se entender a construção da representação do “ser gaúcho” fora do Estado e seu uso como estratégia política para posse e ocupação de territórios, a interação desses gaúchos com outros grupos sociais e o estabelecimento de uma rede étnico-regional gaúcha transnacional. Constatou-se que os gaúchos estão envolvidos num projeto de colonização da fronteira agrícola brasileira – uma recolonização do Brasil. Esse processo envolve posse e ocupação de terras e uma “domesticação” do outro. Além disso, foram observados conflitos com as populações locais, provocados pela mudança da lógica econômica com a chegada dos migrantes gaúchos. A migração é acompanhada por uma expansão do movimento tradicionalista gaúcho, visível na fundação de centenas de CTGs (Centro de Tradições Gaúcha) em quase todos os Estados da Federação – já somam aproximadamente 1000 grupos fora do Estado. O tradicionalismo gaúcho, difundido pelo regionalismo militante, dá sentido e embasa a formação de uma identidade étnica baseada na cultura gaúcha.

**Leme, Maria Antonia de Abreu Sampaio**

*Projeto Brasil 1914-1941: Os 12 Trabalhos de Lobato*. Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 384 pp. Orientador: Edgard de Assis Carvalho.

Pesquisa direcionada para a ação lobatiana: campanhas pela siderurgia e pelo petróleo com destaque para a reação contrária. A coerência, a constância e a unidade do desempenho pragmático de Monteiro Lobato autorizam a conclusão de que ele foi orientado por um projeto: o Projeto Brasil. A pesquisa delimita-se entre 1914 (criação do Jeca Tatu) e 1941 (processo e prisão pelo Estado Novo), e defende a tese do arrependimento pela desumanidade com que criou e tratou o Jeca Tatu. Os esforços para resgatar a “criação” conduzem ao desempenho dos 12

trabalhos aqui listados como metáfora. O trabalho apresenta, por meio da pesquisa em arquivos, dados inéditos.

**Locks, Geraldo Augusto**

*Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito – SC.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 202 pp.

Este trabalho procura identificar e caracterizar socioculturalmente os agricultores familiares denominados caboclos ou brasileiros habitantes do município de São José do Cerrito, na região do planalto serrano sul catarinense. Apresenta-se uma reflexão acerca da identidade social desses indivíduos por meio de sua expressão étnica. Os termos, caboclo e carú, respectivamente utilizados para se referir à população e nominar o local, são categorias carregadas de atributos pejorativos, estabelecidas entre os habitantes nativos e a sociedade em geral. Entretanto, são formas utilizadas no discurso coloquial serrano e servem para a classificação social, fazendo de São José do Cerrito o espaço mais estigmatizado da região dos Campos de Lages. Para singularizar outros aspectos da cultura desses homens e mulheres, focalizam-se algumas categorias nucleares que, segundo a antropologia rural, são cruciais para a compreensão do modo de ser camponês: terra, família e trabalho. Ademais, são também focalizadas questões relativas à economia, às relações sociopolíticas e à religião. Qualquer prática social e educativa desenvolvida no meio rural cerritense deve considerar as distintas lógicas que guiam visões de mundo e formas de vida existentes entre esses agricultores familiares brasileiros, o que, conseqüentemente, altera a visão homogênea sobre a cultura. Isso representa um desafio, qual seja, transcender à perspectiva da monoidentidade étnica, social e cultural, de gênero, propondo um diálogo com os valores nativos confrontados ou combinados com padrões culturais atuais, no sentido da assimilação de novas formas de organização socioeconômicas, da elevação da cultura geral, da escolarização, da emergência de novas relações de gênero e das inovações tecnológicas.

**Lourenço, André Luiz Correia**

*O Melhor dos Dois Mundos: A Representação do Humano e do Não-Humano na Ficção Científica.* Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 179 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este é um trabalho sobre as representações de “humanidade” e de “humano” na cultura ocidental moderna, a partir de um *corpus* formado por livros e filmes de “ficção científica”, produzidos, sobretudo, nos Estados Unidos. A comparação com um outro modelo explicativo da relação humano-natureza e com uma cosmologia diversa da ocidental contribui para a discussão do estatuto atribuído à condição de “ser humano”. Essa condição seria um valor disputado no confronto entre os “seres humanos” e os “seres da natureza”. Como o processo civilizatório ocidental é marcado pelo individualismo, o direito à individualidade é considerado uma característica essencial da pessoa.

**Macagno, Lorenzo Gustavo**

*Do Assimilacionismo ao Multiculturalismo: Educação e Representações sobre a Diversidade Cultural em Moçambique.* Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 330 pp. Orientador: Peter H. Fry.

Esta tese procura abordar alguns dilemas produzidos pela relação entre políticas de educação e representações sobre diversidade cultural em Moçambique, nos períodos colonial e pós-co-

lonial. A abordagem parte da suposição de que o *locus* dessa relação opera como uma rede complexa e interconectada de atores e idéias que transcendem os próprios limites geográficos de Moçambique. Uma das formas que assumem esses dilemas é a tensão entre assimilacionismo e multiculturalismo. A meu ver, o uso dessas duas noções se justifica, na verdade, sob a condição de que sejam parte de um discurso nativo, quer dizer, componentes intrínsecos das formulações de um conjunto de agentes sociais: administradores coloniais, missionários, educadores, etnógrafos etc. Procuo analisar a forma como esses agentes pensaram e pensam o mundo sociocultural moçambicano ao mesmo tempo em que procuraram intervir na vida dos grupos que compõem esse sociedade, seja por meio de missões civilizadoras e assimilacionistas, seja por meio da aplicação de determinadas políticas educativas.

**Mélo, José Luiz Bica de**

*Fronteiras Abertas: O campo do Poder no Espaço Fronteiriço Brasil-Uruguaí no Contexto da Globalização*. Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, 376 pp. Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Este trabalho consiste na investigação do campo do poder na fronteira Brasil-Uruguaí, orientado por um olhar sociológico que parte, embora não se reduza, do espaço social agrário. Procura-se compreender como os conflitos sociais na esfera material e simbólica constituem determinado campo do poder, sendo que a própria compreensão do que sejam (ou possam ser) as fronteiras reais e as fronteiras representadas, é também objeto de uma luta, presente no terreno da ciência social e das disputas políticas. A partir da problemática “campo do poder no espaço fronteiriço Brasil-Uruguaí no contexto da globalização”, este estudo foi desenvolvido com base no conceito de campo de Pierre Bourdieu, além de levantamentos e entrevistas.

**Montenegro, Silvia Maria**

*Dilemas Identitários do Islam no Brasil: A Comunidade Muçulmana Sunita do Rio de Janeiro*. Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 336 pp. Orientadora: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

Este trabalho analisa os dilemas e as tensões identitárias do Islam no Brasil, tomando como referencial empírico uma comunidade muçulmana que pertence ao ramo sunita do islamismo, na cidade do Rio de Janeiro. Partindo de um conceito de identidade social como *projeto*, esta tese procura compreender as escolhas desse grupo dentro do repertório possível de fontes e discursos de identidade que permeiam o Islam como um todo. Procura-se também sustentar que existem, nessa construção identitária, dois dilemas fundamentais – *arabismo* ou islamização – e reconhecer ou não o “fundamentalismo” como categoria de auto-adscrição. Ao mesmo tempo, ambos os dilemas se relacionam com certos discursos de autenticidade elaborados pelo quadro intelectual dessa comunidade. Esses discursos referem-se à história do Islam no Brasil e à busca da presença muçulmana na “arquitetura islâmica” da cidade do Rio de Janeiro. Como tais, essas construções discursivas tentam enquadrar a memória para localizar a tradição religiosa no âmbito local.

**Munson, Monica Toaldo**

*A ‘Cultura da Manequim’ a Anorexia Nervosa e a Bulimia: Uma Reflexão Antropológica sobre Cultura e Doença*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 129 pp.

A partir do pressuposto de que a cultura interfere no estado de saúde de seus membros, analiso as características específicas da “cultura de manequins” – suas representações de corpo e o

desenvolvimento de suas técnicas corporais. Essas técnicas são estimuladas para a obtenção e a manutenção de um corpo magro, atributo necessário para o bom desempenho numa carreira que utiliza o corpo como principal instrumento de trabalho. Tal configuração estética está inserida num contexto mais amplo em que há também uma associação entre magreza e beleza, mas é inegável a supervalorização dessa concepção no âmbito profissional do modelo. A questão corpo/saúde/doença é abordada por meio de um enfoque antropológico que visa a uma reflexão sobre a incidência de distúrbios alimentares, como anorexia e bulimia nervosa, entre mulheres, em particular adolescentes, no sentido de considerá-los doenças ligadas à cultura. A pesquisa baseou-se no trabalho de campo em torno da etnografia de cursos de manequins e modelos da Academia Albertina Ganzo, em Florianópolis.

**Oliveira Jr., Geraldo Barbosa de**

*Os Macuxi: Desenvolvimento e Políticas Públicas em Roraima.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 138 pp.

Este trabalho pretende mostrar a questão indígena de Roraima por meio da organização e da articulação dos indígenas Macuxi com as políticas públicas, especialmente, aquelas relativas ao desenvolvimento econômico da região. Analisamos também a relação deste grupo com outros atores, como o Estado, a Igreja católica, a Funai e a Universidade Federal de Roraima. Assim, proponho captar o objeto de estudo na sua dimensão descritiva e compreensiva no contexto sociocultural dos diferentes atores como organizadores do seu cotidiano.

**Paranhos, Mônica da Silva**

*A Construção do Novo Trabalhador Industrial: A Experiência do SENAI-RJ.* Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 193 pp. Orientadora: Elina Gonçalves da Fonte Pessanha.

A pesquisa enfoca o trabalhador industrial que está saindo dos cursos profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai em função da reestruturação produtiva que caracteriza a fase atual de desenvolvimento capitalista. O estudo desdobra-se em dois níveis. No primeiro, analisamos como o Senai realiza a formação dos aprendizes que se tornarão os futuros trabalhadores fabris do setor metal-mecânico no Rio de Janeiro. Para isso, identificamos as novas habilidades e os novos princípios e valores que esta instituição tem inculcado em seus alunos. No segundo, analisamos as percepções e as representações desses aprendizes assim como de seus instrutores sobre as experiências acerca não só das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, mas também das características e dos possíveis efeitos no processo de aprendizado. Procuramos, assim, mostrar a dimensão do Senai na formação e na definição profissional desses trabalhadores.

**Pellegrini, Marcos**

*Falar e Comer: Um Estudo sobre os Novos Contextos de Adoecer e Buscar Tratamento entre os Yanomamè do Alto Parima.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 150 pp.

Este trabalho procura compreender o ponto de vista dos Yanomami do alto Parima (Roraima, Brasil) a respeito de seu sistema de saúde, partindo da análise das falas sobre saúde, doença e busca de tratamento. São utilizados os conceitos da antropologia interpretativa para descrição das interações sociais criadas pela dependência do setor biomédico dos serviços de atenção à saúde entre sociedades indígenas em situação de contato recente com a sociedade nacional.

Procura-se, por meio da análise da fala centrada na *performance* do texto, abordar os discursos como sendo dotados de um poder transformador, na medida em que a própria situação da pesquisa de campo, onde o candidato a antropólogo participa como médico, favorece esse tipo de abordagem. A comida é o tema central dos textos apresentados e a utilização da metáfora do comer é uma forma de entender e explicar os acontecimentos do mundo, onde o processo de adoecer aparece como uma ruptura nas regras de comer envolvendo índios, garimpeiros, profissionais de saúde e suas relações com a natureza. O aprofundamento do estudo deste tema é apontado como campo que interessa não só à preservação da saúde indígena, mas também à criação de uma expectativa de futuro para a modernidade. A comunicação intercultural, além de estratégia indispensável para o planejamento e execução de ações de promoção e atenção à saúde indígena, pode contribuir para a construção de um conhecimento dialógico que considere os paradigmas indígenas de vivência e interpretação da realidade.

**Ribeiro, Adélia Maria Miglievich**

*Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: Entrelaçamento de Círculos e Formação das Ciências Sociais na Cidade do Rio de Janeiro.* Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 277 pp. Orientadora: Glaucia Kruse Villas Boas.

Este estudo discute a formação do campo das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro, apoiando-se na teoria simmeliana acerca dos “círculos sociais”. A autora contempla a trajetória pioneira de duas mulheres, Heloísa Alberto Torres (1895-1977) e Marina São Paulo de Vasconcellos (1912-1973), que contribuíram de forma ímpar para a “rotinização” e a “normatização” das atividades deste campo científico. Que mulheres tinham os atributos necessários para o desempenho de funções públicas num mundo intelectual marcadamente masculino? Esta é uma das perguntas da tese. A análise do ingresso de Heloísa e Marina no “mundo das ciências sociais” pretende ampliar os aspectos pelos quais a história dessa disciplina pode ser contada no Brasil. A multiplicidade das “redes de interações” de Heloísa e Marina, suas alianças e confrontos, permite observar como os papéis sociais assumidos pelas personagens foram incessantemente redefinidos e como, nesse sentido, a própria sociedade deve ser entendida como uma “teia de acontecimentos”, isto é, em seu dinamismo, em suas relações mínimas entre os indivíduos, cuja repetição contínua fundamenta as grandes formações objetivas, que acabam por apresentar uma história própria.

**Rocha, Dimitri de Oliveira Camiloto**

*Divinação, Mercado e Modernidade.* Mestrado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2000, 129 pp. Orientador: José Maurício Domingues.

Este trabalho trata da mediação e da comercialização de técnicas divinatórias em um serviço de telefonia – “0900 esotérico”. Enfocando o inter cruzamento das diversas técnicas e as conseqüências culturais para o sistema social em questão, a pesquisa busca realizar um paralelo entre divinação e modernidade, analisando um novo tipo de sociabilidade que deriva diretamente das *tecnologias de interação* quando inseridas – ou não – no mercado. O trabalho introduz ainda o conceito de *intimidade sem presença*.

**Rohden, Fabíola**

*Uma Ciência da Diferença: Sexo, Contracepção e Natalidade na Medicina da Mulher.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 431 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este estudo trata da constituição de um saber médico preocupado com a sexualidade e a reprodução que se concentra na formação da ginecologia no século XIX. Esta especialidade, longe de ser apenas mais um desenvolvimento técnico-científico, constitui um conjunto de ideais e perspectivas de intervenção bastante amplos. Destaca-se uma preocupação com a definição da diferença entre os sexos e o predomínio da função reprodutiva para a vida das mulheres. Além disso, formula-se um conhecimento específico sobre as perturbações relativas à busca da satisfação sexual sem o objetivo da procriação, fora do casamento e dos padrões de sexualidade considerados normais. Também as mulheres que recorrem ao uso de métodos contraceptivos e à prática de aborto e infanticídio são alvo da atenção dos médicos. Essas preocupações se acentuam, a partir das primeiras décadas do século XX, na medida em que a questão da população se torna um problema político estratégico, determinante para o futuro da nação brasileira. Para dar conta desse quadro, são analisadas tanto a produção médica do período (1830-1940), especialmente as teses das Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e outros documentos, quanto as polêmicas públicas envolvendo os temas referidos; além de processos e inquéritos relativos aos crimes de aborto e infanticídio. O foco privilegiado é a tematização de um projeto social calcado na manutenção de rígidas diferenças entre os gêneros e as condições de sua implementação por parte dos médicos.

**Savoldi, Adiles**

*O Caminho Inverso: A Trajetória de Descendentes de Imigrantes Italianos em Busca da Dupla Cidadania.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 150 pp.

Esta dissertação procura compreender a frenética busca da cidadania italiana pelos descendentes de imigrantes italianos na atualidade. A pesquisa contempla os múltiplos planos que envolvem o fenômeno. O foco da pesquisa foi o sul do Estado de Santa Catarina, onde há uma forte tradição da cultura italiana e onde foi observada uma maior procura pela regularização da cidadania no Estado. Analisa-se a tensão entre passado e presente no que concerne ao resgate dessa cultura pelas associações italianas. A cultura italiana tem sido difundida como marketing para o turismo na região, e a regularização da cidadania italiana confere ao cidadão ítalo-brasileiro a possibilidade de trabalho no exterior. Este estudo analisa a experiência de cidadãos ítalo-brasileiros no exterior.

**Silva, Carmen Lucia da**

*Sobreviventes do Extermínio: Uma Etnografia das Narrativas e Lembranças da Sociedade Xetá.* Universidade Federal de Santa Catarina, 281 pp.

Este trabalho apresenta uma etnografia do contato da sociedade Xetá, habitantes originais do noroeste do Estado do Paraná, com o mundo dos brancos, e seu conseqüente extermínio, sob a ótica dos sobreviventes do grupo. Buscou-se privilegiar o que os remanescentes Xetá contam sobre seu povo, suas experiências pessoais no contato com os brancos e o desaparecimento do grupo do cenário paranaense. Para tanto, trabalhou-se com as narrativas biográficas e as lembranças desses indivíduos do ponto de vista etnográfico. No capítulo inicial, apresenta-se a história e a vida dos oito sobreviventes Xetá, principais protagonistas deste estudo. O segundo capítulo relata o que eles contam sobre o seu povo a partir da memória individual. O terceiro é dedicado às suas narrativas a respeito do contato dos Xetá com o mundo dos brancos. O último capítulo trata do fim do território tradicional Xetá e do desaparecimento dessa sociedade do cenário da etnologia brasileira.

**Silva, Eneleo Alcides**

*Natureza Cultural da Justiça: Por uma Teoria Multidisciplinar da Justiça, Vista através do Ritual da Violência Sexual no Presídio Masculino de Florianópolis.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 250 pp.

Esta pesquisa investiga as diferentes noções de justiça em culturas próximas e distantes, passadas e presentes; construindo um diálogo entre juristas, filósofos, antropólogos, etnólogos, psicólogos e outros. Investiga, também, “possíveis códigos” presentes em instituições prisionais que estabelecem penas de violência sexual contra estupradores, “cagoetas” e outros como forma de “fazer justiça”. A partir disso, questiona-se até que ponto as “regras” se embasam em noções de justiça, os conceitos de justiça são manipulados para justificar necessidades e interesses outros e lógicas e sentimentos de justiça são construções somente culturais. Às noções de justiça imprime-se a metáfora da sinfonia, ou seja, cada voz toca aspectos importantes para a visão de um todo maior. Dessa forma, justiça e filosofia do direito são abordadas por meio de teorias juspositivas e jusnaturalistas; justiça e moral, pela visão da psicologia do desenvolvimento; justiça e cooperação, pelas pesquisas em etologia evolucionista sobre altruísmo, reciprocidade e hierarquia de dominância; justiça de controle social pelas pesquisas na área da antropologia social. Por fim, esta pesquisa contempla as noções de justiça em suas relações com direito, moral, dever, cooperação, honra, normas, altruísmo, juízo, ética, dor, egoísmo, poder, hierarquia, violência, reciprocidade, castigo, prisão, leis, natureza e cultura.

**Silva, Rita de Cácia Oenning da**

*Práticas e Representações em torno das Relações entre Casa e Rua junto a Crianças de Camadas Populares em Florianópolis.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 220 pp.

Este estudo, elaborado junto a grupos familiares de crianças e adolescentes que se utilizam das ruas de Florianópolis para morar, trabalhar ou como espaço socializador, aborda suas práticas e representações sobre a rua, a família, os papéis sociais e as relações de gênero e aponta para motivações que levam essas crianças às ruas. Procura ressaltar as tensões existentes entre as práticas consideradas socialmente legais e aquelas que se configuram no cotidiano desses grupos. Por fim, analisa-se a rede de relações que mantém essas crianças em constante contato com o universo familiar.

**Silveira, Maria Lúcia da**

*Nervos e Nervosas na Ilha de Santa Catarina.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 182 pp.

O termo “nervos” é um conjunto variado e instável de sintomas psicológicos e/ou somáticos, mediadores entre o sujeito e o meio. Constitui uma expressão de estresse social. Sua sintomatologia é a toska, polimorfa e imprevisível, suscetível de comprometer quase todo o corpo e funções orgânicas – da ansiedade ou um mal-estar indefinido a crises convulsivas, catatonias ou a cataplexia, de formas variadas de agressividade ou apatia, à descrição clássica da histeria. Trata-se de um fenômeno polissêmico, ou seja, é tanto uma explicação quanto uma forma de expressão para cansaço, fraqueza, irritabilidade, tremores, conflitos conjugais e sociais, cefaléias, ira, ressentimentos, infecção parasitária, privações afetivas ou materiais, fome etc. Não há na biomedicina uma abordagem específica, pelo contrário, a consulta médica o despoja de seus significados e conteúdos sociais, desmerecendo o sofrimento do doente. Este estudo propõe-se a fazer uma abordagem antropológica que leve em conta todos esses fatores, tendo como objeto de análise a comunidade do Campeche (Florianópolis, SC), onde a expressão “nervos” diz

respeito a um problema das mulheres, constitui para elas uma linguagem social e, por fim, pode representar uma forma dissimilada de violência exercida sobre os circunstantes.

**Smircic, Sergio Aníbal Chamorro**

*Com a Cara e a Coragem: Uma Etnografia de uma Ocupação de Terras.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 104 pp. Orientadora: Lygia Maria Sigaud.

Este trabalho é uma reconstituição etnográfica de uma ocupação de terras em um engenho açucareiro no Estado de Pernambuco. A partir da análise das trajetórias das pessoas que participaram, procura-se mostrar a diversidade das situações envolvidas que, muitas vezes, são reduzidas a categorias generalizantes e empobrecedoras. O estudo enfoca, além das histórias de vida e de trabalho das pessoas, a importância que tem a elaboração de mitos e atividades ritualizadas nos processos de constituição de grupos e identidades específicas.

**Souza, Angela Maria de**

*O Movimento do RAP em Florianópolis: A Ilha da Magia Só da Ponte pra Lá.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 187 pp.

Esta dissertação trata do movimento do RAP em Florianópolis. Por meio do método etnográfico analisa-se a inserção do grupo na cidade, suas práticas e valores, atentando para as temáticas mais recorrentes nas letras das músicas. Aborda-se também sua forma singular de se integrar ao movimento do HIP-HOP, do qual o RAP é uma das expressões. O RAP constitui-se como estilo musical originário dos Estados Unidos no final da década de 1970, chegando ao Brasil em meados de 1980 e, em Florianópolis, no final desta década. Os RAPPES constroem um discurso expresso na música, no vestuário, na dança, no discurso verbal, em grafites, retratando a realidade do povo preto.

**Travassos, Sonia Duarte**

*Capoeira: Difusão e Metamorfose Culturais entre Brasil e EUA.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 360 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Trata-se de um estudo sobre a capoeira, sua organização social e seus significados culturais, tal como vêm se manifestando desde as últimas décadas do século XX. A pesquisa permitiu-me estudar a capoeira em um período, sociologicamente importante, de grande difusão por todo o Brasil e, mais recentemente, para mais de cinquenta países em todo o mundo. Os Estados Unidos, país aonde complementei o trabalho de campo já realizado no Brasil, servem como comparação para a análise sobre a difusão da capoeira em outras sociedades. Na pesquisa encontram-se materiais produzidos pelos próprios capoeiristas e dados provenientes do trabalho de campo e das informações etnográficas sobre a capoeira. A tese aponta para as continuidades e as descontinuidades na organização da capoeira e nos significados que lhe são atribuídos ao longo do tempo e entre o Brasil e os Estados Unidos.

**Vecchioli, Virginia**

*Os Trabalhos pela Memória: Um Esboço do Campo dos Direitos Humanos na Argentina através da Construção Social da Categoria Vítima do Terrorismo de Estado.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 94 pp. Orientador: Federico Neiburg.

Esta dissertação tem como propósito examinar o processo de construção de um monumento às vítimas do terrorismo de Estado na cidade Buenos Aires. Procuramos mostrar os esforços

dos diversos agentes que participam do projeto (parlamentares, familiares das vítimas, militantes pelos direitos humanos e antropólogos) no sentido de consagrar uma categoria social, qual seja, a vítima do terrorismo de Estado. Essa categoria inclui os assassinados e os desaparecidos como consequência do terrorismo de Estado no período de 1970 a 1983. Por meio da pesquisa de campo e do material documental coletado sobre o monumento, indicamos que essa categoria é construída socialmente a partir de práticas específicas e segundo princípios singulares de compreensão do mundo. Neste trabalho, os indivíduos que participam do projeto são, ao mesmo tempo, objetivados como grupo e como agentes autorizados dentro do campo dos direitos humanos.

**Vicente, Aline Trigueiro**

*A Sociedade e a Ecologia na Relação entre o Local e o Global.* Mestrado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2000, 144 pp. Orientador: Gian Mario Giuliani.

A relação entre os aspectos *locais* e *globais* ganha novos contornos num contexto marcado pelas consequências da modernidade e pelas transformações do capitalismo, assim como pela consolidação da noção de globalização. Esses aspectos redimensionam a relação entre o *local* e o *global* e permitem que eles sejam analisados não mais como elementos dicotômicos ou antagonísticos, mas, sobretudo, como elementos em contínua relação. A discussão torna-se complexa quando a temática ecológica é inserida nesse debate. Por isso, o desflorestamento na Amazônia serve, neste estudo, como exercício para se pensar os novos fluxos de interconexão entre os dois âmbitos em destaque.

**Xavier, Euthalia de Freitas**

*Fragments de um Discurso Interdito: Sobre a Voz do Homem no Conflito Conjugal.* Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, 184 pp. Orientadora: Míriam Pillar Grossi.

Este trabalho contempla os intermediadores de conflitos conjugais (advogados, líderes comunitários, participantes de serviços não-governamentais de atendimentos a mulheres) e discursos similares produzidos na mídia para identificar e analisar a interdição ao discurso dos homens que vivenciam relações heterossexuais com eventos de violência física – aqueles que chegam a ser levados a instâncias de intermediação pública. A pesquisa revela o silêncio sobre a voz desses homens, que são vistos e estigmatizados como “agressores”. Este silêncio contribui para tornar o sofrimento masculino invisível, assim como para simplificar as características da masculinidade. A análise conclui que esses elementos inviabilizam uma melhor compreensão da dinâmica da violência conjugal, escondendo uma potente e específica atuação agressiva da mulher-sujeito (não apenas vítima) no interior de um laço conjugal violento.

## TRABALHOS PUBLICADOS PELO BIB – 1975-2002

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

### BIB 5

*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

### BIB 8

*Amaury de Souza*, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e*

*Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

### BIB 12

*Maria Teresa Sadek de Souza*, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

### BIB 13

*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

### BIB 14

*Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

### BIB 17

*Julio Cesar Melatti*, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

### BIB 18

*Rubem Cesar Fernandes*, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

### BIB 19

*Edmundo Campos Coelho*, “A Instituição Militar no Brasil”.

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sônia Nabas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tânia Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim* e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lais Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo* e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Rammalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil".

1980-1990”; *Guita Grin Debert*, : Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau*, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

**BIB 35**

*Sérgio Adorno*, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

**BIB 36**

*Maria Ligia de Oliveira Barbosa*, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

**BIB 37**

*Fernando Limongi*, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

**BIB 38**

*Theodore Lowi*, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

**BIB 39**

*Marta T. S. Arretche*, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

**BIB 40**

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lás Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

**BIB 41**

*Gustavo Sorá*, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

**BIB 42**

*Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

**BIB 43**

*Sérgio Costa*, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

**BIB 44**

*Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni*, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

**BIB 45**

*Eli Diniz*, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

**BIB 46**

*Julia S. Guivant*, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruschinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Velho*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

**BIB 47**

*Eduardo G. Noronha*, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

**BIB 48**

*Priscila Faulhaber*, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econô-

mica"; *Celina Souza e Márcia Blumm*, "Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura"; *Fabiola Robden*, "Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional"; *Clarice Ehlers Peixoto*, "Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual".

#### BIB 49

*Licia Valladares e Roberto Kant de Lima*, "A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph"; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, "Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação"; *Luis Felipe Miguel*, "Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social"; *Mario Fuks e Karl Monsma*, "James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica".

#### BIB 50

*Marcus André Melo*, "Política Regulatória: uma Revisão da Literatura"; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, "Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia"; *Alejandro Frigerio*, "Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?"; *Angela Xavier de Brito*, "Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França".

#### BIB 51

*Maria Hermínia Tavares de Almeida*, "Federalismo, Democracia e Governo no Brasil"; *Liszt Vieira*, "Notas Sobre o Conceito

de Cidadania"; *Santuzza Cambraia Naves e outros*, "Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil"; *Lúcio Rennó*, "A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto"; *Priscila Faulhaber*, "A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema".

#### BIB 52

*Ângela Maria Carneiro de Araújo*, "Globalização e Trabalho"; *Clara Araújo*, "Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes"; *Fabiano Toni*, "Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais"; *Celso F. Rocha de Barros*, "A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado"; *Luiz Henrique de Toledo*, "Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)".

#### BIB 53

*Gláucio Ary Dillon Soares*, "Homenagem a Vilmar Faria"; *José Carlos Durand*, "Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)"; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, "Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico"; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, "Path dependency e os Estudos Históricos Comparados"; *Leonardo Mello e Silva*, "Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente"; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, "Mestres e doutores em Sociologia".

## NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou 6 mil palavras.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza

substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

### Crítérios bibliográficos

**Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ *título da obra em itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ n° da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2a edição, São Paulo, Vértice.

**Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

**Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / “título do capítulo entre aspas”

/VÍRGULA/ *in (em itálico)*/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ *título da coletânea, em itálico*/VÍRGULA/local da publicação/VÍRGULA/nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governos, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, *in* O. B. Lima & S. H. Abranches (org.), *As origens da crise*, São Paulo, Luperj/Vértice.

**Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ *título da tese em itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

**O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.**

Publicações **ANPOCS** ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)** existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB)** é uma publicação semestral que já conta com 53 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

**Assinatura anual da RBCS (3 edições)**

Nacional: R\$ 50

Internacional: US\$ 70

**Assinatura anual do BIB (2 edições)**

Nacional: R\$ 30

Internacional: US\$ 60

**Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)**

Nacional: R\$ 70

Internacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_



A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para mantermos a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à:

**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**

Editoria da Revista BIB  
Universidade de São Paulo - USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar  
05508-900 São Paulo - SP